



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE, NATUREZA E
DESENVOLVIMENTO

MARCELO MORAES DE ANDRADE

ORGANIZAÇÃO SOCIAL NA RESERVA EXTRATIVISTA TAPAJÓS-ARAPIUNS:
SISTEMAS SOCIAIS EM MUDANÇA

SANTARÉM
2019

MARCELO MORAES DE ANDRADE

**ORGANIZAÇÃO SOCIAL NA RESERVA EXTRATIVISTA TAPAJÓS-ARAPIUNS:
SISTEMAS SOCIAIS EM MUDANÇA**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Sociedade, Natureza e Desenvolvimento, da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA. Área de concentração: Ciências Ambientais. Linha de pesquisa: impactos ambientais e sociais das mudanças do uso da terra na Amazônia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Delma Pessanha Neves.

SANTARÉM

2019

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA

A553o Andrade, Marcelo Moraes de
Organização social na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns: sistemas sociais em mudança./ Marcelo Moraes de Andrade. – Santarém, 2019.
294 p. : il.
Inclui bibliografias.

Orientadora: Delma Pessanha Neves
Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica, Programa de Pós-Graduação Doutorado em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento.

1. Mudanças sociais. 2. Sistemas sociais. 3. Unidades de conservação. I. Neves, Delma Pessanha, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 303.4098115

MARCELO MORAES DE ANDRADE

**ORGANIZAÇÃO SOCIAL NA RESERVA EXTRATIVISTA
TAPAJÓS-ARAPIUNS: SISTEMAS SOCIAIS EM MUDANÇA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
Sociedade, Natureza e Desenvolvimento, como
requisito para obtenção do título de Doutor.
Universidade Federal do Oeste do Pará. Área de
concentração: sociedade, natureza e
desenvolvimento.

Aprovada em 06 de dezembro de 2019, Santarém/PA.

Banca Examinadora



Prof.^a. Dr.^a. Delma Pessanha Neves – Orientadora.
UFF/UFOPA



Prof.^a. Dr.^a. Luciana Gonçalves de Carvalho.
UFOPA/PPGSND



Prof.^a. Dr.^a. Noemi Sakiara Miyasaka Porro
UFPA/PPGAA



Prof.^a. Dr.^a. Rumi Regina Kubo
UFRGS/PGDR



Prof. Dr. Antônio do Socorro Ferreira Pinheiro
UFOPA/PROFNIT



Prof.^a. Dr.^a. Andréa Simone Rente Leão
UFOPA/ICS

Em memória de Maria Helena Moraes de Andrade,
minha mãe.

AGRADECIMENTOS

Neste momento, em outubro de 2019, com a redação do texto de minha tese quase finalizado, estou acometido de um sentimento de desorientação, ao pensar na elaboração de meus agradecimentos. Ocorre-me a lembrança de duas situações. Uma delas ocorrida em meados de 2015, ao ler a versão final do texto da tese de minha esposa, Danielle Wagner. Àquela época, comentei com ela que havia achado os agradecimentos por ela elaborados demasiadamente extensos, pois em minha dissertação apresentada em 2014, dediquei uma página aos agradecimentos. Ela prontamente me respondeu que havia empreendido um grande esforço na tentativa de ser ponderada, afinal, quatro páginas não expressavam o quão grata estava por ter tido a oportunidade de elaborar o texto de uma tese de doutorado e só não aumentava sua lista de agradecimentos por não dispor de tempo para entregá-lo. A outra lembrança remete a uma frase que minha amiga, Daniela Scherer, proferiu durante uma de nossas caminhadas ao entardecer pelas ruas de Cachoeira do Sul, região central do estado do Rio Grande do Sul. Disse-me ela que considerava a ingratidão um dos piores defeitos que um ser humano poderia ter.

Hoje, refletindo e analisando a trajetória que trouxe-me até este momento, assim como minha esposa, sinto que tenho tanto a agradecer, a tantas pessoas e instituições, mas também lembro de minha amiga, ao ter em mente que não quero ser ingrato. Por outro lado, penso em como limitar meus agradecimentos pela elaboração do texto desta tese a quem está diretamente relacionado a ele, se na verdade sinto que a tese também é fruto da contribuição de pessoas e relações que conquistei e travei muito antes do ingresso no doutorado?

Decidi me desvencilhar de amarras e expressar minha gratidão pela superação dessa etapa excepcional de minha trajetória pessoal, não só reconhecendo aqueles que me acompanharam nesses quase cinco anos de duração do doutorado, mas também aqueles que, assim como esta tese, possuem um grande significado em minha vida. Afinal, minha trajetória de vida foi definida tanto por essas relações quanto por meu ímpeto por conhecimento.

Todas as etapas de minha formação escolar e universitária ocorreram em instituições públicas de ensino, tendo o privilégio de desfrutar de bolsas de estudos durante quase toda minha trajetória acadêmica. Foi graças ao ensino público e gratuito que pude trilhar percurso de vida de superação, rompendo o ciclo de miséria, drogadição e violência, realidade social comum a muitas crianças negras nascidas e criadas nas periferias de centros urbanos. Vulnerabilidades sustentadas por *circuitos de reprodução* que passam por situações em que os

pais, obrigados a trabalhar desde a primeira infância, portanto impossibilitados de alfabetização, por toda vida foram submetidos a subempregos e explorações diversas. Realidade que muitos amigos das periferias onde morei não conseguiram reverter. Portanto, antes de tudo, tendo em vista os constantes ataques deflagrados, desde o início de 2019, por setores do próprio Estado referentes a cortes de recursos financeiros destinados à manutenção de universidades e de bolsas de estudos, não posso deixar de expressar meu reconhecimento institucional e enorme satisfação por mais uma vez ter a oportunidade de me qualificar em universidade pública. Por isso sou muito grato à CAPES/FAPESPA pela bolsa de doutorado concedida, a qual foi fundamental para a manutenção da vida acadêmica. Sou muito grato à UFOPA pela ótima formação que me proporcionou. Uma universidade nova, que mesmo diante de todas as dificuldades que as instituições de ensino superior da região Norte do país enfrentam, significa uma conquista enorme para o Baixo Amazonas.

Em seguida penso em minha família. Especialmente minha mãe, Maria Helena Moraes de Andrade (*in memoriam*). Sou imensamente grato a ela por, mesmo diante das dificuldades que uma mulher negra que não teve a oportunidade de aprender a ler e escrever, tendo que criar oito filhos, contando apenas com a ajuda dos filhos mais velhos para auxiliar no cuidado e manutenção material dos mais novos, teve a consciência e sabedoria de imprimir em todos nós a valorização ao trabalho, ao estudo e, sobretudo, à retidão de caráter. Aos meus irmãos, Jeová, Giovana, Jeane, Joelma, Márcia, Michele e Mirele, agradeço por terem cuidado de mim. Certamente eles também são responsáveis pela construção da pessoa que me tornei. Também sou grato a eles pelos 11 sobrinhos que me deram (Leonardo, Guilherme, Betina, João Pedro, João Vitor, Beatriz, Bernardo, Bruna, Isadora, Brenda, Maria Sofia e Maitê), eles tornaram minha vida muito mais alegre.

Sou muito grato a minha orientadora, Delma Pessanha Neves, por seu voto de confiança ao aceitar me orientar. Minha admiração por sua produção e capacidade intelectual iniciou na graduação, com a leitura de seus textos sobre campesinato. Naquela época, meados de 2003, eu jamais imaginei que viria a trabalhar na condição de seu orientando. Sob sua orientação tive autonomia para construir o meu caminho e pude usufruir de seu suporte intelectual e rigor teórico/conceitual nas orientações, os quais contribuíram substancialmente para tornar as ideias que aos poucos fui desenvolvendo precisas e interessantes. Mais do que o aperfeiçoamento na realização de pesquisa científica e a preocupação com minha formação acadêmica e pessoal, sua disposição para debater, indicar leituras, ler e corrigir textos submetidos a periódicos e eventos científicos, incentivo à participação em congressos e eventos acadêmicos, demonstram

seu comprometimento, ética profissional e investimento em minha formação. Aprendizado que irei carregar por toda a vida. Me sinto privilegiado por ter podido desfrutar de seu conhecimento. Sua disposição será sempre fonte de inspiração intelectual e profissional.

Agradeço aos moradores da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns que no percurso da pesquisa me ensinaram sobre seus modos de vida, sobre os ritmos das águas e das florestas. Pessoas que compartilharam suas vivências, suas histórias, que se dispuseram a abrir mão de seu tempo para conversar e caminhar comigo pelas florestas e campos, navegar pelos rios e igarapés, possibilitando conhecer seus trabalhos, seus conhecimentos, suas opiniões, suas histórias de vida. Em especial aos moradores de Anã e Boim que me acolheram em sua em seus locais de trabalho e de discussão. Os períodos de vivência com essas f proporcionaram a conquista de muitas amizades. Registro meu agradecimento aos gestores do Conselho Deliberativo da Resex Tapajós-Arapiuns. Aos representantes da Tapajoara, em especial ao presidente Dinael Cardoso e a secretária, Marilene Pedroso. Aos analistas do ICMBio, em especial Cleiton Signor e Jackeline Nóbrega.

No processo de adaptação à nova moradia em Santarém, não posso deixar de reconhecer a importância de famílias que, embora eu não tenha laços consanguíneos, se tornaram de fundamental importância em minha vida. A receptividade com que a família de minha esposa me acolheu e o suporte afetivo que me proporcionaram, mesmo eles residindo em várias cidades do Pará, tornaram a trajetória muito mais agradável. Dona Veridiana, Seu Orlando, Mayara, Mayelle, Enoque, Thalyta, Vó Ernestina, Felipão, Tia Ozilda, Tia Nega, Surya e Mariana, são sempre motivo de alegria. Também incluo aqui, meu agradecimento às famílias Figueira e Tenório. Dona Fátima, Vó Lourdes (*in memoriam*), Lidiane, Liliane, Emanuel, Derick e Maria Clara. O acolhimento e afetividade dessas pessoas foram inestimáveis nesse percurso. Gratidão enorme a minha esposa, Danielle Wagner, por seu amor e por estar comigo em todos os momentos.

Reconheço que, ao pensar em meus amigos, me considero uma pessoa de muita sorte. Tenho muito a agradecer aos meus amigos de infância, Marcelo Sobrosa, Fabrício Peixoto e Édson Lopes. Aos amigos conquistados no decorrer da adolescência, Bruno Algarve, Vagner Silva e Indara Muller. Aos amigos conquistados na fase adulta, Jonas Seelig, Martin Dorneles, Guilherme Algarve, Partinobre Brito e Éder Franco.

Minha gratidão aos amigos conquistados no âmbito profissional, Emílio Roos, Tiago Scheidt, Jeferson da Rosa, Diogo Nunes, Jocélio Roos, Jonas Milanesi, Rafael Felix e Lisandro Guterres.

Meu muito obrigado aos companheiros(as) de caminhada acadêmica, em especial a Janine Demenighi, Lucas da Rocha, Bianca Espíndola, Ana Lúcia Oliveira, Claudia Ribeiro, Carmen Janaína Machado, Mégui Del Ré, Ana Paula Matei, Alcione Guterres, Lauro Domingues, Juliana Carpes, Márcia Maria, Jaciane Segato, Chaiane Agne, Kátia Demeda, Abner Vilhena, Sâmea Cibele, Aline Prezotto, Jéssica Ariana, Luana Arantes e Elton Teixeira. Meu agradecimento aos professores: Flávia Charão, Leonardo Xavier, Rumi Kubo e Evaldo Pauly.

“Tudo quanto vive, vive porque muda;
muda porque passa; e, porque passa, morre.
Tudo quanto vive perpetuamente se torna outra coisa,
constantemente se nega, se furta à vida”.

Fernando Pessoa

RESUMO

Pelo presente texto de tese tratou-se de processos de mudanças nos modos de organização social de grupos sociais residentes na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, estado do Pará. Foco a análise segundo o ponto de vista dos agentes da ação, considerando os desdobramentos da interseção de processos relacionados à vida familiar, individual, comunitária e associativa, com aqueles mobilizados por agentes vinculados a burocracias estatais, aparatos jurídicos, enfim, ambientes institucionais de espectro abrangentes. A elaboração metodológica da pesquisa envolveu aspectos teóricos e empíricos em conformidade à construção qualitativa de dados (observação participante, entrevistas, pesquisa bibliográfica), em consonância com referência teórica do arcabouço analítico da *teoria da estruturação*. Tal abordagem permitiu-me compreender o campo de construção de redefinido modo de vida dos moradores da Reserva, portanto, institucionalidade reorientada no contexto de mudanças sociais decorrentes da intervenção do Estado, apreendida a partir do privilegiamento compreensivo da *estrutura* e a *ação*, o sujeito e o objeto –, fundamentais à análise das interações humanas. Por esse campo de interação, estão envolvidas relações de poder, referenciais à definição e redefinição de sanções, regras e recursos que se sobrepõem a instituições informais que organizam a vida cotidiana dos *agentes* locais. Como resultado, demonstro que ocorreram mudanças em *propriedades estruturais* fundamentais dos modos de organização social dos moradores da Resex, relativas à produção para autoconsumo, ao trabalho em mutirão (puxirum), aos padrões de uso da terra e às formas associativas de representação. Contudo, nem todas as mudanças nessas *propriedades estruturais* tiveram como fator de mudança as institucionalidades projetadas pela institucionalização da Reserva. Estão associados a elas outros fatores, como: a maior presença do Estado institucionalizando programas de assistência social, promoção da educação e saúde, os quais geram postos de trabalho assalariado nas *comunidades*, alteração nas dinâmicas econômicas de produtos extrativos e agrícolas.

Palavras-chaves: 1. Estruturas. 2. Estruturação. 3. Mudanças sociais. 4. Sistemas sociais. 5. Unidades de Conservação.

ABSTRACT

By the present thesis text were reviewed processes changes in the in the way of social organization of social groups resident in the Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Pará state. Focusing the analysis according action agents point of view, considering the outspread of the intersection of processes related to family, individual, communitary and associative life, with that mobilized by agents bound to state bureaucracy, legal apparatus, comprehensive spectrum institutional environments. The research methodology involved theoretical aspects as well empirical ones in accordance to the construction of quality data (participant observation, interviews, bibliography), consenting to the theoretical reference of analytical *theory of structuration*. Such approach allowed us to understand the field of construction of the redefined way of life of the Reserva inhabitants, so, institutionality refocused in the context of social changes due to State intervention, perceived from privileging the *structure* and the *action*, the subject and the object, fundamental to human interaction analysis. By this field of interaction are together the relations of power, referential to sanctions definitions and redefinitions, rules and resources that overlap to informal institutions that organize day-to-day life for local *agents*. As a result, are demonstrated that changes occurred in *structural properties* fundamental to the ways of social organization of Resex's inhabitants, relative to production for own consumption, to collective labor (puxirum), to standards of land usage and the associative forms of representation. Nevertheless, not all changes in these structural properties had as a change factor the institutionalities projected by Reserva's institutionalization. Other factors are associated to them, like: increased State presence, institutionalizing social assistance programs, education and health promotion, which create waged job opportunities in the *communities*, altering the economical dynamics of agriculture and extractive products.

Keywords: 1. Structures. 2. Structuration. 3. Social Changes. 4. Social systems. 5. Conservation Units.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Pesquisador participando de atividade com conselheiros da Resex (Abr./2016). ..	63
Figura 2 – Pesquisador em reunião do Conselho Comunitário da Resex auxiliando na elaboração de ata (Ago./2016).....	64
Figura 3 – Registro das práticas laborais dos moradores da Reserva.	67
Figura 4 – Ordenamento territorial com destaque para as UC e municípios.	71
Figura 5 – Macrozoneamento do território da Resex Tapajós-Arapiuns, elaborado por gestores do ICMBio.....	73
Figura 6 – Ilustração de zoneamento do território da Resex baseado nos cursos hídricos.	74
Figura 7 – Denúncias contra madeiras realizadas por representante do poder legislativo e moradores de <i>comunidades</i> atingidas, em agosto e novembro de 1990, respectivamente, em Santarém.	122
Figura 8 – Matéria publicada em maio de 1997, no Jornal de Santarém, sobre a união de moradores ribeirinhos na luta contra madeiras.....	125
Figura 9 – Matéria do Jornal de Santarém (1997), destacando a solução para os conflitos entre ribeirinhos e madeiras.	127
Figura 10 – Jornal de Santarém em 1998 dando destaque aos conflitos que antecederam a criação da Resex.	128
Figura 11 – Matéria do Jornal de Santarém em 1998 enfatizando a ação de madeiros em debates que antecederam a criação da Resex.	129
Figura 12 – Jornal de Santarém, dezembro de 1998, matéria sobre a nova forma de apropriação territorial com a criação da Resex.....	131
Figura 13 – Localização das comunidades Anã e Boim, a partir da orla de Santarém.....	133
Figura 14 – Vista do microssistema de água de Boim.	136
Figura 15 – Vista do microssistema de água de Anã.	136
Figura 16 – Vista do sistema de geração de energia de Boim.....	137
Figura 17 – Fachada da Escola Nossa Senhora de Fátima em Anã.	139
Figura 18 – Fachada da Escola Santo Inácio de Loyola em Boim.	139
Figura 19 – Vista da lancha escolar de Anã.	140
Figura 20 – Vista de casa construída com palha branca em Anã.	144
Figura 21 – Modelo de casas de alvenaria do crédito habitação do INCRA em Anã.....	144
Figura 22 – Fachada da igreja de Santo Inácio de Loyola em Boim.	150

Figura 23 – Fachada da igreja de Anã, vista do trapiche da <i>comunidade</i>	150
Figura 24 – Fachada da igreja da igreja batista Nova Vida.....	151
Figura 25 – Fachada da igreja Assembleia de Deus, em Boim.	151
Figura 26 – Estrutura do telecentro e da rádio de Boim.	152
Figura 27 – Campo de futebol Frei Pedro Paternal em Boim.	153
Figura 28 – Sede social do América Futebol Clube em Boim.	153
Figura 29 – Torneio de pênaltis em Anã.	154
Figura 30 – Estrutura do torneio de futebol em Anã.	154
Figura 31 – Pesquisadores em vista ao criatório de peixe do MUSA em Anã.....	161
Figura 32 – Tanque rede para criação de peixe do MUSA em Anã.	161
Figura 33 – Caixas de abelha nos quintais de moradores em Anã.	162
Figura 34 – Detalhe de caixas de abelha em quintal de morador em Anã.	162
Figura 35 – Redário do projeto TURIARTE em Anã.....	163
Figura 36 – Detalhe das dependências da pousada em Anã.....	163
Figura 37 – Morador da comunidade Anã mostrando como riscar seringa.	197
Figura 38 – Roça de macaxeira na <i>comunidade</i> Anã.....	203
Figura 39 – Vista de componente do motor para ralar mandioca (Anã).....	207
Figura 40 – Moradora de Anã com ralador artesanal de mandioca (Anã).	207
Figura 41 – Detalhe do ralador manual de mandioca (Anã).	207
Figura 42 – Chapa de ferro para torrar derivados da mandioca (Anã).	207

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição de universidades e programas mapeados pela revisão bibliográfica. .	50
Tabela 2 – Distribuição de TCCs, dissertações e teses por regiões do país.	51
Tabela 3 – Indicadores espaciais e demográficos de Aveiro e Santarém.	70
Tabela 4 – Indicadores espaciais e demográficos de Aveiro e Santarém.	70
Tabela 5 – Indicadores econômicos (PIB e agropecuário) dos municípios de Aveiro e Santarém.	71
Tabela 6 – Indicadores econômicos (Indústria e Serviços) dos municípios de Aveiro e Santarém.	71
Tabela 7 – Síntese de tratados sobre meio ambiente.	80
Tabela 8 – Associações criadas em Anã.	159
Tabela 9 – Sistematização das associações criadas em Boim.	164
Tabela 10 – Resumo das atividades extrativas e agropecuárias dos comunitários.	199

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Diferenças entre gestão e governança.....	85
Quadro 2 – Tipos de governança de <i>áreas protegidas</i> reconhecidos pela UICN.....	86
Quadro 3 – Classificação das Unidades de Conservação consolidadas pelo SNUC quanto aos grupos, categorias de manejo e domínio.....	92
Quadro 4 – Composição temporal do Conselho Deliberativo da Resex.....	132
Quadro 5 – Histórico das solicitações de autorização para realização de roçados.....	208

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Histórico de UC criadas no Brasil entre os anos 2000 e 2010.....	26
Gráfico 2 – Distribuição (área km ²) das categorias de UC no Pará – 2016.	27
Gráfico 3 – Quantidade de UC por categoria de conservação no Pará – 2016.	27
Gráfico 4 – Distribuição das pesquisas por campos disciplinares – 2017.	52
Gráfico 5 – Nível de escolaridades da população de Boim.....	141
Gráfico 6 – Índices de evasão escolar registrados nas <i>comunidades</i> Anã e Boim – 1970/2018.	142
Gráfico 7 – Índice de acesso à políticas públicas, programas de transferência de renda.....	186
Gráfico 8 – Principais produtos agroextrativistas da Resex em 2013.	197
Gráfico 9 – Histórico dos focos de calor na Resex – 2009/2015.	215
Gráfico 10 – Tipologias de denúncias e conflitos na Resex – 2017.....	227

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ACREP – Associação Comunitária Rural e Extrativista de Pascoal
- AMECA – Associação Intercomunitária de Moradores Extrativistas de Cameté e Andarú
- APAA – Associação de Piscicultores e Extrativistas da Comunidade Anã
- APA – Áreas de Proteção Ambiental
- APP – Áreas de Proteção Permanente
- APROANÃ – Associação de Produtores Rurais de Anã
- AMPRUVIB – Associação dos Moradores e Produtores Rurais da Vila de Boim
- ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico
- ARPA – Áreas Protegidas da Amazônia
- ASCOVIBOIM – Associação Comunitária da Vila de Boim
- ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
- BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- CAPES – Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior
- CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
- CCDRU – Contrato de Concessão de Direito Real de Uso
- CEAPAC – Centro de Apoio a Projetos de Ação Comunitária
- CEAPS – Centro de Estudos Avançados em Promoção Social e Ambiental – Projeto Saúde Alegria
- CEMEX – Comercial Madeiras e Exportação S/A
- CDB – Convenção da Diversidade Biológica
- CITA – Conselho Indígena Tapajós Arapiuns
- CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
- CNPT – Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais
- CNS – Conselho Nacional das Populações Tradicionais
- CPT – Comissão Pastoral da Terra
- CONAREX – Comissão das Reservas Extrativistas Federais
- CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- COOPRUNÃ – Cooperativa Mista Agroextrativista do Rio Inambú
- ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
- ECO 92 – Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento

EIA/RIMA – Estudo de Impacto Ambiental – Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental

EMBRAPS – Empresa Brasileira de Portos de Santarém

EUA – Estados Unidos da América

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FAPESPA – Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

FLONA – Floresta Nacional

FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

GDA – Grupo de Defesa da Amazônia

GT – Grupos de Trabalho

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IMO – Organização Marítima Internacional

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas

IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia

IUCN – *International Union for Conservation of Nature*

ME – Ministério da Educação

MEB – Movimento de Educação de Base

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MFCF – Manejo Florestal Comunitário Familiar

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MPF – Ministério Público Federal

MRN – Mineração Rio do Norte

MUSA – Mulheres Sonhadoras em Ação

ONG – Organização Não-Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PAD – Projeto de Assentamento Dirigido

PARNA – Parque Nacional

PIB – Produto Interno Bruto

PLANAFE – Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas

PNAP – Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas

PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PNMA – Política Nacional do Meio Ambiente

PPG – Programas de Pós-Graduação

PPMA – Projeto de Preservação da Mata Atlântica

PPGSND – Programa de Pós-Graduação Sociedade, Natureza e Meio Ambiente

PROCEAM – Projeto de Capacitação de Educadores Ambientais Multiplicadores

PSA – Projeto Saúde & Alegria

RB – Relação de Beneficiário

REBIO – Reserva Biológica

REFAU – Reserva de Fauna

RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável

RL – Reservas Legais

RESEX – Reserva Extrativista

REVIS – Refúgio de Vida Silvestre

RPPN – Reservas Particulares do Patrimônio Natural

SEMA – Secretaria Especial do Meio Ambiente

SEMAS-PA – Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará

SEMED – Secretaria Municipal de Educação

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SISBIO – Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade

SNPG – Sistema Nacional da Pós-Graduação

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUDEPE – Superintendência da Pesca

SUDHEVEA – Superintendência da Borracha

TAPAJOARA – Organização das Associações da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TURIARTE – Cooperativa de Ecoturismo e Artesanato da Floresta

UC – Unidade de Conservação

UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará

USAID – United States Agency for International Development

WCPA – World Commission on Protected Areas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	22
1 PROCESSO DE PESQUISA E PERCURSO METODOLÓGICO	43
1.1 Abordagem teórica e metodológica	43
1.2 Universo empírico e trabalho de campo	58
1.3 Aspectos gerais do contexto da pesquisa	68
2 A GEOPOLÍTICA DE ESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: MACROESTRUTURAS GLOBAIS E O CONTEXTO BRASILEIRO	76
2.1 Conservação do ambiente natural: <i>princípios estruturantes de governança</i> em esferas públicas	78
2.2 Modelo de gestão de <i>unidades de conservação</i> no Brasil: o SNUC e os marcos institucionais de regulação social.....	88
2.3 O lugar das reservas extrativistas no contexto de <i>unidades de conservação</i> no Brasil.....	100
3 RESEX TAPAJÓS-ARAPIUNS: DISPUTAS E CONQUISTAS DE VIDA SOB MEDIAÇÕES.....	109
3.1 Criação da Resex Tapajós-Arapiuns: projeto comunitário de reprodução de modos de vida.....	109
3.2 <i>Comunidades Anã e Boim</i> : formações e condições materiais cotidianas dos moradores.....	133
3.3 Dimensões socioculturais da vida comunitária e processos de reestruturação de <i>sistemas sociais</i>	148
4 RECONSTITUIÇÃO DE MODOS DE ORGANIZAÇÃO: IINTERFACES DE PROCESSOS SOCIAIS TRADICIONAIS E PRECEITOS NORMATIVOS	178
4.1 Modos de vida e socialização pelo trabalho.....	179
4.2 Dinâmicas socioespaciais.....	188
4.3 Contextos de mudanças: práticas de uso da terra, da floresta e das águas.....	193
4.4 Disciplinando processos sociais: sistemas normativos e mediações nas relações dos moradores com o meio natural	215
4.5 Contexto social de legitimação do usufruto da terra por meio do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso – CCDRU	242
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	256

REFERÊNCIAS.....	267
-------------------------	------------

INTRODUÇÃO

No presente texto de tese, apresento análise de processos de mudanças nas formas de organização social de *agentes*, muitos tradicionalmente residentes no espaço hoje categorizado como unidade de conservação – UC da categoria Reserva Extrativista – Resex. Enfoco desdobramentos da interseção de processos relacionados à vida familiar, individual, comunitária e associativa, com aqueles mobilizados por *agentes* vinculados a burocracias estatais, aparatos jurídicos, enfim, ambientes institucionais, de espectro regional, nacional ou mesmo internacional. A pesquisa abarca moradores das mesorregiões Sudoeste e Oeste do Pará, expostos à ação de *agentes* externos, por vezes impondo constrangimentos quanto ao acesso aos meios de reprodução social. Esse embate se exprime por diferenciados processos sociais de automobilização, cuja objetivação configurou o projeto político que resultou na institucionalização da Resex Tapajós-Arapiuns.

A concepção de Resex representou um novo paradigma de gestão, por ocupar maior área geográfica, maior número de *comunidades tradicionais* e por problematizar a possibilidade de desenvolvimento a partir de referenciais de sustentabilidade ambiental. As Resex, enquanto espaços territoriais especialmente tutelados pelo poder público, constituem-se como territórios destinados à conservação de recursos naturais renováveis e à exploração autossustentável por populações extrativistas (ALLEGRETTI, 2008; GOMES; FELIPPE, 1993). Correspondem a uma categoria de UC, cujos principais marcos legais se encontram referenciados na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. A institucionalização de Resex responde à solicitação por populações extrativistas, grupos sociais que, se decidem assim proceder, defrontam-se com multiplicidade de preceitos normativos, típicos do controle formal/legal do Estado, capazes de imprimir intervenções em distintas dimensões organizativas e administrativas, correlatas a modos tradicionais de organização social, assim os reestruturando.

A temática insere-se em esforço analítico para compreender modos de organização social de *agentes* que fundamentam *sistemas sociais* locais e globais, cujas *estruturas* são construídas de forma consuetudinária e recorrentemente ressignificadas, inclusive por interposições estatais. Nesta tese, tomo o conceito de *estruturas* em conformidade aos pressupostos de Giddens (2003, p. 442), ou seja, “conjuntos de regras e recursos, implicados na articulação institucional de sistemas sociais”.

Neste sentido, adotando perspectiva analítica semelhante a de Siqueira (2017), ao valer-se dos estudos de Barth (1969; 2000), em texto que discute a formação de unidades sociopolíticas identificadas como Quilombo do Tambor, destaco processos sociais que implicam reconfigurações ou rearticulações de fatores que, em decorrência de suas interconexões e variações de forma, podem suscitar geração de novos processos ou variabilidade dos mesmos. Levo em conta as considerações de Lerner (1977, p. 210), ao explicar que qualquer mudança em processo social “deve ser considerada somente à luz de outras mudanças (que são causa e efeito ao mesmo tempo), em termos da multiplicidade de fatores como base do processo social e em termos da lógica fundamental do todo”.

Para o sociólogo britânico Anthony Giddens, as sociedades são constituídas por múltiplos *sistemas sociais* cuja interseção ocorre mediante o distanciamento *tempo-espaço*, associação de termos elaborada pelo autor para explicar a perspectiva processual pela qual esses sistemas são historicamente estendidos e reproduzidos (GIDDENS, 2003). Por constituírem elementos fundantes da vida social cotidiana, Giddens incorpora as categorias *tempo* e *espaço* no âmago de sua teoria social. Segundo Giddens (2003, p. 155), “toda vida social ocorre em – e é constituída por – interseções de presença e ausência no “escoamento” do tempo e na “transformação gradual” do espaço”. Ao utilizar essas noções, o autor inclui as dimensões temporal e espacial para demonstrar “[...] a “situabilidade” da interação no tempo e no espaço” (GIDDENS, 2003, p. 129).

A imensidão espacial da Amazônia e sua proeminente diversidade biológica, encontraram exponencial equivalência nas projeções para o aproveitamento econômico de suas potencialidades. Tomando como referência os estudos de Haoxovell-Lira e Fraxe (2014), Nugent (2006), Hébette (1988), Tocantins (1982) e Ianni (1978), dentre outros, considero que as populações constituídas ao longo das diferentes fases da colonização da Amazônia, estiveram interligadas a macroestruturas por meio da economia de mercado, sendo, portanto, partes de *sistemas sociais* complexos e interconectados. Entretanto, os *princípios estruturais* (GIDDENS, 2003) que organizam a interseção entre sistemas locais e globais, tais como o modelo agroexportador de apropriação do território amazônida, não homogeneizaram os sistemas em plano da vida em *comunidade*¹, denotando o que Giddens (2003) chama de

¹ A categoria *comunidade(s)* apresenta diversas variações na região amazônica. Seus significados variam também conforme o campo disciplinar, e até mesmo com os posicionamentos políticos e vínculos sociais de quem o adota. A partir dos estudos de Neves (2012; 2009; 2008a; 2005), antropóloga que discute a constituição de *comunidades* na Amazônia, constata-se que a categoria pode significar localidade (noção de uso específico da região, mas também de uso popular, inclusive por *agentes* institucionais, em referência a povoados com localização definida) ou *comunidade* no sentido associativo (unidade de comuns diante de um projeto político

regionalização. Para o autor, essa noção refere-se à diferenciação “[...] espaço-temporal de regiões dentro de ou entre locais, importante para contrabalançar a suposição de que sociedades são sempre sistemas homogêneos e unificados” (GIDDENS, 2003, p. 444).

Até a década de 1980, também com percursos de vida constituídos em conexão com demandas externas, o *modus operandi* local guardava significativa autonomia frente à intervenção de agendas internacionais, uma vez que, embora a região tivesse tido papel importante na economia mundial, mediante circulação de produtos oriundos do extrativismo, localmente era débil a interferência de agências compradoras sobre processos produtivos da extração da borracha. As relações sociais eram fundamentadas em códigos e padrões construídos localmente ou consuetudinariamente.

Neves (2008a, p. 61), em texto que discute processos de organização comunitária e ação política de ribeirinhos residentes em *comunidades* em três municípios do Estado do Amazonas (Alvarães, Coari e Tefé), ressalta que a constituição da Amazônia como região, ocorreu “[...] sob associações e parcerias provisórias e complementaridades nem sempre longamente reproduzidas [...]”. Anteriormente, Porto-Gonçalves (2001), em texto no qual desenvolve a concepção de que há múltiplas Amazônias na Amazônia, observou que a construção dessa região se consolidou por meio de dinâmicas socioeconômicas instituídas por ‘ciclos econômicos’², notadamente excludentes e predatórios, tentativas de ‘progresso’ econômico baseado em lógicas exógenas, dissociativas e mercantilistas.

O extrativismo do látex da seringueira (*Hevea brasiliensis*), sem dúvida, foi a atividade socioeconômica decisiva na integração da Amazônia à economia mundial, com vistas ao atendimento de demandas remotamente localizadas em países euro-americanos (NUGENT, 2006). Foi o produto mais importante em termos econômicos para a Amazônia, atingindo seu auge entre os anos de 1900 a 1940 (ANTONIO FILHO, 2009). De 1850 a 1913, o vale amazônico foi a única fonte fornecedora de borracha de alta qualidade ao mundo, fato que chamava atenção das grandes potências colonialistas da época.

ou associativo). Como estratégia metodológica, quando utilizar o termo *comunidade* no sentido de localidade, o termo virá com fonte destacada em *itálico*; quando o termo tiver sentido associativo, será escrito normalmente, com a especificação do termo entre parênteses. Dada a relevância da categoria *comunidade* nesta pesquisa, voltarei a tratar da questão em outras seções do texto.

² Oliveira Filho (2016; 1979) adotada postura crítica quanto ao uso do termo ‘ciclos econômicos’, comumente utilizado em análises referentes à Amazônia. Para o autor, o termo comporta perspectiva determinista dos processos históricos da região, demasiadamente redutor da complexidade inerente à região. Deste modo, preconiza a utilização do termo ‘fronteira’, por considerar representativo das relações sociais locais, dos conflitos que envolveram a formação da região, das relações de trabalho, de identidade e de sobrevivência de grupos sociais.

A exploração da seringa na Amazônia se constituiu por meio do seringal e possuía um sistema de organização do trabalho sustentado pelo *aviamento*, sistema de produção e comercialização do extrativismo do látex em que insumos, produtos de subsistência, medicamentos e ferramentas de trabalho eram adiantados como crédito (dívida) pelo seringalista ao seringueiro (TOCANTINS, 1982; NETO, 1979; IANNI, 1978). A dívida contraída previamente deveria ser liquidada com a entrega do látex no *barracão*³. O trabalho extrativo era realizado nos seringais, espécie de assentamento em áreas relativamente extensas e dispersas, designadas *colocações*. A posse era relacionada a um seringalista, uma família ou empresa, que autorizava os trabalhos a serem desenvolvidos por seringueiros.

A partir da década de 1960, os governos militares projetaram para a Amazônia, por meio de renovadas articulações, interposições estatais para efetivação do processo de internacionalização da economia brasileira, a inserção de novas atividades econômicas na região amazônica, como a pecuária, a exploração de madeira e os projetos de mineração (PONTE, 2017). Nesse cenário, a sobreposição dessas bases econômicas causou grandes impactos no estado do Pará, um dos primeiros da região amazônica a ter imensas áreas de florestas devastadas com o avanço da fronteira agrícola.

A coexistência de diversas categorias sociais correlatas a arranjos institucionais, constituídos ao longo das décadas, resultou em conflitos diante do acesso aos recursos naturais, em especial terra, madeira, minério e água (DRUMMOND, 2000; KOHLHEPP, 2002). Nesse campo de disputas, o estado do Pará destaca-se por estar entre os estados da região amazônica que registram os maiores índices de conflitos ambientais (CPT, 2017).

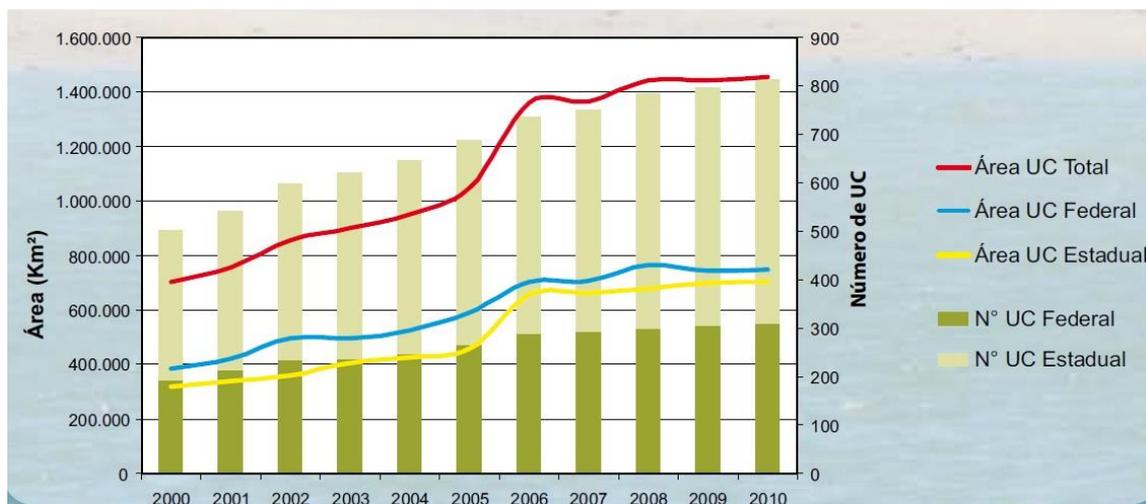
A facilidade de acesso à informação sobre práticas predatórias de uso da natureza e a maneira desordenada das formas de exploração da Amazônia levaram ao aumento da organização e à cobrança adotada por representantes de quadros institucionais que configuram a sociedade civil. Esses fatores suscitaram propostas de gestão sobre a questão ambiental, então formulada pela crítica ao paradigma desenvolvimentista, adotado pelo Estado na Amazônia. Desse embate, emergem correntes de intelectuais que intensificam o tom desse discurso (SANTOS JÚNIOR; ALVES, 2008).

Neste campo de embates, postulante de expectativas de amenização de conflitos e contenção dos impactos ambientais derivados da ocupação do território Amazônico, uma

³ Na Amazônia, o *barracão* representa importante papel no sistema de economia do *aviamento*. Aglutinava múltiplas funções: entreposto para embarque e desembarque de mercadorias, morada do *patrão* do seringal, depósito de borracha, armazém de comercialização de produtos alimentícios e diversidades, local de recepção de trabalhadores.

proposição das mais expressivas foi a criação de UC, pelos governos Federal e Estadual, no decorrer da década de 1990. Na primeira década do século XXI, registra-se um aumento significativo e crescente de UC criadas no Brasil (Gráfico 1), com destaque para a Amazônia. De acordo com dados do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação - CNUC, em 2016 havia 2.071 UC no Brasil.

Gráfico 1 – Histórico de UC criadas no Brasil entre os anos 2000 e 2010.



Fonte: Adaptado a partir de Ministério do Meio Ambiente – MMA (BRASIL, 2011).

Por influenciar diretamente processos de ordenamento territorial, a constituição de UC suscita processos conflituosos em diferentes escalas (CASTRO JÚNIOR; COUTINHO; FREITAS, 2009, p. 40), em muitas situações criando mais problemas do que amenizando conflitos preexistentes. No estado do Pará, a constituição da Reserva Biológica do Rio Trombetas, durante a Ditadura Militar, em setembro de 1979 e após este período a criação da Floresta Nacional de Saracá-Taquera, em dezembro 1989, em áreas adjacentes que se estendem pelos municípios de Oriximiná, Terra Santa e Faro, constituem exemplos de variados conflitos entre grupos sociais locais e agentes externos. As áreas de abrangência dessas UC são tradicionalmente habitadas por populações quilombolas tendo como uma de suas principais atividades o extrativismo da castanha (COELHO; MONTEIRO; CUNHA, 2009, p. 84). Os conflitos na região foram agravados pela presença de atividade de extração de bauxita pela empresa multinacional Mineração Rio do Norte – MRN. Segundo Coelho, Monteiro e Cunha (2009, p. 84), o quadro de constrangimentos causados às populações de remanescentes de quilombos da região do Rio Trombetas, há séculos lá residentes, “atingiu drasticamente não só a comunidade Boa Vista (comunidade quilombola mais próxima da Vila de Porto Trombetas,

a vila da companhia MRN), mas todas as comunidades quilombolas do Trombetas, situadas dentro ou nas bordas da FLONA”.

Contudo, a partir dos anos 2000, no estado do Pará houve significativo investimento na criação de UC. De acordo com dados do Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2016), 71,91% das UC do estado, foram institucionalizadas após a criação do SNUC, em julho do ano 2000. Um terço de seu território é ocupado pelas mais variadas categorias de UC (Gráficos 2 e 3). As Resex são as UC mais numerosas. Porém, em relação à área ocupada, elas ocupam a quarta colocação. As primeiras colocações são respectivamente ocupadas por: Florestas Nacionais (FLONA), Parques (PARNA) e pelas Áreas de Proteção Ambiental (APA), tanto em esferas de gestão nacional, como estadual (Figuras 2 e 3).

Gráfico 2 – Distribuição (área km²) das categorias de UC no Pará – 2016.

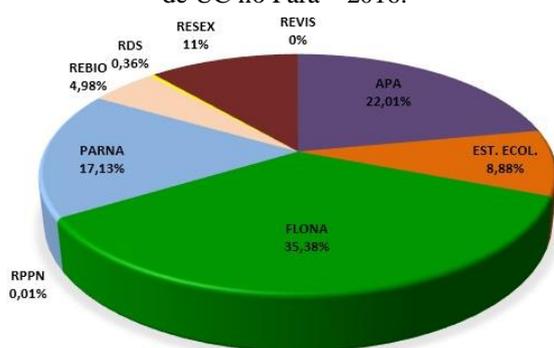
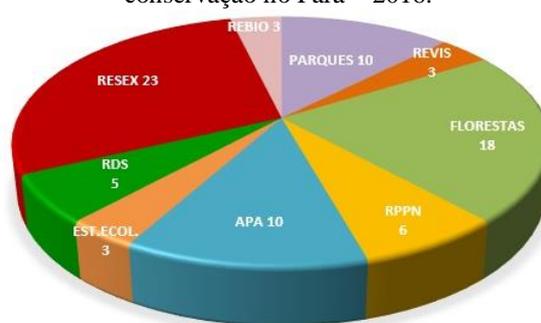


Gráfico 3 – Quantidade de UC por categoria de conservação no Pará – 2016.



Fonte: Adaptado a partir de Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2018).

Quanto à importância das Resex no tocante à amenização de conflitos e proteção ao meio ambiente, é preciso considerar a observação de Cunha e Loureiro (2009), ao pressuporem que as mesmas representam um contraponto às contradições inerentes ao sistema capitalista, posto que não reconhece a propriedade coletiva, tão pouco a importância do saber tradicional. Os autores chamam atenção para eventuais estratégias que, mascarados em programas, projetos e planos qualificados como democráticos, “buscam uma forma de imposição de vontades que anula a força criativa conquistada” por *populações tradicionais* (CUNHA; LOUREIRO, 2009).

Com a institucionalização de UC, o território é ressignificado em categorias abstratas, diferenciadora do universo de representações de *populações tradicionais*. A categoria ‘*Unidade de Conservação*’ é constituída a partir de sistemas de conhecimento consoantes com configurações elaboradas em âmbito mundial. Tais conformações, com vistas à eficiência

administrativa e controle social, são enquadrados por formas institucionalizadas em várias dimensões da vida social. Como, por exemplo, no Sistema Nacional de Unidade de Conservação. O SNUC pode ser considerado um instrumento fundamentado em *sistemas peritos* direcionados a normatizar processos sociais. Giddens (1991), ao analisar *As consequências da modernidade*, demonstra que a sociedade, no atual contexto, desenvolve-se fundamentada na crença da competência e autenticidade do *conhecimento perito*, o qual se sustenta em *sistemas peritos*, “[...] sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje” (GIDDENS, 1991, p. 37-38).

É oportuno observar que, ao discutir as relações entre as diversidades fundiária e sociocultural no Brasil, situando seu debate a partir da noção de territorialidade, Little (2003) ressalta que as formas de resistência empreendidas no Brasil frente a expansão da fronteira colonial resultou em uma grande variedade de “territórios sociais” (Terras Indígenas, Comunidades Remanescentes de Quilombos e Reservas Extrativistas). Para avançar na questão, o autor afirma que, juntamente com outras categorias de áreas protegidas, as Reservas Extrativistas têm sua criação condicionadas a sofisticadas pesquisas científicas realizadas por especialistas, consagrando o alto grau de conhecimento humano aplicado a um viés desenvolvimentista fundamentado nas noções de controle e planejamento (LITTLE, 2003).

Refletindo sobre a construção social da realidade, Berger e Luckmann (2013) consideram que a representação do mundo é uma construção, valendo-se em grande medida, de termos reificados, insistentemente reproduzidos por ressignificações coletivas. A unilateralidade na produção de pontos de vista concorrenciais configura múltiplas realidades. Nessa concorrência, uma delas alcança privilegiado reconhecimento, as demais, sendo qualificadas pela desfiguração do real. No caso da Amazônia, esse processo tem reflexos na compreensão da apropriação, em certos casos fundamentadas na expropriação de *agentes* que resistem, lutando pela permanência no território até mesmo reconhecido mediante atribuição de ‘vazio’ ou insignificância das populações aí territorializadas. Uma vez que ela repercute uma posição política e econômica que fundamenta os processos de auto-organização de diversas categorias sociais.

Enquanto percepções homogeneizadoras sobre a região Amazônica, essas versões contrastam com a reconhecida heterogeneidade, tanto biológica como expressa a diversidade social e cultural, patrimônio coletivo porque legados intergeracionais refletidos no tecido social institucionalizado na região. Refletem também a convivência de identidades socioculturais

compartilhadamente construídas. Não sem razão, valoriza-se a ocupação do espaço em consonância com a reproduzida ressignificação identitária, reafirmando os múltiplos investimentos de fluxos migratórios, que, ainda que produtos da mobilização para ocupar os alegados ‘vazios’, tem sido tão característicos do Norte do Brasil. Para uma compreensão abrangente da construção social da realidade amazônica, seria preciso considerar as populações locais como sujeito resultante de um processo dilacerador de espaços, ainda que no processo, instigadas quanto à possibilidade e capacidade de criar outros projetos, outros sonhos (OLIVEIRA, 2004).

No caso em tela, os moradores da Resex Tapajós-Arapiuns deviam incluir em seus processos sociais, categorias como sustentabilidade ambiental, índices de eficiência, gestão participativa, zoneamento ecológico, etc. Tais categorias, novamente vale destacar, fazem parte de um projeto global de conservação ambiental. No embate de forças sociais que se contrapõem, inclusive pelo alcance de representações delegadas, especialmente no quadro estatal de esferas institucionais, é preciso ter em mente o explicitado por Lerner (1977, p. 207), ao observar que a noção de processo social está relacionada a movimento, mudança, fluxo, percepção da sociedade como um contínuo ‘vir-a-ser’.

Contrariando uma das tantas representações romantizadas que vem sendo construídas sobre a região amazônica, e tendo em vista o processo histórico de sua construção e desconstrução, constata-se que a noção de região não é algo imutável no tempo. No atual contexto, ela desfruta de influências diversas, emergidas de uma sociedade urbano-industrial. Portanto, sujeita ao que Giddens (1991) chama de processos de *descontinuidades*. Porém, este caráter descontínuo do desenvolvimento social, caracterizado especialmente pela ruptura entre as ordens sociais tradicionais e as instituições modernas (GIDDENS, 1991), na Amazônia, deve ser relativizada.

Nessa região, por um lado as relações sociais se referenciam pelas condições naturais, “[...] mas não sem as mediações da cultura objetivada em práticas sociais e modos de vida que as superam” (FRAXE; WITKOSKI; MIGUEZ, 2009, p. 31). Por outro, “[...] se reproduziram sob os marcos da autoridade estatal, mas também pela expansão de um saber acadêmico e prático, justificados pelo ideário missionário e religioso” (NEVES, 2008b, p. 61). Na Amazônia, a organização social é constituída na adversidade das condições sócio históricas de vivência das populações, articula crenças, valores, atitudes e modos de vida tradicionais a um sistema de práticas e conhecimentos sobre os ambientais naturais (terra, água e floresta)

(MENDONÇA et al. 2007; WITKOSKI, 2010), conhecimento que orienta a produção mercantil e de subsistência.

A despeito das mudanças causadas pela inserção da região à economia mundial, persistem formas de vida social cuja organização mantém interdependência com maneiras precedentes de vida. O sistema de corte e queima, tão utilizado por agricultores locais, resiste ao revés das críticas quanto aos desdobramentos ambientais e socioeconômicos de sua utilização. Esta técnica milenar e tradicional mantém-se como elemento constitutivo de modos de vida e fundamenta o calendário agrícola, que baliza o planejamento de famílias aí residentes. Secularmente, essa prática foi desenvolvida seguindo utilização de critérios informais de regulação e de consensos locais quanto à organização social. Essa prática é fundamentada sobretudo na *consciência prática* (GIDDENS, 2003) de *agentes* sociais locais.

Nas abordagens de Giddens, *agente* está relacionado à ação. A categoria adquire centralidade para Giddens por colocar em relevo a capacidade de expressão da articulação entre *ação* e *agência*. Giddens (2003, p. 58) define o *agente* ou *ator* como o “sujeito humano total, localizado no tempo-espço corpóreo do organismo vivo”. Na perspectiva de Giddens (2003), os *agentes* despontam em contexto dialético em que, ao mesmo tempo em que as *estruturas* instituem regras que balizam seu comportamento, os *agentes* as concebem e são capazes de as modificar e, neste processo, são por elas modificados. Pereira (2012), ao discutir sobre os pressupostos ontológicos que fundamentam a noção de *práxis* elaborada por Giddens, ressalta que o *agente*, um *ser* social, se constitui tecendo a vida social como um ser autoconsciente, dotado de cognoscitividade, portanto, também inserido em rede de significações constitutivas da sociedade como um todo crivelmente coeso e dotado de sentido.

Na perspectiva teórica de Giddens (2003), os *agentes* sociais enquanto seres dotados de *cognoscitividade*, agem fundamentados em sua *consciência prática*, que se refere àquilo que os agentes “sabem (creem) acerca das condições sociais, incluindo especialmente as de sua própria ação”. Todavia, nem sempre podem expressar de forma discursiva. Sucintamente, a *consciência prática* é um saber fazer aprendido no exercício da vida em sociedade (GIDDENS, 2003).

Partindo-se do pressuposto de que modos de organização correspondem a uma noção em movimento, os fatos inerentes ao processo histórico e político de ações de desenvolvimento para a Amazônia de forma ampla, são ilustrativos de alguns desencadeamentos que moldaram as formas de organização do território regional, assim como a organização social de *populações tradicionais*.

Para efeitos de reconhecimento de populações residentes em UC, em relação à categorização política e administrativa dessas áreas, as populações residentes têm sido reconhecidas como *populações tradicionais*. Contudo, como constata Barreto Filho (2006), o termo *populações tradicionais* constitui conceito elaborado no âmbito do *conservacionismo*⁴ internacional. Pela análise, o autor profere críticas quanto à definição deste termo, que corresponde a categoria que engloba tamanha diversidade ao tomar por objetivo a homogeneização para efeitos dos embates na produção e reconhecimento de direitos adquiridos. Apesar das críticas, com essa definição os grupos sociais por ela abarcados passam a ser reconhecidos como sujeitos pelo Estado.

Pesquisadores de várias áreas disciplinares adotam distintas abordagens para analisar a categoria analítica *populações tradicionais* (SANTILLI, 2005a; 2005b; DIEGUES; ARRUDA, 2001; BARRETTO FILHO, 2001; ARRUDA, 1999; DIEGUES, 1996; 1993). Embora não haja definição consensual, entre as várias concepções atribuídas ao termo, estão presentes princípios do campo jurídico, antropológico e sociológico (BENATTI, 2001). Para efeitos de atendimento do proposto nesta pesquisa, ao fazer referência a esta categoria, considerarei a definição elaborada por Barreto Filho (2006, p. 110): “a noção de “população tradicional” expressa um conjunto de valores culturais coletivos relativos ao meio ambiente – percepções, valores e estruturas de significação que orientam e estão na origem de certas políticas ambientais”.

Na categoria *populações tradicionais*⁵ estão compreendidas outras categorias emblemáticas na Amazônia. Moradores por mim entrevistados na Reserva Tapajós-Arapiuns, fizeram inúmeras referências ao ‘seringueiro’, ora se reportando a si mesmos, ora a seus pais e avós, ou relatando anedotas da prática.

Eu fiz uma entrevista no INSS contando ao entrevistador como fazia para cortar a seringa, tratar a seringa [...]. [...] todos nós irmãos trabalhavam: o Amadeu, que já morreu; o Bentadinho, que ainda é vivo; o José, que mora em Manaus; eu e o papai,

⁴ Conservacionismo se refere a uma linha de pensamento que contrapõe às perspectivas preservacionistas. O conservacionismo tem como característica a defesa da busca pelo bem-estar da sociedade, pregando o uso racional dos recursos naturais ao movimento em benefício da população, inclusive das gerações futuras (DIEGUES, 2000).

⁵ As ambiguidades envolvendo a apropriação e uso do termo *populações tradicionais* estiveram presentes também no âmbito das discussões referendadas pela Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho – OIT, sobre Povos Indígenas e Tribais, ratificada pelo Brasil em 25 de julho de 2002. Embora o termo já figurasse em documentos institucionais, o mesmo não desfrutava de integral reconhecimento. Naquele contexto, movimentos sociais atuantes nos debates, representantes dos chamados ‘*povos da floresta*’, manifestaram recusa ao uso do termo por considerarem excessivamente calcado em referenciais geográficos, de demografia e da biologia, com vistas à uniformização a partir de contornos estatísticos, geográficos ou ecossistêmicos. Portanto, redutor de especificidades que lhes são caras. Deste modo, principalmente grupos sociais e representantes indígenas, reivindicaram o uso do termo “*Povos*”, considerado mais apropriado por estar associado a noções de identidade e etnicidade (CASTRO; OLIVEIRA, 2016, ALMEIDA, 2008, DIEGUES, 2001).

cinco seringueiros. Entrava cedo no seringal para chegar com um balde cheio de leite (Morador da comunidade Boim, 69 anos, agricultor aposentado, 2017).

Aprendi a riscar seringa com meu pai, que era seringueiro, nascido e criado na Resex (Morador da comunidade Anã, 48 anos, agente de saúde).

Com a crise na economia da borracha enfrentada no Brasil, esses *agentes* econômicos foram forçados a buscar outras estratégias, dentre as quais, o abandono de suas *colocações* (NEVES, 2008a; CHAVES, 2001). Assim como observara Neves (2008a), diante dessas mudanças, coube aos ex-seringueiros e seus descendentes, que migraram das *colocações*, seguirem uma das duas alternativas: alugar-se na periferia de cidades, ou se reinstalar nas ‘beiras’ dos rios, dedicando-se à produção de alimentos para subsistência e comercialização.

Sumariamente, esta mudança dá início a história social de outra categoria representativa da Amazônia, o *ribeirinho*⁶. Na perspectiva de Neves (2008a), os seringueiros foram sendo superpostos pelos *ribeirinhos* (terminologia em referência à localização espacial de moradia desses grupos sociais), os quais, posteriormente aglomerados nas beiradas dos rios e organizados em grupos domésticos, pela intermediação da igreja católica, passaram a constituir as *comunidades* (unidade residencial, localidade e associação política).

Essa nova forma de organização social, na região de Santarém, começou a ser delineada na década de 1960, através da igreja católica que aí implantou a catequese rural, promovida pela Diocese de Santarém, depois partilhada com as Prelazias dos municípios de Óbidos e Itaituba. Constituiu-se modelo político educacional e de evangelização com vistas a despertar consciência crítica de adultos e lideranças locais (SÁ, 2017; SENA, 2014; VAZ FILHO, 2010). Em 1963, a Diocese instaurou o Movimento de Educação de Base – MEB⁷, inclusive com a construção de uma rádio de educação rural, através da qual foram desenvolvidos trabalhos de

⁶ *Ribeirinho* refere-se à categoria social cuja terminologia representa o significado do meio natural nas formas de vivência de grupos sociais da Amazônia. O termo designa moradores que habitam ambientes sujeitos a inundações conforme o ciclo das águas (regiões de várzeas). No processo de construção da representação sobre a região, tornou-se a forma identitária considerada natural da cultura amazônica.

⁷ Leroy (1991), ao analisar a constituição do campesinato em Santarém, ressalta que na década de 1970 a igreja católica atuou no meio rural de Santarém por meio de paróquias, catequese rural e do MEB. O MEB foi constituído em 1961, “com o objetivo de “levar o homem a tomar consciência de sua dignidade como pessoa humana, feita à imagem e semelhança de Deus”, tinha uma pedagogia que partia da vida e que pretendia contribuir para a transformação da sociedade” (LEROY, 1991, p. 103). Militares e parcelas da hierarquia compreenderam essa proposta e forçaram a Igreja a empreender mudanças na forma de atuação do MEB. Assim, ele passou “da ênfase sobre a conscientização para a ênfase sobre a ajuda mútua (LEROY, 1991, p. 103). Salienta o autor que em Santarém, as atuações do MEB pertencem à sua segunda fase, “em que se passou a incentivar, no lugar da organização sindical, a organização e a ação comunitária inócuas” (LEROY, 1991, p. 104). O autor é crítico a este processo, frisando que a Igreja tenta “promover o “desenvolvimento do homem integral”, mas o reduz às dimensões da sua “comunidade”, entendida como os que habitam o mesmo lugar e participam juntos de atividades comunitárias (LEROY, 1991, p. 104).

alfabetização de jovens e adultos, em adesão aos métodos elaborados pelo educador e filósofo Paulo Freire como instrumento de formação cristã (SENA, 2014; VAZ FILHO, 2010). A metodologia adotada pelo MEB previa empregar os próprios estudantes como agentes de educação por envolvimento na elaboração de cartilhas, concomitante à atuação no programa da rádio rural e o acompanhamento de monitores (VAZ FILHO, 2010). Claramente inspirado na Teologia da Libertação, o MEB passou a articular moradores de distintos povoados, que até então eram chamados, por aqueles que lá viviam, como ‘lugar’ ou ‘localidade’. Pela convivência em comunhão, as localidades foram denominadas *comunidades* (unidade residencial) (SÁ, 2017; VAZ FILHO, 2010). Em estudo realizado por Sá (2017), em referência ao estudo elaborado por Gama (2004), no município de Santarém, explica a autora que o termo *comunidade* tem:

[...] a conotação de um tipo particular de organização política. Comunidades são assentamentos acima de 13 domicílios, que recebeu essa denominação por causa da implantação de uma organização política formal, baseada no modelo sugerido pelo Movimento de Educação de Base – MEB a partir do final dos anos 60, [...]. Na região de Santarém, especialmente na várzea, ainda persiste o trabalho nas comunidades, aliás, é sobre elas que o MEB estruturou a sua atuação. Para esta organização, comunidade parece encerrar o critério populacional como universo populacional e como um núcleo social, onde as pessoas devem ter em comum, objetivos e interesses (GAMA, 2004, p. 60).

No capítulo 3 discorro de forma detalhada sobre a trajetória de criação da Resex Tapajós-Arapiuns, demonstrando o engajamento político de lideranças locais na articulação de estratégias, os desafios, as disputas, etc. Por ora gostaria de destacar a atuação da igreja católica no ordenamento do contexto que envolve a situação passada e presente dos moradores da Resex Tapajós-Arapiuns, tanto no movimento para criação da Reserva quanto no movimento do Grupo Consciência Indígena - GCI, os quais tiveram influência direta das ações do MEB. Sena (2014), em texto que discute a constituição de movimentos sociais na região de Santarém, considera os movimentos coirmãos, por ambos terem emergido na mesma região da atual área compreendida pela Reserva, além de ter a mesma pessoa como um de seus protagonistas, o frei franciscano Florêncio Almeida Vaz Filho, indígena Maytapu, antropólogo e, nos dias correntes, professor da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA.

Após a criação da Resex (novembro de 1998) e o movimento indígena ter efetivamente se estabelecido, inclusive com diversas *comunidades* se auto identificando como indígena, no interior e fora da Reserva, a partir do ano 2001, teve início um clima de animosidade polarizado no interior da Resex. Alguns integrantes se definem como residentes em *comunidades* e os

indígenas que denominam seu lugar de moradia como aldeia (VAZ FILHO, 2015). Os conflitos envolviam também moradores da Floresta Nacional do Tapajós – Flona Tapajós⁸, situada em área paralela ao território da Reserva, na margem direita do rio Tapajós. Em 2001, a Flona recebia técnicos da Fundação Nacional do Índio - FUNAI para darem início aos procedimentos solicitados por residentes da área, de reconhecimento como indígenas. O motivo para as divergências relacionava-se à ideia de que, com tantas *comunidades* reivindicando identificação de aldeia, a área da Resex poderia ser transformada em terra indígena, passando sua jurisdição do IBAMA para a da FUNAI (VAZ FILHO, 2015).

Nota-se que, mesmo após a criação da Reserva, conflitos pelo acesso e uso da terra continuaram a ocorrer. Em 2014, quando o Ministério do Meio Ambiente – MMA aprovou o Plano de Manejo da Resex, havia no território sete processos de identificação de terras indígenas, em diferentes estágios de evolução: grupos identificados e mapeados por laudo antropológico, todavia, sem contar com levantamento fundiário (BRASIL, 2014). No Plano de Manejo elaborado com a colaboração de *agentes* delegados do Estado, é possível observar a instabilidade quanto ao uso do termo referente a esses lugares de moradia: *comunidade/aldeia*.

Pelos dados apresentados, a complexidade em torno das formas de apreensão do território e de pensar o desenvolvimento da Reserva, valorando as políticas públicas diferenciadas para um mesmo território, segundo distintas representações, é representativo de conflitos institucionais que polarizaram grupos sociais atualmente residentes na Resex. Esses breves comentários quanto aos aspectos políticos e ideológicos sobre processos constitutivos da Amazônia, de forma ampla, e da região onde se delineia a Resex Tapajós-Arapiuns explicam entrecruzamentos atuais no âmbito local. São ilustrativos de alguns desencadeamentos que moldaram as formas de organização do espaço regional, assim como a organização social de *populações tradicionais*. Nesse campo de embates, relações sociais forjadas de formas diferenciadas resultaram na construção e desconstrução dos agentes sociais povoadores da Amazônia, tantas vezes envolvidos em propostas mirabolantes de exploração dos recursos naturais, e tantas outras tendo que arcar com as consequências desastrosas de projetos frustrados de colonização (FRAXE; WITKOSKI; MIGUEZ, 2009).

⁸ A Floresta Nacional do Tapajós – Flona Tapajós – foi a primeira reserva florestal implantada na Amazônia. Entre os objetivos de sua criação em 1974, estava previsto o manejo planejado para exploração de recursos florestais madeireiros e a pesquisa. Sua criação resultou em diversos conflitos, inclusive entre o Estado e *populações tradicionais* que lá residem, em função da proibição da permanência dessas populações nos limites da Flona (IORIS, 2014). Com a institucionalização do SNUC em 2000, a Flona foi enquadrada como UC de uso sustentável, atualmente sendo desenvolvido na reserva a exploração madeireira gerenciada por associação de moradores.

Considerando os processos de construção de conhecimento, nesse quadro político e ideológico, como posso ir além de tais perspectivas reducionistas sobre a região Amazônica? Como elaborar rupturas epistemológicas? Ou, como diria Boaventura de Sousa Santos (1989), como projetar perspectiva acadêmica capaz de romper com o predominante código de leitura do ‘real’ para alcançar a complexidade de configurações que dinamizam a vida na região? Uma das saídas reclamadas supõe que as abordagens de pesquisas sobre a Amazônia exijam a construção de visão complexa e, inclusive, da problematização das percepções sobre meio ambiente, ou seja, não permitindo a dissociação do meio natural das condições de vida das populações locais, das lutas em prol da igualdade social como valor referencial dos modos de reordenação social, tais como reivindicadas pelas possibilidades de acesso à educação, da justiça social, em suma, pelo assegurado reconhecimento da cidadania.

O processo de fragmentação da região, valorado em diversos campos de conhecimento, surtiu efeitos em vários aspectos da vida cotidiana, no mundo do trabalho, ou da atividade econômica, na compreensão do meio ambiente e das instituições. No campo acadêmico, essa noção postula a máxima fragmentação do objeto de análise científica. Edgar Morin (2011), reconhecendo tal problema metodológico, adverte que essa vontade simplificadora do conhecimento científico, enquanto premissa, revela uma simplicidade escondida por trás da aparente multiplicidade e da desordem dos fenômenos.

O reducionismo na forma de conceber a Amazônia não é restrito à forma de ocupação da região. Ele se reflete também no campo científico (outro campo institucional de poder) e na diferenciação de objetos de estudo, proposição que, muitas vezes, contribui para a dissociação entre desenvolvimento social e conservação ambiental. A expressividade política dessas construções pode inibir os potenciais organizativos locais, bloquear a capacidade de cooperação dos povos situados, mas acima de tudo, reduzir análises sobre as complexas interações inerentes ao cotidiano das populações amazônicas.

Em concordância com a proposição de Lobão (2006), em sua discussão sobre a trajetória de construção de Reservas Extrativistas Marinhas enquanto política pública, determinados campos disciplinares e os cientistas afiliados exercem papel fundamental nesse arranjo, à medida que conseguem controlar quais argumentos são válidos e quais devem ser descartados, e assim “disseminam apenas uma verdade” (LOBÃO, 2006, p. 22). Acrescenta o autor que “[...] esta passa, então, a fazer parte de um vocabulário padrão, nos quais significados e significantes pretendem-se estáveis ao longo do tempo e dos espaços onde são aplicados” (LOBÃO, 2006, p. 22).

Neste sentido, é pertinente a consideração de alguns aspectos da construção do campo acadêmico de estudos sobre UC. Em levantamento bibliográfico sistemático, realizado com intuito de mapear as principais universidades, campos disciplinares, programas e temas inscritos em textos relacionados à UC em todo país, foi possível identificar tendências e recorrências nas pesquisas. Para sistematizar o banco de dados, teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso (TCC) e artigos científicos, os mesmos foram considerados por recorte temporal, compreendido entre a década de 1980 a 2017. Considerando os textos elaborados por autores afiliados à instituições públicas e privadas, resultou em mapeamento de 56 universidades, 318 programas, 1.300 textos referentes a trabalhos de conclusão de curso de graduação e pós-graduação (*lato e stricto sensu*) e 73 artigos científicos relacionados a UC. Do total de textos analisados referentes a trabalhos de conclusão de curso: 4,15% correspondem a TCC; 70,15% a dissertações e; 25,70% a teses.

Embora a análise não tenha sido aprofundada no que se refere à construção epistemológica dos campos disciplinares que definem os diversos objetos de pesquisa desenvolvidos, as observações elaboradas oferecem indicativos de um quadro geral sobre as produções e suas respectivas áreas. A produção científica que toma como objeto de análise UC, parte de um campo mais amplo de estudos relacionados à conservação e biodiversidade. Ressalta trabalhos desenvolvidos por pesquisadores com formação em diversas áreas do conhecimento. Também explicita certo caráter multidisciplinar da produção científica e do correspondente objeto de estudo.

Dentre os diversos temas identificados nesses trabalhos, em linhas gerais, os mais recorrentes estão relacionados a avaliações de impactos e indicadores de sustentabilidade, diagnósticos socioeconômicos e ambientais, potenciais de conservação e desenvolvimento, indicadores de conservação e econômicos, estratégias de preservação e desenvolvimento, efetividade e fortalecimento da gestão, índices de implementação de UC. Tais categorias são recorrentemente utilizadas nos debates e avaliações de áreas disciplinares com vieses voltados a temáticas sociais, a exemplo da administração, da economia, da contabilidade, do direito, etc. Todavia, a dimensão social dessas pesquisas formata objetos de pesquisa que, na maioria das vezes, são reduzidos a métodos de avaliação de questões indicativas de ferramentas de gestão, em detrimento de temáticas relacionadas à compreensão da constituição de práticas sociais.

O tema proposto nesta tese é convergente com reflexões que seguem por percursos já trilhados por outros pesquisadores. As questões que são colocadas em relevo pelos referenciados autores dependem muito dos pontos de vista disciplinares; ou da tomada de

posição frente a projeções em relação à gestão de recursos naturais e *populações tradicionais*. Nesta seara, as questões centrais apresentadas ao debate nos textos analisados na revisão bibliográfica perpassam diversos temas.

Analisando textos cuja temática se aproxima da proposta desta tese, constatei que questões sobre mudanças sociais tem merecido muito investimento de pesquisa e reflexão ensaística: Andrade (2016); Arantes (2016); Freitas (2016); Gomes (2016); Silva (2015); Sousa (2015); Castelo (2014); Govindin (2014); Lira (2014); Nascimento (2014); Perez (2014); Piratoba (2014); Rodrigues (2014); Schettino (2014); Caldenhof (2013); Castro (2013); Nascimento (2013); Ribeiro (2013); Santos (2013); Silva (2013); Ibiapina (2012); Luna (2012; 2003); Martins (2012); Broering (2011); Fabiano (2011); Rocha (2011); Rodrigues (2011); Ribeiro (2010); Buzzato (2009); Picanço (2009; 2005); Pinho (2006); Siqueira (2006); Sousa (2006); Bonassa (2004); Bitencourt (2000). Nos textos analisados, modos de organização são discutidos de forma tangencial, uma vez que os autores tomam como objeto de análise aspectos do cotidiano de moradores situados em UC ou em seu entorno, mas não focam práticas sociais no contexto de processos de organização social.

Constituem exemplos desta constatação as pesquisas elaboradas por: Arrantes (2016), Freitas (2016), Sousa (2015), Nascimento (2014), Piratoba (2014), Caldenhof (2013), Ribeiro (2013), Santos (2013), Ibiapina (2012), Martins (2012), Fabiano (2011), Picanço (2009; 2005), Buzzato (2009), Figueiredo (2007), Pinho (2006), Bonassa (2004), Luna (2003), Bitencourt (2000). Esses autores, como problemática norteadora de suas análises, valorizam questões de conflitos especialmente pelas dimensões das representações sobre uso e apropriação do território entre distintos agentes sociais.

Outro foco analítico recorrente entre autores que investigam as referidas mudanças sociais, desdobra-se em análises que enfocam a atuação de gestores, especialmente representantes delegados do Estado, na conservação da biodiversidade, enfatizando a implantação de políticas ambientais e programas públicos. Autores como Andrade (2016), Gomes (2016), Castro (2013), Nascimento (2013), Luna (2012), Rodrigues (2011), Ribeiro (2010) e Moura (2007) apontam os limites, as possibilidades, as incoerências e as ineficácias de programas de conservação, mormente no que se refere ao desenvolvimento social de *populações tradicionais*.

Um ponto comum entre as pesquisas por mim analisadas está no fato de que, em grande medida, as discussões se desdobram em análises em torno do debate sobre a visão restritiva e conflituosa de regras estabelecidas no SNUC para *unidades de conservação*. Neste caso, alguns

trabalhos incidem sobre o cumprimento ou não de regras, ou sobre os arranjos construídos a partir da sobreposição de normas formais e informais.

Cabe destacar a discussão abordada por Silva (2014), pela qual elabora crítica ao formalismo estatal, que tem servido à dominação de agentes públicos sobre UC e *populações tradicionais* residentes nas mesmas. O autor parte da alusão ao mito grego de Édipo⁹, associando a trajetória dessa narrativa à estruturação de utopias. O dilema enfrentado pelas *populações tradicionais*, segundo Silva (2014, p. 2), é “decifrar e aprender como se movimentar segundo a racionalidade estatal moderna ou ser devorada por ela”.

Para o autor, referindo-se especialmente às *populações tradicionais* residentes em Resex, esse desafio configura tanto um obstáculo quanto uma condição para a superação de empecilhos que limitam o desenvolvimento dessas populações. Em referência aos estudos de Max Weber, Silva (2014), considerando o Estado como o espaço das ações racionais e como esfera de dominação racional/legal, contesta essa racionalidade frente às práticas tradicionais de populações, tradicionalmente ligadas a valores e normas informais de conduta.

A discussão do autor enfatiza a forma de constituição do Estado como força doutrinariamente estabelecida, no caso das *populações tradicionais* que se veem diante da difícil tarefa de apreender habilidades próprias, consideradas como conhecimentos específicos e orientadores de padrões de organização e habilidade argumentativa. Por tais considerações, Silva (2014) adverte o quanto *populações tradicionais* residentes em Resex, para serem legitimadas, precisam fundamentar suas ações em regulamentações formais legais. Essa nova realidade é construída mediante estranhamento das *populações tradicionais*, posto que suas ações e práticas foram construídas por meio de um “modo de vida baseado em valores comunitários informais, repassados de geração a geração e cristalizados através dos tempos” (SILVA, 2014, p. 10). O autor esclarece que a tímida racionalidade formal, ainda em construção por parte de *populações tradicionais*, gera dificuldades nas arenas de disputas, tornando-as presas frente à dominação racional-legal coordenada por ações do Estado.

Nesta tese, por pesquisa bibliográfica e empírica, dediquei-me ao estudo dos modos de organização social segundo o ponto de vista dos moradores de duas *comunidades* da Resex

⁹ Segundo a mitologia grega Édipo, rei de Tebas, enfrentou uma longa jornada em seu passado na busca pela conclusão de seu inexorável destino: matar seu próprio pai e desposar sua mãe. Nesta épica caminhada, ele se deparou com uma esfinge no meio do deserto. Com corpo de leão e cabeça de gente, a escultura teria expressado ao herói grego a seguinte fala: decifra-me ou te devoro. Assim, quem não respondesse à pergunta formulada pela esfinge seria castigado com a sentença de morte. Era, portanto, necessário saber as respostas certas para continuar a viagem. Ao responder corretamente ao enigma lançado, Édipo salvou a sua vida e a cidade de Tebas (SILVA, 2014, p. 2).

Tapajós-Arapiuns, considerando as interferências políticas, institucionais e ideológicas às quais estão circunscritos. Neste sentido, afasto-me de muitas das pesquisas citadas anteriormente, à medida que, ao focar os modos de organização social, incorporo à análise as escolhas, as práticas e as estratégias dos moradores, elaboradas e reelaboradas frente aos processos sociais, variáveis pouco contempladas pelos pesquisadores. Outro fator distintivo se fundamenta na referência aos instrumentos conceituais e analíticos oferecidos pela *teoria da estruturação*, abordagem teórica que poucos autores, entre os por mim consultados, adotam para análise da problemática em questão.

Portanto, abordo os processos direcionando o olhar para as práticas sociais cotidianas dos moradores, em especial aquelas referenciadoras dos modos de organização social, tais como as práticas relacionadas às atividades produtivas/agrícolas e extrativas (agricultura, extrativismo, caça, pesca), específicas à representatividade delegada instituídas por associações e lideranças comunitárias; aos processos de socialização e às interações entre comunitários e agentes de mediação do Estado. No percurso, busco correlacionar as interconexões aos imperativos contextuais específicos que a gestão da Resex pressupõe: inserção na dinâmica dos aparatos racionais-legais do Estado, articulação com ampla rede de atores formalmente constituídos em instâncias de representação institucional (conselhos deliberativo e comunitário), instrumentos formais de gestão territorial (Plano de Manejo¹⁰, Acordo de Gestão¹¹), preceitos normativos definidos em estatutos, etc. Considero que essa estrutura institucional e respectivos procedimentos de gestão correspondem a instrumentos de mediação entre distintos universos simbólicos.

Diante do exposto, desenvolvi a pesquisa a partir da seguinte questão: como as práticas de *agentes* sociais são resignificadas em áreas onde há a interposição do Estado dirigido a tutelar esses espaços por correspondentes ideários de conservação ambiental? Considerando essa questão, analiso os modos de organização de *sistemas sociais* associados às concepções e abordagens teóricas de Anthony Giddens. Tendo em vista o objeto de estudo delineado, parto do pressuposto de que estão implícitos nas práticas da realidade social das populações residentes na Resex, fenômenos relacionados à *estrutura* e à *ação* de distintos *agentes*. Deste modo, usufruo dos instrumentos conceituais de Giddens para análise e interpretação das formas

¹⁰ O Plano de Manejo constitui-se como um dos principais instrumentos de intervenção por ser direcionador do uso dos recursos naturais nas UC. Elaborado por técnicos envolvidos ou não com a gestão da UC e com a participação dos moradores da UC, é o documento técnico que apresenta diversas informações sobre a UC, previsto no art. 27 e parágrafos do SNUC.

¹¹ O Acordo de Gestão é instituído com o Plano de Manejo e, grosso modo, especifica as normas sobre o acesso e apropriação dos recursos naturais, o que é permitido ou não na UC.

como as *estruturas* delineiam a *ação* dos *agentes* e, de modo avesso, como os *agentes* influenciam e moldam as *estruturas*. Dinâmica que configura o que Giddens (2003, p. 31) denominou de *dualidade da estrutura*, “base principal das continuidades na reprodução social através do espaço-tempo”, construída na relação entre moradores de *comunidades* rurais amazônicas e agentes do Estado.

Lançar o olhar para as práticas sociais dos moradores permite, por um lado, refletir sobre as mudanças ocorridas em modo de vida retratado e reconhecido como singular. Por outro lado, instiga a considerar analiticamente como tal singularidade é confrontada por entrecruzamentos de sistemas tradicionais de organização comunitária e sistemas de organização mais amplos e até globalizados. Pela utilização dessas noções de Giddens (2003; 1991), as mudanças são entendidas em contexto ou relacionalmente, tanto em sua *extensionalidade* (interconexões globais) como *intencionalidade* (alteração de características íntimas e comportamentos pessoais do cotidiano).

Partindo-se do pressuposto de que os moradores da Resex Tapajós-Arapiuns são dotados de capacidade de *agência*, ou seja, “[...] de intervir no mundo, ou abster-se de tal intervenção, com o efeito de influenciar um processo ou estado específico de coisas” (GIDDENS, 2003, p. 17), as mudanças sociais não podem ser vistas como algo imposto de fora para dentro. Elas são gestadas na própria relação que os moradores estabelecem com os meios circundantes, inclusive/ou especialmente com agentes do Estado. Nesta perspectiva, “agência subentende poder” (GIDDENS, 2003, p. 10). “Isso pressupõe que ser um agente é ser capaz de exibir (cronicamente, no fluxo da vida cotidiana) uma gama de poderes causais, incluindo o de influenciar os manifestados por outros” (GIDDENS, 2003, p. 17). Por fim, Giddens (2003, p. 18) afirma que “o poder em sistemas sociais que desfrutam de certa continuidade no tempo e no espaço pressupõe relações regularizadas de autonomia e dependência entre atores ou coletividades em contextos de interação social”. Em linhas gerais, o autor compreende *poder* como capacidade de transformação.

Dado o contexto da pesquisa, a *teoria da estruturação* (GIDDENS, 2003) apresenta-se particularmente interessante ao proporcionar análises tanto do macro quanto do micro ambiente institucional, ou seja, considera, por exemplo, as interfaces de sistemas tradicionais de organização social e sistemas constituídos com vistas à conservação da biodiversidade, fundamentados em *sistemas peritos* (GIDDENS, 1991).

A partir do exposto, o objetivo central do texto da tese é analisar as mudanças nos modos de organização social de moradores das *comunidades* de Anã e Boim, na Resex Tapajós-

Arapiuns. O foco sobre as interseções de processos cotidianos da vida familiar, individual, comunitária e associativa, com aqueles vinculados a burocracias estatais, aparatos jurídicos, mostrou-se particularmente fecundo para refletir sobre os processos de mudanças sociais passados e em curso no ambiente social da Reserva.

O texto está organizado da seguinte forma: esta introdução, explanando o tema abordado, os enfoques da pesquisa, além de situar a categoria Resex no âmbito de políticas de conservação. Enfim, apresento a problemática, a justificativa e os objetivos que me guiaram na elaboração do texto. Sequencialmente, no **capítulo 1**, discorro sobre o percurso metodológico adotado para a pesquisa. Na primeira seção do capítulo, avanço na apresentação e formas de uso dos principais conceitos teóricos norteadores da análise. Na segunda seção, invisto na descrição detalhada das condições de inserção no universo empírico, reflexões a partir das quais explicito o processo de construção do tema da pesquisa, a construção da rede de contatos com os agentes da pesquisa e as viagens às *comunidades* (localidade) da Reserva. Na terceira seção, apresento dados sobre aspectos gerais dos municípios pelos quais a Reserva estende-se, informações sobre as formas de concepção e ordenamento territorial da Resex delineadas por agentes gestores da UC.

O **capítulo 2** concentra o maior investimento em reflexões processuais sobre aparatos jurídicos, teóricos e metodológicos da governança de UC. Na primeira seção, discorro brevemente sobre a constituição da política de conservação ambiental em âmbito mundial, com recorte temporal delineado a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (Conferência de Estocolmo – 1972), evento basilar da emergente constituição do paradigma ambiental. A apresentação temporal de tratados internacionais sobre o meio ambiente procurou demonstrar continuidades e *descontinuidades* da definição da questão ambiental enquanto problema social, complementarmente, sobre o aperfeiçoamento e a inserção na agenda ambiental de conceitos políticos-ideológicos desenvolvidos de forma a servir aos princípios de conservação. O entendimento das discussões internacionais sobre o meio ambiente contribuiu para a construção do modelo de gestão institucional de conservação e preparou o caminho para a análise da legislação e dos instrumentos de gestão incidentes sobre Resex no Brasil. No contexto, situo a emergência da categoria UC de Reserva Extrativista no cenário nacional, destacado modelo tipicamente constituído a partir de demanda de seringueiros da Amazônia.

A partir do **capítulo 3**, caracterizo o universo empírico, lançando o olhar para as práticas cotidianas dos moradores. Na seção de abertura apresento a contextualização do processo de

criação da Resex Tapajós-Arapiuns, destacando os conflitos entre madeireiras e moradores, as estratégias de enfrentamento de ameaças, a construção de parcerias e a organização política dos moradores em torno da necessidade de garantir a reprodução de seus modos de vida. Utilizo principalmente as narrativas dos entrevistados e, complementarmente pesquisa documental em jornais de circulação regional para situar o contexto de disputas e experiências contextuais rememoradas pelos moradores, compreendendo-as em relação às condições objetivas que definem a dinâmica local. No decorrer do capítulo também são abordadas várias questões que caracterizam a dinâmica social de vida dos moradores, a formação das *comunidades* e suas condições materiais, aspectos da vida política, simbólica e cultural, particularidades das práticas de subsistência dos *agentes* entrevistados. Importante questão relacionada às mudanças sociais é analisada e discutida na última seção do capítulo e se refere às formas de representação dos moradores. Nas seções recorro, principalmente, às minhas observações, andanças e conversas nos períodos de trabalho de campo.

Já no **capítulo 4**, as discussões mantem o aprofundamento das análises sobre o universo empírico dos moradores da Reserva. Para tanto, emprego principalmente os resultados obtidos no trabalho de campo para abordar os processos sociais que culminaram em mudanças concernentes aos modos de organização social na Resex, relacionados à socialização, dinâmicas de mobilidades espaciais, aspectos de práticas laborais e a institucionalização de regras formais. Recorro às categorias analíticas de *consciência prática* e *consciência discursiva* (GIDDENS, 2003) dos entrevistados, relacionando-as às atividades laborais para desenvolver a hipótese que mudanças institucionais em fluxos de ações de representantes de diversas instituições influenciam na manutenção dos *circuitos de reprodução* (GIDDENS, 2003). A última seção do capítulo é destinada a analisar e discutir as representações que os moradores elaboram a respeito do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso – CCDRU. Demonstro como o contrato, por significação simbólica, dialoga com proposta de regularização fundiária, constituindo por parte dos moradores uma concepção dialética entre segurança e insegurança.

Nos **capítulos 3 e 4** discuto as mudanças nos modos de organização social tomando a análise de sistemas de mediações como fio conduto. Para tal, invisto na análise de formas institucionais de mediação social, notadamente constituídas para orientar a gestão da UC, bem como os processos sociais decorrentes das especificidades dos modos de vida de moradores da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns. Concentro a análise nas associações, aparatos institucionais (Plano de Manejo, Acordo de Gestão e conselho gestor), conselhos gestores. Finalizo o texto (**capítulo 5**) com as considerações finais.

1 PROCESSO DE PESQUISA E PERCURSO METODOLÓGICO

1.1 Abordagem teórica e metodológica

Tomando como base teórica e metodológica os pressupostos elaborados por pesquisadores da área de ciências sociais, em especial Anthony Giddens, principalmente aqueles relacionados à teoria da *estruturação* e à teoria da modernidade, neste texto de tese analiso os modos de organização social a partir do ponto de vista do *agente da ação*. No livro *A constituição da sociedade* (primeira edição publicada em 1984), Giddens apresenta concepção *estruturacionista* das práticas sociais, por ele denominada de teoria da *estruturação*, pela qual elabora perspectiva epistemológica dirigida para a *ação social*, bem como para a compreensão da subjetividade humana implicada na produção dessa mesma *ação*. A proposição de Giddens sobrevém de críticas elaboradas sobre os intentos interpretativos da sociologia clássica, não somente, mas sobretudo ao *funcionalismo*, pela concepção naturalista da sociologia, e ao *estruturalismo* que, para ele, recai em formalismo. Considerando que ambas perspectivas propõem uma espécie de ‘imperialismo’ do objeto social, o empenho epistemológico de Giddens (2003, p. IX) consiste em “estabelecer uma abordagem da ciência social que se afaste de maneira substancial das tradições existentes do pensamento social”.

Neste sentido, o autor, a partir de investimento metodológico, emprega o termo *estruturação* como síntese de duas noções – *estrutura* e *ação*, sujeito e objeto –, fundamentais à análise das interações humanas. Desta forma, concebe a ideia de *estruturação* como algo que vai se constituindo na *ação*, ou seja, a *ação* gera as *estruturas*, assim como a *estrutura* gera a *ação*. A noção de *ação* é fundamental na abordagem da teoria da *estruturação*. Giddens compreende a *ação* conformando e confirmando as *estruturas*. Em *Novas regras do método sociológico: uma crítica positiva às sociologias interpretativas*, ele define *ação* como:

[...] o fluxo de intervenções causais, efetivas ou contempladas de seres corpóreos no processo contínuo dos acontecimentos do mundo. A noção de atividade interliga-se diretamente com o conceito de *práxis*, e, quando falo de tipos regularizados de atos, quero falar de práticas humanas como uma série contínua de ‘atividades práticas’. Analiticamente, e inerente ao conceito ação que uma pessoa ‘possa ter agido de outra forma’ e que o mundo, enquanto constituído por um fluxo de fenômenos em processo independente do agente, não condicione um futuro predeterminado (GIDDENS, 1996, p. 91-92).

Giddens concebe a noção de *ação* enquanto marco estrutural das formas de intervenções sobre as práticas sociais. Deste modo, o que define a *ação* dos *agentes* é sua capacidade de agir

(sua *agência*) e não suas intenções, razões ou motivos isolados. Nesta forma de perceber as práticas sociais elaboradas pelo autor, a vida cotidiana se constitui como um fluxo de *ação* intencional.

Giddens define *estruturação* como “processos de relações sociais ao longo do tempo e do espaço, em virtude da dualidade da estrutura” (GIDDENS, 2003, p 442). Giddens (2000) considera a *dualidade da estrutura*, admitindo a *estrutura* como sendo, simultaneamente, o meio e o resultado da conduta que ela (a *estrutura*) recursivamente organiza.

Na perspectiva de Giddens (2003), a *estruturação* provê a ordenação de atividades e significados que referenciam o desempenho das rotinas diárias: “as estruturas são conjuntos de regras que ajudam a constituir e regular as atividades, definindo-as como de uma certa espécie e sujeitas a uma determinada gama de sanções” (GIDDENS, 2003, p. 102). Ao definir *estrutura* como o conjunto de *regras* e *recursos* implicados de modo recursivo na reprodução social, o autor esclarece que a *estrutura* não deve ser correlacionada à restrição ou coerção, pois, via de regra, ela é, ao mesmo tempo, restritiva e facilitadora da intervenção do *agente* (GIDDENS, 2003, p. 30).

A teoria de Giddens, ao conceber os *agentes* sociais como seres dotados de *cognoscitividade* e capacidade de *agência*, reconhece a capacidade de desenvolvimento e aplicação de complexas competências norteadoras de condutas corriqueiras. Então, as práticas sociais podem ser entendidas como procedimentos, métodos ou técnicas hábeis, executadas apropriadamente pelos *agentes* sociais, utilizando-se de *regras* e *recursos*.

Na *teoria da estruturação*, o conceito de *estrutura* designa um conjunto de *regras* (*interpretativas* e *normativas*) e de *recursos* (*alocativos* e *autoritativos*) que, acionados no decurso da ação e por esta reproduzidos ou transformados, suportam a articulação institucional dos *sistemas sociais*. A *estrutura* apreendida como *regras* e *recursos* pode ser entendida como uma espécie de força metamorfoseada que atua referenciando as práticas sociais, ao mesmo tempo em que é reconfigurada recorrentemente por meio da ação dos *agentes* (GIDDENS, 2003).

Para esclarecer o pressuposto dialético contemplado pelo conceito de *estrutura*, Giddens (2003, p. 443) recorre a indicações, tais como as *regras*, ou princípios normativos e códigos de significação; os *recursos impositivos*, incidentes em coordenação da atividade dos agentes humanos; e *recursos alocativos*, “recursos materiais envolvidos na geração de poder, incluindo o ambiente natural e os artefatos físicos”. Estes, “derivam do domínio humano sobre a natureza” (GIDDENS, 2003, p. 443). Insistindo nessa perspectiva, Giddens considera *regras* e *recursos*

como *propriedades estruturais*, conceituadas como “características estruturadas de sistemas sociais, sobretudo as institucionalizadas, estendendo-se ao longo do tempo e do espaço” (GIDDENS, 2003, p. 443).

Carneiro (2006, p. 42), em análise das aproximações entre as proposições dos sociólogos Anthony Giddens e Pierre Bourdieu, referentes a investimentos teóricos para transpor a dicotomia entre a orientação para a estrutura e coletividade, ou entre a ação e a subjetividade do indivíduo, considera que, na perspectiva de Giddens, à medida que a *estruturacão* exprime reprodução de práticas, ela é capaz de atender ao “processo dinâmico através do qual as estruturas se configuram”. Giddens adverte que, a considerar a atuação dos *agentes* na organização da sociedade, não se pode perder de vista a ação social: há sinergias que retroalimentam a *estrutura* e a ação dos *agentes*. De acordo com Carneiro (2006, p. 40), “diferentemente da tradição que concebe a *estrutura* basicamente como sistema de constrangimento ou de coerção, Giddens ressalta o caráter dual das *estruturas* na configuração da ação: constrangimento/limitação e habilitação/possibilidade”. A partir desta dualidade, “propõe a integração ação-estrutura” (CARNEIRO, 2006, p. 40).

Silva (2010, p. 313) analisa criticamente problemas reconhecidos e debatidos por outros pesquisadores, referentes a questões de ordem metodológica e epistemológica na teoria da *estruturacão* de Anthony Giddens. Enfatiza que, enquanto construção epistemológica, a *teoria da estruturacão* se constitui tanto como uma metateoria da ação, quanto uma combinação de preceitos, conceitos, ênfases, suposições e princípios normativos, “cuja unidade constitui uma visão de mundo”.

O viés analítico da *teoria da estruturacão* possibilita assim entender o campo de construção do modo de vida dos moradores das *comunidades* da Resex, especialmente no contexto de mudanças sociais decorrentes da intervenção do Estado. Por essa interação, estão envolvidas relações de poder, sanções, regras e recursos que podem se sobrepor a instituições informais que organizam a vida cotidiana dos *agentes* locais. Além dos conceitos de *agência* e de *estrutura*, brevemente apresentados, é importante para a análise por mim proposta, integrar, na textualização, os conceitos de *propriedades estruturais*, *circuito de reprodução* e o entendimento da *dualidade da estrutura*. Afinal, de acordo com Giddens (2003, p. XXII), os *sistemas sociais* são constituídos por *propriedades estruturais*, que podem ser entendidas como instituições, pelas quais os *agentes* respaldam suas ações no ordenamento das práticas sociais recursivamente reproduzidas. Giddens (2003, p. 218) entende como *propriedades estruturais*

as “características institucionalizadas dos sistemas sociais, estendendo-se ao longo do tempo e do espaço”.

No tocante aos aspectos metodológicos, Giddens afirma que a *teoria da estruturação* considera dois tipos de enquadramento metodológico: *análise institucional* e *análise da conduta estratégica* (GIDDENS, 2003). A *análise institucional* concebe as *propriedades estruturais* como “[...] características cronicamente reproduzidas de sistemas sociais” (GIDDENS, 2003, p. 339). A *análise institucional* enfatiza as habilidades e percepções conscientes dos agentes, tendo em vista que regras e recursos são repetidamente reproduzidos (GIDDENS, 2003).

Na *análise da conduta estratégica*, “o foco incide sobre os modos como os atores sociais se apoiam nas propriedades estruturais para a constituição de relações sociais” (GIDDENS, 2003, p. 339). Constitui perspectiva social que prioriza as *consciências discursiva e prática* dos agentes, as estratégias de controle em limites contextuais definidos.

Giddens admite que não há uma divisão definida entre as perspectivas. A diferenciação assenta-se na ênfase escolhida, embora, necessariamente, ambas precisem ser completadas por meio da concentração na *dualidade da estrutura* (GIDDENS, 2003). Na elaboração deste texto, usufruo de uma e de outra perspectiva. Adoto a *análise institucional* para demonstrar que a reprodução social dos entrevistados na Resex esteve respaldada em *regras, recursos e propriedades estruturais* compartilhadas e cronicamente reproduzidas. Por embasar as análises incidentes principalmente nas *consciência discursiva e prática* dos entrevistados, faço uso da *análise da conduta estratégica*.

Em *As consequências da modernidade* (primeira edição publicada em 1990), Giddens expõe a contextualização de suas principais proposições em relação à *modernidade*. O sociólogo propõe análise institucional da modernidade tomando como objeto as transformações decorrentes do transcurso das organizações sociais pré-modernas para uma sociedade moderna. No cerne de sua discussão estão as noções de mudança social e *descontinuidade*, as quais se apoiam em um conjunto de categorias conceituais (muitas apresentadas em contraposições, como segurança e perigo, confiança e risco, continuidade e *descontinuidade*) que o autor utiliza para distinguir o pré-moderno do moderno.

Para Giddens, no contexto dinâmico de modernidade em que vivemos, é imprescindível à nova teoria social a ser desenvolvida dar conta da complexidade própria da natureza da sociedade contemporânea:

Se formos compreender adequadamente a natureza da modernidade, [...], temos que romper com as perspectivas sociológicas existentes [...]. Temos que dar conta do extremo dinamismo e do escopo globalizante das instituições modernas e explicar a natureza de suas descontinuidades em relação às culturas tradicionais (GIDDENS, 1991, p.26).

Nesta seção apresento de forma sintética os principais conceitos mobilizados nas teorias de Anthony Giddens, deixando para as seções analíticas a complementação das características dos respectivos conceitos mobilizados na compreensão do objeto de pesquisa que analiso neste texto de tese. Cabe ressaltar ainda que, além das duas abordagens teóricas já citadas, Giddens também desenvolveu uma perspectiva econômica denominada ‘Terceira Via’, a qual claramente influenciou os governos de Tony Blair na Inglaterra (de 1997 a 2007), Bill Clinton nos Estados Unidos da América – EUA (de 1993 a 2001) e Gerhard Schröder na Alemanha (1998 a 2005) e até mesmo Fernando Henrique Cardoso no Brasil (de 1995 a 2003) (SILVA, 2010). Por ela, visa a reconciliação de perspectivas econômicas tradicionalmente associadas à direita e à esquerda, as quais postulam um ‘Estado necessário’, cuja interferência não seja nem máxima, como no socialismo, nem mínima, como no liberalismo.

Embora desfrute de reconhecimento por suas contribuições epistemológicas dentro e fora do meio acadêmico, há críticas sobre seu trabalho. Silva (2010) reconhece que, embora as obras de Giddens tenham tido muito sucesso durante a década de 1990, no período posterior perdeu espaço por, dentre outros motivos, apresentar problemas teóricos e metodológicos que, na opinião do referido autor, limitam seu apelo e sua aplicabilidade nas ciências sociais. Silva (2010) ao analisar a *teoria da estruturação* faz crítica às abordagens de Giddens ao identificar que o autor evita discussões epistemológicas mais aprofundadas, em especial as que se referem a problemas filosóficos com os quais não está plenamente seguro de sua posição. Para Silva (2010), esse caminho percorrido por Giddens o impele a adotar posição intermediária, visto pelo autor como limitante de um ponto de vista epistemológico.

A despeito das críticas às abordagens de Giddens, uma rápida busca por trabalhos que se utilizam desses arcabouços teóricos no repositório da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, demonstra que pesquisadores de várias áreas do conhecimento empregam seus conceitos como base teórica para análise de objetos de pesquisa. No âmbito de UC, na busca realizada por mim, não registrei nenhum texto cujo autor tenha adotado conceitos de Giddens. Discordando da análise de Silva (2010), considero as reflexões sociológicas de Giddens originais e pertinentes para compreensão da complexidade do objeto de estudo por mim elaborado, principalmente por fornecer um conjunto de conceitos que

auxiliam na análise da dinâmica de processos sociais que envolvem *estruturas, instituições, agentes* sociais, *ação* individual e coletiva.

Considerando, em acordo com Carneiro (2006, p. 42), que na *teoria da estruturação* “o conceito de dualidade da estrutura procura explicar a *mediação* que, no processo de reprodução social, se estabelece entre estrutura e interação”, busco amparo na utilização e valorização metodológica de outra categoria teórica importante nas análises que teço: a noção de *mediação*.

O termo *mediação* possui caráter interativo, sendo muito utilizado na literatura acadêmica para designar ações de intervenção social (NEVES, 2008b). Equivale “à institucionalização de um sistema de regras destinadas a assegurar a hegemonia de uma ordem consagrada ou em busca de consagração” (NEVES, 2008b, p. 30). Segundo Neves (2008b), uma das formas de *mediação* se exprime por intervenções que pressupõem um *agente* que atua na concepção e objetivação de princípios norteadores, ao mesmo tempo em que conecta *agentes mediados* a diferenciados universos polissêmicos.

Dada a proposta desenvolvida para elaborar o texto desta tese, o caso empírico envolve situações de *mediação* que visam subsumir parâmetros de conservação ambiental, por parte de *agentes* estatais, nos modos de organização social de moradores residentes em Reserva Extrativista. Notadamente, as condições de sobrevivência dessas populações foram ordenadas e reordenadas em estreita relação com recursos do meio natural.

Neste sentido, inspirado nas contribuições de textos apresentados por Neves (2008a; 2008b; 1997), utilizo suas contribuições analíticas por considerar adequadas para esta pesquisa, à medida que focam “os espaços sociais de mediação institucional para a operacionalização de programas de intervenção, quase todos visando à mudança de posições sociais e ao reconhecimento de direitos” (NEVES, 2008b, p. 11). Na construção epistemológica da noção de *mediação* que a antropóloga elabora, está implícito o caráter dinâmico e processual das relações sociais e os dramas inerentes a espaços de construção, conciliação e negociação reivindicados, de fato, como meios descentralizados de inserção de “populações a determinadas regras e valores ou programas públicos” (NEVES, 2008b, p. 26). Em vista disso, valho-me da noção de *mediação* em vários capítulos do texto, em concordância com Neves (2008a), considerando a *mediação* como inerente à condição humana. Neste sentido, essa noção é importante para analisar os processos de gestão da Resex, o papel da representação delegada por dirigentes de associações comunitárias e dos gestores estatais, mediadores em diversos dispositivos de intervenção sobre as dimensões sociais e ambientais dos moradores da Reserva.

Em termos analíticos, a expressão ‘*comunidade*’, em decorrência da amplitude de significados a ela atribuídos, torna-se imperativa para compreensão das interações sociais nas quais os entrevistados na Resex estão inseridos. Sendo assim, integro às estratégias metodológicas desta pesquisa as contribuições analíticas desenvolvidas por Neves (2009; 2008a; 2008b) e Neves e Garcia (2012) sobre as formas de distinção da noção ‘*comunidade*’. Em contexto de pesquisa realizada nos municípios de Alvarães, Coari e Tefé, no estado do Amazonas, Neves e Garcia (2012) analisam como se constituiu o “[...] modelo de vida social que o termo *comunidade* evoca [...]” (NEVES, 2008a, p. 70). Neves e Garcia (2012), inclusive, relatam que, em circunstâncias de trabalho de campo, no ano de 2002, moradores da *comunidade* de Santa Luzia do Bóia (município de Tefé, estado do Amazonas) encontravam-se em estágio de organização política para reivindicar, junto ao governo estadual, a institucionalização daquele espaço como UC, demanda que veio a ser respondida pelo Decreto nº 23.722/2003, que cria a Resex Catuá-Ipixuna.

Em considerações analíticas sobre a noção de ‘*comunidade*’, Neves (2008a) leva em conta processos sociais históricos representativos das interconexões de seus entrevistados, como o extrativismo em torno do sistema seringal, a partir do qual vão progressivamente se alinhavando certos delineamentos deste sistema, até chegar à década de 1960, período marcado pelas experiências do Movimento de Educação de Base – MEB. A partir de ações do MEB, as antigas localidades passaram a ser denominadas *comunidade*. No contexto amazônico recente, em conformidade às circunstâncias, o termo pode apresentar distinções muito variadas.

No contexto empírico analisado pelas autoras (NEVES; GARCIA, 2012; NEVES, 2008a; 2009), foram identificadas distinções para o termo: unidade residencial, localidade e associação política. Nesta pesquisa, adaptando a perspectiva metodológica das autoras ao caso em estudo, ao utilizar o termo ‘*comunidade*’ no sentido de localidade, o mesmo será destacado em *itálico*. E quando o mesmo fizer referência a outros sentidos, estará entre parênteses o significado a que faço referência.

Minha análise enfoca as práticas sociais, valorizando o processo de constituição das mesmas e suas formas de manifestação. Para tanto, fundamentei-me em procedimentos metodológicos circunscritos à abordagem qualitativa. Dado o caráter processual que a proposta transpassa, a construção de dados articula informações de temporalidades distintas, passadas e contemporâneas, obtidas por meio de fontes bibliográficas e empíricas.

No âmbito da produção de conhecimento convencionalmente adotada no campo acadêmico, as elaborações aqui textualizadas usufruem de registros produzidos por fontes

oficiais, relativamente associados a universidades, mas também do aparato jurídico (leis, resoluções, portarias, decretos, instruções normativas, roteiros metodológicos) incidente sobre UC. Contudo, o ‘ponta pé’ inicial para construção do objeto e elaboração da problemática de pesquisa foi delineado a partir de lacunas identificadas com base em levantamento bibliográfico que mapeou teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso, apresentadas na Tabela 1, enfatizando o resumo do levantamento, bem como as principais universidades, programas e temas em textos relacionados à UC¹².

A partir dos textos consultados, verificou-se que a temática de UC é objeto de estudo de pesquisadores vinculados a universidades (públicas e privadas) em todas as regiões do país. Conforme apresentado na tabela 1, essas universidades concentram-se nas regiões Sudeste e Sul.

Tabela 1 - Distribuição de universidades e programas mapeados pela revisão bibliográfica.

Região	Universidades	Programas
Nordeste	20	74
Sudeste	15	109
Sul	8	60
Norte	7	35
Centro-Oeste	6	40
Totais	56	318

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de revisão de literatura (2017).

Embora a região Norte concentre a maioria das UC do Brasil, ela é a que possui menor número de universidades e programas de pós-graduação – PPGs. Esses dados coadunam com resultados da pesquisa de Val e Guimarães (2005), que indicaram que, até o início do século XXI, havia poucas instituições de ensino superior que ofereciam formação em nível de pós-graduação na região norte do Brasil. Na ocasião, de acordo com os autores, os programas de pós-graduação no país abarcavam 2.849 cursos oferecidos (mestrado acadêmico: 1.733; mestrado profissional: 119; doutorado: 997). No ano de 2002, havia apenas 15 programas de pós-graduação na região norte do Brasil. Acrescente-se que, no ano de 2004, por meio de pesquisa no Portal da Capes, constatou-se que 2/3 dos trabalhos publicados sobre a região amazônica foram elaborados por autores estrangeiros (VAL; GUIMARÃES, 2005).

Por este levantamento, foram mapeados 35 programas de pós-graduação na Região Norte do Brasil, que correspondem a apenas 11% da amostra. A distribuição geográfica dos

¹² Discussão sobre os resultados do levantamento foi apresentada na seção introdutória deste texto.

PPGs está associada à população das regiões. As mais populosas concentram o maior número de PPGs e, correlativamente, maior número de pesquisas. A região Sudeste lidera com 32,27% dos PPGs, seguida pela região Nordeste com 23,27%, Sul com 18,86% e Centro-Oeste com 12,57%. Segundo dados obtidos no site da Capes (2017), entre 2013 e 2016, o Sistema Nacional da Pós-Graduação (SNPG) registrou um aumento de 25% no número de PPGs, no país, passando de 3.337 para 4.175 PPGs.

Em termos de trabalhos de conclusão de curso (Tabela 2), 70,15% dos textos corresponde a dissertações de mestrado, 25,70% a teses de doutorado e 4,15% a TCCs. Os dados indicam o investimento em cursos de mestrado no País, especialmente os mestrados profissionais, os quais obtiveram aumento de 77% entre 2013 e 2016 (CAPES, 2017).

Tabela 2 – Distribuição de TCCs, dissertações e teses por regiões do país.

Região	TCC	Dissertação	Tese	Total produções
Sudeste	13	287	206	506
Nordeste	19	189	33	241
Sul	8	173	55	236
Centro-Oeste	14	133	22	169
Norte	0	130	18	148
Totais	54	912	334	1.300

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de revisão de literatura (2017).

Considerando os programas de pesquisas aos quais os autores dos textos estavam vinculados, constata-se que quantidade significativa da produção científica (44,59%) foi desenvolvida por pesquisadores afiliados à PPGs do campo das ciências sociais aplicadas (Figura 4), sugerindo que a reflexão sobre UC vem, nesse contexto, insistentemente indicando tendência de ampliação dos escopos de análise para além das ciências biológicas. Sales (2010), em texto de dissertação em que analisa a gestão de Unidades de Conservação federais brasileiras sob a perspectiva da ciência da administração, ressalta que no meio acadêmico, a gestão de UC teve origem nas ciências biológicas, a inserção de objetos de estudos com lógica nas ciências sociais, sobretudo no âmbito da administração, carrega dificuldades.

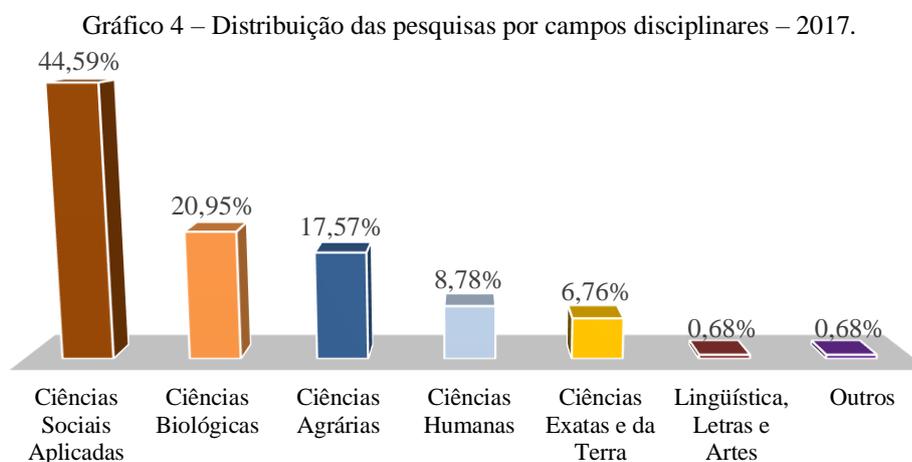
Segundo o autor, por meio da visão sistêmica e orgânica da realidade, a compreensão do contexto de criação de UC esteve fundamentado na biologia e na ecologia, disciplinas que desenvolveram e aplicaram metodologicamente análises que avaliam separadamente tanto as partes e o todo, quanto as respectivas relações das partes entre si e com o todo. De acordo com Sales (2010), referindo-se ao estudo de Gonçalves Branco (1997), que analisou a evolução conceitual sobre as UCs no Brasil no final dos anos noventa, a partir da década de 1980, a

preocupação com a democratização da gestão de UCs e o agravamento dos conflitos sociais relacionados às populações residentes no interior e entorno dessas áreas, paulatinamente pesquisas que tomam como objeto UCs passaram a incorporar estudos de natureza social e algumas abordagens científicas delas decorrentes nas discussões técnico/científicas sobre a gestão dessas áreas.

Porém, está aparente “aproximação” entre diferentes ciências, neste caso as ciências biológicas e as sociais, convergindo sobre o mesmo objeto, trouxe consigo o “perigo” da transposição conceitual equivocada ou incompleta.

Neste contexto é notável a dificuldade que uma visão afinada com “lentes” das ciências biológicas tem para compreender e aceitar a natureza do “fato social” e particularmente os aspectos administrativos envolvidos na gestão desses espaços naturais. E vice-versa, pois a aparente “naturalização” do fenômeno social na visão da sociologia, aparentemente, também apresenta dificuldades em incorporar a complexidade e os “problemas de escala espacial e temporal” relacionados às ciências naturais, notadamente as questões mais estudadas na biologia da conservação (SALES, 2010, p. 40).

O Gráfico 4 a seguir ilustra a distribuição das pesquisas referentes à UC por campos disciplinares. Observa-se que, em ordem decrescente, a maioria das pesquisas está associada às ciências sociais, seguidas pelas ciências biológicas, agrárias, humanas, exatas e da terra, linguística, letras e artes. É importante ressaltar que, um fator que pode estar contribuindo com o significativo número de pesquisas relacionadas às ciências sociais, esteja relacionado ao fato de ter havido crescimento no número de PPGs interdisciplinares. De acordo com dados do Ministério da Educação – ME (2018), no período entre 1996 e 2004, o número de mestrados interdisciplinares passou de 25 para 130. No mesmo período, os PPGs de doutorado aumentaram de sete para 32.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em levantamento bibliográfico realizado em 2017.

Uma perspectiva norteadora de consideráveis quantidades de produções acadêmicas incide sobre as análises que contemplam conflitos envolvendo *populações tradicionais* e outros *agentes* sociais, dentre eles os gestores de UC, organizações de conservação ambiental, grupos de interesse e moradores do entorno de UC, além dos conflitos internos entre distintos grupos sociais de moradores de uma mesma UC. Cito entre esses trabalhos, os de: Santos (2018), Trindade (2016), El Saifi (2015), Lúcio (2013), Ibiapina (2012), Santos (2012), Abirached (2011), Aguiar (2011), Moralez (2011), Macêdo (2008), Franco (2007).

Dentre os textos analisados, há pesquisas que constroem objetos desdobrados em análises sobre os diversos papéis representados pelo Estado na atuação com *populações tradicionais* residentes em UC, enfocando incoerências na implantação de programas públicos de conservação e desenvolvimento, as características impositivas de legislações, as limitações e potencialidades do SNUC, dentre outros. Estudos relacionados a este tema foram elaborados por Schacht (2017), Santos (2014), Afonso (2013), Freitas (2009), Silva (2006) e Matias (2001). Muitas dessas discussões têm como pano de fundo o antigo debate sobre a polarização entre conservação *versus* preservação.

Do conjunto de texto por mim analisados, as temáticas destacadas acima não esgotam a diversidade de temáticas desenvolvida para análise. Para não estender de forma demasiada o levantamento, deixarei para outro momento a elaboração de discussão de forma mais analítica desses dados. De todo modo, os dados destacados ajudam a situar o campo de diálogo que esta pesquisa se insere. A partir daqui darei prosseguimento ao detalhamento das formas de obtenção de dados no trabalho de campo.

Para obtenção de dados primários, recorri ao trabalho de campo, dividido em três situações: i) participação em reuniões/eventos relacionados à Resex; ii) entrevistas e conversas com moradores, lideranças e gestores públicos e; iii) observação da vida cotidiana dos moradores nas *comunidades* e em vida comunitária.

A participação e o acompanhamento dos moradores em ambientes institucionais de tomada de decisão referente à gestão da Resex, ocorreram de forma sistemática em reuniões dos conselhos deliberativos e comunitários, realizadas entre os anos de 2016 e 2019, totalizando 13 participações. Estive diversos momentos em trabalho de campo para realização de entrevistas e acompanhamento de práticas rotineiras de famílias, especificamente as que se dispuseram a me acolher por alguns dias em suas casas como pesquisador.

Quanto aos três procedimentos empregados para obtenção de dados empíricos, adotei a observação como método de construção de dados. A observação possibilita a reflexão de

práticas sobre organização social, distinguindo-se das narrativas registradas por meio de entrevistas (FLICK, 2013; 2009). É pertinente ressaltar que, embora minha permanência em trabalho de campo não tenha compreendido períodos prolongados de tempo e, por efeito, determinadas situações e atividades laborais eram realizadas apenas para que eu tivesse uma ideia de como era desenvolvida, o método de observação praticado se aproximou da definição de observação participante, tal como explicitada por Becker (1994). Para este autor, a observação participante está diretamente relacionada ao conceito de *sistema social*, “explicando fatos sociais específicos através de referência explícita a seu envolvimento num complexo de variáveis interconectáveis, que o observador constrói como um modelo teórico da organização”. Ainda segundo o autor, “em seu estágio final, o observador concebe um modelo descritivo que melhor explica os dados que reuniu” (BECKER, 1994, p. 58).

Outro importante procedimento para aquisição de informações foi a entrevista. Na análise de May (2004), as entrevistas geram ricas compreensões de biografias, experiências, opiniões, valores, aspirações, atitudes e sentimentos das pessoas. Para Becker (1994), uma entrevista considerada bem-sucedida é aquela que consegue trazer à tona atitudes cínicas e não idealistas. Ele então chama a atenção para o fato de que “os modos e o papel do entrevistador podem afetar tão fortemente o que as pessoas decidem lhe dizer, quanto a situação em que a entrevista é realizada” (BECKER, 1994).

Em minhas conversas iniciais com os entrevistados, tentava deixá-los mais à vontade para falar com um estranho que ali estava para realizar uma pesquisa. Para quem sabe, ‘quebrar o gelo’, eu mencionava minhas participações nas reuniões dos conselhos da Resex. Essa atitude gerava as mais variadas reações. Aqueles entrevistados que participaram ou acompanharam a trajetória de criação da Resex, ou mais envolvidos com os aspectos políticos institucionais da representação de moradores das *comunidades*, sentiam-se instigados a relatar suas experiências no conselho da Resex ou na luta pela criação da UC. Outros, percebendo-se naquele momento como cansados e com a sensação de que já deram sua contribuição para a causa, relataram impaciência para acompanhar as reuniões e falta de vigor físico para suportar dois dias de reunião, além do desgaste com o deslocamento até à cidade ou outra *comunidade* da Reserva.

Outro procedimento que adotei para iniciar as conversas, não perdendo de vista a preocupação se as pessoas estavam à vontade, era conduzir o diálogo para questões sobre o entendimento dos entrevistados sobre o significado da Reserva. Em seguida os incitava a falar sobre suas infâncias, seu local de origem, suas atividades laborais, seus percursos de vida. A partir dessas questões, os entrevistados faziam referências aos universos de significações de

suas vidas, mas especialmente *episódios* alusivos à infância e à adolescência, a aspectos do universo social de vivência cotidiana, utilizando como ponto focal, indicativos como a escola, processos de trabalho, chegadas às comunidades, hábitos alimentares, experiências variadas dentro e fora da Reserva, celebrações religiosas, histórias de lendas e mitos locais.

Foram entrevistados 12 chefes¹³ de família. Dos 12 entrevistados, cinco foram mulheres com idades entre 35 e 71 anos. Entrevistei 7 homens cujas idades variaram entre 40 e 69 anos. A grande maioria, devido às funções profissionais que desempenhavam ou desempenharam, são reconhecidos como lideranças¹⁴, representantes de associações comunitárias. São reconhecidos pelo engajamento no movimento que deu origem à Resex, tal como relatam suas experiências. Todos os entrevistados apresentam percurso de vida relacionados à dependência do extrativismo e agricultura, caça, pesca. No momento da entrevista apresentavam-se como agricultores(as) ou agricultores(as) aposentados, funcionários públicos em atividade ou aposentados. Utilizarei as formas de autoapresentação dos moradores quando reproduzir trechos de suas entrevistas.

Pelos períodos de convivência nas *comunidades* e em conversas com outros moradores, pude perceber que muitos entrevistados são reconhecidos por outros comunitários por terem boas relações interpessoais. Muitos fazem parte de associações de classe (colônia de pescadores, sindicato rural), associações comunitárias e intercomunitárias, grupos de mulheres, times de futebol. Atuam na coordenação de ação de grupos sociais, identificando e discutindo as necessidades de suas *comunidades*, responsáveis por apresentá-las aos conselhos gestores. Além da incumbência de ouvirem seus vizinhos, são responsáveis também por transmitirem as informações e medidas estabelecidas nas reuniões aos demais moradores da *comunidade*.

A maioria dos entrevistados possui baixa escolaridade. São adeptos de práticas religiosas, elemento que favorece a formação de alianças. No bojo das reflexões apresentarei maiores informações sobre as características dos moradores entrevistados, especialmente nos capítulos 3 e 4.

¹³ Considerarei 'chefe' de família os membros dos grupos familiares que afirmaram possuir responsabilidades na manutenção do grupo, por meio de renda, organização e participação nas atividades laborais, criação das crianças, etc.

¹⁴ Por seu engajamento e participação na vida social da *comunidade* e atuações políticas, certos moradores são reconhecidos como representantes delegados. O termo utilizado pelos próprios moradores da Resex para se referir a esses moradores é *liderança*, devido a suas intervenções em questões de interesse comum aos residentes da comunidade, de uma região ou de toda a Resex. Ao que pude constatar das entrevistas, a maioria dessas lideranças iniciam suas atuações políticas na adolescência, mediante situações de constrangimentos ou necessidades do grupo familiar ou comunitária.

Todos os entrevistados se mostraram dispostos a participar e me receberam com muito boa vontade em suas casas. As entrevistas semiestruturadas foram conduzidas com o auxílio de um roteiro para guiar as conversas, assim como um gravador de áudio portátil para facilitar o registro de informações. Embora tenha adotado um roteiro para as entrevistas, mantive postura de possibilitar liberdade aos moradores para discorrerem sobre questões que lhes apetessem. Posteriormente, as entrevistas foram transcritas e as informações foram analiticamente sistematizadas. Ou seja, como as conversas misturavam diversos temas, foi preciso organizá-las conforme os temas que surgiram, em um total de 15 temas. O passo seguinte foi o reconhecimento significativo das categorias empíricas, considerando analiticamente os processos de trabalho e as *mediações* objetivadas mediante representação delegada por meio de associações comunitárias e intercomunitárias, conselhos deliberativo e comunitário, Plano de Manejo.

Além de entrevistas com moradores da UC, realizei diversas conversas informais com distintos *agentes* sociais envolvidos com a Resex, representantes de ONGs, pesquisadores, lideranças de diferentes *comunidades* e até de outras UC. Enfim, informantes que de certa forma contribuíram para compreensão do objeto de pesquisa. Eventualmente irei agregar às discussões informações obtidas com esses informantes.

A dinâmica de permanência nas duas *comunidades* para realização das entrevistas foi diferente. Em Boim hospedei-me na casa de uma família que costuma receber pesquisadores que vão à *comunidade* por determinados períodos. Assim, eu acompanhava os entrevistados em suas atividades durante o dia e a noite, retornando para a casa da família que estava me hospedando. Em Anã permaneci hospedado com as famílias que seriam por mim entrevistadas, restando mais tempo para diálogos e observações.

No ato das entrevistas, diante da dificuldade de coordenar as competências de olhar, ouvir e escrever (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006), eu propunha aos entrevistados a utilização do gravador, tentando um diálogo mais interativo. Todos aceitaram a proposta e apenas um entrevistado que, antes de minha proposta, se mostrava muito comunicativo, após ver o aparelho, mudou completamente seu comportamento, se mostrando intimidado e reprimido nas falas. Como passei a semana toda em sua casa, conversei bastante com ele e fui registrando observações no diário de campo.

Outra técnica de trabalho de campo utilizada para conquistar informações e potenciais ilustrações baseou-se em dados audiovisuais (fotografia e gravação de áudio). No campo da produção de conhecimento em pesquisa social, a imagem é reconhecida por sua proeminência

sensorial, considerando que o enfoque deste campo de pesquisas é a sociedade, no presente contexto, a onipresença de imagens, principalmente após a ampla difusão de *smartphones*, a incorporação de imagens pode qualificar as observações, agregar valor e sentido às análises dos aspectos da vida e interações sociais (BANKS, 2009). Essa ferramenta proporcionou a criação de um diário fotográfico, um banco de dados com 1.066 registros fotográficos, os quais demonstram aspectos e eventos do desenrolar da vida diária dos agentes da pesquisa. O acervo sonoro é composto por 14 horas, 58 minutos e 8 segundos referentes aos áudios das entrevistas com os moradores, que fundamentam os resultados da pesquisa. Há ainda o registro sonoro de 49 horas, 56 minutos e 52 segundos de áudio alusivo às reuniões dos conselhos da Resex, porém, poucas foram utilizadas nesta análise. Enfim, as fotografias e áudios foram mais uma forma de apreensão da complexidade da vida social.

A pesquisa valeu-se, complementarmente, de registro de fontes documentais, como jornais, no intuito de situar o contexto das lutas e experiências temporais dos moradores da Resex, bem como compreendê-las em sua relação com as condições objetivas que definem a dinâmica local. Embora muitos entrevistados adotem uma perspectiva histórica em suas narrativas, os limites temporais do que relatam nem sempre são claros ou precisos. Buscando contornar esta limitação, adotei dois procedimentos: o primeiro, com base no relato de entrevistados de que os fatos relacionados ao processo de criação da Reserva eram publicados nos jornais da cidade, realizei uma pesquisa documental nos principais jornais com circulação na região de Santarém, no intuito de situar o contexto das lutas e experiências temporais dos moradores e compreendê-las em sua relação com as condições objetivas que definem a dinâmica local. A segunda foi conversar com pessoas que não são moradores da Reserva, mas que participaram do processo, buscando captar o ponto de vista de outros agentes da região sobre tais questões.

Foram mapeados sete jornais de circulação estadual, regional e local, cujas informações fundamentaram a primeira seção do capítulo 3 desta tese, que trata da trajetória de criação da Resex Tapajós-Arapiuns. Ainda referente à bibliografia, também foram consultados inúmeros artigos, livros e mapas, assim como as atas de reunião das instâncias de gestão da Resex e relatórios de atividades¹⁵ elaborados por gestores do Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. Ao longo dos capítulos 3 e 4, tomo fragmentos de depoimentos de

¹⁵ Documento elaborado anualmente por gestores do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio contendo informações referentes ao exercício da gestão da UC. Aponta os resultados obtidos no exercício anual.

entrevistados e informantes para exemplificar circunstâncias que julguei pertinentes ao debate em torno da construção institucional de UC.

1.2 Universo empírico e trabalho de campo

O interesse pela temática de pesquisa e o vínculo com a Reserva Extrativista e seus moradores surgiu como parte de meu processo de adaptação ao município de Santarém. Oriundo do interior do estado do Rio Grande do Sul, ao estabelecer residência no município paraense no final do mês de agosto de 2014, já com a ideia de retornar à universidade e complementar minha formação com curso de doutorado, empenhei-me em compreender as dinâmicas e demandas locais de minhas áreas de interesse acadêmico e profissional, agricultura familiar e meio ambiente.

Através da participação em ambientes de discussão sobre esses temas, fui percebendo que certas expressões eram recorrentemente abordadas nos discursos dos participantes, tais como terra indígena, território quilombola, reserva extrativista, floresta nacional, projeto de assentamento, projetos agroextrativistas, projetos de desenvolvimento sustentável, *áreas protegidas*, UC. Percebi que, na região, as *áreas protegidas* compreendem uma concepção de apropriação e ordenamento territorial, relativamente nova para mim, mas que, na realidade local, constituem-se como princípios de organização socioterritorial e de construção de identidades, referências fundamentais para a compreensão da vida social na região. Ao sistematizar leituras e reflexões sobre o desenvolvimento histórico da região, fui constatando que as referidas expressões são carregadas de significados e narrativas históricas fortemente marcadas por enredos de conflitos e contradições.

É importante situar que minha chegada em Santarém ocorreu nos marcos de uma conjuntura política nacional muito influenciada pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC1 e PAC2), lançados em 2007 e 2010, respectivamente no segundo governo de Luiz Inácio Lula da Silva e no primeiro governo de Dilma Rousseff. O objetivo dos PACs era integrar investimentos em infraestrutura, energia, habitação, recursos hídricos, transportes, saneamento, no intuito de diminuir as diferenças regionais. Contudo, tais programas aceleraram também os impactos e transformações de dinâmicas territoriais, uma vez que, na Amazônia, muitas obras afetaram diretamente *áreas protegidas*. Em referência às obras previstas para o estado do Pará, são representativas deste quadro a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte no rio Xingu,

a pavimentação das rodovias BR 163 e BR 230, as Eclusas de Tucuruí e a hidrovia no rio Tocantins. Em Santarém, no segundo semestre de 2014, presenciei diversos protestos contrários à instalação da Usina Hidrelétrica São Luiz do Tapajós, projeto que foi arquivado em 2016.

Em janeiro de 2015, antes de ingressar no curso de doutorado, ocorrido em maio daquele ano, impressionou-me uma visita realizada a uma pequena *comunidade* da região de várzea de Santarém – áreas que sofrem alagamentos sazonais em decorrência do regime hídrico dos rios –, situada à margem esquerda do Rio Amazonas, conhecida como Aritapera. A região é famosa pela fabricação de artesanato em cuias, prática reconhecida como patrimônio imaterial do Brasil. Naquele momento, ao observar os moradores da região e suas formas de utilização dos recursos naturais, bem como sua relação e dependência dos mesmos, um modo de vida tão peculiar, não pude deixar de lembrar da leitura do texto “*Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais*”, do professor Antônio Carlos Witkoski, publicado em 2010. O autor enfoca as condições de vivência de moradores de várzea, acentuando as singularidades de modos de vida de camponeses amazônicos, através da exposição da interdependência entre terra, água e floresta em suas ocupações. Nesta perspectiva, vai demonstrando como esses agentes constroem sua existência.

Instigado a compreender as especificidades socioeconômicas e ambientais implícitas nas interações entre os aspectos sociais e o meio natural de *populações tradicionais*, investi em leituras sobre a região e, sempre que possível, visitas de curta duração a *comunidades* rurais. Foi na tentativa de tentar entender o lugar social de minha nova residência que travei os primeiros contatos, diretos e indiretos, com o *locus* da pesquisa cujos desdobramentos apresento neste texto.

Posteriormente, já na condição de aluno de doutorado no Programa de Pós-Graduação Sociedade, Natureza e Meio Ambiente – PPGSND/UFOPA e tendo definido como campo empírico a Resex Tapajós-Arapiuns, minha inserção no campo de pesquisa propriamente dito, ocorreu através de contato casual com um técnico do Centro de Apoio a Projetos de Ação Comunitária – CEAPAC, Organização Não-Governamental – ONG que atua com projetos de assistência técnica para produção com pequenos agricultores, artesãos e agroextrativistas em algumas *comunidades* da Resex. Este técnico, residente há mais de 10 anos em Santarém e que veio a se tornar um companheiro nas viagens para a Reserva e interlocutor sobre questões diversas acerca da UC, informou-me sobre as reuniões do Conselho Deliberativo da Resex e da realização de um grande evento prestes a ocorrer.

A partir dessa informação surgiu a oportunidade de estabelecer o primeiro contato com moradores em *comunidades* da Resex, através da participação no III Chamado da Floresta (Figura 6), realizado entre os dias 28 e 29 de outubro de 2015, na Resex Tapajós-Arapiuns, na *comunidade* de São Pedro (Rio Arapiuns). O evento foi promovido pelo Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS¹⁶, reunindo mais de 2 mil participantes. Teve como objetivo congregar os povos da floresta para discutirem suas demandas e agenda de desenvolvimento, visando propostas de políticas públicas de promoção da inclusão social de populações extrativistas. Esse evento foi importante para ajudar a compreender certos sentidos das práticas sociais dos comunitários da Resex e, assim, acompanhar alguns dos desdobramentos do processo de objetivação de institucionalidades¹⁷.

Participar do III Chamado da Floresta foi muito provocante no sentido de me ter proporcionado a chance de apreender um contexto empírico muito diverso, mais do que havia vivenciado até o momento. No seu transcorrer, pude estabelecer contato com vários agentes sociais relacionados à Resex, lideranças comunitárias, membros do Conselho Deliberativo, pesquisadores, representantes do Estado, representantes da Organização das Associações da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns – Tapajoara. Neste evento fui informado que a Resex conta com dois conselhos, o deliberativo e o comunitário, e que ambos seguem uma programação anual de reuniões ordinárias e extraordinárias. No **capítulo 2** discorro detalhadamente sobre o conselho deliberativo, neste ponto julgo necessário tecer algumas observações a respeito da Tapajoara.

A Tapajoara é a representante institucional dos moradores e organizações da Resex. Fundada em 7 de julho de 1999 com vistas a promoção da gestão participativa, conjuntamente com demais gestores da UC, principalmente no que se refere à organização das associações comunitárias presentes na Resex. De acordo com o estatuto da Tapajoara, é sua missão e objetivo, além da representação dos moradores, zelar pelo território, por ser ela a concessionária do CCDRU. O estatuto prevê ainda a seguinte organização estatutária e administrativa da Tapajoara:

¹⁶ Constituído em outubro de 1985, no âmbito do I Encontro Nacional dos Seringueiros, em Brasília, o Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS, foi criado com objetivo de apoiar as ações organizativas dos chamados ‘Povos da Floresta’.

¹⁷ Para Costa (2009) institucionalidades são filtros resultantes da interação de elementos institucionais. A ideia apresentada pelo autor é que em contextos históricos precisos, institucionalidades se constituem pelas associações de objetivos que articulam organizações e visões de mundo, modos de projeção de estruturas organizacionais e posturas individuais, fatores fundamentais na configuração de mediação social.

- i) **Assembleia Geral:** com atribuições constitutivas, normativas e deliberativas, é órgão soberano da Tapajoara, responsável pelo equilíbrio e harmonia dos demais órgãos sociais, é constituída pelos associados das associações, moradores das comunidades e aldeias (Art. 16º);
- ii) **Diretoria Executiva:** responsável pela administração da entidade, é composta por presidente, vice-presidente, 1º e 2º secretário(a), 1º e 2º tesoureiro(a), 1ª e 2ª secretárias da mulher, 1º e 2º secretário(a) da juventude;
- iii) **Conselho Fiscal:** órgão de fiscalização composto por três membros efetivos e três suplentes. Tem a missão de aconselhar e fiscalizar a aplicação de recursos financeiros e zelar pelo patrimônio da entidade;
- iv) **Conselho Comunitário:** é composto, obrigatoriamente, por três lideranças, paritárias de cada comunidade e/ou aldeia, sendo de sua competência deliberar sobre os assuntos políticos, administrativos, financeiros e projetos que envolvam a área da UC, estando previstas três reuniões ordinárias por ano e reuniões extraordinárias, quando necessário.

Até o presente momento, foram sete eleições para escolha da diretoria executiva da Tapajoara. Em cada pleito, a diretoria eleita desenvolveu diversas ações voltadas à gestão e melhoria de vida dos residentes na Resex: atuação na elaboração do Plano de Utilização; projetos de habitação; instalação de microssistemas de água; estruturação de cooperativa; constituição e formalização de associações; elaboração do Plano de Manejo; assinatura do CCDRU; formulação e reformulação do regimento interno da Tapajoara, dentre outras.

Apesar desta estrutura administrativa, o movimento indígena presente na Resex tem reivindicado junto aos demais gestores da Resex, representação indígena equivalente à Tapajoara no que tange à gestão do território. Questão que gera tensionamentos entre vários grupos no âmbito dos conselhos deliberativo e comunitário, mas também nas relações sociais cotidianas das *comunidades* e aldeias.

Através do contato com o técnico do CEAPAC, fui informado sobre a reunião do Conselho Deliberativo da Resex que ocorreria entre os dias 25 e 26 de abril de 2016. Na ocasião, o técnico relatou que seria pertinente eu entrar em contato com os gestores da Resex e me passou os contatos telefônicos de representantes da Tapajoara e do ICMBio, aos quais contatei e solicitei participação na reunião. Ambos representantes informaram que as reuniões eram abertas ao público e que eu poderia participar das mesmas sem problema. A reunião foi de

caráter extraordinário, estando presente quantidade significativa de membros do Conselho Deliberativo.

A inserção em trabalho de campo implica conhecimento e aceitação de reconhecido sistema hierárquico. Desde 2007, o ICMBio mantém um sistema de cadastramento de pesquisas em UC, o Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade – SISBIO¹⁸. Cabe ao pesquisador preencher e enviar os formulários ao órgão para avaliação da solicitação reivindicada. Ao chegar à reunião anteriormente mencionada, apresentei-me aos gestores da Resex como pesquisador, informando que pretendia tomar a Resex como campo empírico de minha pesquisa. Técnicos do ICMBio disseram que eu deveria, além de cadastrar a pesquisa no SISBIO, solicitar formalmente ao ICMBio de Santarém, autorização para desenvolver a pesquisa e transitar pelas *comunidades*. O representante da Tapajoara esclareceu que eu deveria informar aos conselhos da Resex minhas pretensões e que precisaria solicitar às lideranças comunitárias das regiões em que pretendia trabalhar, aval para visitar suas *comunidades*.

Este primeiro evento de que participei teve abertura com uma rodada de apresentações de todos os presentes, quando aproveitei para me apresentar como pesquisador e solicitar aos membros do conselho consentimento para participar daqueles espaços e para realização de minha pesquisa na Resex. Naquela circunstância descobri que diversos pesquisadores desenvolviam estudos na Resex, vinculados à universidades brasileiras e de outros países, como Alemanha e França. Ao longo dos dois dias de reunião, foram tratadas diversas questões e realizadas dinâmicas de grupos. Além de ouvinte, participei como coordenador de um dos Grupos de Trabalho – GT (Figura 1), alçado a essa posição por indicação de gestor do ICMBio. Talvez por ter estabelecido certa proximidade com os demais pesquisadores (muitos já eram professores) e professores que participavam da reunião, e por ter me apresentado como estudante pesquisador, passei a ser reconhecido pelos moradores da reserva como professor. Qualificação insistentemente a mim atribuída mesmo após eu esclarecer que não era professor. As insistências eram justificadas por respostas como: ‘Não é ainda, mas será’; ‘Mas é como se fosse, né?’.

¹⁸ A realização de pesquisas em unidades de conservação está prevista no SNUC. Porém, a instrução normativa nº 154, promulgada em 1º de março de 2007, estabelece normas para realização de pesquisas e criou o Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO). Trata-se de sistema automatizado, interativo e simplificado de atendimento aos pesquisadores, que forma uma base de dados georreferenciado e é utilizado para solicitação de autorizações e licenças para atividades com finalidade científica ou didática que envolvam o uso de recursos naturais ou o acesso às unidades de conservação federal. O sistema contém ainda uma plataforma para submissão de relatórios anuais das atividades desenvolvidas na unidade.

Figura 1 – Pesquisador participando de atividade com conselheiros da Resex (Abr./2016).



Fonte: Fotos de acervo do pesquisador (2016).

Desde então, tenho participado sistematicamente das reuniões dos conselhos da Resex, pois, além de minha proposta inicial prever a análise dos ambientes institucionais, descobri naquele espaço uma ótima oportunidade para me familiarizar com questões atinentes a Reserva, com os moradores, fazer observações sobre as dinâmicas sociais ali tecidas e sobre a extensa rede de relações em que os moradores estão inseridos. Com o passar do tempo fui percebendo que esses espaços são frequentados por participantes de diversas categorias e/ou grupos sociais, como moradores da Resex (lideranças comunitárias ou dirigentes de associações, ou mesmo moradores interessados nas questões da Resex), gestores de diversos órgãos públicos, políticos e assessores de políticos, membros ou não do conselho deliberativo, agentes ligados à igrejas, professores, alunos, técnicos vinculados à instituições de apoio à *populações tradicionais* e outros agentes sociais convidados a discutir determinados assuntos de interesse para a gestão. Embora a participação de mulheres e jovens seja significativa, há predominância de homens adultos nas reuniões dos conselhos da Resex.

Creio que a aproximação com os moradores da Reserva foi facilitada por minha inclusão em atividades das reuniões dos conselhos, tais como a elaboração de atas (Figura 2), atividade que, a princípio, achei interessante. Na tentativa de contornar minha falta de prática, empenhava-me em anotar tudo quanto fosse possível, fato que exigia muita atenção de minha parte. Nas primeiras reuniões que participei, também auxiliava a secretária da Tapajóara em outras atividades, como a organização de documentos quando havia necessidade.

Essa postura proativa, associada às conversas paralelas travadas com lideranças, gestores e moradores, antes, durante ou após as reuniões, resultou em vários convites para visitar as *comunidades* da Resex para reuniões, festividades de associações comunitárias e religiosas, torneios de futebol etc. Foi no fluxo desses relacionamentos que, aos poucos, fui

construindo com as pessoas, que empreendi diversos deslocamentos para visitas curtas a várias *comunidades*, com duração de dois a três dias, ora atendendo a convites de representantes da Tapajoara ou demais gestores, ora participando de algum evento, ou até mesmo na condição de ‘turista’.

Figura 2 – Pesquisador em reunião do Conselho Comunitário da Resex auxiliando na elaboração de ata (Ago./2016).



Fonte: Fotos de acervo do pesquisador (2016).

No intercurso desses deslocamentos, cuja duração variava entre 3h à 8h, dependendo de diversos fatores como as condições climáticas e o tipo de embarcação, eu aproveitava para travar conversas casuais, sempre que possível, com algum morador presente sobre assuntos de seu cotidiano e também de meu interesse para a pesquisa. Nessas situações por mim vivenciadas, especialmente em outras correspondentes aos períodos em que fiquei hospedado na casa dos moradores, ao refletir sobre as possibilidades da aproximação entre mim e meus entrevistados, sempre me afluía a concepção de Simmel (1977) sobre meu *status* de ‘estranho’ naquela situação. Nessas interações possíveis, o estranho é sempre considerado um não pertencente, alguém de fora, um não membro do grupo. Portanto, as relações se dão a partir de um certo parâmetro de distanciamento objetivo. Segundo Simmel (1977), essa perspectiva é reforçada na consciência dos agentes quando a imagem do estranho é associada à atividade que está desempenhando. No meu caso: ‘o estudante que eventualmente vem aqui conversar com algumas pessoas’.

Apesar dessa inquietante perspectiva, construí relações permeadas por estimas recíprocas e afetos mútuos. Embora os períodos de convivência com as famílias tenham sido

curtos, foi possível construir alguns laços de amizade e empatia que permanecem até o contexto atual. Vez ou outra sou surpreendido com uma ligação de algum morador avisando para ir buscar frutas da época no porto pluvial de Santarém, ou uma porção de farinha, regalos enviados juntamente com as encomendas destinadas aos seus familiares residentes no meio urbano de Santarém.

À medida que me familiarizava com as pessoas e adquiria melhor clareza sobre o objeto de estudos, condição que me facilitava transitar por algumas *comunidades* às margens dos rios Tapajós e Arapiuns, concentrei-me diante da dificuldade de delimitação do campo de estudo. Escolhi como campo empírico duas *comunidades*: uma localizada na margem direita do rio Arapiuns, conhecida localmente como Vila Anã ou simplesmente Anã; e outra denominada Boim, situada na margem esquerda do rio Tapajós, sede de um dos distritos de Santarém.

Utilizei como critério para escolha de Anã sua proximidade espacial à cidade de Santarém e as possibilidades de acesso à *comunidade*. Anã tem uma embarcação comunitária que realiza duas viagens por semana da vila até à cidade, com duração de 3h. Além disso, é possível chegar à *comunidade* a partir de Alter do Chão, onde há moradores que realizam a travessia de barco de Alter até Vila Franca, *comunidade* da Resex mais próxima a Santarém, situada na margem esquerda do rio Tapajós. Em Vila Franca é possível contratar moradores que fazem o transporte de motocicleta até Anã. O trajeto pode ser percorrido pelo interior da floresta e ter duração de cerca de 20 minutos. Além disso, com a participação nas reuniões dos conselhos da Reserva, constatei que a *comunidade* Anã é considerada ‘modelo’ entre os gestores da Resex, por ser a única a implementar um sistema de turismo de base comunitária e por ter diversas iniciativas de mobilização social envolvendo associações comunitárias, entidades públicas e privadas, com vistas à geração de renda e de produção de alimentos, fatos que julguei interessantes para analisar interferências em mudanças sociais.

O principal critério adotado para a escolha de Boim foi sua importância histórica para a região. Boim foi fundada em 1690 por jesuítas, porém, há comprovação de presença de populações indígenas nesse território muito antes disso. Boim teve grande importância para a região por ter servido de entreposto comercial para as ‘drogas do sertão’, as quais movimentavam toda a economia regional. No atual contexto, a *comunidade* é sede do distrito de Boim, um dos quatro distritos do município de Santarém.

Tendo em vista que a proposta da pesquisa está direcionada à compreensão dos processos de transformação social em prol e decorrentes da criação da Reserva, tal pretensão seguiu, além de minha movimentação pelas *comunidades* para conhecer a região, também a

participação nos espaços institucionais de debates e decisões sobre a Reserva. Ela exigiu, portanto, se não aprofundado, ao menos o mínimo de conhecimento sobre as práticas e as experiências cotidianas dos moradores. Para tanto, empreendi visitas às *comunidades* em distintos e intercalados momentos, com duração de cinco a sete dias, no período de 2017 a 2018, para registro de aspectos gerais das interações sociais, com os meios naturais e institucionais dos moradores.

Como eu havia conhecido as lideranças representantes de associações das duas *comunidades* nas reuniões dos conselhos da Resex, após explicar os objetivos de minha pesquisa, as mesmas aceitaram me receber nas *comunidades* e se prontificaram a providenciar algumas famílias dispostas a me acolherem em suas casas. Foi por intermédio dessas lideranças que construí os primeiros contatos com os moradores que me hospedariam e seriam por mim entrevistados. Como eu havia explicado às lideranças os objetivos de minha pesquisa, elas se propuseram a indicar moradores que, em suas concepções, seriam interessantes eu conversar. À medida que interagia com os moradores, passei eu mesmo a escolher os moradores para conversas mais aprofundadas sobre a pesquisa. Essas conversas levaram-me a ter contato com diversos moradores que haviam participado do processo de criação da Resex, homens e mulheres, moradores antigos da região e jovens lideranças, todos me ajudando a compreender, minimamente, relações sociais por eles vivenciadas em seu cotidiano.

No decurso das visitas, além de circular pelas *comunidades*, conhecer os roçados, conversar com as pessoas, explorar as praias, os lagos e igarapés, foi conveniente compreender dinâmicas, fluxos e interações sociais construídas pelos integrantes de grupos familiares. Na maior parte das vezes, foi na cozinha, instalação anexa às casas construída com madeira e palha, que pude vivenciar momentos interativos entre eles. Em todas as casas em que fiquei hospedado havia, praticamente durante o dia todo em algum canto da cozinha, café quente em garrafas térmicas ou chaleiras. Era muito comum algum vizinho, parente ou conhecido chegar e a ele ser oferecido café. Assim eram travados diálogos, a maioria referentes a questões do dia a dia dos moradores, viagens à cidade, pescarias, aberturas de roçados, festividades, futebol, anedotas antigas. Como muitos moradores já sabiam do motivo de minha presença ali, algumas conversas focavam determinados aspectos referentes às lutas travadas na conquista da Resex, à mobilização dos moradores, à organização das lideranças e à construção de parcerias.

Nesses períodos de vivência com os moradores da Reserva, pude acompanhar atividades desenvolvidas nas unidades espaciais de trabalho, por eles chamadas de ‘centro’ ou ‘roçado’. Acompanhei-os em suas atividades costumeiras de pesca, de trabalho no roçado, de manutenção

de embarcação e/ou instrumentos de pesca, de fabricação de farinha, na sangria da seringa (Figura 3), enfim, uma diversidade de experiências carregadas de significados atribuídos por aquelas pessoas, todas fundamentais para a construção dessa tese.

Figura 3 – Registro das práticas laborais dos moradores da Reserva.



Fonte: Fotos de acervo do pesquisador (2018).

Ainda sobre o processo de aproximação com moradores das *comunidades*, ajudou muito o fato de eu gostar de esportes, especialmente futebol. Entre os homens, o futebol é assunto corriqueiro. Em ambas as *comunidades* há clubes de futebol e, em quase todas as tardes, homens e mulheres se reúnem em torno dos campos para partidas, que vão do entardecer até ao cair da noite. As mulheres se organizam e fazem times femininos para jogar um ou dois dias na semana. Quase sempre há plateia para os jogos dos times masculinos e femininos. No decorrer dos dias em que estive nas *comunidades*, após demonstrar gosto por participar dos jogos, era comum estar andando pelas ruas e ser indagado por algum morador se iria jogar à tarde.

Dentre as 74 *comunidades* e aldeias presentes na Resex, Anã e Boim são habituadas a receber muitos visitantes, seja na condição de turista ou de pesquisador. Embora muitos moradores soubessem antecipadamente da presença de um pesquisador nas *comunidades*

fazendo entrevistas com alguns moradores, durante minhas perambulações pelas ruas e vielas, sozinho ou acompanhado por membros das famílias que estavam me hospedando, moradores corriam às portas e janelas com olhares curiosos.

A convivência entre jovens, homens e mulheres, é relativamente flexível nas *comunidades*. A escola é o espaço que reúne jovens de distintas idades, mas práticas de lazer também são importantes nesta convivência. Assim como grupos de jovens de igrejas. Nos períodos de verão, é comum encontrar crianças e adolescentes (meninos e meninas) brincando nas praias.

Esses apontamentos iniciais sobre a vida social dos moradores da Resex e momentos da pesquisa cobrem algumas facetas de minha vivência durante o trabalho de campo. No decorrer das reflexões elaborados a partir do **Capítulo 3**, resgato alguns desses momentos demonstrando sua importância na construção das análises.

1.3 Aspectos gerais do contexto da pesquisa

O território delineado pela Resex Tapajós-Arapiuns estende-se por dois municípios: Santarém e Aveiro. De acordo com a organização política administrativa do estado do Pará, Aveiro situa-se na mesorregião Sudoeste e Santarém, no Oeste.

A região de Santarém guarda profunda vinculação com processos sociais correspondentes aos fluxos migratórios, notadamente intensificados por volta da década de 1950 (NEVES, 2014). Em virtude de diferenciadas conjunturas, inclusive processos recentes de expansão da economia mercantil, a região tem passado por transformações que incidem sobre as relações socioambientais, em especial aquelas relacionadas às atividades agrícolas e extrativistas.

Santarém foi fundada em 1661, a partir do processo de catequização de populações indígenas da etnia Tapuiçus na foz do rio Tapajós (FONSECA, 1996). O município de Santarém é um dos mais importantes do interior do estado do Pará. Aveiro, antigo distrito de Santarém, foi elevado à categoria de município em 30 de dezembro de 1961, pela lei estadual nº 2.460. O território de Aveiro foi constituído a partir de desmembramentos dos municípios de Santarém e Itaituba.

Hoefle (2013, p. 46), ao discutir os reflexos de ‘ciclos econômicos’ no desenvolvimento histórico de Santarém, assinala que no atual contexto o município “mescla a exploração

predatória primária com novas tendências urbano-industriais, constituindo-se como portal de ordenamento de múltiplas fronteiras históricas, visando mercados regionais, nacionais e globais, evoluindo de uma economia ribeirinha extrativa à economia agroindustrial”.

Como comumente reproduzido em toda a região amazônica, o padrão de ocupação do território do município de Santarém ocorreu de forma dispersa, com pequenas localidades espalhadas ao longo das ‘beiras’ dos rios. Considerando alguns indicadores demográficos dos municípios de Santarém e Aveiro (Tabelas 1 e 2), tomando dados dos últimos 68 anos, recorte temporal que abarca o período de vida da maioria dos moradores por mim entrevistados na Resex, é possível dimensionar a expansão e ocupação do espaço regional.

Observando os dados de 30 anos compreendidos entre as décadas de 1950 a 1970, período que demarca intercalados ciclos migratórios para a Amazônia, em relação à distribuição espacial, é possível observar que a maioria da população dos municípios estava registrada no meio rural. Cabe destacar a observação realizada por Leroy (1991, p. 89), em estudo sobre a constituição do campesinato na região de Santarém, frisando que “muitas famílias colocadas na rubrica "população urbana" desenvolviam atividades rurais, sendo pescadores, assalariados rurais temporários ou lavradores, morando tanto em Santarém quanto nas sedes dos distritos rurais”. De acordo com o autor, naquela época, os residentes nas sedes distritais mantinham um estilo de vida mais rural do que urbano.

Como polo regional, Santarém é a maior cidade do interior do estado do Pará. Devido à dinâmica socioeconômica que aí se estabeleceu, a partir da década de 1970, mormente em função da concentração de prestação de serviços de saúde, bancários, comércio atacadista e varejista, atrativos turísticos com diversas opções de praias (inclusive de projeção internacional, caso de Alter do Chão), mobilidade espacial proporcionada pelo aeroporto e portos, opções de diversão em *shoppings centers*, cinemas, teatros, todos esses fatores concorrem para o crescente processo de urbanização do município e para que a cidade tenha uma densidade populacional (Tabela 3) considerada elevada para os parâmetros da região.

A década de 1980 reafirma a tendência iniciada nas décadas anteriores, com um significativo incremento populacional no município, que beirava os 200 mil habitantes. A essa altura o contingente populacional do meio urbano já havia ultrapassado o contingente do meio rural. Inclinação fortemente contrastada com dados obtidos 30 anos depois, quando o censo de 2010 indicou que havia 294.580 habitantes em Santarém, 73,25% da população registrada no meio urbano (Tabela 3). No mesmo censo, em Aveiro registrou-se 15.849 habitantes, dos quais 79,95% registrados como residentes do meio rural. Aveiro, em 2016, apresentou uma densidade

populacional de 0,93 hab./km², índice que é inferior à média da mesorregião que, conforme censo demográfico de 2010, era de 1,2 hab./km². No município, a população reside eminentemente no meio rural (Tabela 4).

Tabela 3 – Indicadores espaciais e demográficos de Aveiro e Santarém.

Mun.	1950		1960		1970		1980		1991	
	População		População		População		População		População	
	Urbana	Rural								
Santarém	19.023	40.869	32.424	60.034	61.616	73.499	111.657	80.293	176.166	65.372
Aveiro	190	147	191	502	--	--	--	--	2.496	8.380

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Leroy (1991), Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2019).

Tabela 4 – Indicadores espaciais e demográficos de Aveiro e Santarém.

Mun.	2000		2010		2018	2016
	População		População		População Total	Dens. Pop. (hab/km ²)
	Urbana	Rural	Urbana	Rural		
Santarém	186.297	76.241	215.790	78.790	302.667	16,91
Aveiro	2.980	12.538	3.179	12.670	16.371	0,93

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2019), FAPESPA (2016), IBGE (2018).

Para Gomes et al. (2017), autores que vêm investindo na discussão do processo de urbanização da região de Santarém, com a expansão da monocultura de soja, nos anos 2000, e posteriormente com o setor imobiliário, em 2010, o padrão tradicional de ocupação do território foi ressignificado pela apreensão de antigas ‘vilas’, tomando distintos usos e formas de viver. Ainda em referência aos autores, “a articulação dos pequenos núcleos por estradas permitiu a estratificação do espaço em gradientes de periferia urbana ou ocupação rural” (GOMES et al., 2017, p. 907). Soma-se a esse quadro, a oferta de transporte hidroviário interligando diversas *comunidades* a centros urbanos. Essas localidades, muitas dispersamente distribuídas no território, formam o universo rural e mantêm uma relação de codependência com a malha urbana da cidade (prestação de serviços como saúde, educação, lazer), a partir das trocas dos seus produtos agrícolas e extrativistas (GOMES et al., 2017, p. 908).

Os indicadores econômicos dos municípios reforçam as diferenças. Enquanto a maior contribuição do Produto Interno Bruto – PIB de Santarém vem do setor de serviços, no município de Aveiro é a agropecuária a maior responsável pela geração de divisas (Tabela 5).

Tabela 5 – Indicadores econômicos (PIB e agropecuário) dos municípios de Aveiro e Santarém.

Mun.	PIB (mil R\$)		Agropecu. (mil R\$)	
	2010	2016	2010	2015
Aveiro	55.948	122.582,81	14.079,00	31.695,00
Santarém	2.309.692	4.573.179,56	338.364,00	428.934,00

Fonte: Adaptado a partir de FAPESPA (2016), IBGE (2018).

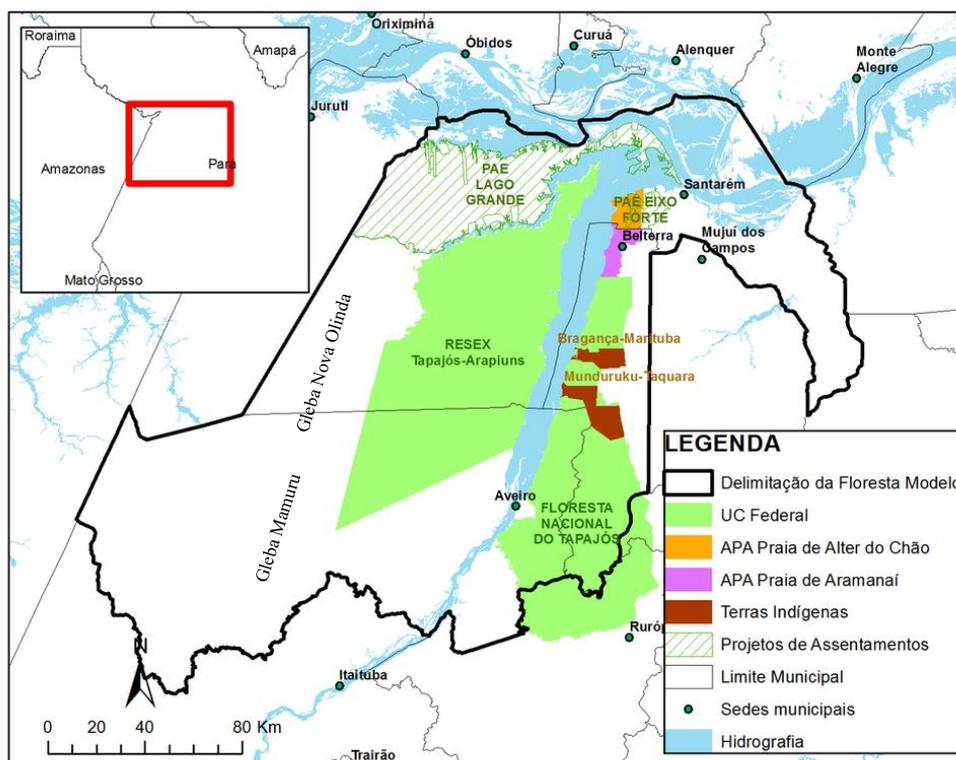
Tabela 6 – Indicadores econômicos (Indústria e Serviços) dos municípios de Aveiro e Santarém.

Mun.	Indústria (mil R\$)		Serviços (mil R\$)	
	2010	2015	2010	2015
Aveiro	1.916,00	3.477,00	6.301,00	9.600,00
Santarém	253.149,00	375.577,00	1.435.425,00	1.911.251,00

Fonte: Adaptado a partir de FAPESPA (2016), IBGE (2018).

A Resex Tapajós-Arapiuns perfaz uma superfície que cobre 647.610 hectares, a maior parte situada em Santarém, aproximadamente 453.327 hectares. O restante, 194.283 hectares, situa-se no município de Aveiro. A origem do nome da Resex é menção à sua localização espacial na confluência dos rios Tapajós e Arapiuns. A Figura 4 a seguir, localiza geograficamente a Resex no contexto regional e projeta o conjunto de UC que influi na organização administrativa e política do território.

Figura 4 – Ordenamento territorial com destaque para as UC e municípios.



Fonte: Adaptado a partir de Serviço Florestal Brasileiro (SFB, 2017).

A porção norte da Resex é limitada por três rios, um de proporções maiores, o Arapiuns, e dois menores, o Maró e o Mentae. À leste, a UC é delimitada pelo rio Tapajós e a oeste seus limites fazem divisa com as glebas Mamuru e Nova Olinda.

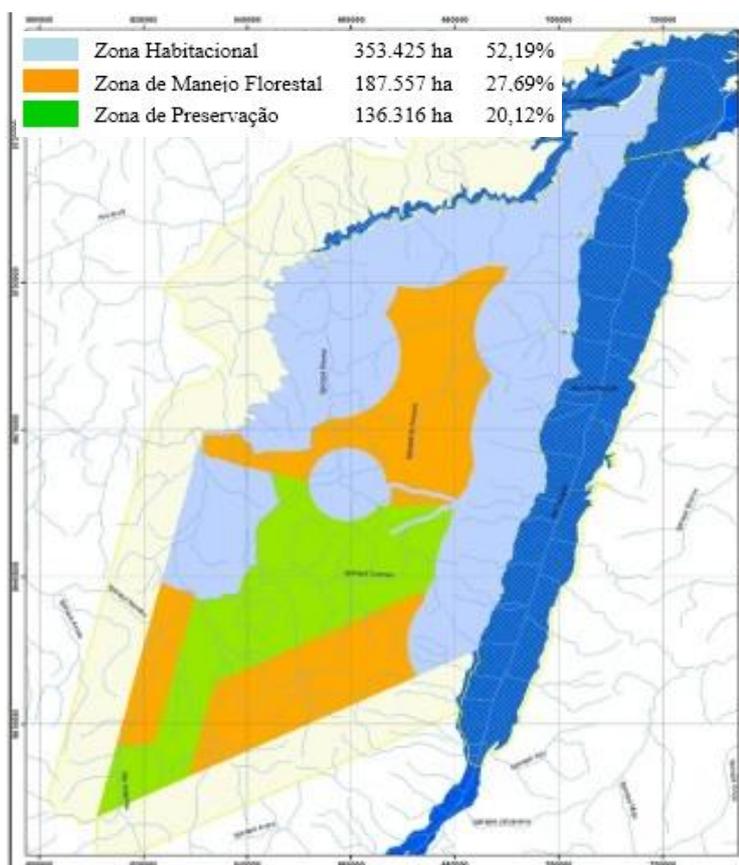
De acordo com Meggers (1977), a geografia física e humana do município de Santarém é marcada pelos rios Amazonas, Tapajós, Arapiuns e Curuá-Una. O Tapajós é um rio de ‘águas claras’ que, por cruzar terrenos arenosos e ter margens altas e firmes, transporta poucos materiais particulados. Essa condição, associada à falta de matéria orgânica em suspensão, consumidora de oxigênio, propicia maior transparência, favorecendo a vida aquática (LEROY, 1991).

O Rio Arapiuns, afluente do Tapajós, é um rio de ‘águas pretas’. A coloração da água é decorrente da decomposição dos ácidos presentes na matéria orgânica oriunda das florestas que o mesmo inunda. Essa característica confere aos rios deste tipo, um baixo potencial de produção de meios de subsistência, em termos de aproveitamento humano (LEROY, 1991). Para Leroy (1991, p. 19) “a cada um corresponde um ambiente original em que o solo (fertilidade), a água e a vegetação combinam-se de modo diferente, propiciando formas de vida e de atividade humana diferenciadas”. Para efeitos de atendimento de legislação que a intervenção estatal via implantação de UC acarreta, agentes do Estado elaboraram um zoneamento da área da Resex, oficialmente legitimado pelo Plano de Manejo da unidade publicado em 2014. A divisão, elaborada com base em vários critérios, leva em consideração as distintas características e formas de apropriação do espaço, sendo definidas quatro zonas, conforme Figura 5 a seguir.

A Zona Habitacional cobre a maior área prevista no zoneamento da unidade, com 353,425 hectares. É delineada para instalação de infraestruturas de moradias familiares e de espaços de convivência comunitária. Nela são permitidos o uso intensivo do solo e dos recursos naturais, a instalação de roçados, a criação de animais de pequeno porte, o extrativismo (coleta, caça e pesca) e outras atividades para geração de renda (BRASIL, 2014).

A Zona de Manejo Florestal, corresponde a 27,69% da área da Resex. É destinada ao uso sustentável dos recursos florestais, tais como a madeira e outros produtos não-madeireiros (cipós, seringa, castanha, frutos, sementes, óleos, etc.). Esta Zona também foi delineada para funcionar como ‘cinturão de proteção’ para a Zona de Preservação, por isso prevendo condições de uso menos intensivas que a Zona Habitacional (BRASIL, 2014).

Figura 5 – Macrozoneamento do território da Resex Tapajós-Arapiuns, elaborado por gestores do ICMBio.



Fonte: Elaborado a partir de Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2014).

A Zona de Preservação, que ocupa 20,12% da Reserva, é uma área destinada à reprodução, ao crescimento e trânsito do fluxo gênico de espécies da flora e da fauna. Destina-se à manutenção do ecossistema natural, não permitindo a interferência de ações humanas. Esta área também tem por objetivo propor um corredor de biodiversidade com o Parque Nacional da Amazônia (BRASIL, 2014).

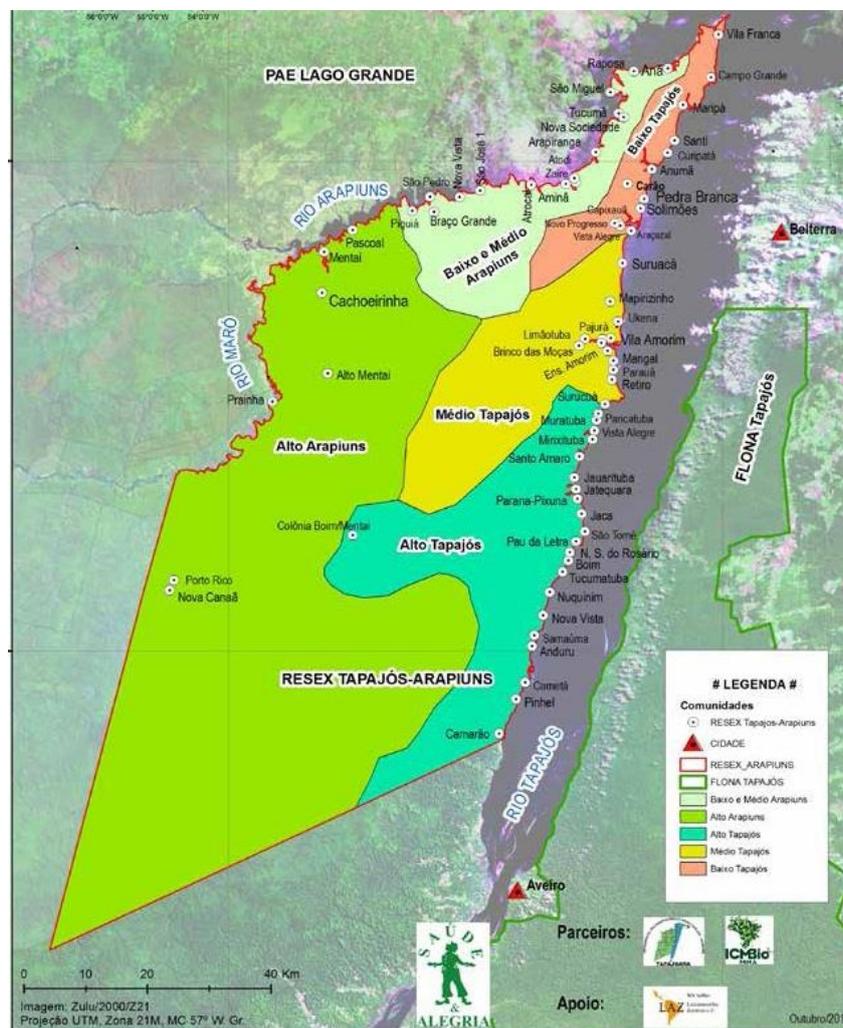
A Zona de Amortecimento corresponde a uma proposição que visa trabalhar as ameaças e oportunidades de integração da UC com seu entorno imediato (BRASIL, 2014).

Contudo, recorrentemente são utilizadas outras subdivisões da área, tanto por moradores e gestores internos à UC quanto externos, igualmente importantes para os processos de gestão territorial. A Figura 6 a seguir, tomando como referência os rios, apresenta outra forma de representação espacial, subdividida em cinco porções: Alto Arapiuns, Baixo e Médio Arapiuns, Baixo Tapajós, Médio Tapajós e Alto Tapajós.

Tal arranjo socioespacial é uma representação operacional do território e se inscreve em campo político-administrativo para pensar estratégias de desenvolvimento para a Resex. Essa representação espacial, inclusive foi utilizada para a distribuição das ONGs prestadoras de

serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER na UC, referente a chamada nº 01/2013 do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), destinada a atender diversas Resex e Assentamentos na Amazônia. A Resex Tapajós Arapiuns foi destinado mais de R\$ 23 milhões de reais para serem implementados em 30 (trinta) meses de contrato. A ONG Ceapac, atuou no Baixo e Médio Arapiuns; a Cooperativa Ecoideias, a qual posteriormente teve o contrato rescindido, atuou no Alto Arapiuns; ao PSA coube o Médio e Baixo Tapajós e; o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM atuou no Alto Tapajós.

Figura 6 – Ilustração de zoneamento do território da Resex baseado nos cursos hídricos.



Fonte: Elaborada a partir de PSA (2015).

Por essa breve contextualização do lugar e momentos do trabalho de campo, explicitarei as novas formas de concepção geopolítica do espaço, as distintas representações da região, sendo parte da estrutura oficial de gestão da UC. No capítulo a seguir lanço o olhar, de forma abrangente e detalhada, para as dimensões institucionais (formais/legais) adotando perspectiva

histórica de fenômenos sociais que influenciam diretamente os processos organizativos e o quadro de mudanças dos moradores da Resex. As discussões a seguir serão importantes para melhor compreensão da tese porque demonstram o influxo de processos sociais em sua *extensionalidade* e *intencionalidade* (GIDDENS, 2003; 1991).

2 A GEOPOLÍTICA DE ESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: MACROESTRUTURAS GLOBAIS E O CONTEXTO BRASILEIRO

Para Anthony Giddens, processos de reprodução e transformação são fundamentais à teoria social por constituírem o cerne das práticas e *estruturas* sociais. Para construção epistemológica da interpretação da mudança social, o autor adota cinco referências: *princípios estruturais*, *extremidades de tempo-espço*, *sistemas intersociais*, *caracterização episódica* (ou *episódios*) e *tempo mundial*. Para este capítulo, enfatizarei os dois últimos.

Segundo o autor (2003, p. 287), “caracterizar um aspecto da vida social como um episódio é vê-lo como um certo número de atos ou eventos com um começo e um fim especificáveis, envolvendo assim uma determinada sequência”. Complementa ainda: “ao falar de episódios em larga escala refiro-me a sequências identificáveis de mudança afetando as principais instituições dentro de uma totalidade social, ou envolvendo transições entre tipos de totalidade social” (GIDDENS, 2003, p. 287).

Giddens (2003, p. 287-288) emprega como exemplo desta ideia, a formação de Estados agrários, assim ressaltando: a considerar a constituição de um Estado “[...] como um episódio significa penetrar analiticamente na “História”, ou seja, identificar certos elementos como marcando a abertura de uma sequência de mudança e descrever essa sequência como um processo de transmutação institucional”. Para demonstrar a pertinência de suas proposições, explicita a categorização de modos de mudança social em termos de dimensões, “[...] as quais se combinam na avaliação da natureza de formas específicas de episódio” (GIDDENS, 2003, p. 288).

Ao referir-me ao tipo de mudança social envolvida num episódio, pretendo indicar em que medida ele é intensivo e extensivo – quer dizer, com que profundidade uma série de mudanças desintegra ou remodela um alinhamento existente de instituições e qual a amplitude atingida por tais mudanças (GIDDENS, 2003, p. 289).

Pela perspectiva do autor, é importante considerar outro conceito mobilizado na análise da mudança social, a noção de *tempo mundial*. Este conceito vincula-se à interferência de outras duas categorias, *conjunturas* e *cognoscitividade* humana. Por *conjuntura*, ele entende “[...] a interação de influências que, num determinado tempo e lugar, são relevantes para um dado episódio [...]” (GIDDENS, 2003, p. 296). A influência da *cognoscitividade* está relacionada à capacidade do *agente* em apropriar-se e compreender os processos e eventos. Giddens (2003, p. 444) conceitua *tempo mundial* como “conjunturas da história que influenciam a natureza dos

episódios; os efeitos da compreensão de precedentes históricos sobre caracterizações episódicas”.

Pelo exposto, considero importante observar a construção da agenda global de conservação do meio ambiente, ainda segundo proposições de Giddens. Analisando eventos mais amplos, irrompidos no início da década de 1970 e promovidos por organismos internacionais, posto que os desdobramentos destes eventos tiveram influência no contexto de criação de UC no Brasil, ressalta-se o caráter processual da construção da agenda ambiental em âmbito mundial. O desenrolar desses eventos implicou a criação de preceitos de *governança*, segundo perspectivas teóricas/metodológicas e jurídicas/administrativas específicas e intervenientes, tais como os incidentes, direta ou indiretamente, sobre processos sociais aglutinadores de moradores de UC. As mudanças sociais articuladas a esses *episódios* são de ampla abrangência, intervindo de forma intensiva e extensiva sobre dimensões da organização social relacionadas ao meio natural. No caso em tela, embora a proposta desenvolvida seja uma análise a partir do ponto de vista de *agentes* sociais residentes em áreas tuteladas pelo Estado, mediante os conceitos de *caracterização episódica* e de *tempo mundial*, inclusive incidentes sobre construção de ideários de conservação ambiental, enquanto questão de amplo espectro, mas também redundante em preceitos normativos que influenciam a objetivação de estruturas formais e *sistemas sociais* locais.

Na primeira seção do capítulo, elaboro breve análise de *episódios* relacionados à construção do conceito de *meio ambiente* como objeto de interação tutelar, referendados por *conjunturas* celebradas em acordos internacionais, fóruns globais de discussão, convenções etc. Com efeito, princípios ideológicos e normativos que balizaram a construção de instrumentos e ações refletidos na estruturação da política ambiental no Brasil e no sistema de gestão de UC, tal como atualmente adotado. O escopo é explicitar que os programas governamentais com viés ambiental desenvolvidos no Brasil, inclusive aqueles destinados às Resex, estão relacionados a processos globais de produção de referenciais para conservação da biodiversidade.

Na segunda seção do capítulo, invisto na sistematização de algumas das principais políticas ambientais incidentes sobre as Resex, com destaque para a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC. A chamada Lei do SNUC, ao estabelecer critérios e normas para a criação, implantação e gestão de UC, por um lado se constitui como expressão de um longo processo de evolução e inovação das categorias de UC, vale destacar, alinhadas com os fundamentos institucionais de uma agenda global de sustentabilidade ambiental. Por outro lado, a intervenção estatal, mediante a

institucionalização de Resex, pressupõe regulamentações formais/legais inerentes ao campo burocrático-administrativo estatal. As regulamentações passam, então, a normatizar as condutas individuais e coletivas de grupos sociais com o ambiente natural. Assim, nas interpretações dessa seção, demonstro como a ação formal/legal do Estado introduz nova concepção de gestão territorial sobre grupos sociais, expressa pela criação de estruturas de governança, ambientes institucionais, instrumentos de gestão. Enfim, atos administrativos de governança territorial capazes de produzir outros significados sobre a vida comunitária.

Não é meu objetivo realizar uma análise aprofundada de todos os instrumentos jurídicos relacionados à UC. No entanto, é pertinente colocar em relevo como *estruturas* jurídicas afetam por meio de normatizações, *sistemas sociais* tradicionais. Aqui irei focar especialmente a análise de documentos jurídicos relacionados à categoria Reserva Extrativista, sobretudo o SNUC (instituído pela Lei nº 9.985/2000) e demais Instruções Normativas e Decretos que complementam noções tratadas naquela lei. Acredito que esse procedimento é importante para particularizar os modos de interposição estatal mediante princípios de lógica formal/legal sobre grupos sociais. Mesmo que de forma sucinta, o exercício é elucidativo do arcabouço jurídico construído para *governança* de categorias de UC, como as Resex.

Na terceira seção, discorro sobre *episódios* relacionados à construção da ideia de Reservas Extrativistas, inicialmente projeto político empreendido por seringueiros do estado do Acre, sem perder de vista as *conjunturas* que possibilitaram aos seringueiros a objetivação possível de seu projeto político.

2.1 Conservação do ambiente natural: *princípios estruturantes de governança em esferas públicas*

As constatações sobre os danos causados ao meio natural, mais evidentes no pós Segunda Guerra Mundial, mas sobretudo a partir da década de 1970, se considerados a partir dos debates sobre o emergente fenômeno que Leff (2006) denominou de *crise ambiental*¹⁹, suscitaram o questionamento das formas de desenvolvimento adotadas pela sociedade. Diante da comprovação de que os danos ao meio natural eram claros, em abrangência universal, e de

¹⁹ Para Leff (2006, p. 15), a crise ambiental é “[...] gerada pela hegemonia totalizadora do mundo globalizado - pela vontade homogeneizante da unidade da ciência e a unificação forçada do mercado [...]”. O autor complementa ainda que a crise ambiental “[...] é a crise do efeito do conhecimento sobre o mundo”, uma crise que contesta os fundamentos da racionalidade econômica coisificadora e utilitarista (LEFF, 2006, p. 16).

que os recursos naturais são finitos, colocaram-se em pauta a questão da degradação ambiental e a necessidade da conservação dos recursos naturais. Nesta esteira, especialmente os Estados em avançado estágio de industrialização e de desenvolvimento tecnológico, elevaram a questão ambiental a assunto de interesse global, passando a figurar em programas políticos comprometidos com o cumprimento de metas de conservação em diversos países (SIQUEIRA, 2014).

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, capital da Suécia, entre os dias 5 e 16 de junho de 1972 pela Organização das Nações Unidas - ONU, é um marco emblemático do paradigma ecológico e, conjeturalmente, a possibilidade de integração de princípios de conservação ambiental aos processos de desenvolvimento econômico (NEVES; DALAQUA, 2012). O objetivo da conferência foi discutir os problemas ambientais. Como um dos desdobramentos desta conferência, foi criado um programa contínuo de monitoramento, voltado à proteção ambiental e à promoção do *'desenvolvimento sustentável'*, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA.

Em desdobramento, houve uma proliferação de organizações internacionais²⁰ devotadas a fundamentais intervenções sobre as questões ambientais. A exemplo, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO e a Organização Marítima Internacional – IMO. A partir de mudanças na concepção sobre poluição ambiental, foram desencadeados em todo o mundo amplos debates e conferências internacionais (Tabela 7), todas fomentando especiais arranjos institucionais sistematizados em tratados²¹, convenções, acordos, ajustes, protocolos, memorandos, convênios etc., referenciando princípios e práticas de conservação. Esse processo estimulou a realização da Conferência de Estocolmo, cujo foco se restringiu ao problema da poluição ambiental, mas o teor dos debates foi sendo ampliado com diversas questões relacionadas ao meio natural (NEVES; DALAQUA, 2012).

²⁰ Segundo Feldmann (1997, p. 25), “Organização Internacional é uma associação de Estados estabelecida por tratado, que possui uma constituição e órgãos em comum, com personalidade jurídica distinta da dos seus membros. Trata-se de uma associação voluntária de sujeitos de Direito Internacional (Estados), constituída por ato internacional (tratado), regida por normas de Direito Internacional”.

²¹ De acordo com Feldmann (1997, p. 7), os “tratados internacionais são acordos concluídos entre Estados em forma escrita e regulados pelo Direito Internacional. Os Tratados Internacionais são uma das fontes normativas admitidas pelo Direito Internacional”. O autor salienta ainda que “os tratados estabelecem uma relação de Estado a Estado e se aplicam, salvo estipulação em contrário, a todo o território dos países contraentes. Eles acarretam de modo indireto obrigações para os poderes estatais (Executivo, Legislativo e Judiciário) de cada um dos signatários, e o descumprimento das obrigações neles estipuladas acarreta a responsabilidade internacional do Estado. Os tratados, de um modo geral, só atingem os indivíduos através do direito interno, após a incorporação a esse direito” (FELDMANN, 1997, p. 8).

Tabela 7 – Síntese de tratados sobre meio ambiente.

Evento	Ano	Principais desdobramentos
Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano	1972	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração da Declaração sobre o Ambiente Humano; • Institucionalização do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente; • Composição da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; • Constituição do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA.
Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento	1983	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração do Relatório Nosso Futuro Comum – Relatório Brundtland; • Construção e definição do conceito de ‘desenvolvimento sustentável’.
Cúpula da Terra / Rio-92 / Eco-92	1992	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; • Publicação do plano de ação Agenda 21; • Lançamento dos Princípios para a Administração Sustentável das Florestas; • Constituição da Convenção da Diversidade Biológica – CDB; • Institucionalização da Convenção sobre Mudança do Clima.
Conferência das Partes 3 / COP 3	1997	<ul style="list-style-type: none"> • Promulgação do Protocolo de Quioto.
Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável -	2002	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de Implementação; • Declaração Política.
Conferência de Bali	2007	<ul style="list-style-type: none"> • Decretação do “Bali Roadmap”¹ - plano estratégico para as negociações de um novo acordo sobre mudanças climáticas.
Conferência de Copenhague	2009	<ul style="list-style-type: none"> • Proclamação do Acordo de Copenhague.
Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica das Nações Unidas (COP 10/CDB)		<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração do Protocolo de Nagoya sobre Acesso a Recursos Genéticos e Repartição de Benefícios decorrentes da sua utilização.
Conferência do Clima da ONU de Durban / COP 17	2011	<ul style="list-style-type: none"> • Sancionamento da Plataforma de Durban.
Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável / Rio+20	2012	<ul style="list-style-type: none"> • Institucionalização do acordo ‘O Futuro que Queremos’.
Conferência das Partes / COP 21	2015	<ul style="list-style-type: none"> • Promulgação do Acordo de Paris.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de revisão bibliográfica (2018).

Sem pretensão de apresentar extenso levantamento cronológico, pela tabela esboça-se de forma resumida, o percurso linear sobre a amplitude de alguns eventos correspondentes a compromissos políticos referentes à internacionalização da questão ambiental na sistematização, inclui metas e prazos que redundaram em maior organização dos Estados para desenvolverem sistemas normativos capazes de estruturar ações coadunantes a interesses convergentes de conservação e desenvolvimento. Essas ações tiveram reflexos no sistema

jurídico internacional, convertendo-se em volumosas e cada vez mais abrangentes regras internacionais sobre a proteção do meio ambiente, criação de tratados, surgimento de miríade de organizações multilaterais, atores políticos emergentes como ONGs e multilaterais de atuação global, direta ou indiretamente voltadas à busca de soluções para problemas ambientais (FELDMANN, 1997). Com base em dados do Ministério do Meio Ambiente – MMA, Steiner e Medeiros (2011) destacam que, até o ano de 2010, o Brasil era signatário de 48 tratados referentes ao meio ambiente, sendo 27 atos multilaterais globais, cinco regionais e dezesseis bilaterais.

No contexto da realização da conferência de Estocolmo, o comportamento dos representantes do Estado brasileiro, diante do sistemático investimento político quanto à internacionalização da questão ambiental, foi considerado conservador, vis-à-vis as políticas criadas por Estados desenvolvidos, e sua imposição a Estados em desenvolvimento, sem contudo distinguir os estágios de desenvolvimento das economias e dos padrões de consumo dos cidadãos (SANTOS, 2017; NEVES; DALAQUA, 2012). Frente às indefinições escamoteiam interesses ambientais (FERREIRA, 1998). O Estado brasileiro não incorporou, de forma imediata, em seu sistema jurídico, os princípios de Estocolmo. Optou-se pela manutenção da soberania sobre a exploração dos recursos naturais (NEVES; DALAQUA, 2012), haja vista que, naquele contexto, o ambientalismo, pautado em imaginário de crescimento zero, estava relacionado aos movimentos de esquerda (SANTOS, 2017).

Para avançar na questão, Santos (2017) destaca que a promulgação da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA e, posteriormente, com a publicação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 5 de outubro de 1988, o Brasil congrega-se ao sistema jurídico internacional. Ao instituir, nesses dois dispositivos jurídicos, cláusulas constitucionais que contemplam o meio ambiente como direito fundamental e princípio da atividade econômica. No que concerne às relações internacionais, paulatinamente o posicionamento do governo brasileiro nas questões ambientais foi de assentimento aos compromissos internacionais e em busca de um consenso mundial. Tais indícios foram claramente observados na ECO-92, sinalizados no assentimento, ao sediar o evento e na postura associativa e cooperativa em relação às proposições discutidas (SANTOS, 2017; NEVES; DALAQUIA, 2012).

No decorrer da década de 1980, ficaram mais evidentes as discussões em torno de conceitos como *desenvolvimento sustentável* e *populações tradicionais*, que pressupõem a produção de significados relativos à percepção corrente de meio ambiente, celebrado a partir

da década de 1990. No âmbito da ONU, através da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, instituiu-se uma comissão que durou entre os anos de 1983 a 1986. Seus componentes se reuniam para avaliar as ações expressas na Conferência de Estocolmo, quando o conceito de *desenvolvimento sustentável* foi apresentado em documento, conhecido como ‘Nosso futuro comum’ ou ‘Relatório Brundtland’, em homenagem à pesquisadora que presidiu a comissão, Gro Harlem Brundtland. O relatório apresenta uma série de propostas voltadas para integrar o desenvolvimento econômico ao *desenvolvimento sustentável*²², conceituando este último como: “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades” (BRUNDTLAND, 1987, p. 46).

A construção de outro modelo de compreensão do jogo democrático, surge a partir de profundas transformações sociais pelas quais a sociedade passou, notadamente em relação ao reconhecimento da diversidade social e das posições divergentes, reflexos da legitimidade do processo democrático (COZZOLINO, IRVING, SOARES, 2015). Neste contexto, os modelos deliberativos de democracia, os quais, em seu cerne pressupõe o compromisso da participação social como garantia fundamental para o seu funcionamento, assumem reconhecimento e importância na discussão e na prática política (COZZOLINO; IRVING; SOARES, 2015). Advém disso, a partir dos anos de 1980, o surgimento, no âmbito da *International Union for Conservation of Nature - IUCN*, de diálogos sobre a questão da presença humana em *áreas protegidas* (PUREZA; PELLIN; PADUA, 2015; VIANNA, 2008). Tendo isso paralelamente aos debates sobre a necessidade de desenvolvimento de reformas estruturais, mas que compreendessem a inclusão de outros agentes da sociedade nas instâncias de gestão de *áreas protegidas*.

As discussões sobre a existência e permanência de populações locais em *áreas protegidas* evoluíram conjuntamente com as categorias de populações, povos e comunidades tradicionais (BARRETO FILHO, 2006; CALDENHOF, 2013), discussões importantes na ampliação da justiça social e conservação ambiental (LOBÃO, 2006). Contudo, foi a partir da promulgação da Convenção da Diversidade Biológica – CDB, durante a realização da ECO-92, que as *populações tradicionais* alcançaram o reconhecimento institucional. Dentre outros

²² O termo *Desenvolvimento Sustentável* tornou-se um campo de disputa, no sentido utilizado por Bourdieu, com múltiplos discursos que ora se opõem, ora se complementam. O domínio da polissemia é a expressão maior desse campo de forças, que passa a condicionar posições e medidas de governos, empresários, políticos, movimentos sociais e organismos multilaterais (NASCIMENTO, 2012). No entanto, o *desenvolvimento sustentável* não esbarra somente em embaraços conceituais. Ele envolve discussão mais ampla, filosófica e científica que passaria inclusive pelo questionamento das utopias sociais atuais (ALMEIDA, 2006).

temas, a CDB trata da conservação da biodiversidade atrelada às comunidades tradicionais e indígenas, considerando suas inter-relações com o meio natural e seus conhecimentos sobre os mesmos. Vianna (2008) considera a CDB (1992) um marco inicial do reconhecimento das possibilidades de contribuições das *populações tradicionais* para a conservação da biodiversidade, devido a seu conhecimento e suas práticas sustentáveis. Afirmando a adesão do Brasil no cenário das políticas externas para o meio ambiente e desenvolvimento, Pureza, Pellin e Padua (2015) ressaltam a influência do país na proposição de uma categoria de manejo baseada nas Reservas Extrativistas (na terceira seção deste capítulo retomo esta questão), desenvolvida no âmbito do movimento dos seringueiros no Estado do Acre, cuja premissa fundamental residia na integração e redefinição de duas tradições teóricas que até então se desenvolviam separadamente, muitas vezes em conflito, desenvolvimento social e proteção ao meio ambiente (ALLEGRETTI, 2008).

Em contexto de redefinição de racionalidades, tendências de conservação e desenvolvimento surgem impulsionadas por organizações multilaterais, atores e demandas emergentes que marcam o tom de outra ordem mundial. Neste cenário, as *áreas protegidas* despontam, em termos de estratégias de conservação, como uma das ações mais importantes já concebidas (BORRINI-FEYERABEND et al., 2017; DUDLEY, 2008).

No que concerne às instâncias de debates, de desenvolvimento de metodologias e ferramentas de conservação de *áreas protegidas*, destaca-se a IUCN. Fundada em 1948 como ONG denominada apenas de União Internacional para Proteção da Natureza, em 1956 a entidade altera seu nome para União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais - IUCN. A organização corresponde à união de representantes de Estados soberanos, agências governamentais e organizações da sociedade civil. Atualmente se converteu na maior e mais diversificada rede ambiental no plano mundial. Conta com a experiência, os recursos e a colaboração de mais de 1.300 organizações membros e com as contribuições de mais de 13.000 especialistas em 170 países. A entidade é reconhecida como autoridade mundial, no que se refere à biodiversidade, bem como é detentora de medidas necessárias para protegê-la (IUCN, 2019). A IUCN estrutura-se a partir de seis comissões e desenvolve programas globais de eixos variados: direito ambiental, conservação florestal, negócios, economia, gestão de ecossistemas, equidade e igualdade de sexos, política global, áreas marinhas e polares, política social, *áreas protegidas*, espécies, patrimônio mundial, ciência e conhecimento, água (PUREZA; PELLIN; PADUA, 2015; IUCN, 2019).

No âmbito das discussões e ações desenvolvidas por negociação de integrantes da IUCN, em 1962 foi criada a *World Commission on Protected Areas* – WCPA (PUREZA; PELLIN; PADUA, 2015; IUCN, 2019). A Comissão Mundial de Áreas Protegidas institui-se como uma das principais autoridades no tema e compõe uma das seis comissões da IUCN. Conta com 2.400 membros e abrange 140 países. Tendo por missão “[...] promover o fortalecimento de uma rede de representantes (gestores e especialistas) de *áreas protegidas* do mundo todo e o fortalecimento de uma gestão mais eficaz de tais áreas” (PUREZA, PELLIN, PADUA, 2015, p. 26). A partir desta comissão, como resultado de um longo processo de experiências desenvolvidas em diversos países e de definição abrangente do termo *áreas protegidas*, foi possível a construção de um sistema mundial padronizado de nomenclatura e categorização das *áreas protegidas*. A IUCN define *áreas protegidas* como: “um espaço geográfico claramente definido, reconhecido, dedicado e administrado, mediante meios legais e outros meios eficazes de conservação da natureza a longo prazo e seus serviços ecossistêmicos e seus valores culturais associados” (BORRINI-FEYERABEND et al., 2017, p. 5).

Ações como essas produziram a necessidade de uma reorientação dos processos de criação e gestão de áreas protegidas, de modo a incluir as populações locais na gestão da área (COZZOLINO; IRVING; SOARES, 2015). Nessas circunstâncias, o termo ‘*governança*’ e, em especial, o qualificativo ‘*boa governança*’ (COZZOLINO; IRVING; SOARES, 2015), integram procedimentos dos programas institucionais, conforme estabelecido pela IUCN²³.

De acordo com Cozzolino, Irving e Soares (2015), o termo *governança* passa a figurar institucionalmente e com frequência em documentos referentes a projetos de desenvolvimento e de gestão de instituições públicas, privadas e não governamentais. Borrini-Feyerabend et al. (2017, p. 10), em pesquisa da IUCN, definem *governança* como “interações entre estruturas, processos e tradições que determinam como o poder e as responsabilidades são exercidos, como as decisões são tomadas e como cidadãos ou outros interessados diretos manifestam sua opinião”.

Está ela mais associada à dinâmica de processo, contrapondo-se a algo estático. Os autores complementam que a noção é alterada à medida que os parâmetros são mudados e mudam-se “os papéis dos atores, os instrumentos e os poderes à sua disposição, e os níveis de tomada de decisões em que se envolvem” (BORRINI-FEYERABEND et al., 2017, p. 10). Borrini-Feyerabend et al. (2017, p. 11) procuram mostrar que a governança compreende

²³ As diretrizes estabelecidas por essa organização incluem temas como: legitimidade e voz; orientação; desempenho; prestação de contas; justiça e direitos (BORRINI-FEYERABEND et al., 2017).

“questões relacionadas a processos formais e informais de tomada de decisões e aos papéis das instituições formais, consuetudinárias e específicas de cada cultura”.

No exercício de aprimoramento da eficiência dos objetivos de conservação das *áreas protegidas*, agora ampliados com a agregação da noção de desenvolvimento social, cabe à administração desses espaços um papel fundamental para o alcance da *sustentabilidade ambiental*. O debate em torno da gestão das *áreas protegidas* se consubstanciou por uma busca por processos diferenciados, capazes de conceber singularizada forma de se pensar a apropriação e uso dos espaços. Essa reconstrução das formas de pensar se submete à revisão de conceitos chaves. A despeito desta questão, Borrini-Feyerabend et al. (2017) assinalam que, para melhor entendimento da noção de ‘governança’, é necessário distingui-lo de outro termo que, muitas vezes, circula como sinônimo: o conceito de ‘gestão’. Governança e gestão são termos comuns ao referirem-se a *áreas protegidas*, mas são noções distintas, conforme explicitado no Quadro 1.

Quadro 1 – Diferenças entre gestão e governança.

Gestão	...está relacionada à...	<ul style="list-style-type: none"> • O que se faz em busca de determinados objetivos; • Meios e ações para alcançar esses objetivos.
Governança	...está relacionada à...	<ul style="list-style-type: none"> • Quem decide quais são os objetivos, o que fazer para os alcançar, e com que meios; • Como essas decisões são tomadas; • Quem detém o poder, a autoridade e a responsabilidade; • Quem deve (ou deveria) prestar contas.

Fonte: Adaptado a partir de Borrini-Feyerabend et al. (2017, p. 11).

Tal como explica Borrini-Feyerabend et al., (2017), a gestão é uma ferramenta auxiliar no exercício de atendimento aos objetivos da *governança*. A gestão de qualquer *área protegida* envolve diferentes atores, dispositivos e poderes, e opera em vários níveis das esferas de tomada de decisão – das abrangentes composições de políticas internacionais, a acordos orçamentários nacionais e de planos regionais de uso da terra a decisões cotidianas que afetam os meios de subsistência de pessoas que residem em UC ou próximas elas.

Os regimes de administração de *áreas protegidas* ao redor do mundo também passaram por mudanças. Correlato aos aparatos institucionais construídos pelos Estados, as iniciativas privadas e comunitárias de conservação subsistem e evoluem, ora contrapostas ou em conflito com as instituições de conservação do Estado, ora de forma coligada, exercendo papéis complementares e de apoio mútuo (BORRINI-FEYERABEND et al., 2017). Embora muitos

países adotem distintas formas de administração de *áreas protegidas*, no contexto mundial, a UICN e a CDB distinguem quatro amplos tipos de regimes de governança (Quadro 2).

Quadro 2 – Tipos de governança de *áreas protegidas* reconhecidos pela UICN.

Tipos de governança		Característica
A	Gestão Governamental	Governança centralizada no governo, que tem autoridade e responsabilidade sobre a gestão dos objetivos da unidade de conservação, elaborando e implementando o Plano de Manejo da área.
B	Cogestão / Gestão Compartilhada	Governança compartilhada da gestão da área, assumindo uma variedade de atores governamentais e não governamentais.
C	Gestão Privada	Governança privada, abarca UCs sob propriedade de indivíduos, cooperativas, ONGs ou empresas, geridas com ou sem fins lucrativos.
D	Gestão Comunitária	Governança pelas comunidades locais, quando a autoridade administrativa é de responsabilidade das próprias pessoas residentes nas comunidades.

Fonte: Adaptado a partir de Dudley (2008).

Pode-se observar que nos tipos A e B, via de regra há presença de instâncias institucionais do Estado, atuando na gestão de forma isolada ou em sistema de corresponsabilidade com outros agentes institucionais. Nos tipos C e D, a governança pode operar independentemente do reconhecimento ou apoio do Estado (BORRINI-FEYERABEND et al., 2017). A seguir apresento algumas especificações de cada uma dessas tipologias de governança.

Nesse contextual campo de debates, registram-se muitas disputas para a construção dos principais *princípios estruturais* de governança ambiental em âmbito mundial. Considerando a atitude do Estado brasileiro no que concerne à conexão com a ordem institucional internacional de conservação da biodiversidade, conforme destacado por Santos (2017), no período entre as décadas de 1970 e 1980, houve resistência a muitas ações propostas. Entre as décadas de 1990 e os anos 2000, intercalaram-se momentos de convergência. A partir de 2010, há uma tendência de entrelaçamento consoante com as estratégias dos principais organismos internacionais (SANTOS, 2017).

Allegretti (2012), refletindo nesse ambiente de debates, considera que a construção do modelo de gestão institucional de conservação e proteção do meio natural do Brasil em *áreas protegidas* teve início em 1930. No decorrer deste período, até o presente momento, o país construiu um sistema original de proteção de seus recursos naturais, além de adotar modelos de *áreas protegidas* consagrados internacionalmente, institucionalizando-se a proposta dos

seringueiros do Acre que previra conciliar a conservação com o uso dos recursos naturais. Estipulou ainda critérios para iniciativas privadas de proteção e reconheceu o papel desempenhado pelas terras indígenas na conservação da biodiversidade (ALLEGRETTI, 2012, p. 34). Melhor explicando:

Nesse processo de cerca de setenta anos, os modelos, os instrumentos e a legislação foram se modificando e, progressivamente, se ajustando às peculiaridades do país de tal forma que o mapa que resultou da criação destes espaços protegidos pode ser interpretado como uma síntese da história e da identidade da sociedade que os criou (ALLEGRETTI, 2012, p. 37).

Outra particularidade do sistema brasileiro de *áreas protegidas* se refere ao próprio termo. O país adota o conceito de *unidades de conservação*, noção distinta de *áreas protegidas*, conforme discutirei na próxima seção. A noção de *unidades de conservação* é claramente definida no principal dispositivo normativo das *áreas protegidas* do país, o SNUC. O conjunto de *unidades de conservação* federais, estaduais, municipais e particulares que o SNUC engloba, representa uma sistematização advinda de décadas de discussões entre cientistas, administradores, ambientalistas e grupos sociais diversos em escala mundial, algumas sumamente apresentadas nesta seção.

Para Drummond, Franco e Oliveira (2010, p. 347), as variadas versões e nomenclaturas de *unidades de conservação* no Brasil estão em acordo “[...] com as mudanças no panorama mundial da conservação ambiental, a ampliação do interesse social na questão, pressões internacionais e a concorrência entre organismos gestores e as suas diferentes políticas”. Os referidos autores são de opinião que “isso permite ao sistema brasileiro uma adequação aos padrões e às normas internacionais. Facilita a definição de estratégias para a captação de recursos, a realização de pesquisas, o intercâmbio de informações e experiências [...]” (DRUMMOND; FRANCO; OLIVEIRA, 2010, p. 350). Na seção a seguir, serão discutidas algumas questões institucionais, com foco no SNUC e voltadas à governança da categoria de manejo de Reservas Extrativistas.

2.2 Modelo de gestão de *unidades de conservação* no Brasil: o SNUC e os marcos institucionais de regulação social

Muitas pesquisas que tomam como objeto de estudo UC realizam uma sucessão de análises do campo sociopolítico, jurídico e ideológico, a partir das diversas normatizações elaboradas para administrar esses espaços. Nessa seção também irei analisar dispositivos jurídicos, porque considero que, retirar essa sucessão, dificulta a leitura do texto por aqueles que não estão familiarizados com a problemática apresentada. Tendo em vista a forma como construo as discussões, a referência a esses aparatos institucionais torna-se fundamental para os leitores compreender como estes aparatos vieram a compor o campo cognitivo, normativo e intervencionista em relação à constituição da Resex Tapajós-Arapiuns.

Anteriormente apresentei um conjunto de *episódios* de espectro mundial de processos sociopolíticos que marcaram a construção de políticas ambientais internacionais. No Brasil, os desdobramentos dessas ações também seguiram, no plano ideológico, jurídico e político, uma ordem que delineou a institucionalização de UC. Enquanto estatuto jurídico, o SNUC é um dos principais marcos referenciais, teórico e metodológico, das políticas ambientais no Brasil. Constitui-se como recurso basilar das políticas de conservação do ambiente natural. Dentre as várias representações sociais que se pode atribuir ao SNUC, está o entendimento do mesmo como um modo especial de ordenamento territorial. Afinal, prevê, além da conservação da biodiversidade, vários usos do solo e dos recursos naturais.

O SNUC, como visto, cuja discussões emergem ao final da década de 1970, passou por um longo processo de discussão em casas legislativas do país, até sua institucionalização. O processo foi dificultado pela ação de grupos de interesse, principalmente em torno de questões polêmicas sobre a participação de *populações tradicionais* na criação e gestão das UC, além das desapropriações de terra e suas indenizações (MEDEIROS, 2006). Medeiros (2006, p. 59) afirma que “o tempo relativamente longo empreendido até sua efetiva concretização, contudo, não desmerece a originalidade e o avanço da proposta”.

As percepções sociais em relação à necessidade de sistematização das UC no Brasil, juntamente com os compromissos assumidos pelo país com organizações internacionais de proteção ambiental, culminaram na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Sua regulamentação foi efetivada pelo Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002.

Em seus sete (7) capítulos (I- disposições preliminares; II- do sistema nacional de unidades de conservação da natureza – SNUC; III- das categorias de unidades de conservação; IV- da criação, implantação e gestão das unidades de conservação; V- dos incentivos, isenções e penalidades; VI- das reservas da biosfera; e VII- das disposições gerais e transitórias) e seus 60 artigos, no texto estão estabelecidos os critérios e normas para a criação, implantação e gestão de UC. Além de padronização e de organização das categorias de manejo, o texto do SNUC caracteriza-se pela amplitude conceitual dos diversos recursos intervenientes sobre as UC, bem como das regulamentações para governança dessas áreas no âmbito federal, estadual e municipal.

No Art. 2º, o texto da lei discorre sobre a compreensão de vários conceitos que irá adotar: i- *unidade de conservação*; ii- conservação da natureza; iii- diversidade biológica; iv- recurso ambiental; v- preservação; vi- proteção integral; vii- conservação *in situ*; viii- manejo; ix- uso indireto; x- uso direto; xi- uso sustentável; xii- extrativismo; xiii- recuperação; xiv- restauração; xv- (vetado); xvi- zoneamento; xvii- plano de manejo; xviii- zona de amortecimento; xix- corredores ecológicos. Não irei discorrer sobre as definições de todos esses conceitos, mas pela ilustração dos mesmos quero ressaltar o investimento conceitual instituído no texto de criação do SNUC, expressivo da percepção científica, racional/formal/legal do Estado em relação aos diversos temas que compreendem o dia a dia de grupos sociais residentes em UC de uso sustentável. No decorrer dessa seção, irei me ater aos conceitos que julgo mais pertinentes para análise da problemática que defini para apreciação da categoria de UC Resex.

O primeiro ponto que destaco nas disposições do Art. 2º do SNUC é o conceito oficial de UC. Em âmbito mundial o termo utilizado para espaços geográficos precisamente definidos com objetivos de conservação, é *áreas protegidas* (PUREZA; PELLIN; PADUA, 2015; VERÍSSIMO et al., 2011; WWF, 2008;). No Brasil, a terminologia *áreas protegidas*, segundo Medeiros (2006, p. XX) “[...] encerram um grupo muito mais abrangente de tipologias e categorias, cuja discussão e práxis de criação atravessaram todo o período republicano brasileiro”. De acordo com o Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006, que institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP, as *áreas protegidas* incluem as Terras Indígenas, as terras de Remanescentes de Quilombos e as UC. Podem-se acrescentar ainda ao conjunto de *área protegidas*, as Áreas de Proteção Permanente – APP e as Reservas Legais – RL. A distinção entre UC e *áreas protegidas* reside no fato de as primeiras terem a destinação do espaço estabelecida no ato legal de criação da área, bem como a especificação dos objetivos

voltados à conservação da natureza e à reprodução de modos de vida de grupos sociais tradicionais (MILANO, 2012; DUDLEY, 2008).

Cada país adota diferentes interpretações para a definição de áreas destinadas à conservação da biodiversidade. Neste sentido, o SNUC se apresenta inovador ao adotar uma terminologia particular, *unidades de conservação*. A origem do termo e as razões de sua utilização no Brasil não são precisas. O termo *unidades de conservação* aparece em trabalhos técnicos profissionais a partir de meados da década de 1970. Alguns especialistas acreditam que o uso do termo passou a ser utilizado com intuito de evitar possíveis confusões diante do uso do termo *áreas protegidas* vis-à-vis à denominação de parques, reservas, áreas de proteção permanente etc. Os primeiros registros de uso do termo *unidades de conservação* figuram em trabalhos realizados no Peru, mas também não há explicação de sua origem. A definição formal/legal de *unidades de conservação* especificada no SNUC é:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000, p. 1).

Quanto aos objetivos do SNUC listados no Art. 4º, há 13 deles, dos quais se pode notar preocupação com o atendimento aos aspectos da biodiversidade e aspectos sociais. O Art. 6º do SNUC destina-se a especificar os órgãos e as respectivas atribuições de cada um na implementação da lei. Assim, o SNUC é gerido da seguinte forma:

I - Órgão consultivo e deliberativo: o Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama, com as atribuições de acompanhar a implementação do Sistema;
II - Órgão central: o Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de coordenar o Sistema; e
III - Órgãos executores: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, os órgãos estaduais e municipais, com a função de implementar o SNUC, subsidiar as propostas de criação e administrar as unidades de conservação federais, estaduais e municipais, nas respectivas esferas de atuação (BRASIL, 2000, p. 5).

É possível observar que a estrutura de gestão do SNUC está formatada com base em uma tripartite, articulação composta pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA, responsável pela coordenação do sistema; IBAMA e os órgãos estaduais e municipais incumbidos pela operacionalização do sistema e do Conama, encarregado do acompanhamento e implantação do sistema. No inciso III (reproduzido acima), o SNUC designa o IBAMA como órgão responsável pela administração das UC. Porém, em 2007, o Estado introduz uma alteração nas

políticas ambientais vigentes. Com a assinatura da Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, cria o Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade – ICMBio²⁴. Na prática, o Estado altera a lei do SNUC e repassa ao ICMBio as incumbências do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. No ato de sua criação, dentre outras finalidades, ao ICMBio cabia:

Executar ações da política nacional de unidades de conservação da natureza, referentes às atribuições federais relativas à proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação instituídas pela União (BRASIL, 2007, p. 1).

Nos Art. 7º, 8º e 9º do SNUC, as UC são classificadas quanto ao grau de intervenção permitido (Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável), as categorias de manejo e as definições de cada uma das 12 categorias. As unidades de proteção integral têm como objetivo principal a preservação do meio natural, categorizando aquelas em que há o entendimento de que precisam de maior cuidado em decorrência de suas particularidades e pressuposta fragilidade ambiental. As unidades de conservação de uso sustentável conjugam a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais por *populações tradicionais*. O Quadro 3, a seguir, sumariza informações sobre algumas particularidades das categorias de UC. Em relação às instâncias de gestão, para todas as categorias listadas, imediatamente, encontram-se equivalentes ou correspondentes em âmbito estadual e municipal (MILANO, 2012, p. 21).

²⁴ O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio é uma autarquia em regime especial. O órgão tem dentre suas principais jurisdições “apresentar e editar normas e padrões de gestão de Unidades de Conservação federais; propor a criação, regularização fundiária e gestão das UC federais; apoiar a implementação do SNUC; contribuir para a recuperação de áreas degradadas nas UC; fiscalizar e aplicar penalidades administrativas ambientais ou compensatórias aos responsáveis pelo não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção da degradação ambiental; monitorar o uso público e a exploração econômica dos recursos naturais nas Unidades de Conservação onde isso for permitido, obedecidas as exigências legais e de sustentabilidade do meio ambiente; em relação à pesquisa, o ICMBio deve contribuir para a geração e disseminação sistemática de informações e conhecimentos relativos à gestão de UC, da conservação da biodiversidade e do uso dos recursos faunísticos, pesqueiros e florestais (ICMBio, 2019).

Quadro 3 – Classificação das Unidades de Conservação consolidadas pelo SNUC quanto aos grupos, categorias de manejo e domínio.

Grupo	Objetivos	Categorias	Domínio
Unidades de Proteção Integral	Preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei.	Estação Ecológica	Público
		Monumento Natural	Público/Particular*
		Parque Nacional - Parna	Público
		Refúgio de Vida Silvestre – Revis	Público/Particular*
		Reserva Biológica – Rebio	Público
Unidades de Uso Sustentável	Compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.	Floresta Nacional – Flona	Público
		Reserva Extrativista – Resex	Público
		Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS	Público
		Reserva de Fauna – Refau	Público
		Área de Proteção Ambiental – Apa	Público/Privado
		Área de Relevante Interesse Ecológico – Arie	Público/Privado
		Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN	Privada

Fonte: Adaptado de Brasil (2000).

Notas: * É permitido áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários.

A designação oficial de Reserva Extrativista consolidada no SNUC é apresentada no Art. 18:

A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (BRASIL, 2000, p. 10).

Com base nos referenciais até aqui apresentados, pode-se inferir que, na configuração oficial de Resex, está contida uma dupla destinação: a de conservação do meio ambiente e a de manutenção dos modos de vida de *populações tradicionais*. O entendimento ou reconhecimento, é de que as interações que esses grupos sociais estabelecem com o meio ambiente são ecologicamente viáveis. Além da definição de Resex, o Art. 18 do SNUC apresenta as formas de administração dessa unidade.

Com a promulgação do SNUC, a criação de UC passa a ser condicionada a estudos técnicos precedentes, conforme o Art. 22, § 2º: “a criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento” (BRASIL, 2000, p. 13).

O mesmo Art. 22, em seu § 3º, instaura a obrigatoriedade de realização de consulta pública prévia para a implantação de qualquer UC: “no processo de consulta de que trata o § 2º, o Poder Público é obrigado a fornecer informações adequadas e inteligíveis à população local e a outras partes interessadas” (BRASIL, 2000, p. 13).

Sobre essas questões, Mendes (2009) ressalta que, tanto o SNUC quanto o decreto nº 4.340/2002 (que regulamenta o SNUC) não se posicionam de forma clara em relação à obrigatoriedade do Estado em consultar as populações locais sobre a implantação de UC. Para o autor, as posições manifestamente assumidas em prol da obrigatoriedade e importância da consulta às populações locais são encontradas em outros instrumentos internacionais, como a convenção 169 da OIT e a Convenção da Diversidade Biológica (CDB), e até mesmo no Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP).

Em relação à situação fundiária de Resex, os regulamentos emitidos pelo SNUC preveem que se trata de área: “[...] de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais conforme o disposto no art. 23 desta Lei e em regulamentação específica, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas” (BRASIL, 2000, p. 10-11). Complementarmente, o Art. 23 do SNUC estabelece que as áreas ocupadas pelas *populações tradicionais* nas Reservas Extrativistas serão reguladas por contrato, como também prevê direitos e deveres das *populações tradicionais* que residem em Resex:

Art. 23. A posse e o uso das áreas ocupadas pelas populações tradicionais nas Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável serão regulados por contrato, conforme se dispuser no regulamento desta Lei.

§ 1º As populações de que trata este artigo obrigam-se a participar da preservação, recuperação, defesa e manutenção da unidade de conservação.

§ 2º O uso dos recursos naturais pelas populações de que trata este artigo obedecerá às seguintes normas:

I - proibição do uso de espécies localmente ameaçadas de extinção ou de práticas que danifiquem os seus habitats;

II - proibição de práticas ou atividades que impeçam a regeneração natural dos ecossistemas;

III - demais normas estabelecidas na legislação, no Plano de Manejo da unidade de conservação e no contrato de concessão de direito real de uso (BRASIL, 2000, p. 14).

O contrato ao qual se refere o Art. 23 é o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso – CCDRU, que se constitui como o principal mecanismo jurídico para assegurar os direitos territoriais e fundiários de *populações tradicionais* residentes em Resex. Carvalheiro et al. (2013) afirmam que o CCDRU é um contrato com regras definidas, utilizado na regularização de terras federais (projetos de assentamento, *unidades de conservação* e terrenos marginais e várzea) e estaduais (*unidades de conservação*). Como direito real e resolúvel de uso, o

usufrutuário possui o domínio útil da terra, onde é assegurada a posse, estando sujeita à ação da justiça em caso de violação por terceiros. O CCDRU tem plena força e validade de um título, tendo a obrigatoriedade de ser registrado em cartório de registro de imóveis. O CCDRU é assinado entre o Estado, a família ou pessoa, ou entre o Estado e a associação que representa famílias. No próprio contrato estão previstas as condições para sua renovação, cancelamento e validade, neste caso os períodos podem ser de alguns anos ou até mesmo ter a validade indefinida (CARVALHEIRO et al., 2013, p. 27).

Anteriormente à institucionalização do SNUC, as Resex eram administradas por um sistema de autogestão, pelo qual as decisões eram realizadas pelas comunidades locais, ou seja, a autoridade administrativa era de responsabilidade das próprias comunidades. Com o advento do SNUC, há uma modificação elementar no sistema de *governança*.

Se outrora cabia ao órgão do Estado, conforme previsto no Decreto nº 98.897/1990, no caso o IBAMA, apenas a supervisão das ações dos grupos sociais no que tange ao atendimento das condicionantes do CCDRU, firmado entre representantes delegados do Estado e de associações representativas dos moradores, com o SNUC o sistema de gestão passa então a ser compartilhado e efetivado mediante um Conselho Deliberativo. Por essa alteração há uma ruptura na arquitetura básica instituída pelo referido Decreto, o qual delegava a gestão e a administração da Reserva à associação concessionária. Gomes e Camargo Gomes (2018) consideram este fracionamento do modelo de gestão gerador de conflitualidades, por ser deturpador do vínculo estabelecido pelo CCDRU entre o poder público e a associação concessionária representante das *populações tradicionais*. Barbosa de Almeida, Allegretti e Postigo (2018), em texto no qual discutem os êxitos e entraves impostos às Resex, consideram a eliminação da autogestão das esferas institucionais um atentado aos direitos de *populações tradicionais* e um retrocesso imposto à perspectiva que Chico Mendes ajudou a consolidar em relação às Resex.

Os parágrafos 2º e 5º do Art. 18 do SNUC definem dois instrumentos básicos de *governança* das Resex: o Conselho Deliberativo e o Plano de Manejo, segundo tais regulamentações:

§ 2º A Reserva Extrativista será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.

§ 5º O Plano de Manejo da unidade será aprovado pelo seu Conselho Deliberativo (BRASIL, 2000, p. 11).

O marco jurídico de institucionalização dos Conselhos Deliberativos foi implementado por Instrução Normativa – IN nº 02, de 18 de setembro de 2007, do Ministério do Meio Ambiente – MMA, que disciplinou as diretrizes, normas e procedimentos para formação e funcionamento do Conselho Deliberativo das Resex e das Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS. A referida IN, ao estabelecer o Conselho Deliberativo como órgão institucional máximo responsável pela gestão das unidades, define o entendimento de Conselho Deliberativo em seu Art. 2º: “[...] o espaço legalmente constituído de valorização, discussão, negociação, deliberação e gestão da Unidade de Conservação e sua área de influência referente a questões sociais, econômicas, culturais e ambientais” (BRASIL, 2007, p. 2).

Pode-se depreender que, a partir dos 12 incisos qualificadores das diretrizes do Conselho Deliberativo, listados no Art. 3º da IN nº 02, *grosso modo*, houve um esforço no sentido de contemplar tanto as questões voltadas à conservação dos recursos naturais, quanto a democracia participativa de grupos sociais no processo de *governança* da unidade. Exemplificando, reproduzo as três primeiras diretrizes da IN nº 02:

- I – a conservação da biodiversidade e a sustentabilidade ambiental da Unidade;
- II – a transparência dos processos de gestão das Unidades, a adequação a cada realidade local e o envolvimento e participação de diferentes segmentos sociais;
- III – o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural das populações tradicionais e seus sistemas de organização e representação social.

Contudo, concordando com Gomes e Camargo Gomes (2018), é oportuno notar que há distorção no que se refere à participação das associações concessionárias, as quais passam a compor o Conselho Deliberativo, não como o principal, como deveria ser, mas apenas como um entre os diversos gestores membros do conselho. Na prática, há centralização por parte do poder público sobre os principais mecanismos de gestão da UC: elaboração do Plano de Manejo é realizada pelo órgão gestor (órgão do Estado) e aprovado pelo Conselho Deliberativo (cuja presidência é de responsabilidade do ‘chefe’ da UC, funcionário concursado do órgão gestor), além de que o CCDRU poderá ser revisto para eventuais adaptações ao Plano de Manejo (GOMES; CAMARGO GOMES, 2018).

A IN nº 02/2007 introduz ainda a função do ‘chefe da unidade’, figura importante para a governança de Resex. Segundo o § 1 do Art. 4º, define-se que o ICMBio deverá indicar como

presidente do Conselho Deliberativo um representante componente do quadro de funcionários do órgão, o qual será o ‘chefe da unidade’.

Outro instrumento administrativo que encontra amparo jurídico no SNUC e na IN nº 01/2007 é o Plano de Manejo. Trata-se do principal documento de planejamento elaborado com o objetivo de nortear a gestão da UC, condição *sine qua non* para o funcionamento de uma UC (SATHLER; CONCEIÇÃO, 2004). O SNUC em seu Art. 2º, inciso XVII, define Plano de Manejo como o:

[...] documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (BRASIL, 2000, p. 3).

Nos termos do Art. 27 do SNUC e seus incisos, especificou-se que o Plano de Manejo deve ser elaborado em prazo de cinco (05) anos, a partir da data de criação da UC. É também previsto que, na elaboração, atualização e implementação do Plano de Manejo, esteja assegurada a ampla participação da população residente. O Plano de Manejo deve abarcar: “[...] a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas” (BRASIL, 2007, p. 15).

A aprovação do Plano de Manejo é função do Conselho Deliberativo. Na IN nº 01, de 18 de setembro de 2007, que dispõe sobre as diretrizes, normas e procedimentos para a elaboração de Plano de Manejo Participativo de Unidade de Conservação Federal das categorias Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável, têm-se como definição o:

[...] documento que representa o principal instrumento de gestão da Unidade de Conservação, definindo sua estrutura física e de administração, o zoneamento, as normas de uso da área e de manejo dos recursos naturais e os programas de sustentabilidade ambiental e socioeconômica, construído junto com a população tradicional da Unidade (BRASIL, 2007, p. 2).

No Art. 5º da IN nº 01/2007, são definidas as etapas que a elaboração do Plano de Manejo deverá compreender. Nas alíneas de ‘a’ até a ‘g’ do referido artigo, é apresentada a especificação dos itens propostos ou que devem ser revisados:

I - planejamento prévio; O GT deve elaborar um plano de trabalho onde serão previstos os recursos humanos, financeiros, logísticos, estratégias de mobilização das comunidades e de divulgação das informações, bem como o cronograma de execução

e parcerias necessárias para a elaboração do Plano de Manejo Participativo da Unidade;

II - estudos fase I: Levantar, compilar e analisar dados e informações disponíveis sobre a área e a região, analisando as informações em conjunto com a população tradicional da Unidade e identificando e indicando se há necessidade de estudos complementares;

III - estudos fase II: De acordo com os resultados da fase I dos estudos, realizar os levantamentos complementares indicados para a elaboração do Plano de Manejo Participativo, utilizando-se de metodologias apropriadas que garantam a participação efetiva da população tradicional da Unidade, integrando conhecimentos técnico-científicos e saberes, práticas e conhecimentos tradicionais;

IV - construção do Plano de Manejo Participativo: As informações levantadas e sistematizadas nas etapas anteriores deverão ser analisadas e debatidas com a população tradicional da Unidade e suas representações para construção do Plano de Manejo Participativo, podendo ser convidadas instituições parceiras para apoiar este processo. Serão propostos ou revisados:

- a. a estrutura de gestão da Unidade
- b. a infraestrutura necessária;
- c. o Plano de Utilização;
- d. o zoneamento da área;
- e. a zona de amortecimento;
- f. análises de cenários;
- g. programas de sustentabilidade ambiental e socioeconômica da Unidade (BRASIL, 2007, p. 3).

Cabe destacar que na legislação vigente, encontram-se duas definições para Plano de Manejo: a que abrange todas as UC, determinada pelo SNUC e outra específica para Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável - RDS, instituída pela IN nº 01/2007. Guerrero (2012) ao discutir as contradições no processo de territorialização de camponeses na Reserva Extrativista Quilombo do Frechal, no município de Mirinzal (MA), aponta duas diferenças relevantes entre as definições. Ao contrário da definição do SNUC, na IN nº 01/2007 foi suprimido o termo ‘técnico’ e foi acrescentado a exigência de inclusão de programas de sustentabilidade ambiental e econômica.

Guerrero (2012) observa que o texto da IN nº 01/2007 é marcado por uma incisiva orientação à participação no processo de elaboração do Plano de Manejo Participativo. Contudo, a autora pondera que é preciso dar atenção às limitações da legislação, porque ela não especifica o que entende por ‘participação’. Além do mais, sua inserção no texto da IN não significa sua colocação em prática. A autora complementa que:

O pressuposto de que a efetivação adequada do manejo do território se apoia em um documento pode ser compreendido como fruto desse pacto, mas há que se considerar a reação de estranhamento que isso tem em relação à população, sua não apropriação do processo. Em outras palavras, não é de surpreender que na maior parte dos casos haja uma incompreensão da relevância do documento por parte da população e, conseqüentemente, um alheamento à construção de seu processo. Em muitos casos, o processo se reveste de fato como uma imposição exógena e coercitiva. O plano não é uma demanda da população, sua necessidade não é compreendida em termos negociados, esclarecidos. Pressupor esse consenso prévio, esperar uma adesão

imediate ao processo, já é um primeiro limitante que se impõe à participação da população nesse que se afirma categoricamente como o “principal instrumento de gestão da UC” (GUERRERO, 2012, p. 325-326).

Embora elaborado tendo como ponto focal UC em outro contexto espacial, considero propícia a observação de Rodrigues (2001), ao questionar o sentido do caráter participativo atribuído aos Planos de Manejo e de gestão ambiental conduzidos pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, no âmbito do Projeto de Preservação da Mata Atlântica (PPMA). A autora considera que os métodos participativos adotados no Brasil em oficinas de planejamento dos atuais projetos ambientais, em grande medida, são “social e culturalmente excludentes por intimidar aqueles que possuem outra lógica, outra linguagem e têm interesses distintos da maioria dos presentes. Assim, acabam sendo silenciados aqueles que possuem um outro universo simbólico” (RODRIGUES, 2001, p. 223).

Cabe destacar que, conforme texto da IN nº 01/2007, o instrumento responsável pela regulamentação e utilização dos recursos naturais, além de ser o documento condicionante para a assinatura do CCDRU naquele período, era também o Plano de Utilização. Com a institucionalização da IN nº 029, de 5 de setembro de 2012, que disciplina “as diretrizes, requisitos e procedimentos administrativos para a elaboração e aprovação de Acordo de Gestão em Unidade de Conservação de Uso Sustentável federal com populações tradicionais”, aquele documento veio a ser denominado Acordo de Gestão. No Art. 2º da IN nº 29/2012, o Acordo de Gestão é definido como:

[...] o documento que contém as regras construídas e definidas pela população tradicional beneficiária da Unidade de Conservação de Uso Sustentável e o Instituto Chico Mendes quanto às atividades tradicionalmente praticadas, o manejo dos recursos naturais, o uso e ocupação da área e a conservação ambiental, considerando-se a legislação vigente (BRASIL, 2012, p. 1).

Na prática, conforme os Art. 3º e 4º da IN 29/2012, em linhas gerais, o Acordo de Gestão é o documento oficial que regulamenta aquilo que é permitido ou não dentro da UC. São as regras a “ser cumpridas por toda e qualquer pessoa que entre ou permaneça dentro dos limites da Unidade de Conservação” (BRASIL, 2012, p. 1). O Art. 6º da IN 29/2012 define os requisitos para o Acordo de Gestão:

- I - Existência de organização comunitária, formal ou informal, representativa das populações tradicionais que constituirão o Acordo de Gestão;
- II - Existência de interesse, por parte das populações tradicionais, na manutenção e utilização dos recursos naturais como instrumento de reprodução social;

III - Avaliação do ICMBio sobre a oportunidade da elaboração e revisão deste instrumento de gestão (BRASIL, 2012, p. 2).

Os preceitos normativos, por mim destacados até aqui, mesmo que de forma sintética e seletiva, constituem alguns dos principais marcos referenciais da política ambiental brasileira para as Resex. O quadro institucional apresentado nesta seção ilustra uma forma de operacionalização do poder do Estado, por intervenção mediante legislação e programas públicos. São construídas instituições com vistas à conservação do meio ambiente que, conseqüentemente, além de projetarem outras formas de *governança* do espaço, são capazes de reordenar também os processos sociais referenciais de moradores de UC de uso sustentável.

Tais programas pressupõem uma série de ações articuladas que objetivam a institucionalização de regulamentações, padronização de processos de apropriação do meio natural, inserção de novos *agentes* e definição de suas atribuições, assim como as competências de *agentes* preexistentes e inéditos. A construção desses princípios de ação na *governança* de UC de uso sustentável, e incidentes sobre os processos sociais vivenciados por moradores que lá residem, demonstram os preceitos organizativos da conduta proposta do Estado moderno e o investimento político na projeção de um ideário processualista, racional e burocrático de percepção e apropriação do espaço.

Assentindo com a proposição de Lobão (2006), a institucionalização do SNUC impõe uma ruptura em que se constituíam as condições entre a sociedade e *populações tradicionais*, em relação ao uso dos recursos naturais e a conservação da natureza. Em certa medida, ainda em concordância com o autor, neste processo o poder de agência local é inserido em amplo contexto de agências institucionais e fundamentados em saberes ‘estrangeiros’. Entretanto, diferentemente de Lobão (2006, p. 59), que afirma que neste processo “as reservas extrativistas estão fadadas a não serem nem processos de reprodução social e nem processos de conservação da natureza”, discordo que as Resex “tornar-se-ão processos vazios de sentido” para a população residente (LOBÃO, 2006, p. 59). Por mais que a intervenção do SNUC pressuponha o enquadramento das *ações* de moradores de Resex em *sistemas peritos*, no âmbito do agir cotidiano, os agentes sociais reproduzem as *estruturas*, porém, não considero que os *sistemas sociais* concebidos para regulamentação de Resex sejam completamente sobrepostos aos quadros de referências dos *sistemas sociais* tradicionais de populações locais. Nos capítulos 3 e 4 discuto a implicação desses preceitos jurídicos no cotidiano das famílias analisadas nas duas *comunidades* da Resex Tapajós-Arapiuns.

2.3 O lugar das reservas extrativistas no contexto de *unidades de conservação* no Brasil

A concepção de Resex foi instituída em período em que o Brasil enfrentava um momento conturbado no que se refere à questão fundiária (PUREZA; PELLIN; PADUA, 2015). Embora as causas dessa tensão tenham raízes mais antigas, na década de 1970 ocorreram diversos conflitos no meio rural brasileiro, cuja negociação exigiu certa institucionalidade. Naquela mesma década, de acordo com Allegretti (2008), sobrevém em todo país movimentos sociais e organizações rurais contrárias à política agrícola nacional que, dentre outras demandas, reivindicavam principalmente maior autonomia dos sindicatos, contenção dos grandes projetos de infraestrutura, agrícola e mineral, garantia dos direitos por atingidos por barragens, além da exigência de reforma agrária.

O Estado brasileiro, com sua recorrente perspectiva de projetar na Amazônia as “soluções para problemas externos à região” (ALLEGRETTI, 1992, p. 146), em 1975 passou a incentivar a migração de trabalhadores de toda parte do país para a região Norte, interessados em instalar empreendimentos rurais. O estado do Acre, detentor de uma imagem consagrada de “um verdadeiro caos fundiário” (PORTO-GONÇALVES, 1999), naquele contexto, enfrentava crise econômica do sistema de aviação devido à decadência da extração da borracha em seringais. Atraiu então muitos migrantes que vislumbraram uma oportunidade de adquirir terra a preços módicos (CUNHA; ALMEIDA, 2001; PORTO-GONÇALVES, 1999). O estado, que possuía extensas áreas de seringais, teve muitas transformadas em pasto para gado (PUREZA; PELLIN; PADUA, 2015).

O uso e ocupação dos seringais pelas populações locais estavam fundamentadas em sistema de posse, não havendo título legal definitivo dessas terras. Assim, a primeira medida adotada pelos novos compradores – que em muitas situações se apossaram das terras ou as adquiriram de forma ilícita, sem respeitar direitos adquiridos por aqueles que ali viviam (ALLEGRETTI, 2008) – era a expulsão dos seringueiros posseiros (CUNHA; ALMEIDA, 2001). Desta forma, podiam derrubar a floresta sem resistência (ALLEGRETTI, 2008).

Rueda (1995) afirma que muitos seringueiros se instalaram em áreas devolutas ou em glebas e seringais abandonados, por terem sido expulsos violentamente de suas *colocações*. Esses grupos de seringueiros, ao adquirirem a condição de ‘donos’ da terra, livres da obrigatoriedade de entrega da produção ao *patrão*, deram origem ao ‘seringueiro autônomo’. O mesmo autor acrescenta: embora essa transformação tenha sido muito importante do ponto de vista social por permitir-lhe a tomada de decisão frente ao seringalista, a autonomia adquirida

era relativa, a ponto de o seringueiro continuar dependente dos comerciantes para o abastecimento e comercialização da produção.

Frente aos diversos conflitos envolvendo fazendeiros e posseiros, a partir de 1975, sob influência da Igreja Católica²⁵, cria-se uma rede de sindicatos rurais e por iniciativa da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, a eles se atribuíram o objetivo de organizar a resistência dos seringueiros contra as expulsões (CUNHA; ALMEIDA, 2001; ALLEGRETTI, 2008). De acordo com Rueda (1995), foram os seringueiros autônomos os primeiros a saírem em defesa do extrativismo, impedindo a derrubada da floresta por meio de *empates*. Os primeiros ocorreram nos municípios de Rio Branco, Xapurí e Brasiléia, mais tarde se estendendo para outras regiões do Acre e dos estados do Amazonas e do Pará.

Os conflitos no Acre tiveram desdobramentos degradantes do ponto de vista social e ambiental para os seringueiros. Entretanto, frente ao processo de expropriação do território, os seringueiros passaram a organizar contraposições. Após serem expulsos de suas colocações, como alternativa restava tentar a vida nas periferias de cidades, sem qualquer indenização; ou buscar enquadramento como posseiros, condição que possibilitava requerer o ressarcimento por benfeitorias, conforme a legislação vigente previa (ALLEGRETTI, 2008). Posteriormente, como estratégia de resistência, emerge a ação coletiva organizada desses grupos sociais, na tentativa de reestabelecimento de uma ordem social substituída na década de 1970, organização que ficou conhecida como *empate* (CUNHA; ALMEIDA, 2001; ALLEGRETTI, 2008). Uma ação direta desenvolvida contra o desmatamento, quando os seringueiros impediam o avanço de máquinas e motosserras, colocando-se como barreira que obstruía a passagem dessas, causando a suspensão ou *empate* da ação (VALIANTE, 2008; CUNHA; ALMEIDA, 2001; ALLEGRETTI, 1997; RUEDA, 1995). Os *empates* foram fundamentais para o amadurecimento político e social dos seringueiros, à medida que exigiam organização e coesão, atributos reforçados pela proximidade com o sindicalismo (RUEDA, 1995).

As intervenções por meio de *empates* eram lideradas por seringueiros, tendo como primeira liderança sindical Wilson Pinheiro. Após o assassinato dessa liderança, em julho de 1980, dando continuidade e ampliando as estratégias de ação dos *empates*, assume a liderança do movimento o seringueiro Chico Mendes (CUNHA; ALMEIDA, 2001). Posteriormente, em 22 de dezembro de 1988, também foi assinado. Chico Mendes teve papel chave na luta dos

²⁵ Em meados da década de 1970 a Igreja Católica aumentava sua atuação influenciada pela Teologia da Libertação, por meio das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs e do Movimento de Educação de Base - MEB, tendo importância significativa na organização e no processo de construção de representações dos trabalhadores rurais.

seringueiros. Ao longo de sua atuação na diretoria do sindicato, ele construiu ampla rede de apoio e parceiros na luta dos seringueiros. Os conflitos envolvendo seringueiros e fazendeiros tiveram uma enorme repercussão na mídia nacional e internacional, contribuindo para que a temática fosse introduzida na agenda de discussão de diferentes âmbitos do Estado (PUREZA; PELLIN; PADUA, 2015).

Em 1982, a atuação paralela de dois órgãos federais no Acre, cujas ações convergiram para um impasse, levaram porta vozes do Estado a considerar a possibilidade de interceder na economia extrativista (RUEDA, 1995). O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA desenvolvia projetos de colonização no Acre, os chamados Projeto de Assentamento Dirigido²⁶. Os retângulos onde os colonos eram assentados coincidiam com as áreas onde a Superintendência da Borracha – SUDHEVEA²⁷ desenvolvia projetos para aumentar a produção de borracha dos seringueiros. O problema é que o “retângulo cortava e desmembrava a “colocação”, unidade de produção do seringueiro, formada pela dispersão natural e sinuosa das espécies vegetais” (RUEDA, 1995, p. 7).

Reportando-se aos estudos de Allegretti (2008), a autora ressalta que os programas convencionais de reforma agrária implementados no estado do Acre previam que os lotes dos projetos de colonização teriam entre 50 e 100 hectares. Porém, conforme o número de componentes do grupo familiar em condições de trabalhar, das estradas do seringal e da ocorrência de outras atividades desenvolvidas, como roçados e existência de castanhais, o tamanho usualmente das colocações tradicionais dos seringais variava entre 300 a 500 hectares. A autora ressalta ainda que havia espaços de uso comum como varadouros, igarapés, áreas de caça e de pesca. Uma economia baseada no extrativismo exige áreas maiores para coleta e extração de produtos dispersos na floresta. Do ponto de vista de Allegretti (2008, p. 46), em que pese o diminuto tamanho da área e a forma de exploração dos recursos naturais, “era difícil conciliar o modo tradicional de viver dos seringueiros autônomos com o modelo convencional de reforma agrária” proposto pelo INCRA.

²⁶ Os chamados Projeto de Assentamento Dirigido – PAD surgiram na década de 1970 com o objetivo de cumprir as determinações do Estatuto da Terra, no que se refere ao assentamento de pequenos e médios agricultores, em regime de propriedade familiar.

²⁷ Em 1967, foi criada através da Lei nº 5.227, a Superintendência da Borracha – SUDHEVEA, autarquia ligada ao Ministério de Indústria e Comércio, cujas responsabilidades eram: estabelecer preços de garantias ao produtor, estabilizar os preços, gerenciar estoques, aumentar a produção de borracha e a produtividade dos seringais, consolidar a heveicultura no país e administrar os programas Probor (SOUZA, 2010). Em 1989, já com suas atividades bastante esvaziadas, a SUDHEVEA ao ser fundida a mais três órgãos, Superintendência da Pesca (SUDEPE) e Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), dá origem ao IBAMA.

Na avaliação de Mary Allegretti, antropóloga que naquele contexto desenvolvia pesquisas nos seringais do Vale do Juruá, e que veio a tornar-se parceira dos seringueiros em seus projetos políticos, os seringueiros mobilizaram-se em torno de outro meio de garantia de território, ao constatarem que as indenizações perdiam o sentido à medida que, sem terem terra, não conseguiriam sobreviver. Ao invés de receberem ressarcimento em dinheiro como forma de indenização por suas terras, passaram a receber lotes de terra no interior das áreas ocupadas pelos fazendeiros. Para a autora, “[...] essa ação mudou o caráter dos conflitos, por várias razões: mostrou a força da organização, expôs as consequências sociais da derrubada da floresta e forçou o fazendeiro a dividir parte da área que havia comprado” (ALLEGRETTI, 2008, p. 45).

Há de se considerar que, a princípio, as reivindicações dos seringueiros eram pela garantia de direitos de acesso à terra. Posteriormente, em conformação com o movimento ambientalista internacional, questões ambientais foram incorporadas à luta política (CAVALCANTI, 2002, p. 8). Silva (2012, p. 61) acrescenta que “[...] as mudanças paradigmáticas em nível internacional, no que se referem à proteção do meio ambiente, surgem como fator determinante para o fortalecimento local dessa proposta”.

O autor complementa afirmando que os movimentos internacionais auxiliaram a estabelecer a oportunidade necessária para a coalizão dos chamados ‘*povos da floresta*’, unindo distintos segmentos, como indígenas, seringueiros, ambientalistas, igreja católica, sindicatos, pesquisadores, políticos com ideais socialistas, em torno da garantia de um espaço institucionalmente determinado para a atividade extrativista (SILVA, 2012). O movimento dos seringueiros, ao se aproximar dos movimentos ambientalistas, “[...] não o fazem por uma concepção abstrata sobre a natureza, e, sim, porque a utilizam como fator de produção e meio de vida” (ALLEGRETTI, 2008, p. 42). Ao assim proceder, recuperam o conceito de território e de áreas demarcadas e reservadas para o extrativismo dos movimentos indígenas (ALLEGRETTI, 2008).

Já com articulações bem estruturadas em torno das dimensões econômicas (subsistência dos seringueiros), cultural e social (perpetuação das populações tradicionais) e ambiental (defesa do meio ambiente) (SILVA, 2012), atendendo a pedido de Chico Mendes, Mary Allegretti auxiliou na articulação, em 1985, do 1º Encontro Nacional dos Seringueiros, em Brasília (LOBÃO, 2006). O evento realizado em Brasília foi significativo para o movimento, reunindo 120 lideranças sindicais da Amazônia com perfil seringueiro e contou com apoio de instituições estatais e não-governamentais (CUNHA; ALMEIDA, 2001). O encontro teve

vários desdobramentos importantes: a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS, “[...] entidade que passou a representar os interesses de um grupo social até então invisível e desconhecido e que atuava de forma independente dos partidos políticos e até dos órgãos de classe como os sindicatos” (ALLEGRETTI, 2008, p. 46) e a “[...] formulação de uma proposta inovadora de solução para a questão fundiária – uma reforma agrária inspirada no modelo das reservas indígenas e nas de unidades de conservação, as Reservas Extrativistas” (ALLEGRETTI, 2008, p. 46). Segundo Lobão (2006), o encontro marca ainda a amplitude da internacionalização do movimento dos seringueiros.

Cabe ressaltar a observação realizada por Lobão (2006), ao analisar as deliberações realizadas no encontro dos seringueiros. O autor destaca que tais agentes desenvolveram uma concepção de sustentabilidade distinta daquela encontrada no pensamento desenvolvimentista ou na concepção protecionista do meio ambiente. Ao se apresentarem como sujeitos e não como objetos das políticas públicas, os seringueiros enfatizavam o saber local e a cultura como base para o desenvolvimento, legitimando assim o protagonismo nas reivindicações e nos processos de decisões. Substituem o termo ‘meio ambiente’, evocando categorias constituídas em seu universo social, simbólico e objetivo, tais como floresta, borracha, recursos da natureza, *colocação* etc. (LOBÃO, 2006).

Embora a reivindicação dos seringueiros por uma reforma agrária que levasse em conta os modos de vida locais fosse antiga, o encontro inaugura a utilização da noção de ‘Reserva’ em correspondência direta à proteção associada às terras indígenas (CUNHA; ALMEIDA, 2001). Em 1988, seringueiros e povos indígenas se unem em aliança para a defesa das florestas e de seus habitantes, resultando, em 1989, no 1º Encontro dos Povos da Floresta, que lançou a Aliança dos Povos da Floresta que, entre outras ações, subsidiaram a organização da ECO-92 (CUNHA; ALMEIDA, 2001; SILVA, 2012).

Lobão (2006) acrescenta que o estreitamento de vínculos dos seringueiros com organizações internacionais foi ampliado com a participação de lideranças do CNS em audiências públicas realizadas em São Paulo pela ONU, através da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Uma consequência precisa da intervenção dos seringueiros naquelas audiências foi a predisposição da Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA em avaliar a possibilidade de criação de *área protegida* no formato de reservas ecológicas extrativistas na Amazônia, ou seja, que integrasse a preservação das florestas e, ao mesmo tempo, a manutenção das atividades dos moradores locais (LOBÃO, 2006).

Segundo Allegretti (2008, p. 47), a proposta inovadora dos seringueiros para superação dos constrangimentos aos quais estavam sendo submetidos, foi a proposição de uma reforma agrária através da institucionalização de Reserva Extrativista, por eles concebida como:

[...] territórios contínuos que não deveriam ser divididos, como ocorria com a reforma agrária convencional, de propriedade da União, para usufruto de comunidades com tradição no uso sustentável dos recursos naturais, por meio de contratos de concessão de uso, condicionados a planos de manejo dos recursos (ALLEGRETTI, 2008, p. 47).

Rueda (1995) ressalta que em 1985, todas as atenções estavam voltadas para o lançamento do Plano Nacional de reforma Agrária. Assim:

A proposta de criação das Reservas Extrativistas apareceu então como a “Reforma Agrária” para os extrativistas, na medida em que a sua criação deveria ser uma forma de legitimar a posse, e de reconhecer os direitos à terra daqueles que nela trabalhavam e viviam há muitos anos. Conclui-se, portanto, que as Reservas Extrativistas, historicamente foram uma proposta no espírito da Reforma Agrária, isto é, para que a terra cumpra a sua função social (RUEDA, 1995, p. 8).

Foi no âmbito do INCRA, através da Portaria nº 627, de 30 de julho de 1987, que se estabelecem as diretrizes para criação dos Projeto de Assentamento Extrativista – PAE; ou que começam a se desenhar as condições para o reconhecimento jurídico institucional do conceito de Reserva Extrativista, tal como apresentado pelo CNS (GOMES; FELIPPE, 1993). Os ‘assentamentos’ (conceito empregado por falta de outro dispositivo legal para reforma agrária), ao permitirem a prática de atividades economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis de populações locais, reconheciam os modos de vida dos seringueiros (ALLEGRETTI, 2008, p. 47; GOMES; FELIPPE, 1993).

Em 18 de julho de 1989, o Estado institui a Lei nº 7.804, que altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA e insere as Reservas Extrativistas na PNMA. Lobão (2006) ressalta que, com a vitória de Fernando Collor de Mello, que concorria ao cargo de presidente da república em 1989, especulou-se que poderia haver uma mudança no rumo das políticas públicas, o que supostamente colocaria em segundo plano a reforma agrária. Esta eventual contingência levou os seringueiros a mudarem sua tática, investindo na institucionalização das Reservas Extrativistas e definindo que ela fosse considerada como *área protegida* e incorporada aos programas do IBAMA (LOBÃO, 2006). Deste modo, o reconhecimento das Reservas Extrativistas como *área protegida* ocorreu por intermédio do Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990 (DRUMMOND; FRANCO;

OLIVEIRA, 2010), dispondo sobre as Reservas Extrativistas. Em seu Art. 1º as define como “[...] espaços territoriais destinados à exploração autossustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista” (BRASIL, 1990, p. 1).

A primeira dessas unidades criadas foi a Reserva Extrativista do Alto Juruá, regulamentada pelo Decreto nº 98.863, de 23 de janeiro de 1990. De acordo com Allegretti (2008, p. 48), as justificativas da proposição da reserva se fundamentavam nos termos a seguir transcritos:

[...] a Reserva Extrativista possibilitará a conservação dos recursos renováveis existentes, bem como sua exploração de forma sustentável pela população com tradição extrativista e que já habita a região. Com a criação da Reserva Extrativista será possível a conciliação de ações extrativistas, principalmente a exploração da borracha em seringais nativos, que é a principal atividade econômica da região, com a conservação da natureza, especialmente pela presença de endemismos e diversidades biológicas específicas desta região (ALLEGRETTI, 2008, p. 48).

Registrando reconhecimento do arcabouço institucional das Resex, em 10 de fevereiro de 1992 foi publicada a Portaria nº 22 do IBAMA, que criou o Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais – CNPT, cuja finalidade foi definida no Art. 2º: O CNPT tem por finalidade promover a elaboração, implantação e implementação de planos, programas, projetos e ações demandados por populações tradicionais [...] (BRASIL, 1992).

O órgão foi criado em desdobramento da ECO-92, quando foi acordado o recebimento de recursos financeiros de instituições internacionais dirigidos a implementar o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – PPG7 (ALLEGRETTI, 2008, p. 49). Para Lobão (2006), o órgão consagra dois conceitos que vinham sendo muito debatidos em conferências internacionais naquele contexto, *desenvolvimento sustentável* e *populações tradicionais*. Do ponto de vista dos estatutos legais, a efetiva consolidação da categoria Resex ocorreu através da Lei nº 9.985/2000, a Lei do SNUC, que dispõe sobre as *unidades de conservação* do país.

A trajetória de constituição das Reservas Extrativistas é peculiar. Ela foi forjada por sujeitos destituídos de poder político diante do Estado, mas que souberam valer-se de alianças políticas estratégicas e da construção de “[...] identidades coletivas singulares como forma de aglutinação de forças em um espaço político próprio” (ALLEGRETTI, 2008, p. 42). Ela assim logrou “[...] uma chancela formal de reconhecimento, de direito, resultante de um longo processo de lutas que conformaram *habitus*, *habitats*, modos de vida e de produção” (PORTO-GONÇALVES, 1999, p. 77).

Não obstante, a utilização da criação de Resex como forma de contenção de conflitos, corroborando com Silva (2012), ainda gera controvérsias em relação à importância, função social e ambiental. No que concerne aos aparatos jurídicos direcionados a essa categoria de UC, alguns pesquisadores (GOMES; CAMARGO GOMES, 2018; BRITO, 2018; CAÑETE; CAÑETE, 2011; GOMES; FELIPPE, 1993) têm criticado o ordenamento jurídico por o considerarem dúbio e contraditório.

Gomes e Camargo Gomes (2018) veem dissensões em relação às Resex também em termos de garantia de direitos às populações residentes. De acordo com os autores, ao analisarem os atuais marcos legais incidentes sobre Reservas Extrativistas, defendem que os aparatos jurídicos instituídos são insuficientes na proteção efetiva de meios de vida e da cultura de *populações tradicionais* residentes nesses espaços. Comparando proposições instituídas no Decreto nº 98.897/1990, os autores consideram que com a institucionalização do SNUC (2000), houve perdas significativas do arranjo jurídico das Reservas Extrativistas, como: (i) redução de poderes atribuídos pelo CCDRU às associações concessionárias; (ii) restrição de condições de efetivação de uma tutela ampla sobre os meios de vida e a cultura das populações extrativistas; e (iii) estabelecimento da obrigatoriedade do Plano de Manejo, cuja elaboração é de responsabilidade do órgão gestor e sua aprovação é de incumbência do conselho deliberativo (GOMES; CAMARGO GOMES, 2018, p. 110).

A esse respeito, Gomes e Camargo Gomes (2018, p. 110), tendo em vista que transcorreram quase 30 anos de implementação das primeiras Reservas Extrativistas, tempo suficiente para vislumbrar acertos e erros com as experiências, defendem a necessidade de constituição de novo marco normativo para assegurar o contínuo desenvolvimento dessa categoria de UC. Segundo os autores, após a criação do SNUC, algumas iniciativas foram empreendidas com intuito de dar novos contornos às Reservas Extrativistas com base em instrumento jurídico próprio, contudo, sem surtir efeitos.

Em 2018 foram instituídas duas iniciativas voltadas ao fortalecimento de políticas e programas de proteção de modos de vida de populações residentes em Resex: a Comissão das Reservas Extrativistas Federais – CONAREX e o Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas – PLANAFE. A CONAREX, instituída por Portaria Conjunta MMA/ICMBio (nº 96/2018), tem por objetivo “apoiar, propor e monitorar a execução de políticas relativas à proteção dos meios de vida e da cultura das populações extrativistas tradicionais, o uso sustentável dos recursos naturais renováveis das reservas extrativistas federais e a conservação da biodiversidade”. Entre suas diretrizes previstas está a elaboração de

regulamentação dos dispositivos do SNUC (Lei nº 9.985), referentes a Reservas Extrativistas (BRASIL, 2019).

A PLANAFE foi instituída pelo Decreto nº 9.334, em abril de 2018, com diretrizes voltadas “ao fomento, ao extrativismo, às comunidades ribeirinhas, ao desenvolvimento sustentável e à exploração ambientalmente equilibrada de produtos da sociobiodiversidade” (BRASIL, 2018). Os dois órgãos visam ampliação dos espaços institucionais de diálogo e a participação de gestores de UC. Até o momento em que elaboro este texto, novembro de 2019, há poucos materiais publicados sobre a atuação dos dois órgãos.

No capítulo a seguir parto para as análises derivadas do contexto empírico da tese. Enfoco aspectos do cotidiano dos moradores da Resex Tapajós-Arapiuns e, sempre que possível, confrontando as *estruturas* dos universos sociais dos moradores, em relação às *estruturas* representadas pelo conjunto de institucionalidades discutidas neste capítulo.

3 RESEX TAPAJÓS-ARAPIUNS: DISPUTAS E CONQUISTAS DE VIDA SOB MEDIAÇÕES

3.1 Criação da Resex Tapajós-Arapiuns: projeto comunitário de reprodução de modos de vida

É lugar comum o reconhecimento de que o processo de ocupação da Amazônia ocorreu de forma conflituosa, envolvendo disputas por terra e pelo uso de recursos naturais. Este é o caso do território que, no contexto atual, se configura como Resex Tapajós-Arapiuns. Neste capítulo, a partir de *episódios* significativos delimitados por entrevistados quanto à criação da Resex Tapajós-Arapiuns, ênfase, em temporalidade, as destacadas peculiaridades do processo de mobilização e articulação políticas dos moradores da Resex. Compreendidos em perspectiva processual, os destaques apontados pelos entrevistados equivalem a representações carregadas de significados constitutivos do universo social por eles delineado.

Uma observação que logo salta aos olhos diz respeito às diferenças em relação aos desdobramentos de conflitos fundiários enfrentados pelos moradores das *comunidades* (localidade), apreendidos e transmitidos por enfática temporalidade que remete à década de 1960. Ressalto que esta região vem sendo historicamente ocupada por populações locais que construíram e constroem seus meios de reprodução social a partir, principalmente, do extrativismo, da caça, da pesca e de pequenas lavouras.

As narrativas dos entrevistados são permeadas por rememoração de experiências passadas, geralmente elaboradas por contraposição de cronologias contrastantes. Eles recorrem a vivências dos pais e avós para demarcar certa temporalidade dos conflitos enfrentados, comumente por disputas por terra. Uma liderança comunitária, engajada em movimentos sociais desde jovem, morador de Boim, valoriza a perspectiva processual na apresentação dos fatos, lembrando processos e situações de resistência dos moradores diante das tentativas de expropriação do território do grupo social a que pertenciam.

A primeira resistência de terra aqui se deu no tempo do meu pai e dos meus avós. Foi exatamente por algumas implantações da empresa ali no Tucumatuba e que o foco da empresa era o trabalho da borracha. [...] E o que aconteceu? O gerente da firma, naquela época era a firma Cal Serruya, era de judeus. E aí começaram a querer usar o domínio dos seringueiros e aonde teve um para acertar lá no São Tomé [comunidade próxima a Boim]. Assim, querer ser dono além das posses de seringa, ser dono da terra. Tu vai fazer uma roça aqui, mas é de meia a produção. Aí meu avô foi soldado na guerra entre São Paulo e Rio de Janeiro, “guerra do café”, muito mais velho que nós tudinho. Meu avô era um caboclo macho mesmo e ele era forte que até o nome

dele tremia, Pascoal Paranatinga. Ele foi falar com o gerente lá porque o gerente estava querendo impedir minha mãe de fazer o roçado. Ela era filha dele de criação e disse:

- “Olha meu pai...”

E aí começou esse puxa e encolhe, essa parada dura. Foi um atrito, e meu avô disse:

- “Negativo, pode fazer o roçado por minha conta, eu quero ver se eles vêm aqui e mandam eu parar. Diz que foi por minha ordem”.

Aí a mamãe, o papai e os outros fizeram o roçado, o gerente foi para lá bravo, certo que se insultaram por lá e chegou a turma do deixa disso. Bom, o que meu avô fez? Ele reuniu umas famílias, tinha poucas famílias e pediu uma ajuda. E em Belém foi convidar o governador do Estado do Pará e contar o que estava acontecendo aqui em Boim. Isso foi um para acertar. Entre 1940 e 1950, aí o homem [Seu Paranatinga] foi a Belém, ele tinha um bom papo e tinha o cheiro da farda do exército com o governador que era na época o coronel Magalhães Barata. Então ele foi para Belém e o governador disse:

- “Vamos lá, seu Paranatinga, eu vou com o cartório e toda a comitiva em Boim”.

E veio. Aí para avisar, não tinha como, não tinha rádio, só no recado, o governador já está em Boim. Aí ele fez uma doação das terras para uso e serventia pública dos filhos de Boim e das localidades vizinhas, compreendido do igarapé do Andurú, da Sumaúma ao igarapé do Amorim, lá no Parauá [*comunidade* a jusante de Boim]. Então, essas matas, essa área aqui ficava isenta de quem quer que seja e sim para os filhos daqui. E fez a doação. Pois bem, aí veio bacana e voltou, mas disse:

- “E eu não quero mais saber de nenhuma história aqui de Boim sobre o impedimento do povo trabalhar nas suas terras, porque senão eu volto aqui de novo”.

E o homem era perigoso, o governador (Morador da *comunidade* Boim, 69 anos, agricultor aposentado, 2017).

Os conflitos pelo território da atual área da Resex são de longa data. Na reprodução de trecho de entrevista acima, o morador expõe uma situação que remete a 1940, período em que vigorava na região uma economia fundamentada no sistema de aviamento, balizante do sistema organizativo local. Segundo lembranças relatadas por entrevistados, no período anterior à criação da Resex, o uso e ocupação da terra seguiu padrões tradicionais produzidos e reproduzidos historicamente por grupos nativos locais, alicerçados em sistema de uso comum. O que ocorrera neste território é similar ao discutido por Almeida (1988), ao analisar a diversidade de apropriações e usos da terra por grupos camponeses nos estados do Acre e do Pará. Este sistema estava constituído pelo trabalho do grupo familiar, fundamentado em regras consensualmente definidas. No sistema de uso comum de bens coletivos, assentado nas características da economia extrativista regional e na pequena produção agrícola, a posse dos recursos naturais não era permanente e não havia necessidade de as terras exploradas pelos grupos familiares serem contíguas. Conforme mencionado em seções anteriores, o uso comum do território foi constituído a partir da configuração da unidade sociopolítica de *comunidade* (unidade residencial, localidade e associação política).

Ioris (2014, p. 92), em estudo no qual discute os conflitos gerados com a criação da Flona Tapajós na região de Santarém, afirma ter encontrado situação semelhante à registrada por Almeida (1988) nas *comunidades* da Flona. Segundo a autora, este sistema concebido a

partir de meados do século XIX foi praticado em diversos grupos sociais da Amazônia. Ele foi constituído a partir da configuração da unidade sociopolítica de *comunidade* (unidade residencial, localidade e associação política). Ioris (2014) precisa alguns aspectos organizativos das *comunidades* por ela analisadas na Flona Tapajós. Apesar de haver algumas diferenças em decorrência da formação histórica das *comunidades*, as observações são muito próximas as encontradas por mim na Resex Tapajós-Arapiuns.

[...] estas comunidades desenvolveram um sistema complexo de uso de recursos dotado de diferentes níveis de apropriação e domínio. Este sistema designa áreas que são de domínio comum, acordados internamente pela comunidade, que incluem entre elas as áreas de caça, de pesca, de extração de óleos, frutos, madeira, palha, etc. Outras áreas eram demarcadas para serem usadas individualmente, pelos núcleos familiares em particular. Estas áreas incluíam os roçados e os seringais. Enquanto as áreas de florestas e dos recursos aquáticos tendiam a ser compartilhadas entre as comunidades, especialmente entre aquelas localizadas mais próximas uma da outra, as áreas onde se encontravam as residências, os roçados e os seringais eram compreendidas como de domínio de uma comunidade específica, e para tais áreas eram estabelecidos limites entre as comunidades. Em muitos casos, os limites entre uma comunidade e outra tendiam a se constituir em objeto de fortes disputas, especialmente quando uma nova comunidade se configura, geralmente, a partir do rompimento de outra (IORIS, 2014, p. 94).

Muitos entrevistados na Resex Tapajós-Arapiuns narraram as formas de apropriação de suas áreas de terra remetendo-se às experiências que remontam ao período de exploração da seringa, sucedendo seus pais ou parentes na posse dessas terras. No contexto, o acesso à terra estava legitimado pela reprodução geracional, tanto entre os entrevistados mais velhos (nascidos entre as décadas de 1940 e 1950) quanto da geração intermediária (nascidos nas décadas de 1970 e 1980). Pela relação de parentesco, o laço consanguíneo entre as gerações fora o instrumento legitimador de direito sobre a terra. Outra variante dessa forma de acesso à terra corresponde a agregações de pessoas externas às *comunidades* por constituição de matrimônio com moradores da *comunidade*.

Entretanto, o acesso à terra e a outros recursos também era permitido a migrantes de outras *comunidades* que fugiram de situações constrangedoras. Nestes casos, a construção de vínculo com os moradores do lugar de chegada, através da participação na vida comunitária, era fundamental para sua permanência e aceitação. Esse modelo de apossamento correspondia a uma *tradição* comumente encontrada em diversas regiões da Amazônia.

Na perspectiva de Silva (1994), a *tradição* representa certo controle da temporalidade à medida que expressa seu enraizamento no passado. Este controle é determinante para que os *agentes* sociais consigam conduzir a vida em um quadro de ações (SILVA, 1994). Ainda em

referência aos pressupostos de Silva (1994, s/p), “o controle da temporalidade, propiciado pela tradição, serve para pensar o tempo presente, designadamente quando este se configura como tempo da rotina”. A rotina é um fator importante porque incorpora, de forma prática e implicitamente, um amplo conjunto de respostas passadas e coletivas a situações semelhantes. Mas, sobretudo, um conjunto de princípios estruturantes de percepções, avaliações e ações comuns aplicáveis a diferentes situações equivalentes (SILVA, 1994). Complementa o autor: “a rotina é assim da ordem de uma lógica prática, implícita sem deixar de ser conhecida, adquirida sem deixar de ser inventiva, informal sem deixar de ser sistemática, histórica sem deixar de ser dinâmica e alterável. É uma utilização estratégica e calculada do tempo” (SILVA, 1994, s/p).

De certa forma, as proposições de Silva (1994) dialogam com as elaboradas por Giddens (2003; 2002) em relação à noção de *tradição*. No referido texto, Silva (1994) elabora observações que se aproximam de algumas desenvolvidas por Giddens (2003) em *A constituição da sociedade*. Em outro texto em que elabora análise teórica sobre a modernidade e suas relações com a vida cotidiana, Giddens (2002) considera que a *tradição* de determinadas práticas sociais, para além de sua reprodução temporal, é reproduzida por sua reiteração de forma compartilhada, mas não apenas como hábito, mas como algo que tem um significado a mais. Nesta perspectiva, as *tradições* são ressignificadas a partir da incorporação de novos fatores ou de novas informações que reorientam práticas sancionadas. O autor afirma que a *tradição*, ainda que remeta a algo fundado no passado, não é simplesmente repassada a cada geração sem alterações. Ela é transformada, passa por ressignificações e reinterpretações, a partir das relações que diferentes segmentos geracionais estabelecem, na linha do tempo, como ideologias e práticas externas ao grupo de origem ou de pertencimento. Nesse processo, algumas práticas e significados são mantidos, outros alterados ou descartados (GIDDENS, 2002), constituindo processos de mudanças sociais.

Em se tratando de mudança social, Silva (1994) em texto no qual reflete criticamente sobre este conceito e as teorias desenvolvidas a partir do mesmo, ponderando sobre o *que, como e porque* muda, um ponto de partida seguidamente adotado para as análises são os processos de permanência de estruturas ou práticas sociais. Silva (1994) lembra que, frequentemente, a noção de *tradição* é utilizada para assinalar tais processos.

A historiografia sobre a Amazônia demonstra que muitas mudanças sociais da região ocorreram na maioria das vezes impulsionadas por determinantes econômicos que fundamentaram os diversos ‘ciclos’ exploratórios da região. A cada novo ‘ciclo’ os *sistemas*

sociais locais entravam em conflito com a introdução de novos sistemas que concebiam mecanismos capazes de reconfigurar ou causar distúrbios nos modos de organização existentes, dentre eles a exploração madeireira.

A exploração de recursos naturais na região amazônica se intensificou a partir da década de 1950, efeito do conhecimento adquirido por diversos estudos para inventariar os recursos naturais de determinadas regiões. Conforme relatou o jornalista santareno Lúcio Flávio Pinto (1989, p. 3) em matéria publicada no Jornal Pessoal em fevereiro de 1989, muitas dessas pesquisas foram realizadas “[...] no impulso do acordo militar Brasil – Estados Unidos que balizou o relacionamento dos dois países (o primeiro absolutamente alinhado ao segundo), e as aplicações de capital estrangeiro na exploração dos bens econômicos identificados”.

As narrativas dos entrevistados das duas *comunidades* da Resex (Boim e Anã) demonstram que, ao narrarem a trajetória de criação da Reserva, adotam uma concepção de fatos privilegiados com diferentes aspectos do conjunto de circunstâncias que configuraram os contextos sociais de constituição e reprodução de suas *comunidades*. Contudo, pela perspectiva dos entrevistados, outras situações se apresentavam como empecilhos à permanência deles em seu território, situações que se desdobraram em intensas mobilizações, ações coletivas que culminaram na criação da Resex.

Tanto os entrevistados de Boim quanto os de Anã constroem narrativas enfatizando ameaças aos seus modos de vida, todas representadas pelo risco de expropriação das condições de exercício das atividades de subsistência, mediante contraposição econômica de duas empresas de exploração madeireira: a Amazonex Exportadora Ltda. e a Santa Isabel Agroflorestral Ltda. Na microrregião de Santarém, os recursos florestais tornaram-se alvo de disputas a partir da década de 1970, porque redefiniam a importância enquanto fonte geradora de desenvolvimento econômico. Em vista das possibilidades de exploração desses recursos, o Estado brasileiro, segundo Ioris (2014), buscou meios de fomentar a produção madeireira em grande escala por meio de incentivos governamentais e de ações de ordenamento do território, tais como a criação e implantação da Flona Tapajós, em 1974.

Em 1981, com o início da exportação de madeira, o município de Santarém era responsável por 60% da extração regional. Este incremento na extração é resultado da instalação de grandes madeireiras em Santarém, sendo as mais expressivas a Amazonex Exportadora Ltda., a Santa Isabel Agroflorestral Ltda. e a Comercial Madeiras e Exportação S/A (CEMEX) (LEROY, 1991). A intenção do Estado era consolidar um polo de produção madeireira em grande escala na região do vale do rio Tapajós. Ioris (2014, p. 160), referindo-se ao texto de

Leroy (1991, p. 116), menciona que as madeireiras Amazonex Exportadora Ltda. e Santa Isabel Agroflorestal Ltda., por meio de incentivos da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, ocuparam uma área de 60 km de frente por 100 km de fundo, indo da margem esquerda do rio Tapajós, até à margem direita do rio Arapiuns.

A partir da década de 1970, áreas de terra correspondentes a antigos seringais foram ocupadas pela madeireira Amazonex Exportadora Ltda. Por meio de jogadas especulativas, aquelas áreas foram adquiridas por quatro irmãos, compradas de outros seringueiros que não puderam pagar dívidas contraídas para exploração do látex da seringa. Foram então obrigados a repassar suas posses de seringa para tais irmãos.

Antônio de Oliveira (localmente conhecido por Seu Mucura), morador de Boim, relata a história de criação da Resex em seu livro *Conhecer a vida é viver a vida*, destacando que os irmãos Araújo haviam arrendado do banco uma grande quantidade de terra na região e trabalhavam extraindo látex e sernambi. Segundo Seu Mucura, dos produtos extraídos, 30% eram destinados aos seringueiros e 70% aos irmãos Araújo, donos das terras, os quais compravam dos seringueiros os outros 30% a valores abaixo do praticado no mercado. Em 1970, um dos irmãos, Aurélio Araújo, em viagem a São Paulo, conhece os presidentes das madeireiras Amazonex e Santa Isabel Agroflorestal Ltda., com os quais negociou a venda da área de terra correspondente aos seringais que eles haviam arrendado do banco (OLIVEIRA, 2012).

Naquela época, Boim dispunha de um tabelionato, instituição na qual os irmãos fizeram uma escritura e demarcaram em mapa o perímetro de abrangência das posses de seringa. A partir desses atos, os quatro irmãos passaram a negociar a terra com empresários. Estes, comprando as áreas, passaram a desenvolver atividades de exploração madeireira e começaram a tirar madeira fora dos seringais. Em 1977, a empresa madeireira Amazonex Exportadora Ltda. instalou-se em Tucumatuba, *comunidade* do rio Tapajós²⁸. Por Boim tratar-se de um distrito, Tucumatuba veio a ser considerada uma de suas *comunidades* em anos mais recentes.

²⁸ A partir dos estudos de Neves (2005; 2008; 2009; 2012) sobre *comunidades* na Amazônia, a categoria *comunidade* é muito utilizada na apresentação e representação de *ribeirinhos* na região para denotar noção de pertencimento. Os rios também são utilizados para demarcar o sentido de pertencimento e vínculo dos moradores: morador do rio Arapiuns, do rio Tapajós, do rio Mentai, do rio Maró. É comum a associação de ribeirinhos com um território, “unidade político-administrativa e cooperativa, cujo pertencimento assegura inúmeras formas de legitimidade às suas ações” (NEVES, 2005, p. 103). Segundo a autora, os ribeirinhos “se apresentam como agentes sociais numa ou a partir de uma comunidade delimitada” (NEVES, 2005, p. 103). Na Resex Tapajós-Arapiuns é comum o uso da expressão ‘*comunidade do rio...*’ como forma de localização, correspondente à comunidade situada à margem do rio.

No decorrer da instalação das madeireiras na região, foram perpetradas disputas, revelando publicamente algumas das contradições implícitas no processo. As opiniões de entrevistados ressaltam os embates com as madeireiras, por eles demonstrando a divisão operada entre moradores que não condenavam as atividades da empresa e os que as criticavam. Aqueles que eram contra as atividades de exploração madeireira, contrariados, iniciaram um processo de confronto com gestores da madeireira e exigiam uma área específica para desenvolverem suas atividades de subsistência. Analisarei essas disputas considerando diversas entrevistas, entre as quais destaquei o seguinte trecho, porque o autor sintetizou o processo por outros repertoriado.

Em 1977 a Amazonex entrou aqui, ela se tornou dona, no direito de se achar dona, quando ela comprou da firma Araújo as posses de seringa. Pelo mapa que eles apresentaram “o nosso é daqui até aqui”. Começaram a meter pico para demarcar. Tomaram posse “o meu é aqui e vai ser isso que eu quero”. E aí nós resistimos. De 1977 a 1998, eles ficaram aqui e todos os dias eles tiravam madeira. Deus o livre, saía muita madeira (Morador da *comunidade* Boim, 69 anos, agricultor aposentado, 2017).

Oliveira (2012, p. 32-33), relata que:

Essas áreas de Sumaúma a Santa Quitéria (Suruacá) [*comunidades* as margens do rio Tapajós] tem extensão de mais de 100 km. Por tudo ele negociou com as duas empresas aproximadamente duzentos mil hectares. E nós, moradores de 16 comunidades da margem esquerda do rio Tapajós, só viemos a ter conhecimento de que nós estávamos todos vendidos em 1978, quando o INCRA veio fazer a medição das áreas de terra para entregar para as duas empresas madeireiras [...] (OLIVREIRA, 2012, p. 32-33).

Segundo moradores de Boim que também participaram do processo de pesquisa, após muitas discussões, foi marcada uma primeira reunião entre os donos da madeireira e os moradores, por intermédio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém. Demarca um dos entrevistados que, naquela época, antes da criação da Resex, os moradores não contavam com apoio de qualquer instituição. Não tinham parceiros para orientar quanto à melhor forma de agir, nem mesmo do Sindicato dos Trabalhos Rurais que, segundo essa mesma avaliação, ‘era comandado por patrões’. Organizaram então uma grande reunião em Jaurituba, *comunidade* do rio Tapajós, quando se reuniram mais de 300 pessoas. Pelo mesmo ponto de vista, a reunião foi conturbada antes de seu início, no decorrer do deslocamento entre Santarém e a *comunidade*: a lancha que levava alguns policiais virou e neste acidente morreu um soldado.

Durante a reunião, representantes da empresa madeireira Amazonex apresentaram uma proposta de demarcação de uma faixa de 6 km, partindo da margem do rio Tapajós em direção

ao interior da mata, área a ser demarcada pelo INCRA. De acordo com entrevistados, essa delimitação correspondia ao extermínio das áreas de capoeira, comprometendo então a reprodução dos grupos locais, diante da insuficiência de terra para a prática de suas atividades agroextrativistas.

Diante dessa expropriante proposição, não chegaram a qualquer acordo. Em 1979, moradores e lideranças de diversas *comunidades* elaboraram a proposta de demarcação de uma área de 10 km, da beira do rio Tapajós para dentro da mata. A definição dessa área fundamentou-se em estudo realizado por uma ONG da região. No documento foram consideradas a quantidade de pessoas com idade acima de 20 anos, aptas a trabalhar e habitantes de 16 *comunidades* da margem esquerda do rio Tapajós, além do módulo fiscal da Amazônia, chegando a 100 ha por unidade de uso e reprodução familiar. Mais adiante, em outra reunião, desta vez com apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, definiu-se a demarcação de uma área de 13 km das margens do rio ao centro da mata. Essa proposta foi apresentada pelas lideranças comunitárias e então aceita pelos gestores da empresa madeireira.

Após fecharem o acordo, abriram o pico para demarcar a área destinada aos moradores e a área da madeireira, trabalho árduo que envolvia até 100 moradores por empreitada. Segundo relato de uma entrevistada de 35 anos de idade, residente em Boim, as mulheres contribuíram ativamente na abertura do pico. Houve uma organização por grupos de trabalho, assim delineada: enquanto algumas mulheres ficavam nas *comunidades* cuidando dos filhos, outras iam para a mata atuar no preparo das refeições. Passados quatro dias, elas voltavam e as que tinham ficado, iam tomar o posto das antecedentes. Contudo, as mulheres também trabalharam na abertura dos picos. Enquanto os homens trabalhavam com o machado, as mulheres com o facão. Os demais moradores organizaram toda uma logística para apoiar os trabalhadores. Aqueles que não estavam trabalhando na abertura dos picos, ficavam nas *comunidades* caçando e pescando para levar alimentação aos trabalhadores deslocados. Ao final, em 1981, constatou-se que o pico media 13,4 km da beira até o interior da mata e extensão de 100 km. Essa foi então a área delineada para a população local desenvolver suas atividades agroextrativas.

Logo após sua instalação, a gerência da Amazonex realizou investimentos na construção de instalações para suas operações, edificações de galpões e casas, aquisição de maquinaria pesada, como caminhões e tratores, embarcações, de estradas e pontes para interligação das frentes de exploração. A presença da empresa e a expansão e estabilidade do exercício empresarial suscitavam a demanda de trabalhadores assalariados. A necessidade de mão de obra foi atendida pelos moradores locais, que desempenharam funções como mateiros, serradores,

motoristas, cozinheiros, para citar algumas ocupações destacadas pelos entrevistados. Além da oferta de emprego assalariado a moradores e moradoras, a empresa também se tornou prestadora de serviços às *comunidades*. Auxiliou na limpeza e manutenção de ruas, na instalação e troca de postes de iluminação, entre outros serviços. Ela também mantinha um comércio para venda de produtos alimentícios e não alimentícios, os quais eram vendidos por crédito concedido a moradores. A abertura de estradas e o constante fluxo de caminhões foram oportunidades que os caçadores das *comunidades*, a princípio, viram como benéficas ao auxílio na locomoção por caronas asseguradas pelas equipes de trabalho da empresa.

Com essas ações, a empresa madeireira criou com alguns moradores um sistema de trocas e interface de assistencialismo. O trecho a seguir, extraído de entrevista, exemplifica como o entrevistado explica que, de imediato, nem todos os moradores identificaram ou reconheceram as consequências negativas da exploração madeireira local. Ele resume a complexidade e as contradições inerentes à situação.

E aí isso foi disseminando, porque a população, ela não era contra a presença da madeireira. Porque a madeireira, na nossa visão, ela era útil porque empregava os comunitários, vendia produtos. Na época, ninguém tinha comércio, só tinha um comércio ali no canto, onde hoje está fechado. Eles (funcionários da madeireira) tinham um comércio grande, com bastante variedade lá na serraria. Para todo mundo eles vendiam, inclusive vendiam a crédito para pessoas de outras comunidades pagarem depois. Para pessoas daqui da comunidade, mesmo não sendo servidores, funcionários da empresa, eles tinham o crédito. Então assim, o que eles tinham de visão: quando a gente precisava arrumar uma rua, falava com o gerente ou nem precisava falar, eles vinham trazer os caminhões para trazer os trabalhadores, ‘em tal lugar tem lama, tem um buraco lá’. Aí, no outro dia:

- Olha, vai buscar piçarra, vai jogar lá.

Aí já traziam a piçarra, jogavam lá. A máquina já arrumava tudinho, fazia o ‘baleamento’ para água não empoçar no meio e as ruas também. A gente nunca tinha problema de tantas valas como a gente tem hoje (Morador da *comunidade* Boim, 51 anos, professor, 2017).

O comportamento assistencialista adotado por gestores da empresa madeireira em relação a um grupo social, até então dotado de poucas possibilidades de emprego assalariado no local onde residiam e percebidos como carentes de infraestrutura nas *comunidades* criou condições que amenizavam adversidades para o desenvolvimento de suas atividades produtivas e de mobilidade espacial. Por isso, a empresa era bem vista por alguns moradores, como avalia uma das entrevistadas em Boim:

Eu ainda cozinhei lá [na madeireira] uns 30 dias, para um senhor, que vinha só um, o gerente. Aí a comida dele era separada. Eu ainda trabalhei com eles lá. Era bom trabalhar para eles, pagavam certinho. Ajudava muito também a gente. Assim, digamos: ‘leva uma cesta básica’, além do que a gente era pago. Eles tinham esse

coração humilde com as pessoas (Moradora da *comunidade* Boim, 65 anos, agricultora aposentada, 2017).

Ações como as relatadas até aqui contribuíram para que, no contexto de luta pela criação da Reserva, alguns moradores apoiassem a permanência da empresa madeireira. Alguns entrevistados ainda relataram que, no atual contexto, há moradores que lamentam a proibição da atuação das madeireiras.

Conforme narrativas de alguns entrevistados, somente mais tarde os moradores começaram a perceber a abrangência e o impacto dos prejuízos da exploração madeireira sobre suas práticas de subsistência, relacionadas ao uso de recursos oriundos da floresta. A escassez de caça e a diminuição da produção de castanha constituíram um primeiro indicativo de alerta entre os moradores, ímpeto que os levou a associar a exploração madeireira aos resultados negativos dessas práticas extrativas.

Mas eles tiravam muita madeira! Aí a gente viu que pelo trabalho e a retirada da madeira, nós íamos ficar sem nada. Era balsadas de madeira todo dia, descia lá na serraria e aí tinha tudo (trator, caminhão, máquinas pesadas, balsas). Eles fizeram até um trapiche lá. Aí só se via a balsa passar. Por conta disso eu digo que Deus suspendeu até a produção da castanha aqui em Boim. O maior castanhal de produção era aqui em Boim. Você acredita que depois disso, sumiu a castanha e parou a produção? Porque aqui era muita produção de castanha! Então o pessoal que entrou na mata, diz que ficou totalmente desmatado, quebrado. Tinham puxado árvore com tudo (Morador da *comunidade* Boim, 69 anos, agricultor aposentado, 2017).

Então a gente fazia isso, mas era pelo espírito de querer, porque o que a gente via era que, na verdade, eles iam acabar com a madeira. Então, agora, por exemplo, este tempo agora não teria mais nada, porque eles iam acabar com a madeira. Acabando com a madeira as caças vão embora. Acabando a caça, que o pessoal daqui caçava muito, os homens caçavam muito, então muita coisa a gente não ia mais ter. Olha, não teve assim conflito com a madeireira. Mas descontentamento sim, porque depois que a gente foi clareando as ideias, entendendo, foi se vendo o que estava mesmo tirando e as pessoas, e os caçadores, os homens que tiravam madeira para lá, mateiros, serradores, aí eles contavam por aqui como é que estava por lá. Então vai acabar mesmo. E aí quando veio essa ideia da reserva, muita gente abraçou, mas muita gente não (Moradora da *comunidade* Boim, 71 anos, professora aposentada, 2017).

Porque antes o povo vivia vendendo, sobrevivia vendendo cumarú, sobrevivia vendendo óleo de copaíba, de andiroba, coletando vários frutos aí dentro da mata e tudo tinha valor, e muito valor. Extrativismo. Depois que entrou a madeireira foi acabando. Eles escolhiam as melhores árvores, escolhiam as madeiras de lei mais importantes que tinham dentro da mata, e foi destruindo tudo. E aí o povo depois vai lá, cadê? Não tinha mais. Eu lembro que teve uma época que caçador ia muito longe tentar caçar e, assim como ia, voltava, até pior, porque chegava totalmente fraco, porque ia andar dentro da mata atrás de caça e não tinha mais, não achavam (Moradora da *comunidade* Boim, 35 anos, agricultora, 2017).

Observa-se nos três fragmentos anteriormente reproduzidos que sobressai um discernimento comum em torno dos reflexos negativos causados pela exploração madeireira.

Aos poucos ela foi sendo percebida como ameaça à economia extrativa, em especial aos extrativismos vegetal e animal, fundamentais à reprodução social da maioria da população local. A partir da tomada de consciência da influência negativa da exploração madeireira sobre a vida social, aos poucos os fenômenos sociais se constituíram como um problema social, assumindo proporções ao nível de ação por meio de atos de mobilização para discussão e ampliação de adesões ao enfrentamento dos problemas.

Conforme proposição de Lenoir (1998), uma questão social se constitui enquanto problema social mediante reconhecimento e legitimação como problema público. Ou seja, para um fato ou fenômeno ser considerado um problema social, somente sua existência não basta. É necessário um trabalho social para demonstrar sua legitimação enquanto tal, isto é, como fenômeno representado por desagregações ou insatisfações, controvérsias, conflitos e disputas, transcendendo a simples disputa entre favorecidos e desfavorecidos. Nesses termos, constitui-se por questões cuja importância afeta grupos sociais, pesquisadores, instituições públicas e privadas, setores da economia. Enfim, categorias que compõem a complexa rede de relações que caracteriza a sociedade. O trabalho social ao qual se refere Lenoir (1998), implicado na construção de problemas sociais, diz respeito à formulação de determinado fenômeno enquanto questão importante não só para o grupo sobre o qual incide, mas seu reconhecimento por outras parcelas da sociedade. Neste processo de legitimação, ainda segundo Lenoir (1998), existem *agentes* sociais que se dedicam a criar uma nova interpretação do mundo social.

Neste sentido, as experiências vividas pelos moradores da Resex trazem à tona um problema social e ambiental que, naquela época, se tornava de interesse de grupos sociais incipientes e outros já consolidados na região. Entidades como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém – STRS e a Colônia de Pescadores Z-20 desenvolviam trabalhos de educação ambiental no meio rural. No processo de criação da Resex, a atuação de duas entidades foi fundamental: o Movimento de Educação de Base – MEB e o Grupo de Defesa da Amazônia – GDA. Influenciados pela participação de Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, em 1979 diversos municípios da região de Santarém se agregaram em movimentos sociais: militantes da igreja católica, estudantes, líderes sindicais e outros representantes de segmentos sociais. Por essa agregação discutiam temáticas voltadas às questões políticas, sindicais, salários e efeitos de grandes projetos implantados na Amazônia. Enfim, questões reportadas à gestão da ditadura militar (CAVALCANTE, 2016; SENA, 2014).

Inicialmente o grupo se autodenominava Grupo de Terça Feira, por suas reuniões serem agendadas para este dia da semana. Posteriormente, a partir da década 1990, o grupo irá assumir

pauta expressamente ambiental, focando suas ações em educação ambiental. Passou a atuar como uma ONG, denominada Grupo de Defesa da Amazônia – GDA (CAVALCANTE, 2016). No início da década de 1980, o GDA já havia adquirido visibilidade, ao sensibilizar a sociedade santarena para a necessidade de avaliação de informações e debates sobre os temas referidos (SENA, 2014). Em 1981, organiza-se em Santarém uma comissão que, naquele mesmo ano, criaria um núcleo do Partido dos Trabalhadores – PT (SENA, 2014). “Assim, o trabalho iniciado numa perspectiva de oposição ao regime militar e de crítica ao modelo de desenvolvimento em curso na Amazônia, ainda que inicialmente realizado sob sigilo, aos poucos foi se abrindo para a sociedade santarena” (CAVALCANTE, 2016, p. 148).

É oportuno registrar que, a partir da década de 1990, o GDA realiza importantes pesquisas pelas quais denunciavam-se danos ao meio ambiente na região. Em 1998 implementa-se o Projeto de Capacitação de Educadores Ambientais Multiplicadores – PROCEAM, desenvolvido até 2004, com significativa abrangência em *comunidades* dos rios Tapajós e Arapiuns (CAVALCANTE, 2016). Em situação de trabalho de campo, por conversa com uma das fundadoras do GDA, Iza Maria Castro dos Santos (Iza Tapuia), ela declara que as ações desenvolvidas no âmbito do Proceam foram fundamentais ao processo de mobilização dos moradores das *comunidades* das margens dos rios, porque, a partir dos Educadores Ambientais Comunitários, projeto de formação e capacitação voltado para jovens, com enfoque na formação de consciência ecológica, defesa do patrimônio, dentre outras questões sobre problemas socioambientais da região. Eram difundidas entre os demais comunitários as problemáticas envolvendo as questões sociais e ambientais.

Segundo a informante, a madeireira Santa Isabel Agroflorestal, registrada como empresa cujas atividades estavam voltadas ao reflorestamento, na verdade nada reflorestou na região do rio Arapiuns. Com a escassez dos recursos florestais, planejava vender as terras das quais dizia possuir a posse. Um morador de São Pedro, *comunidade* do rio Arapiuns, que trabalhava na Santa Isabel, ao ouvir de diretores da empresa sobre a ideia de vender as terras, procura o GDA em busca de orientação de como proceder em defesa de seu território. Em 1996, a partir das informações fornecidas pelo morador, que posteriormente sofreu embargos por parte da madeireira e foi demitido, o GDA tomou conhecimento sobre a questão e iniciou um trabalho de mobilização de outros agentes e entidades sociais, em busca de alternativas para os moradores. As ações foram divididas em três grupos: um formado pelo GDA, o outro pela Comissão Pastoral da Terra – CPT e o outro pelo Ministério Público.

No decorrer da década de 1990, na região de Santarém, houve momentos conturbados, expressos principalmente pela quantidade de denúncias e situações de conflito envolvendo o uso de recursos naturais. Os jornais locais destacavam danos causados pela implantação de grandes projetos de infraestrutura, pelo impacto negativo da ação de geleiras nos rios. Organizaram-se ações de grupos em defesa do meio ambiente, como a participação da ONG Greenpeace, dedicada aos debates sobre os problemas ambientais, além de grande preocupação em torno de especulações de “internacionalização da Amazônia” e as chamadas questões socioculturais. Essas discussões no plano local estavam sendo travadas em contexto de antecedência à ECO 92, ajudando assim a dar destaque à questão ambiental na Amazônia. As demandas foram elaboradas em consonância com os interesses da conferência.

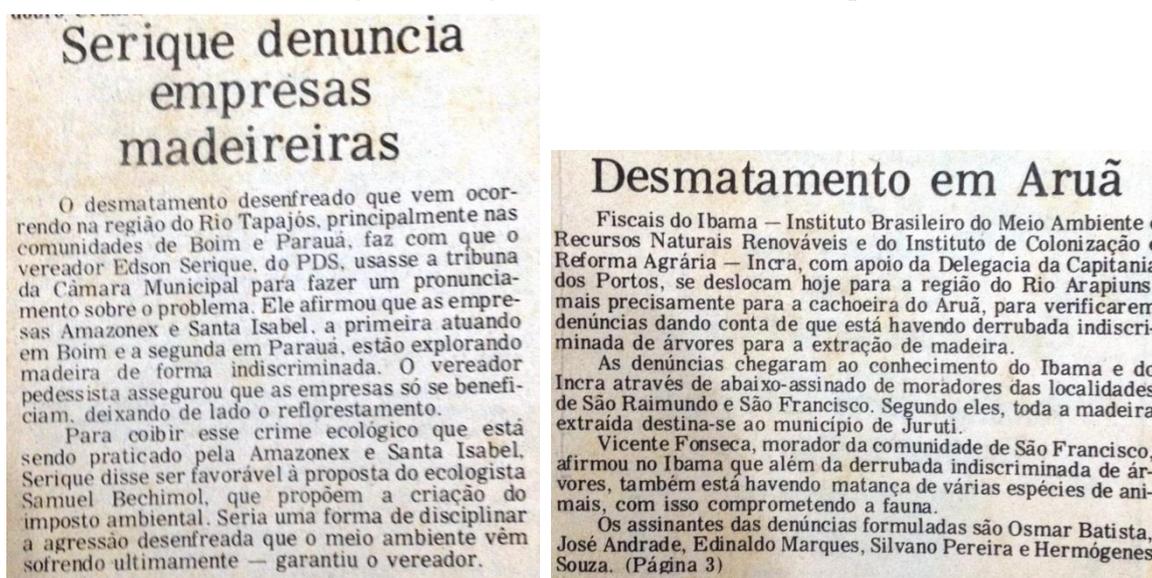
Ressaltam entrevistados que o período da década de 1990, especialmente a partir de 1996, é marcado por muitas tensões referentes às questões fundiárias na região de Santarém, agravadas pela incipiente implantação de lavouras de soja. Tal fato que gerou uma grande demanda por terra, que acarretou diversos conflitos na região do planalto santareno, inclusive com a expulsão de agricultores oriundos de regiões do Nordeste que ali haviam se instalado a partir da década de 1950. Segundo a informante, com a inserção do cultivo de soja na região, corriam rumores de que a multinacional Cargill Agrícola S/A havia manifestado interesse nas terras da atual área da Resex. Contudo, a multinacional começa a atuar na região, oficialmente, em 1999.

Com a Amazônia tomada como questão central nos debates internacionais, o desmatamento constituía uma das maiores preocupações. A ação indiscriminada de madeiras em vários locais da própria cidade de Santarém, levou moradores de *comunidades* situadas às margens dos rios Tapajós e Arapiuns a denunciarem a forma desordenada da exploração madeireira. Em agosto de 1990, moradores de Aruã, *comunidade* do rio Arapiuns, assinaram abaixo assinado denunciando a derrubada de árvores naquela região, tão intensa que comprometia a fauna, também recurso responsável pela manutenção das famílias.

Em novembro de 1990, em matéria estampada na capa do Jornal de Santarém, um vereador chama atenção para a ação das madeiras Amazonex e Santa Isabel, cujas intervenções atingiam as *comunidades* Boim e Parauá, à margem esquerda do Rio Tapajós. Diante da constatação da exploração indiscriminada de madeira e do desmatamento desenfreado na região, negligência com o reflorestamento, o vereador propôs e se definiu como favorável à criação de um imposto ambiental para frear a derrubada da floresta (Figura 77). Em outra matéria publicada no mesmo jornal, informa que, em resposta a um abaixo assinado de

moradores da *comunidade* Aruã, situada na margem esquerda do rio Arapiuns, documento que denunciava que a exploração indiscriminada de madeira, fiscais do IBAMA, juntamente com representantes do Incra e da Delegacia da Capitania dos Portos, foram à *comunidade* verificar a denúncia. Lá chegando, moradores relataram que também estava havendo extermínio de animais silvestres.

Figura 7 – Denúncias contra madeireiras realizadas por representante do poder legislativo e moradores de *comunidades* atingidas, em agosto e novembro de 1990, respectivamente, em Santarém.



Fonte: Editado pelo autor a partir de Jornal de Santarém (1990), acervo do Instituto Cultural Boanerges Sena (ICBS), Santarém 2018.

Cavalcante (2016, p. 137), discute as experiências da institucionalização da educação ambiental no município de Santarém, entre os anos de 1990 a 2000, refletindo sobre a construção do movimento ambientalista no Brasil. A autora é de opinião que esse processo “passa pela organização social e luta política de grupos, que se sentiam ameaçados em seus modos de viver”. Neste sentido, a autora ressalta que a atuação do MEB em seu período de vigência na região de Santarém, que durou cerca de 30 anos, foi fundamental “para subsidiar debates e práticas no âmbito da questão ambiental nos anos de 1990” (CAVALCANTE, 2016, p. 137).

Embora em muitas situações os entrevistados não tenham muita precisão temporal sobre os acontecimentos, suas lembranças indicam a dinâmica de amplos processos sociais no período que antecede à criação da Resex, ilustrativos dos problemas sociais envolvendo antigos *agentes* sociais locais e *agentes* emergentes. Entrevistados de Anã, quando instigados a falar sobre o processo de criação da Resex, elaboram sua narrativa com base em conflitos fundiários

causados por fazendeiros que, progressivamente, expandiam a criação de gado para áreas que eram utilizadas pelos moradores locais. Um deles relata o caso da Fazenda Maripá (com 7.564,5 ha), que se estendia por cinco *comunidades*: Maripá, Anã, Vila Franca, São Miguel e Tucumã. Eles ressaltam o percurso de conflitos causados pela tentativa de expulsão de moradores por fazendeiros. O fragmento de entrevista a seguir reproduzido configura a situação de sujeição que moradores das comunidades enfrentaram.

Olha, essa nossa terra foi muito encercada antes da Reserva. Tinha esses fazendeiros aí, a gente é cercado de fazendeiros, tanto para cá, quanto para cá. [...] Eles queriam tirar nós daqui, queriam essa terra tudinho. Mas eles não conseguiram. [...] Mas antes era muito cheio de polêmica, todo mundo queria ser dono, esses ‘grandes’ aí. Tinha muito conflito de terra. Eles queriam nossas terras por ganância de ter terra, porque não iam fazer nada. [...] Acho que a ganância era grande também por causa desses lagos, essas cabeceiras, era tudo ganância deles. [...] Olha tinha um pessoal bem aí na frente que o fazendeiro tirou eles de lá na marra, ainda queimou a casa deles. A gente acolheu eles aqui. Foi muito antes da reserva. O fazendeiro entrou ali, expulsou e queimou a casa deles. Mas nessa época tudo era atrasado, não denunciaram, não adiantava. Chamar quem? Já tinham tirado mesmo. Então nós acolhemos eles, como nós éramos poucos. Quando eles entraram aumentou mais as famílias da comunidade. Foram cinco famílias, umas 40 pessoas. Era criança, tudo vindo embora com as roupas na mão. O cara tocou fogo nas casas. A gente aqui nem sabia de nada. Quando a gente viu, ele já tinha tocado fogo em todas as casas, as pessoas chegaram para cá e a gente acolheu eles (Morador da *comunidade* Anã, 68 anos, agricultor aposentado, 2017).

A região das cinco *comunidades* citadas anteriormente, nos períodos de cheia do rio Amazonas, é apropriada para refúgio do boi da várzea, por ser atrativa pela presença de campos de pastos naturais. Pelo mapeamento participativo do uso dos recursos naturais na Resex, realizado em 2011 como subsídio à elaboração do Plano de Manejo, mostrou-se que naquele momento a região de Vila Franca concentrava as maiores quantidades de gado da Reserva. Esta região, próxima a Anã, recorrentemente atraiu agropecuaristas, atração que suscitava conflitos com moradores locais (MMA, 2014).

Em 1994, um morador de Pinhel, *comunidade* do rio Tapajós, ausente da região há muitos anos para complementar sua formação acadêmica em ciências sociais, na cidade do Rio de Janeiro, retorna à região para realização de pesquisa referente à dissertação de mestrado. Frei Florêncio Almeida Vaz Filho, morador mencionado na seção introdutória deste texto, é vinculado à igreja católica como representante da CPT, aos irmãos franciscanos e mantinha contato com representantes do GDA. Pelo assumido papel político de mobilizador dos agentes produtores das denúncias em reportagens de jornal e abaixo assinados encaminhados a autoridades estatais, é reconhecido na região como Frei Florêncio.

Ao saber das consequências da atuação das madeireiras que estavam invadindo terras da União para exploração ilegal de madeira, Frei Florêncio passou a discutir, com moradores das *comunidades* Pinhel, Escrivão e Camarão, as consequências negativas da derrubada da floresta e as possíveis alternativas de solução do problema. Chegaram à constatação de que a resistência deveria unir os moradores das *comunidades* das margens dos rios Arapiuns e Tapajós na luta pela demarcação de uma área coletiva, sem a presença de madeireiras.

A emergência e o agravamento de conflitos fundiários se refletiram em maior organização dos moradores por soluções dos problemas. Neste sentido, conforme relata Oliveira (2012, p. 41), “[...] as lutas continuaram em defesa da criação da área de terra coletiva, Florêncio visitou quase todas as comunidades do Tapajós e Arapiuns, não só por trabalho de pesquisa, mas também construindo coletivamente a ideia de uma luta conjunta para legalização de área coletiva”. Em 1997, Frei Florêncio viaja a Brasília para conversar sobre os problemas enfrentados pelos moradores da região com representante do CNPT, órgão vinculado ao IBAMA. O representante do IBAMA/CNPT apresenta a possibilidade de criação de uma Reserva Extrativista como alternativa. Frei Florêncio retorna a Santarém, após discussões com representantes do GDA e representantes do Ministério Público, informam às demais lideranças que visualizava uma boa alternativa, dando prosseguimento ao processo de esclarecimento sobre os fundamentos de uma Reserva Extrativista aos demais moradores.

Em 1996, lideranças comunitárias locais reivindicaram soluções para as dificuldades enfrentadas por segmentos da população em situação de fragilidade social. Diante de forças sociais que se apresentavam como empecilho para atendimento das necessidades deles, pautadas principalmente no extrativismo de produtos da floresta, a extinção desenfreada de recursos vegetais colocava em xeque a reprodução de diversos grupos sociais. Assim, a partir de 1997, as discussões sobre a criação da área coletiva, devotada à institucionalização de Reserva Extrativista, passaram sobre os problemas enfrentados pelos moradores da região a fazer parte das pautas de discussão política na região. Por meio de programa transmitido pela Rádio Rural em Santarém, Frei Florêncio esclarecia as populações ribeirinhas quanto à necessidade de criação da Resex, portanto, dando visibilidade política à demanda.

Os principais jornais locais divulgavam notícias sobre a possibilidade de criação de uma Reserva Extrativista na região de Santarém, da resistência conjunta dos habitantes de *comunidades* às margens dos rios Arapiuns, Tapajós, Maró e Aruã (Figura 8). As matérias jornalísticas apontavam a criação da Reserva Extrativista como solução para os ribeirinhos por beneficiar mais de três mil famílias, além de muitas denúncias sobre a exploração ilegal de

madeira na região. A matéria publicada no Jornal de Santarém em maio de 1997 dá destaque para a proposta de criação da Resex, ao chamar atenção para os problemas causados pela falta de regularização fundiária da região, o que atrai madeireiros, fazendeiros e garimpeiros que utilizam técnicas predatórias de exploração e exploram a mão de obra local, apontam a criação da Resex como alternativa de combate à pobreza e forma de incremento ao desenvolvimento social e ambiental.

Figura 8 – Matéria publicada em maio de 1997, no Jornal de Santarém, sobre a união de moradores ribeirinhos na luta contra madeireiras.



Fonte: Editado pelo autor a partir de Jornal de Santarém (1997), acervo do Instituto Cultural Boanerges Sena (ICBS), Santarém 2018.

Sobre o processo de reconhecimento do extrativismo desenfreado como problema social, conforme se conclui pela análise da figura anterior, os moradores das *comunidades* constituíram organizações para representação delegada mediante associações comunitárias e intercomunitárias. No segundo semestre de 1996, moradores de Pinhel, Camarão e Escrivão, *comunidades* situadas na margem esquerda do rio Tapajós, criaram a associação Yané-Caeté (que significa Nossa Floresta), cuja primeira ação foi abrir um pico na mata delimitando a área entre as *comunidades* de Apacê e Escrivão (BRASIL, 2014). Em fevereiro de 1997, moradores de 21 *comunidades* da região dos rios Arapiuns, Maró e Aruã fundaram a Associação Intercomunitária das Regiões do Arapiuns, Maró e Aruã – Airama, tendo como objetivo a regularização fundiária.

Nesse contexto, o movimento dos moradores já contava com apoio de instituições governamentais e não governamentais que, juntamente com representantes de associações das

comunidades e da diocese católica, criaram um Grupo de Trabalho – GT Resex, para discutir com os demais moradores e porta-vozes de setores da sociedade local, a situação da região diante das atividades das madeireiras. O GT teve a composição ampliada pela afiliação de diversas entidades: associações comunitárias e intercomunitárias citadas acima; órgãos do governo federal (IBAMA/CNPT, Ministério Público); ONGs (Grupo de Trabalho da Amazônia – GDA, CEAPAC, Projeto Saúde e Alegria – PSA); entidades de base (CPT, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém – STR).

A constituição do GT da Resex foi fundamental para alicerçar o projeto de luta pela terra coletiva. Por ele se empreendeu um sistemático investimento na mobilização social e política dos moradores, por meio de realização de reuniões e seminários, pelos quais reafirmavam-se os objetivos definidos. Nos dias 12 e 13 de junho de 1997, foi realizado em Santarém, no Centro de Formação Emaus, o I Seminário sobre a Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, com objetivo de integrar a sociedade no debate sobre a importância da criação da Reserva para as vidas socioeconômicas da região. Neste evento difundiu-se a informação de que havia a possibilidade, através de mecanismo institucional, de conquista da área coletiva (PEIXOTO, 2017). Desde o início de 1997, a mídia local destacava a criação da Reserva Extrativista como alternativa encontrada pelas populações locais para combaterem a destruição da floresta e garantirem sua permanência na terra, corresponde assim à primeira experiência de ordenamento territorial deste tipo no estado do Pará, através da criação de unidade de conservação de uso sustentável, na categoria Resex (Figura 9).

Uma numerosa assembleia, que congregou representantes delegados de 82 *comunidades* dos rios Tapajós e Arapiuns, equivalentes a 22 associações comunitárias ou, aproximadamente, 4.500 famílias, foi realizada em novembro de 2017 em Tucumatuba, *comunidade* da margem esquerda do rio Tapajós. De acordo com Peixoto (2017, p. 60): “nesse evento, um abaixo assinado solicitando a criação da Resex foi encaminhado ao IBAMA, o que repercutiu em forte reação dos políticos locais e dos empresários contrariados com a criação da reserva”.

O registro de Peixoto (2017) coaduna com a perspectiva de avaliação de vários entrevistados, que reafirmam a região, que atualmente compreende a área da Resex, atraía interesse de muitos *stakeholders*: políticos, fazendeiros, empresários, instituições públicas e privadas, todos agindo estrategicamente visando a garantir seus interesses. Grupos contrários à criação da Reserva Extrativista, ao perceberem a mobilização e a visibilidade políticas dos moradores, inclusive o crescente apoio de representantes de diversas entidades às suas demandas, empreenderam investimento na tentativa de desqualificar o movimento. Em

pesquisa realizada por Peixoto (2017, p. 160) na Resex Tapajós-Arapiuns, a autora afirma que “o Poder Público Municipal, ligado a interesses políticos econômicos de madeireiros e de empresas de mineração, se opôs veementemente à criação da Resex e passou a estimular movimentos contrários”.

Figura 9 – Matéria do Jornal de Santarém (1997), destacando a solução para os conflitos entre ribeirinhos e madeireiras.



Fonte: Editado pelo autor a partir de Jornal de Santarém (1997), acervo do Instituto Cultural Boanerges Sena (ICBS), Santarém 2018.

No início de 1998, jornais locais divulgavam notícias que denotavam os conflitos e a polarização entre grupos de apoio e grupos contrários à criação da reserva (Figura 10). Engajados no investimento de minar o movimento de apoio à criação da Resex, porta-vozes de grupos contrários disseminaram diversas inverdades, atitudes que inflaram os conflitos entre os moradores. Com a proibição da extração de madeira nas *comunidades*, alguns moradores certamente perderiam seus empregos nas madeireiras (PEIXOTO, 2017).

Pelas reportagens da Figura 10 a seguir é possível verificar enfático investimento em desqualificar a mobilização dos moradores e entidades civis, atacando especialmente o GDA e as associações comunitárias. Segundo uma das matérias, a criação da Resex seria uma ameaça à região por representar a porta de entrada de países que compõem o chamado grupo do G-7 (formado por países considerados em estágio avançado de industrialização: Alemanha, Canadá,

Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido) interessados na exploração da biodiversidade da floresta. Segundo uma das matérias, em tom de ironia, chegou-se a formar uma comissão com pessoas ‘idôneas’ para tratar da questão com outras entidades locais.

Figura 10 – Jornal de Santarém em 1998 dando destaque aos conflitos que antecederam a criação da Resex.



Fonte: Editado pelo autor a partir de Jornal de Santarém (1997), acervo do Instituto Cultural Boanerges Sena (ICBS), Santarém 2018.

Em outra matéria (Figura 11), também publicada pelo Jornal de Santarém, proprietários, representantes de madeireiras e trabalhadores do setor madeireiro lotaram a câmara legislativa de Santarém, na sessão de 15 de julho de 1998, em manifestação contra a crise do setor que havia se instalado desde a institucionalização da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, dispondo sobre “[...] as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente” (BRASIL, 1998). Os madeireiros reclamavam de constantes ações de fiscalização empreendidas em decorrência da referida lei, gerando a apreensão de quantidade significativa de madeira e sanções que estavam levando a muitas empresas a fecharem. Entre os alvos de ataques dos manifestantes estavam o governo federal e ONGs que, segundo os madeireiros, eram os responsáveis.

Figura 11 – Matéria do Jornal de Santarém em 1998 enfatizando a ação de madeireiros em debates que antecederam a criação da Resex.

6 Santarém - 20 a 26 de junho 1998

ECOLOGIA

Jornal de Santarém e Baixo Amazonas

MADEIREIROS FAZEM PROTESTO E RECEBEM APOIO DE VEREADORES

► Câmara Municipal de Santarém foi mais uma vez palco de um debate polêmico da cidade.

N a sessão ocorrida no último dia 15, as galerias da Casa ficaram totalmente tomadas por centenas de trabalhadores do setor madeireiro, que participavam de uma carreta que visava denunciar a crise que o setor está passando com a entrada em vigor da nova Lei Ambiental.

Depois de proposta no sentido de transformar a sessão em especial, para que os representantes do movimento pudessem explicar a crise aos vereadores, proposta esta que foi aprovada por unanimidade, as lideranças do movimento puderam expressar as suas opiniões.

A convite do presidente da Câmara Municipal de Santarém, vereador Mário Feitosa-PMDB, compuseram a mesa as lideranças do movimento: Marcelo Moura, da Assimas (Associação das Indústrias Madeireiras de Santarém), Marcelino Santos, do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Madeireira de Santarém, José Santana, do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Construção Civil, José Eielson, do Serviço Social do Comércio, Francisco Cunha, do Sindicato dos Estivadores de Santarém, Wilson Pereira, da Associação Comercial de Santarém, Câmara de Dirigentes Lojistas, e o representante da Prefeitura Municipal de Santarém, o secretário de Finanças João Clóvis Lisboa.

O dirigente da Assimas foi o primeiro a se pronunciar denunciando que, nos últimos 60 dias o setor madeireiro de Santarém vem passando por dificuldades desde a aprovação da nova Lei Ambiental (9.605/98), que vem desescandando uma fiscalização rigorosa da Polícia Federal em conjunto com o Ministério Público Federal, com apreensão de produtos naturais, principalmente madeira.

Marcelo Moura afirmou que o setor madeireiro é o 3º em arrecadação de impostos no Estado. "A Lei ambiental é mal aplicada, criando problemas para pessoas que querem apenas trabalhar" reclamou.

Marcelino Santos, por sua vez, denunciou que a aplicação das sanções causaram o fechamento de 23 empresas do setor, deixando mais de 800 trabalhadores sem emprego.

José Santana afirmou que a construção civil é diretamente afetada pela crise do setor madeireiro, colocando em risco o emprego de centenas de trabalhadores da construção civil. Tal preocupação foi acompanhada pelos representantes dos sindicatos dos comerciantes e estivadores.

Luís Walfredo, do CDL, ressaltou que a crise econômica afeta o comércio com o aumento da inadimplência, fazendo-se necessária a implantação de projetos que aumentem a distribuição de renda. "Querem nos transformar no nordeste da seca, e distribuir cestas básicas? Não queremos cestas básicas, queremos empregos para viver".

O Secretário de Finanças de Santarém, João Clóvis, afirmou que o setor madeireiro é o que mais arrecada impostos em Santarém, e que o município tem interesse em seu desenvolvimento, sendo que o prefeito Lira Maia dará todo apoio ao movimento.

O grande alvo das manifestações dos madeireiros foi o presidente, Fernando Henrique Cardoso. Para o vereador Manoel Fernandes (PMDB), FHC merece o repúdio de todo o povo brasileiro, pois está apoiando as Organizações Não Governamentais em detrimento da população. Argemiro do Vale, recém filiado ao PDT (Partido Democrático Trabalhista) comparou a Amazônia a uma nova: "Uma nova a espera do novo no altar". "Eles acham que somos uma Amazônia colonial que deve continuar se desenvolvendo à base de terçado". Afirmou que FHC não tem coragem de voltar aqui para tomar garapa e fazer promessas que não pode cumprir, lembrando a campanha de 94, quando o então candidato anunciou o asfaltamento da BR-163 como uma de suas metas de governo. Finalizou dizendo que FHC valoriza mais uma tartaruga do que um ser humano da Amazônia.

Extrair de madeira, segue direto da floresta para o porto de Santarém

MÚSICA E CULTURA

Alceu Valença

Houve quem dissesse que o disco Forró de Todos os Tempos, última investida de Alceu Valença no mercado fonográfico, era oportunista, gravado em meio à febre do forró que assola o Norte-Nordeste há tempos e agora chega às casas de show do Rio de Janeiro e São Paulo.

Comentários maldosos demais, se levamos em conta a quantidade de forró que Alceu gravou em mais de 20 anos de carreira e as suas rotineiras participações nas quadras juninas. Mas que se frise bem, Alceu traz ao público um forró de verdade. Não que venha só de zabumba, triângulo e sanfona, o cantor diz não ter nada contra os forrões eletrificados, mas se preocupa em manter o andamento original. Nessa antologia do forró, Alceu buscou Jackson do Pandeiro ("Cantiga do Sapo"), João do Vale ("O Canto da Ema") e Luiz Gonzaga ("Baiao", "Ven Morena", "O Xote das Meninas"), mas também trouxe várias composições novas, especificamente com o parceiro Aracilio Araújo. "Forró de Todos os Tempos" é ainda engrandecido com as participações do percussionista Naná Vasconcelos, de Lenine e da cantora Arurinha e sua banda Rala Coco.

GERALDO AZEVEDO

O novo álbum de Geraldo Azevedo é belo e sofisticado. Faz um inventário dos trinta anos de carreira desse pernambucano do sertão de Petrolina. egresso da geração dos artistas que saíram do movimento universitário da década de 60. A se lamentar, talvez só o fato de Geraldo, assim como outros artistas da mesma geração, esteja a viver o passado, sempre sobre os muros da memória.

Fonte: Editado pelo autor a partir de Jornal de Santarém (1997), acervo do Instituto Cultural Boanerges Sena (ICBS), Santarém 2018.

Em meio a tantas incertezas e conflagração de campos de disputas, em 1998 foi realizada, em Mentai, *comunidade* do rio Arapiuns, uma audiência pública, cuja pauta foi a votação da criação da Resex. "O movimento contrário à criação da Resex providenciou barcos que chegaram lotados ao Mentai, com gente disposta a defender suas opiniões a qualquer custo, com cartazes, faixas e gritos" (PEIXOTO, 2017, p. 161).

Mais de duas mil pessoas estiveram presentes na assembleia, boa parte pertencentes à região do rio Maró, resistentes quanto à criação da reserva e da gleba Lago Grande que, por haver muitos títulos individuais, argumentavam, não poderiam fazer parte da Resex, portanto, não poderiam votar na assembleia. A reunião foi bastante conturbada, tendo sido mobilizada a necessária intervenção de representante do Ministério Público, que solicitou a retirada do presidente da Câmara Municipal de Santarém da assembleia. Posta em votação a criação da Resex, a mesma foi aprovada, com apenas quatro votos contrários (PEIXOTO, 2017).

Os investimentos dos agentes políticos no sentido de garantir a terra coletiva, obtêm importante conquista em 21 de setembro de 1998, quando o Presidente da República assinou uma carta de compromisso pela criação da Reserva. A tão almejada forma de territorialização escolhida pelos moradores é finalmente institucionalizada, mediante Decreto presidencial s/n, de 06 de novembro de 1998, publicado no Diário Oficial da União em 09 de novembro (BRASIL, 2014), criando a Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, a primeira do estado do Pará. O ato garantiu certa estabilidade aos grupos sociais, em virtude da restrição do uso da terra apenas às pessoas que lá residissem.

É conveniente registrar a observação de Iza Tapuia, representante do GDA no contexto de criação da Resex. Segundo ela, a opção pela categoria Reserva Extrativista foi uma escolha estratégica, deliberada por membros do GT da Resex e as lideranças comunitárias. Após obterem informações junto ao CNPT, entre as opções de áreas protegidas disponíveis naquele momento, a Resex representava a categoria jurídica mais apropriada, considerando a urgência que os moradores da área tinham em conquistar alguma garantia de permanência no território e a necessidade de interromper as ações das madeireiras no menor tempo possível. De fato, segundo a informante, desde o início do processo (1996), passaram-se cerca de dois anos até a institucionalização da UC em 1998. O contexto se caracterizou pela intensificação de conflitos fundiários e sociais, os quais criavam a sensação de cobiça sobre as terras da recém-criada Resex. Cabe reforçar que o momento histórico de criação da Resex ocorreu em período em que a categoria, recentemente, havia sido introduzida no âmbito das políticas públicas no estado do Pará.

A conquista da pretendida área coletiva, objetivada por intervenção estatal e mediante a criação de unidade de conservação de uso sustentável, possui caráter distintivo quanto a questões fundiárias e à gestão política e administrativa do território. Logo após a criação da Resex, por um jornal local, eram apontadas mudanças na gestão territorial a partir da criação da UC, e da mesma forma, novos desafios enfrentados pelos moradores para elaboração do então instrumento de gestão, o Plano de Utilização (Figura 12). De imediato, no referido documento, deveriam constar as normas quanto às questões fundiárias, formas de uso dos recursos naturais, de criação de animais, formas de extração etc.

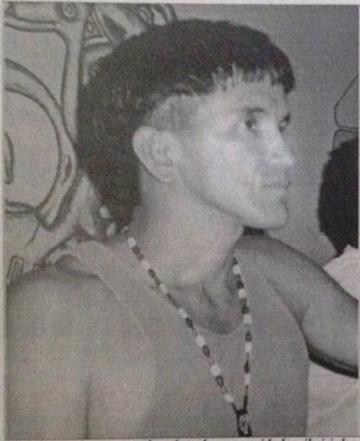
Figura 12 – Jornal de Santarém, dezembro de 1998, matéria sobre a nova forma de apropriação territorial com a criação da Resex.

Planejamento na utilização da terra

A reserva extrativista Tapajós/Arapiuns foi definitivamente decretada pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso no último dia 6 de novembro, após exigência das 58 comunidades que formam a reserva numa área total de 647.710 hectares.

Vários processos de ocupação e utilização de toda a reserva ainda devem ser acordados entre as comunidades e entidades que apoiam e dão assessoramento técnico.

No último dia 14, representantes das comunidades da reserva e entidades estiveram reunidos para a elaboração do plano de utilização, que é a constituição da reserva: cada comunidade deve decidir previamente como utilizar a terra, definindo o tamanho e as atividades a serem executadas no que concerne, principalmente à política social, econômica e ambiental. Os pontos polêmicos esbarram no tamanho do lote para cada família, além da extração dos recursos naturais como a madeira, óleos e sementes; sobre quais atividades econômicas de subsistência e comercial devem ser concretizadas, definir inclusive até quantas cabeças de gado cada família deve criar para que a reserva não



Frei Florêncio acompanha a luta das comunidades ribeirinhas pela sua auto-determinação

se transforme somente num campo de capim segundo Frei florêncio Vaz, lembrando que todas as atividades, por menor que sejam, devem

lapidação das idéias e decisão final desse plano de utilização, prevendo que até o mês de junho esteja pronto para ser definitivamente aprovado pelo Ibama.

A criação desta reserva alterou completamente o quadro cultural dessas populações, segundo Frei Florêncio adiantando que, hoje, a expectativa de vida das pessoas está mudada. Um exemplo disso é a participação de cinco representantes da reserva no congresso dos extrativistas no acre, pioneiro em Resex. Outro fator preponderante é a mudança econômica. Um dos projetos em andamento será a criação de animais silvestres para consumo em restaurantes. A origem dos financiamentos são empréstimos do Prodex, que é uma linha de financiamento próprio para o trabalho extrativista e do PDA, projeto financiado pelos países mais ricos do mundo.

Comunidade quer ser reconhecida como indígena

A comunidade de Taquara, situada na margem direita do rio Tapajós, município de Belterra quer ser reconhecida como uma comunidade indígena. Para isso está em processo de reconhecimento junto à Funai, que já cedeu declaração das possibilidades do reconhecimento oficial, faltando ainda um estudo antropológico para que isso aconteça.

A morte de um líder da comunidade, considerado como um pajé, foi decisiva para que esta comunidade que há 70 anos não se considerava mais indígena, solicitar este reconhecimento, abrindo as portas para um novo rumo na sua história. Lauretino morreu pedindo que não esquecessem que todos eram índios e que buscassem isso, fato que levando a liderança da comunidade até Itaituba pedir o tal reconhecimento, inclusive de suas terras como indígenas. Os estudos antropológicos visando resgatar a memória histórica vão definir se são mundurucus ou aruaras.

Hoje, dia 19, está acontecendo uma festa para comemorar o reconhecimento provisório denominada "Poracé Abé" com danças em volta da fogueira, rituais nativos e a mensagem aos seus vizinhos e parentes do porquê querem ser respeitados como índios.

Fonte: Editado pelo autor a partir de Jornal de Santarém (1997), acervo do Instituto Cultural Boanerges Sena (ICBS), Santarém 2018.

Convém ressaltar da reportagem anterior, que destaca imagem de Frei Florêncio, quando o mesmo declarou que a Resex demarcava uma mudança no quadro cultural das populações locais, devendo enquadrar todas as atividades de uso e acesso à terra às legislações ambientais vigentes. É possível notar na mesma imagem, a reportagem que expõe notícia sobre processos de emergência de identidades étnicas de indígenas no município de Belterra. *Comunidades* da Resex Tapajós-Arapiuns também estavam inseridas em conflitos étnicos, conforme já relatado. Embora neste texto não haja espaço para aprofundar essa questão, sua menção é importante para situar os leitores a respeito das distintas situações do contexto histórico da Resex.

Criada a Resex, teve início o processo de construção dos instrumentos de *governança* da UC. O ano de 1999 foi então marcante para reafirmação das conquistas que consolidaram a Resex. Nesse ano, foi criada a Organização das Associações da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns – Tapajoara, conforme já apresentada, instituição de representação de todos os moradores da UC, concessionária da área. Atendendo à legislação vigente, em 1999 é elaborado o Plano de Utilização da Resex, institucionalizado pela Portaria nº 95/1999 – IBAMA. Neste documento, estabeleceram-se as normas adotadas pelos moradores no uso e apropriação dos recursos naturais, assim como direitos, deveres e sanções. Concomitantemente demarca a

temporalidade que inaugura ainda a interrupção das atividades das madeiras e a retirada delas da área.

Em 2002, já sob as determinações do SNUC instituído dois anos antes, iniciaram-se as ações de planejamento para a constituição do Conselho Deliberativo da Resex. Em 11 de maio de 2004, através da Portaria-IBAMA nº 50, institucionalizou-se o Conselho Deliberativo da Resex, dotado de 24 cadeiras, distribuídas da seguinte forma: além da Tapajoara, sete órgãos públicos; quatro organizações não governamentais e 12 organizações associativas representantes dos moradores da UC. Em 2018, o conselho foi reformulado, passando a ser composto por 50 entidades. Envolvem-se então, entre titulares e suplentes, 77 entidades: 51 associações comunitárias de moradores da Reserva e 26 não comunitárias. O Quadro 4 ilustra a composição do Conselho Deliberativo desde 2004.

Quadro 4 – Composição temporal do Conselho Deliberativo da Resex.

Ano	Entidades não comunitárias		Associações comunitárias
	Setor público	Sociedade civil	
2004	7	4	13
2010	9	6	13
2014	9	6	18
2016	11	10	27
2018	11	10	29

Fonte: Elaborado pelo pesquisador a partir de Boletim Informativo do ICMBio (BRASIL, 2019).

O território da UC é de propriedade do Estado, concedido aos moradores por meio do CCDRU. Este documento foi assinado em 5 de outubro de 2011, contemplando a Tapajoara como instituição concessionária da área.

O Plano de Manejo da Reserva, institucionalizado em 2014, é o principal instrumento de gestão da UC, fornecendo subsídios à *governança* do território. Por esse documento, incorporou-se o Plano de Utilização, atualizado pela denominação Acordo de Gestão, norteador das ações desenvolvidas na UC.

A partir da *caracterização episódica* (GIDDENS, 2003) sobre a constituição da Resex, abarcando o movimento de trabalhadores rurais, suas lutas, suas influências fundamentadas em conteúdos da Teologia da Libertação, suas associações objetivantes de movimentos sociais locais e nacionais, afinal unindo distintas categorias de agentes sociais. Por certo, só pode ser apreendida como uma história de enfrentamento e superação de populações locais, ao garantirem a manutenção de seus modos de vida e a permanência em seu território. Cada um

dos *episódios* narrados tem seu valor de acontecimento e é reconhecido em sua contextual dimensão. Tanto pelo desenrolar dos fatos narrados por ocasião de entrevistas com os informantes, quanto por aqueles oriundos da literatura já produzida sobre a criação da Resex, todos constituem *episódios* de uma realidade multifacetada, em que a cada narrativa é atribuído um pano de fundo, conforme as experiências e vinculações pessoais do narrador. Com essa atitude, constroem seus percursos protagonizando as dinâmicas representativas da reorganização social, produtiva, econômica, política e ecológica.

3.2 Comunidades Anã e Boim: formações e condições materiais cotidianas dos moradores

O acesso às *comunidades* de Anã e Boim é realizado exclusivamente por via fluvial. Anã situa-se à margem direita do rio Arapiuns, distante 60 km de Santarém. Partindo da orla do município, percorre-se aproximadamente 40 km pelo rio Tapajós e 20 km pelo rio Arapiuns (Figura 13). Os moradores da *comunidade* Anã gerenciam uma embarcação comunitária que, duas vezes por semana (as terças e sextas-feiras), realiza linha regular entre a *comunidade* e Santarém. O percurso dura aproximadamente 4 horas. Situada à margem esquerda do rio Tapajós, a cerca de 90 km subindo o referido rio (Figura 13), o transporte a Boim é realizado por embarcações particulares que efetuam linha regular, com viagens que partem da orla de Santarém e duram até 10 horas.

Os aglomerados residenciais de Boim e Anã, no atual contexto reconhecidos como *comunidades* (unidade residencial, localidade e associação política), são socialmente reconhecidos por processos de ocupação muito heterogêneos. O processo de formação da *comunidade* Anã guarda aproximações com tantos outros registrados sobre *comunidades* ribeirinhas situadas às margens do rio Amazonas e afluentes. Essa *comunidade* começou a ser delineada entre 1954 e 1958, conforme relatado na seção introdutória deste texto. Sua constituição se relaciona com as práticas sociais adotadas pelas antigas missões da igreja católica, mas também possui forte vínculo com antigas aldeias indígenas, numa região tradicionalmente ocupada por populações dessa descendência. No caso da *comunidade* Anã, a constituição está associada a grupos familiares, inicialmente com a chegada de Ivo Godinho, de origem portuguesa, que se casou com uma índia Arapiun. Em seguida chegaram os Imbiriba, os Campos e os Alves (CEAPS, 2012).

Figura 13 – Localização das comunidades Anã e Boim, a partir da orla de Santarém.



Fonte: Adaptado pelo autor a partir de imagem do Google Earth (2019).

A área delimitada como pertencente à Anã abrange aproximadamente 1.960 hectares, aí estando incluídos cursos d'água (igarapés e lagos) e áreas de uso intensivo, nas quais as famílias desenvolvem atividades agroextrativistas que abarcam, aproximadamente, 1.177 hectares. Abrange ainda área de uso sustentável, correspondente a uma superfície de 659 hectares, formada por capoeira ou floresta, nas quais são permitidos a caça e o extrativismo de forma racional. A área da vila, onde estão instalados os grupos domésticos, os recursos de infraestruturas de uso comum, compreende a configuração da unidade da *comunidade* (unidade residencial de comuns), corresponde a 120 hectares delineados ao longo da margem do rio. Os solos são arenosos, de origem fluvial, e a vegetação é composta de capoeiras e matas secundárias, resultado da exploração madeireira e da agricultura de corte e queima (CEAPS, 2012).

A primeira denominação do lugar faz menção a uma crença local, relacionada a uma entidade que habita o lago no entorno da localidade, o Muanã, cujo significado é 'o encantado', responsável pela proteção do lugar. Moradores relataram que esse encantado penaliza pescadores que realizam pesca predatória ou cometam danos à natureza. De Muanã, derivou a atual denominação, Anã (CEAPS, 2012).

Em 2012, 82 famílias habitavam a *comunidade*, compreendendo 480 moradores. Durante minha última estadia na comunidade, em 2018, moradores relataram que havia ao

menos 100 famílias residentes. O peixe é um dos principais itens da alimentação local, mas em anos recentes, tem sido um item cada vez mais escasso no rio Arapiuns.

Em relação a Boim registra-se um processo de colonização bem mais antigo do que o que ocorrera em Anã. Correspondente a um dos quatro distritos de Santarém, a *comunidade* Boim possui importância para o registro histórico da cidade de Santarém. Sua constituição data de 9 de março de 1690. Tanto Boim quanto Santarém são povoações resultantes de missões de padres jesuítas, que ao chegarem a esses locais depararam-se com aldeias indígenas, sobre as quais estabeleceram controle territorial por quase cem anos (IORIS, 2014). Em Boim constituíram a Missão de Santo Inácio de Loyola. A localidade teve grande importância para a região por ter servido de entreposto comercial para as ‘drogas do sertão’ e de outros produtos oriundos do extrativismo, como sementes diversas, madeira, resinas, fibras, óleos etc., mercadorias que movimentavam a economia regional.

Assim como ocorrera em outras *comunidades*, por muito tempo a economia da região de Boim girou em torno da extração de látex da seringueira e da coleta de castanha do Pará. Acredita-se que tenha sido das adjacências de Boim que o inglês Henry Wickham protagonizou ato considerado um dos maiores casos de biopirataria da história mundial (IORIS, 2014; JACKSON, 2011). Wickham, em 1876 conseguiu carregar o convés de um navio, o Amazonas, com 70 mil sementes de seringueira recolhidas nas circunvizinhanças de Boim e entregues ao *Royal Botanic Garden* (Jardim Botânico Real), na Inglaterra. Delas, botânicos conseguiram germinar 2 mil sementes. Um feito extraordinário para a época, ao se considerar que experimentos indicavam que apenas na Amazônia a planta conseguiria crescer. Posteriormente, as sementes germinadas foram levadas para plantações britânicas na Malásia e no Ceilão. Após 40 anos, as plantações dos países asiáticos marcariam a derrocada da Amazônia no comércio mundial de borracha (JACKSON, 2011). A seguir reproduzo um trecho do livro de Jackson (2011), pelo qual relata as aventuras de Wickham na região de Santarém, no qual são destacados fatos que configuram narrativas qualificantes da história de Boim:

O fato de Boim estar localizada abaixo de um planalto elevado era importante, mas algo ainda mais importante para Henry era sua infraestrutura. Quatro famílias de judeus sefarditas vieram para a aldeia, procedentes do Marrocos em meados do século XIX, e abriram casas de comércio. Os índios e os caboclos que moravam por todo o rio e também os do interior remoto vinham aos seus armazéns com todo tipo de produtos, mas as especialidades da região eram a borracha e a castanha-do-pará. As casas de comércio das famílias Cohen, Serique, Azulay e outra cujo nome se perdeu eram tão bem-sucedidas em sua época que, embora Santarém possa ter sido mais famosa ao mundo exterior por conta de sua localização mais visível na junção do Amazonas e do Tapajós, Boim era mais importante comercialmente. Os cargueiros transatlânticos em viagem de volta à Europa, vindos de Manaus, ancoravam no braço

do rio, ponto aonde veleiros portugueses velozes iam ao seu encontro carregados de produtos da selva (JACKSON, 2011, p. 203).

Boim já foi *comunidade* considerada populosa. Atualmente sua população é constituída por cerca de 150 famílias. Anã e Boim carregam especificidades em decorrência de seus históricos de constituição, algumas explicitadas em suas condições de infraestrutura e na concorrência pela implantação de projetos. Os aglomerados populacionais que alguns moradores entrevistados se referem como ‘vila’, são dotados de certa estrutura de serviços comuns, como microssistema de distribuição de água (Figuras 14 e 15), escola, posto de saúde, sede de associações, telecentro, campo de futebol e casa do gerador de energia elétrica.

Em Boim, o microssistema que abastece aos comunitários da sede e de bairros adjacentes, foi implantado em outubro de 2003, por parcerias entre a Tapajoara, Projeto Saúde e Alegria -PSA, Prefeitura Municipal de Santarém e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Tanto em Anã quanto em Boim, os microssistemas são mantidos por contribuição mensal paga por moradores a associação, instituição responsável por aplicar o recurso na manutenção do sistema e remunerar colaboração repassada a moradores que participam dos serviços em regime de revezamento entre moradores (CEAPS, 2012).

Figura 14 – Vista do microssistema de água de Boim.



Fonte: Arquivo de campo do pesquisador (2018).

Figura 15 – Vista do microssistema de água de Anã.



Fonte: Arquivo de campo do pesquisador (2018).

As *comunidades* não dispõem de oferta contínua de energia elétrica. Somente no período noturno, das 19h às 22h, o fornecimento de energia é realizado por gerador movido a óleo diesel. Em Boim, que conta com a segurança de dois motores (Figura 16), o sistema gerador e de distribuição foi construído na década de 1970.

Figura 16 – Vista do sistema de geração de energia de Boim.



Fonte: Arquivo de campo do pesquisador (2018).

Alguns moradores possuem geradores particulares, utilizados conforme necessidades e disponibilidades financeiras. Outros serviços prestados nas *comunidades* equivalem a sistema de placas de captação de energia solar, como postos de saúde, escolas, telecentros. Em Anã há uma hospedaria de turismo comunitário, a Paraíso do Anã, que também se vale de placas solares para geração de energia.

Durante minhas estadias em campo, não pude deixar de observar que, embora por algumas horas ao dia seja possível ter acesso à energia elétrica por meio de geradores, o custo econômico e social para as comunidades é elevado. Em várias situações ouvi relatos sobre dificuldades financeiras para manutenção dos motores e compra de combustíveis, assim como para efetuar deslocamentos à cidade para comprá-los. Outro fator de precariedade do sistema é o desconforto causado pelo barulho dos motores, afetando claramente a qualidade de vida das pessoas.

A busca por alternativa a esta situação tem sido pauta constante nas reuniões dos conselhos gestores da Reserva. Conforme registrado nas atas das reuniões do Conselho Deliberativo, em 2009, representantes da Tapajóara e do ICMBio organizaram documento entregue a autoridades competentes, destacando a importância do acesso ao programa Luz Para Todos, do governo federal, para a Reserva. Há diversos fatores que dificultam o acesso ao programa, condicionantes ambientais e econômicos que levaram lideranças e gestores a travar uma verdadeira batalha para se integrar ao programa. Desde 2017, moradores de diversas

localidades da Resex estão trabalhando em forma de mutirões para abertura de picos e estradas para instalação de redes de eletrificação. Durante participação em reunião do Conselho Deliberativo em março de 2019, gestores e moradores afirmaram que a tarefa estava prestes a ser finalizada.

Essa ação coletiva é mais uma demonstração de organização social dos moradores, envolvendo vários níveis da vida social local: a mobilização de lideranças comunitárias na organização e planejamento dos grupos de trabalho para abertura dos picos, trabalho em meio à floresta, logística muito bem planejada para alimentar até 100 homens e mulheres em empreitadas de até 20 dias. Em nível mais amplo de atuação, envolve a participação em reuniões sobre a implementação do programa para discussão com instituições públicas e privadas. Envolvem as lideranças da Tapajoara, do ICMBio e políticos sensíveis à causa.

Em um dos períodos em que estive em trabalho de campo em Boim, pude observar na praça, bares, casas, enfim, onde houvesse um grupo de pessoas, que recorrentemente moradores comentavam sobre a abertura de um pico na floresta. Embora houvesse muito trabalho a ser feito, a abertura do pico era apenas uma etapa, mas a euforia era visível em cada comentário. Frente a ausência de rede pública de distribuição de energia elétrica, a possibilidade de ter acesso a esse recurso por meio de rede de transmissão de energia oriunda de hidrelétrica assumia diversos significados para os moradores. Além do conforto proporcionado pelo uso de eletroeletrônicos e da possibilidade de conservação de produtos alimentícios por meio de geladeiras e/ou freezers, está associada à independência em relação ao uso dos motores a óleo diesel.

No tocante aos serviços de educação disponibilizados pelos poderes públicos, nas *comunidades* funcionam desde a década de 1970 escolas multisseriadas, ambas dotadas de boas condições físicas, com paredes e pisos de alvenaria. Em 2018, na escola Multisseriada de Ensino Fundamental Nossa Senhora de Fátima (Figura 17), situada em Anã, havia 124 alunos matriculados, 54 nas series iniciais (do 1º ao 5º ano), 51 alunos nas séries finais (do 6º ao 9º ano) e 19 na pré-escola. A escola atende alunos das *comunidades* Anã, Raposa, Maripá e Campo Grande. Os serviços prestados contam com 16 funcionários: cinco professores, três administrativos (diretora, coordenadora e secretária), um condutor de lancha, que realiza o transporte fluvial dos alunos, e um motorista de micro-ônibus, responsável pelo transporte dos alunos das *comunidades* circunvizinhas. Ainda dois serventes, dois auxiliares operacionais e dois vigias. Todos os funcionários residem na *comunidade*.

Figura 17 – Fachada da Escola Nossa Senhora de Fátima em Anã.



Fonte: Arquivo de campo do pesquisador (2018).

Ao longo da história de Boim foram criadas e extintas várias escolas. Em 1971 padres Franciscanos doaram à *comunidade* um antigo prédio por eles construído e lá foi implantada a Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom Frederico Costa. Nome em homenagem ao Bispo de Santarém nascido em Boim, Dom Frederico Benício Sousa Costa (COHEN, 2012). Em 2010 a escola foi transferida para um novo prédio e passou a se chamar Escola Municipal e Estadual de Ensino Fundamental e Médio Santo Inácio de Loyola (Figura 18), em homenagem ao Santo Padroeiro da *comunidade*. Em 2018 havia 178 alunos matriculados: 61 nas séries iniciais (do 1º ao 5º ano), 92 alunos nas séries finais (do 6º ao 9º ano) e 25 na pré-escola.

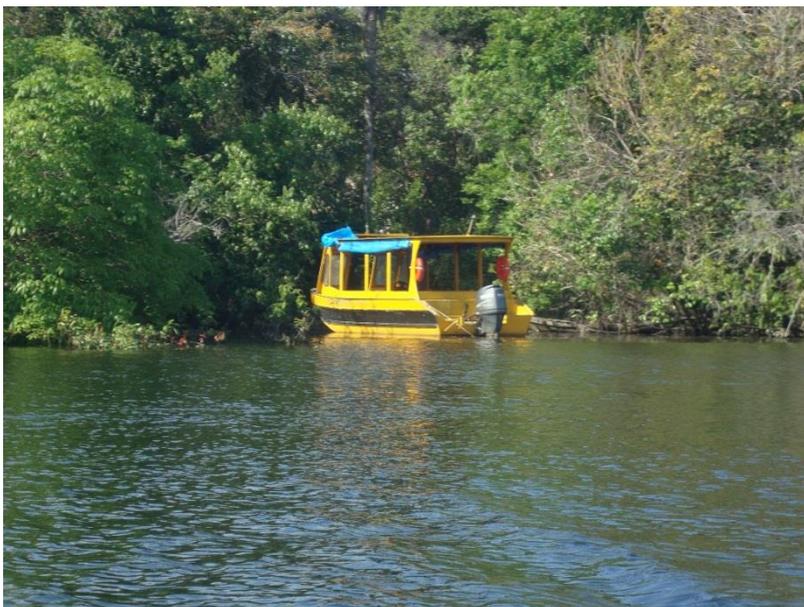
Figura 18 – Fachada da Escola Santo Inácio de Loyola em Boim.



Fonte: Arquivo de campo do pesquisador (2018).

Consideradas polos de educação na área da Resex, as escolas situadas nas *comunidades* Anã e Boim ofertam as modalidades de pré-escola, ensino fundamental e médio modular. A Secretaria Municipal de Educação de Santarém, com base no programa do governo federal Caminhos da Escola²⁹, disponibiliza transporte hidroviário (Figura 19) e rodoviário para crianças das localidades em que não há escola ou que não disponibilize todas as séries concentradas nas unidades de ensino de Boim ou Anã.

Figura 19 – Vista da lancha escolar de Anã.



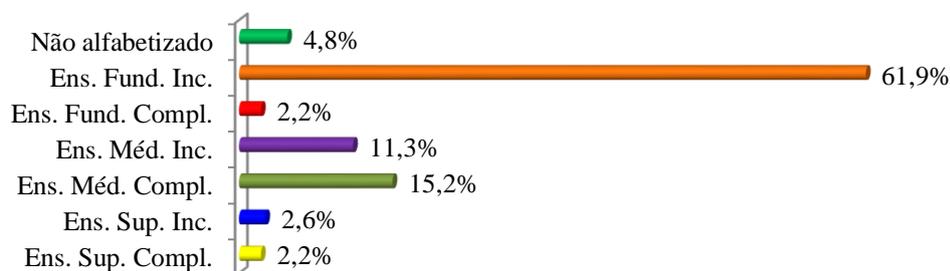
Fonte: Arquivo de campo do pesquisador (2018).

As dificuldades para estudar interferem na construção da memória dos entrevistados e delineiam uma infância também caracterizada pelas limitações no acesso à educação. Dados obtidos pelo IPAM (2014) com 54 chefes de família da *comunidade* Boim, permitem constatar que os mesmos possuem um baixo nível de escolaridade. O percentual de pessoas com ensino fundamental incompleto é de 61,9%. Somente 2,2% possui ensino fundamental completo (Gráfico 5). Os dados coadunam com interpretações apresentadas pelo estudo de Iosif (2007). A autora alerta que as estatísticas evidenciam que a educação pública nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, nas zonas rurais e nas periferias dos grandes centros demandam atenção redobrada. A autora destaca ainda os entraves à melhoria dos índices de educação na região

²⁹ O programa Caminho da Escola objetiva renovar, padronizar e ampliar a frota de veículos escolares das redes municipal, do DF e estadual de educação básica pública. Voltado a estudantes residentes, prioritariamente, em áreas rurais e ribeirinhas, o programa oferece ônibus, lanchas e bicicletas fabricados especialmente para o tráfego nestas regiões, sempre visando à segurança e à qualidade do transporte. Destina-se a estudantes da rede pública de educação básica. Gestores educacionais são os responsáveis pela aquisição dos veículos.

Norte: a falta de professores, os baixos salários, dificuldade de acesso à escola, investimento na construção e melhoria de escolas.

Gráfico 5 – Nível de escolaridades da população de Boim.

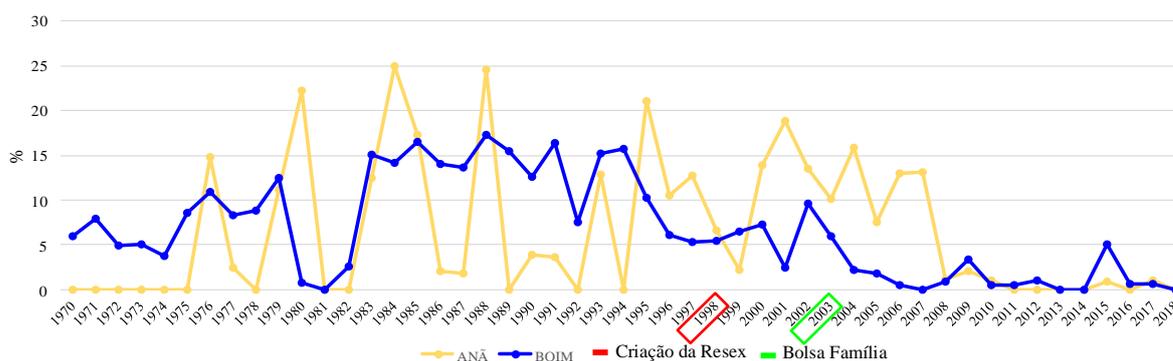


Fonte: Elaborado pelo autor (2016) a partir de dados de IPAM (2014).

Os relatos dos entrevistados sobre suas experiências escolares são carregados de exemplos de precariedade das instalações, da falta de professores, de deslocamentos familiares em busca de melhores condições de estudos, da falta de escolas, ausência ou reduzido número de professores, de abandono da escola, da escassez de materiais escolares, cabendo à família confeccionar cadernos com materiais que dispunham em casa. Essas lembranças são contrapostas ao presente momento que, na avaliação de entrevistados, as condições para acesso à educação são melhores, oportunidades atribuídas à presença do Estado.

Mas nessa época, olha, não tinha nada do Governo, de merenda, livro, essas coisas. Nada era dado, tudo era comprado pelos pais. Por isso que eu digo, hoje não. Um menino desse tamanho só tem caderno *chic*. Não era como agora que é direto a escola. Só se não quiser estudar. Mas tem muita facilidade hoje em dia (Morador da comunidade Anã, 68 anos, agricultor aposentado, 2017).

O nível de alfabetização entre moradores da Resex é baixo. Dados obtidos na Secretaria Municipal de Educação – SEMED de Santarém, referente aos índices de evasão escolar registrados entre 1970 e 2018, nas escolas de Boim e Anã, indicam que no período histórico houve muita variação no índice. O Gráfico 6 a seguir sugere que os índices de evasão nas escolas das duas *comunidades* em destaque, apresentaram tendência de oscilação até o início dos anos 2000, quando a variação foi menor a partir do ano de 2003.

Gráfico 6 – Índices de evasão escolar registrados nas *comunidades* Anã e Boim – 1970/2018.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da SEMED (2019).

O gráfico anterior mostra que após 2003, os índices de evasão escolar registrados nas escolas diminuíram drasticamente. Aquele ano demarca a criação do programa de transferência de renda Bolsa Família, instituído no primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, pela Lei Federal nº 10.836/2003. O Programa consiste no repasse de recurso financeiro à família de baixa renda cuja composição tenha gestante, crianças ou adolescentes entre 0 e 17 anos. Há exigência de que a família garanta a presença da criança na escola, correndo o risco de o benefício ser suspenso, caso a criança não mantenha o mínimo de 85% de frequência. Assim, a significativa redução nos índices de evasão nas escolas da Resex a partir de 2003 pode estar associada à implementação do Programa Bolsa Família, uma vez que o monitoramento da situação escolar da criança é um requisito legal a ser cumprido por todas as escolas, a partir de informações fornecidas pelas escolas ao Ministério da Educação e Cultura – MEC, é efetuada fiscalização.

Ainda com base em dados da SEMED, em 2018 a Escola Nossa Senhora de Fátima, em Anã, registrou 91 alunos com idade entre seis (6) e 15 anos com acesso ao Bolsa Família e cinco (05) alunos com idade entre 16 e 17anos. Na Escola Santo Inácio de Loyola, também em 2018, dos alunos cujas famílias tiveram acesso ao programa de transferência de renda, 121 tinham idades entre seis (6) e 15 anos e 33 alunos entre 16 e 17 anos. Dada sua importância no contexto de mudanças nos modos de organização social identificadas entre os entrevistados na Resex, no capítulo 4 voltarei a analisar a influência da escola na reorganização dos núcleos familiares para atendimento dos direitos garantidos à criança e adolescente.

A infraestrutura de prestação de serviços básicos nas *comunidades* é composta ainda por postos de saúde, que oferecem prestação de auxílio básico de primeiros socorros, campanhas de prevenção, distribuição de remédios para dores de cabeça e de estômago, visitas domiciliares e palestras. Em Boim, o posto de saúde foi inaugurado em 1998. Em junho de 2017 haviam três

funcionários, sendo dois auxiliares de enfermagem e uma zeladora que também atendiam moradores de localidades vizinhas. Em Anã, o posto de saúde, após cinco anos fechado, foi reaberto em 1993 e desde então conta com um auxiliar de enfermagem. Apesar da disponibilidade de serviço público de saúde, embora não tenha sido uma questão aprofundada com os informantes, cabe mencionar a valorização de práticas tradicionais/locais para cura de doenças e realização de partos.

Retomando as experiências nos espaços pelos quais circulei no trabalho de campo, muitas delas tendo as cozinhas como ambiente privilegiado por ser ao ar livre, nesses espaços se constituía os momentos em que eu travava conversas com membros do núcleo familiar e vizinhos. Em um desses momentos, uma chefe de família de 65 anos, moradora de Anã, enquanto preparava feijão para o almoço, amparando-se em experiências vivenciadas com sua avó, portanto, referindo-se às décadas de 1960/1970, relata situações que demonstram a habilidade e o conhecimento de sua avó – a qual ela se refere como ‘curandeira’ e parteira, dotada de competência para manipular recursos disponíveis na floresta como plantas, ervas, resinas e até animais, dos quais retirava matéria para elaboração de remédios para combater diversas enfermidades.

Ainda em relação a recursos de infraestrutura de uso coletivo, nas *comunidades* há telefones públicos, porém nem todos em funcionamento; barracão comunitário, onde se realiza reuniões de associações, grupos de jovens, shows musicais, festividades religiosas etc. Anã possui ainda uma biblioteca comunitária com espaço dedicado a oferta de cursos de capacitação.

Em Boim há uma pequena edificação onde, por muitos anos, funcionou uma delegacia. Segundo relatos, há muitos anos ninguém é preso, mas a população mantém o prédio conservado e cobra de gestores locais a presença de autoridade policial, tendo em vista o aumento de delitos na região.

As unidades residenciais são construídas em terrenos com dimensões que variam entre 20m x 40m, ou 25m x 50m. Tais limites foram definidos por moradores e técnicos do INCRA. Nos quintais das residências é comum encontrar árvores frutíferas, espécies medicinais, temperos e ervas aromáticas utilizadas no preparo de alimentos e alguns animais domésticos como cães, galinhas e patos.

As estruturas das moradias das famílias são de vários tipos: paredes de alvenaria com teto de telha de barro ou zinco, paredes de madeira com telhado em barro, zinco ou palha; e também casas com paredes e telhado de palha (Figuras 20). No atual contexto, parcela significativa dos moradores de Anã e Boim possuem casas de alvenaria (Figura 21), obtidas

pelo Programa Crédito Moradia, do INCRA. Além do crédito habitação do INCRA, os moradores da Reserva, com menor expressividade, também se beneficiam dos serviços do programa Minha Casa, Minha Vida e do Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR.

Figura 20 – Vista de casa construída com palha branca em Anã.



Figura 21 – Modelo de casas de alvenaria do crédito habitação do INCRA em Anã.



Fonte: Arquivo de campo do pesquisador (2018).

Cabe destacar que o financiamento de habitações foi desenvolvido no âmbito de alternativas oferecidas pelo programa de reforma agrária, em parceria entre Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e INCRA, portanto, exclusivamente voltados para moradores dos projetos de assentamento. Contudo, através de negociações de lideranças da Tapajoara com representantes do Governo Federal, houve convencimento de gestores do Estado quanto à necessidade e à importância da ampliação do crédito para atender *populações tradicionais*. A justificativa das lideranças comunitárias da Tapajoara, tendo em vista a negociação com representantes do Estado visando ao acesso ao programa público sublinha, fundamentalmente, a organização social pela articulação de argumentos por demandas por eles logradas visando a melhora das condições de vida. Uma demonstração de habilidade discursiva e capacidade de *agência*, sinalização de competência para influenciar nos processos transformadores de sua vida cotidiana. A seguir reproduzo trecho de entrevista com morador de Boim, àquela época presidente da Tapajoara, em que relembra sua argumentação diante de representantes do Estado.

[...] foi uma conquista que no meu mandato como presidente, consegui no Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA em Brasília [...] Porque o modelo de projeto (para moradia) era feito nos assentamentos. Por que nos assentamentos? Porque o assentado ele não tem nada, nem terra para trabalhar [...].E nós aqui não, já tínhamos e temos, mas por uma política de um modelo de reforma agraria, como foi meu

argumento, nós como brasileiros, trabalhadores e produtores, nós precisávamos ter uma moradia descente. As nossas casinhas eram de palha, de barro, de madeira, a gente nunca morou em uma casa de alvenaria. Então nós precisávamos. Nós precisamos ter uma educação de boa qualidade, eu fui aluno disso, estudei e tive dificuldade de apagar meu erro porque não tinha borracha, nós precisávamos de ter uma saúde e um atendimento de boa qualidade e nós precisava ter dinheiro no bolso através de projetos de mercado sobre a nossa produção da Resex. Esses quatro argumentos eu falei lá e a resposta foi simples: “Ok, então vai para Resex também” (Morador da *comunidade* Boim, 69 anos, agricultor aposentado, 2017).

Assim, em 2002, foi publicada a Portaria Interministerial 013/2002 MDA/MMA, que estende o acesso ao crédito habitação às *populações tradicionais* beneficiárias de UC de uso sustentável (Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável – RDS e Florestas Nacionais). Os moradores da Resex Tapajós-Arapiuns foram os pioneiros no acesso a este recurso. O projeto das casas é elaborado pelo Incra. Os moradores são contemplados com recurso que chega a R\$ 25.000,00, complementado a mobilização do beneficiário com a mão de obra. A casa padrão comporta dois quartos, cozinha, sala e banheiro.

Conforme dados obtidos no Relatório de Atividades de 2016, documento elaborado por gestores locais do ICMBio, entre os anos de 2004 e 2010, foram executados R\$ 27.334.000,00 (vinte e sete milhões, trezentos e trinta e quatro mil reais) em habitações na Resex, cujos valores variam entre R\$ 5.000,00, R\$ 7.000,00 e R\$ 10.000,00. No total, entre 2004 e 2014, foram construídas 2.350 casas na Resex, via Programa de Crédito Habitação do Incra (BRASIL, 2016).

O crédito habitação é avaliado de forma positiva pelos moradores, o que não impede de apontarem reclamações. Em 2016, um diagnóstico realizado pela Tapajoara, identificou que havia 301 casas abandonadas na Resex, as quais foram construídas com recursos do crédito moradia, fato que gera muitas reclamações por parte de moradores. As demais reclamações são referentes às dimensões das habitações, consideradas pequenas.

Os aspectos do universo social dos moradores destacados até aqui dão mostras de situações passíveis de serem observadas a partir das contribuições de Anthony Giddens. Na *teoria da estruturação*, ‘poder’ constitui uma categoria fundamental por se constituir como fator chave na conformação da *agência* humana. Giddens (2003, p. 204) considera *poder* como capacidade transformadora, para além da capacidade de obter resultado, “[...] o poder nunca é meramente uma coerção, mas está na própria origem das capacidades dos agentes de realizar as ações pretendidas”.

Considero as proposições de Giddens sobre *agência* e *poder* oportunas para análise de vários casos descritos anteriormente. Tomo a situação do morador entrevistado sobre sua

atuação diante de representantes delegados do Estado. O referido morador, um *agente mediador local*³⁰, em negociação com *agente mediador profissional*, valendo-se da descrição de *recursos* do ambiente físico e social que compõem seu modo de vida, obtém um resultado objetivo para uma demanda local. Neste sentido, a partir dos pressupostos de Giddens (2003; 1996), considero possível compreender a atuação do *agente mediador local* como demonstração de capacidade de *agência* e *poder* na constituição da realidade social, à medida que recorre à intervenção de *agente mediador profissional* dotado de *poder* de decisão sobre as práticas sociais de seu cotidiano, para a institucionalização de *recurso autoritário*³¹, na obtenção da demanda local diante de uma ordem administrativa que os excluía do acesso ao crédito habitação. A ação do morador da Resex ampliou as oportunidades de acesso à casa de alvenaria para moradores residentes em outras categorias de UC, pois a escala de poder do *recurso autoritário* representado pela Portaria Interministerial 013/2002 MDA/MMA foi estendido para outras categorias, além das Resex.

Para Giddens (2003), a agência está relacionada a sequências de transformações, intencionais ou não intencionais, impetradas por *agentes* sociais, as quais correspondem a um fluxo que se constitui e reconstitui continuamente, assim conformando as práticas sociais da vida cotidiana. Em *As novas regras do método sociológico*, Giddens (1996, p. 129) entende *poder* “no seu sentido mais estrito e relacional”, como “[...] propriedade da interação e pode ser definido como a capacidade para assegurar resultados, cuja realização depende da atividade de outros. É neste sentido que alguns tem poder sobre outros: é o poder como dominação”.

Nesta perspectiva, alguns *agentes* são dotados de *poder* sobre outros, instituindo formas de dominação que estão no cerne das *propriedades estruturais* na compreensão da constituição da sociedade elaborada por Giddens. Por este ângulo, de um lado há *agentes* dominantes providos de maior quantidade de *recursos alocativos* e *autoritários* – que constituem os meios pelos quais o poder é exercido –, e os *agentes* dominados, com menor *recursos*.

Porém, no exercício de suas capacidades de transformação da realidade social, *agentes* dominados utilizam como estratégia a capacidade transformadora de *agentes* dominantes para criação ou mobilização de *recursos autoritários*. Giddens (2003) se refere a essa situação como ‘dialética do controle’, por implicar a relação de *agentes* dotados de poderes assimétricos,

³⁰ *Agente mediadores* se refere a pessoas em posição de transitar e dialogar com *agentes* de distintos universos sociais, atuando na mediação entre *agentes* cujas ações se situam em distintos universos simbólicos. Na seção a seguir retomo a discussão do termo por ser ele fundamental na análise.

³¹ *Recursos autoritários* são definidos por Giddens (2003) como recursos não materiais implicados na constituição de *poder*. Resultam da relação de domínio de uns *agentes* sobre outros, ou seja, da capacidade de determinado *agente* obter proveito das atividades de outros *agentes*.

agentes em condições de impor normas, direitos, sanções, e *agentes* subordinados a elas. Contudo, esses mesmos *agentes* também são capazes de intervir e obter suas demandas, criando condições para mudanças na *estrutura*.

Neste ponto julgo pertinente as considerações de Das e Poole (2008) em *El estado y sus márgenes: Etnografías comparadas*, tomando como estudo de caso realidades sociais enfrentadas por populações socialmente desfavorecidas de vários países, as autoras discutem as interconexões entre formas de poder e articulações de grupos dominantes que constituem o Estado, em relação a práticas e políticas de regulação e disciplinamento da vida de populações situadas às ‘margens do Estado’. Fundamentadas na noção de ‘margens do Estado’, que pode ser compreendida como um *modus operandi* mobilizado e operado pela burocracia estatal sobre populações no exercício da *governança* de determinados territórios (PALERMO, 2015), utilizam o termo ‘margens’ contrariando a ideia de que o mesmo representaria extenuação de poder. Para as autoras, o termo “[...] *sugiere que dichos márgenes son supuestos necesarios del estado, de la misma forma que la excepción es a la regla*” (DAS; POOLE, 2008, p. 20).

Na perspectiva das autoras, as ‘margens’ possibilitam tanto a compreensão quanto a reconfiguração do Estado. Haja vista que: “*nuestra imaginación de los márgenes los muestra no como espacios inertes y poblaciones que simplemente tienen que ser dirigidas, sino más bien como enojadas con la vida que es certamente dirigida y controlada, pero también escapa a dicho control*” (DAS; POOLE, 2008, p. 45). Neste sentido, as perspectivas das autoras são relevantes para compreender o caso em questão neste texto de tese à medida que ressaltam a dialética presente na situação, na qual o Estado é constituído e moldado pelas próprias práticas e políticas da vida de *agentes* situados nas margens.

Nesta seção enfatizei importantes aspectos comuns relacionados à infraestrutura das *comunidades*, bem como à capacidade de *agência* de *agentes mediadores locais*. A capacidade de *agência*, também fundamental para conquista da Resex discutida na seção anterior, se apresenta como fator fundamental na organização de conquistas políticas que se transformaram em benefícios materiais. Na seção a seguir, discuto essa questão com destaque para as *mediações sociais*.

3.3 Dimensões socioculturais da vida comunitária e processos de reestruturação de *sistemas sociais*

A noção de *mediação social* tem recebido destaque nos debates que concebem o meio rural articulado a distintos universos sociais (ARAUJO, 2014; PEREIRA, 2014; NEVES, 2008a; 2008b; 1997; SIMÕES; RITTER, 2005; PORTO-GONÇALVES, 2003). Neste texto, compreendo *mediação social* conforme discutido por Neves (2008a, p. 70), ao considerar que o termo deve ser entendido:

[...] pela aceitação de seu sentido polissêmico, pressupondo: o que se coloca entre dois universos de produção de significados visando ao diálogo, ampliando ou reduzindo o conflito, as incompreensões, facilitando apropriações; a abertura para o conhecimento do outro e a negociação subjacente, fundamentais ao pensar e ao agir diferentes. Em consonância, também os investimentos no sentido da produção de mudanças se articulam, em parte diferenciadas, às possibilidades de participação e reprodução de legados culturais de crenças, de solidariedade, de hierarquia e diferenciação sociais. Os termos cognitivos que aí são tão caros integram a herança cultural e revelam modelos de orientação e ressocialização, confirmando que a transmissão não é reposição, mas transformação (NEVES, 2008a, p. 70).

Em estudo de caso em que analisa processos de mudanças na posição social de trabalhadores rurais assalariados para produtores agrícolas mercantis, a partir da implementação da política de reforma agrária de 1985, no estado do Rio de Janeiro, Neves (1997, p. 230) enfatiza que a interligação dos universos semânticos que requer *mediações* e mediadores é construída de forma relacional, incorporando os significados de distintos universos:

Assim sendo, os mediadores não atuam como elo de união de mundos diferenciados e deles distanciados como tais. Eles próprios constroem as representações dos mundos sociais que pretendem interligar e o campo de relações que viabiliza este modo específico de interligação. Múltiplos significados vão-se ordenando para viabilizar a mediação (NEVES, 1997, 230).

Neste sentido, o papel desempenhado pelo mediador é fundamental “[...] no exercício de constituição, de consagração e de divulgação de novos ideais, metas e modos de organização, em geral agregados em torno de alianças estabelecidas por redes de instituições ou movimentos associativos” (NEVES, 2008b, p. 10). Como bem assinala a autora, em contexto de “[...] mudanças no papel do Estado e da correspondente mediação da participação dos cidadãos” (NEVES, 2008b, p. 28), é que emerge o modelo de *agentes de mediação profissional*. Suas funções, fundamentadas na ação formal/legal de “[...] dirigentes sindicais, funcionários públicos ou vinculados ao chamado terceiro setor – organização não-governamental”, são

“alocados para dar existência às representações delegadas e à administração e intervenção públicas” (NEVES, 2008b, p. 28). A respeito desta questão, a antropóloga desenvolve sua análise crítica amparada nas observações dos tipos ideais de Weber e contrapõe o modelo de *mediação* realizada por *agentes de mediação profissional*, constituindo *agentes mediadores* que “vivem *da* mediação” ao modelo significativamente privilegiado pela literatura especializada, “agentes mediadores que vivem *pela* mediação” (NEVES, 2008b, p. 28):

[...] reconhecida como tradicional ou personalizada, colocando explicitamente em relação unidades sociais encapsuladas e encapsuladoras, interdependência assumida por indivíduos com trânsito em universos diferenciados. Além disso, valorizou a mediação interindividual, que mais frequentemente, nessa modalidade de estrutura de poder e dominação, representa e constitui a ligação social (NEVES, 2008b, p. 28-29).

As observações de Neves (2008a; 2008b; 1997) sobre *mediação* e *agentes mediadores* são importantes para esta análise porque a institucionalização da Resex Tapajós-Arapiuns é convergente com um conjunto de programas de intervenção estatais e privados, fundamentados em universos de significados (sistemas de *conhecimento perito*) para conservação ambiental e desenvolvimento social, que pressupõem dimensões de *poder* que se relacionam com posições ocupadas por *agentes* em espaços de *mediação*. No caso em relevo, enfatizo a construção de *mediações sociais* representadas pela criação de associações comunitárias, seus representantes delegados (*agentes mediadores locais*) e sua interligação com *agentes de mediação profissional* (*agentes* delegados do Estado e de entidades civis), *agentes* socialmente posicionados para governança da UC. Contudo, os processos de organização social dos moradores da Resex, estão sempre relacionados a distintas influências.

O forte vínculo com o catolicismo entre moradores de Anã e Boim, prática religiosa costumeira na região, objetiva-se nas igrejas erguidas em região central das vilas, próximas à margem dos rios (Figuras 22 e 23). Os locais em frente às igrejas em Anã e Boim são utilizados como espaço de convivência, ponto de encontro para o lazer, mas também são destinados à instalação de trapiches, utilizados em períodos de cheia dos rios para atracação de embarcações, embarque e desembarque de passageiros. Por essa infraestrutura, é comum haver nesses locais vários moradores aglomerados esperando parentes ou encomendas vindas da cidade.

Historicamente a igreja católica teve atuação marcante, desde a constituição das *comunidades* enquanto povoados até os dias correntes, correspondendo ao projeto político-administrativo idealizado, inscrevendo suas marcas na cotidianidade dos moradores para além da realização dos tradicionais cultos e festas de padroeiros, mas assumindo a mediação na

construção de *princípios estruturais* em todo o processo organizativo das *comunidades*. Em 1960 a Diocese de Santarém inaugurou ações que delimitaram e configuraram a materialidade social no meio rural da região por meio da catequese rural e da organização das comunidades cristãs, tendo na figura do sacerdote estadunidense frei Ricardo Duffy, importante papel como *agente mediador local*. Posteriormente, em 1963, outro estadunidense, o bispo D. Tiago Ryan, iniciou o MEB e a Rádio de Educação Rural (SENA, 2014).

Figura 22 – Fachada da igreja de Santo Inácio de Loyola em Boim.



Figura 23 – Fachada da igreja de Anã, vista do trapiche da comunidade.



Fonte: Arquivos da pesquisa (Marcelo Moraes, 2017; 2018).

Na região da Resex essas ações foram fundamentais para a constituição dos moradores em agentes políticos. Conforme registrado por Leroy (1991, p. 103), contribuíram para a legitimação e consolidação da Igreja no interior, ao mesmo tempo que sustentavam a integração social “ao tempo da bíblia ao tempo de hoje”, “a fé à vida”, representava um grande incentivo à vida comunitária, à participação dos cristãos no “desenvolvimento” da *comunidade*. Ressalta o autor que, no período em que foi implantado em Santarém, o MEB encontrava-se em período de redefinição de seu enfoque de atuação, no lugar da organização sindical, passou a incentivar a organização e a ação comunitária, através da alfabetização, dos cursos para mães, cursos de primeiros socorros, criação de clubes de venda, promoção da feira anual do lavrador etc. Essa perspectiva de promoção do desenvolvimento integral do homem, mas voltada às dimensões de sua comunidade, entendida como os que habitam o mesmo lugar e participam juntos de atividades comunitárias (LEROY, 1991, 104).

No início do século XXI, a primazia do catolicismo entre moradores das *comunidades*, até então única crença de praticantes do cristianismo, é abalada pela concorrência com a instalação de igrejas ligadas a outras crenças. Em Boim, em outubro de 2003, foi instalada a igreja batista Nova Vida (Figura 24) e, em outubro de 2004, a Assembleia de Deus (Figura 25).

Figura 24 – Fachada da igreja da igreja batista
Nova Vida.



Figura 25 – Fachada da igreja Assembleia de Deus,
em Boim.



Fonte: Arquivo de campo do pesquisador (2018).

Destaco, em relação à presença e atuações dos praticantes vinculados às igrejas, para além das distinções doutrinárias professadas, legitimado papel de mediação representado por agentes religiosos na organização social dos moradores, na resolução de conflitos, nas intervenções nas relações de poder, no desencadeamento de processos associativos e dissociativos. Em Boim, entrevistados relataram o conflito em torno de impasse sobre o domínio de edificação construída em meados do século XX por padres franciscanos para formação religiosa. Com o passar do tempo, os moradores da *comunidade* utilizaram o prédio para abrigo de outras demandas, como posto de saúde, e no atual contexto, incorporação de um telecentro³². Neste espaço há um pequeno número de computadores, utilizados para o desenvolvimento de projeto de inclusão digital, voltado especialmente para jovens. Três vezes por semana, o telecentro (Figura 26) disponibiliza acesso à internet nas segundas, quartas e sextas-feiras, das 10 horas da manhã às 14 horas da tarde, por meio de computadores ou rede Wi-Fi mediante cobrança de uma pequena taxa. O local também abriga uma rádio comunitária que transmite programação diversificada por meio de autofalantes. A rádio comunitária se constitui como importante meio de articulação e comunicação dos moradores, significativa na diminuição do isolamento das *comunidades* e estratégia de ação política.

³² O telecentro de Boim foi implantado pelo PSA através de recursos obtidos com a Fundação *Lateinamerika Zentrum*, associação sem fins lucrativos com sede na Alemanha voltada ao auxílio de elaboração e implantação projetos de desenvolvimento social de redução da pobreza na América Latina.

Figura 26 – Estrutura do telecentro e da rádio de Boim.



Fonte: Arquivo de campo do pesquisador (2018).

De acordo com o relato de um informante da pesquisa, o prédio tem sido reivindicado pela igreja católica, sob argumentação de que ele pertence à igreja. Em contrapartida, um grupo de moradores alega que o prédio foi doado pela SEMED de Santarém à associação política da *comunidade*. Este fato, indicativo de tensão interna à *comunidade*, é ilustrativo de que a relação da igreja com a realidade social, nem sempre é harmoniosa. Contudo, em Anã, os moradores reconhecem que a atuação de padres da igreja católica foi fundamental para a construção e aquisição das experiências com embarcações comunitárias, que os moradores aderiram e se beneficiaram.

Durante as primeiras fases do trabalho de campo, conforme relatei no capítulo 1, a prática esportiva do futebol realizada periodicamente nas *comunidades* se mostrou uma importante forma de aproximação e interação com os moradores. No desenrolar da pesquisa, fui percebendo que em torno desta prática esportiva são construídas novas redes de sociabilidade com reflexos em outras dimensões da organização da vida comunitária. Em Boim, há dois campos de futebol e dois clubes. O clube mais antigo foi fundado em 1956. Dois anos mais tarde, passou a se chamar América Futebol Clube. Pelas Figuras 27 e 28, a seguir podem-se observar a sede do clube e o campo situado em frente à sua sede social.

Figura 27 – Campo de futebol Frei Pedro Paternal em Boim.



Figura 28 – Sede social do América Futebol Clube em Boim.



Fonte: Arquivo de campo do pesquisador (2018).

O outro clube desportivo de Boim foi fundado em 1970. Similarmente ao processo ocorrido com o América, esse clube ao ser fundado, era chamado de Clube de Jovens Santo Inácio. Mas em fevereiro de 1972, sua razão social foi alterada para Juventude Futebol Clube. Em 1975, com auxílio da madeireira Amazonex, foi construído o campo de futebol do clube, espaço que também conta com uma sede social.

Em trabalho de campo em julho de 2018 em Anã, presenciei um torneio de futebol intercomunitário envolvendo diversos times do interior e de fora da Reserva. No decorrer da semana que antecedeu o evento, houve muita mobilização de boa parte dos moradores, que atuaram na limpeza das ruas e na finalização da sede do clube, que se encontrava em obras. O torneio foi promovido pelo clube para inaugurar a nova sede social.

Chamou-me atenção, primeiro a programação do torneio, que teve duração de dois dias. Houve jogos entre equipes no formato convencional, com times de 11 jogadores e tempo corrido. Mas a disputa principal ocorreu entre duplas que revezam chutes de pênaltis (Figuras 29 e 30). O outro fato curioso observado foi um certo acordo entre os participantes quanto à pressuposição de que a *comunidade* que esteve presente em Anã, com determinado número de participantes no torneio, deverá promover encontro nos mesmos moldes e receber, pelo menos, a mesma quantidade de participante em outro encontro. Uma lógica de reciprocidade que envolve a contração e posterior pagamento dívida moral entre quem promove e quem usufrui, que, nessa condição, torna-se devedor até pagar a visita em evento correspondente. Há inclusive a assinatura de um contrato informal, em caderno, apontando o consumo de participantes de times externos à *comunidade*. A prática, chamada *pagar visita*, se configura como importante meio de sociabilidade na promoção de encontros intercomunitários, atraindo considerável

público de moradores de *comunidades* da Resex e de fora da Resex, assim como moradores do perímetro urbano de Santarém.

Figura 29 – Torneio de pênaltis em Anã.



Figura 30 – Estrutura do torneio de futebol em Anã.



Fonte: Arquivo de campo do pesquisador (2018).

A prática de *pagar visita* a partir dos torneios de futebol na Resex Tapajós-Arapiuns foi registrada por Medeiros e Avishar (2014a; 2014b), privilegiando os aspectos socioculturais e de consumo da experiência. Medeiros e Avishar (2014a), amparadas em abordagens desenvolvidas pelo sociólogo e antropólogo Marcel Mauss, percebem a prática de *pagar vista* como uma interação social fundamentada em sistemas de reciprocidade, envolvendo relações de amizade, mas também ambientes de trocas mercantis, com circulação de dinheiro.

Ressaltam as autoras que as *comunidades* ou o time que promovem os torneios de futebol, são os responsáveis pelo preparo e venda de alimentos e bebidas, sistema de som e bandas, toda a logística da festa, “marca o momento dos pagamentos de visitas pelos times comunitários visitantes. Demarca, assim, o princípio de rivalidade e de antagonismos comunitários que dominam nas práticas do jogo, podendo inexistirem os demais” (MEDEIROS; AVISHAR, 2014a, p. 14). Na análise de Medeiros e Avishar (2014a) o pagamento de visita constitui um sistema micro local que reafirma as interações intercomunitária assentados nas trocas mercantis nas inscrições aos torneios, venda de alimentos e bebidas, pagamento de ingresso nas festas dançantes com bandas e dançarinos.

O que mutila a realidade dessas trocas, nesta contemporaneidade, é justamente a pressão e o constrangimento da economia do mundo ao impor suas regras do lucro. Se os times passaram a dever muito, abrindo os caminhos do “contrato” escrito no caderno, é porque a ausência da obrigação e do *cálculo* cedeu espaço para as relações capitalistas. As mesmas que se enraízam pelo mundo simbólico, ao impor suas formas lascivas de convivência e emulação envolvida pelas relações simbólicas, principal mote das *promoções*. Simplesmente, estão entremeadas nas relações das trocas de

mercado e servem de complemento uma à outra, e não separação (MEDEIROS; AVISHAR, 2014a, p. 16-17).

O ponto que quero destacar nesse comentário está relacionado a uma dimensão da vida social dos moradores, relacionada também a seus modos de organização, e sua articulação com outras formas de socialização, que demonstram transformações em curso na Reserva, tanto que demarca a singularidade e diferença entre populações rurais. Neste sentido, em concordância com Medeiros e Avishar (2014a, p. 17), o modo de organização do *pagar visita* introduz não apenas uma nova forma de organização social para realização do evento, à medida que tem “[...] na contabilidade o elemento inovador, a despeito da informalidade. Antes de se atribuírem os contratos, os times deviam sem controle, daí a utilização dos cadernos atestando o contrato, assinam um papel”.

Nos dias de realização do torneio, houve intensa circulação de pessoas e embarcações oriundas de localidades da Resex e de outras regiões. Moradores relataram que os torneios são eventos históricos e sempre reúnem muita gente, demandando significativa infraestrutura de serviços em vista dos inúmeros shows que ocorrem durante os dois dias de programação, com bandas locais e regionais, cobrança de ingressos para entrada, consumo de bebidas alcoólicas e alimentos. Também exige considerável estoque de combustível para alimentar os motores que durante os dois dias funcionam 24h para atender as demandas de freezers e equipamentos de som.

Na Amazônia, é comum encontrar festividades em *comunidades ribeirinhas* organizadas em homenagem a santos padroeiros (MEDEIROS; AVISHAR, 2014a). O caso de *pagar visitas* relatado expressa uma concepção *episódica* de mudança social, caracterizando uma perspectiva descontínua de processos sociais. Giddens (1991) e Silva (1994) consideram que a maioria das transformações ocorridas nas sociedades contemporâneas, notadamente as relacionadas aos valores e estilos de vida, se constituem a partir de um conjunto de mudanças, muitas imperceptíveis na vida cotidiana, e que não implicam em uma *descontinuidade* plena entre mudanças sociais radiais e sutis. Nesta perspectiva dinâmica, o *tempo* e o *espaço* não se amparam mais na lógica estática da tradição, mas passam a ser influenciados por fenômenos emergentes, característicos de outros lugares, imprimindo uma reconfiguração distinta de outras épocas (FREITAS, 1997; SILVA, 1994).

Freitas (1997), ao discutir efeitos da globalização sobre a Amazônia, elabora reflexão metodológica em busca de formas de analisar os processos de mudanças na região, a partir da dialética entre singular e universal, o mundo e o local. Neste sentido:

O mundo e o local passam a ser unidades de análise para as quais convergem processos e fenômenos novos e remanescentes. Os tempos e espaços da mudança têm uma autonomia dos tempos e espaços organizados tradicionalmente, além de conterem dimensões explicativas diversas, com elementos distintos (FREITAS, 1997, p. 129).

A autora considera pertinentes as análises sobre a Amazônia considerando a interseção de distintos *tempos e espaços*, “sob a forma de forças articuladoras das dimensões globais da sociedade contemporânea”, como ações que incidem e “dinamizam mudanças culturais, perspectivas de autodeterminação social, de interlocução mundial” e que se refletem sobre o imaginário universal (FREITAS, 1997, p. 129). Ainda me amparando na autora, essa perspectiva produz um mundo caracterizado por diferentes movimentos e sentidos, assim como a institucionalização de Resex.

Conforme venho apontando no decorrer do texto, as Resex também expressam processos amplos de mudanças sociais na Amazônia, os quais interferem nos modos de organização política, mobilização e frentes de ação dos moradores residentes nessas áreas, os quais se perdem no tempo. Um aspecto que chama atenção nessa nova lógica é observada pela quantidade de atos burocráticos envolvidos nos processos sociais.

Para que moradores de Reservas Extrativistas se tornem beneficiários de programas sociais, é preciso que estejam cadastrados na Relação de Beneficiários (RB)³³, no caso em apreço, do INCRA e do ICMBio. Desta forma, são incorporados aos programas públicos, mediante procedimentos formais/legais do Estado. Considerando as discussões de Neves (2008a), essa forma de intervenção exige a *mediação* por pressupor mudanças de posições sociais e reconhecimento de direitos. Neste sentido, a necessidade dos moradores da Resex de se constituírem como agentes políticos, os coloca na contingência de transitar por “espaços de exercício prático de interseção entre mediadores e mediados (termos distintivos de posições qualificados por polarizações), espaços pelos quais eles são e vêm a ser instucionalmente reconhecidos” (NEVES, 2008b, p. 11). Para a autora, os *agentes* que compõem este campo de *mediação* elaboram coletivamente um estoque “de conhecimentos e de controle de recursos, sendo então importante privilegiar as categorias (cognitivas) que nesse e por esse processo se constituem. Elas são reveladoras das distinções referenciadas ao sistema de posições que, em correspondência, passam a ter vigência” (NEVES, 2008a, p. 69).

³³ A categoria ‘beneficiário, introduzida por agentes do Estado, corresponde à dotação de direitos reconhecidos pelo SNUC (2000). Através da portaria nº 100, de 15 de março de 2019, o MMA aprovou o perfil da família beneficiária da Resex Tapajós-Arapiuns. Embora os moradores se utilizem da categoria beneficiário em seus discursos, ela é comumente utilizada por gestores pertencentes a órgãos do Estado ou à iniciativa privada.

Os conhecimentos assim institucionalizados não podem ser adquiridos fora deste próprio campo de mediação, embora outras disposições possam aí facilitar a participação ou negociação. Eles prefiguram o enquadramento e a reprodução de interventores e beneficiários ou usuários; bem como a definição coletiva de formas de mobilização e de produção de adesões. Além disso, permitem a reelaboração de continuidades singulares a valores e universos simbólicos que explicam não só as posições indesejadas e desejadas no mundo social, como também as biografias de cada um que as ocupa ou vier a ocupá-las. Eles têm caráter ordenador, posto que, participar de um universo diferenciado mas desejado, é partilhar de uma ressocialização ou se engajar na busca de uma ressignificação. A convivência em espaços de valorização da interculturalidade pressupõe uma vontade de abertura de universo, de engajamento em domínios de ação, reflexão e inovações, colocando em questão os cruzamentos de vários pertencimentos culturais (NEVES, 2008a, p. 69-70).

É neste sentido que olhar os processos de mudanças sociais pelo viés da mobilização social permite pensar analiticamente a relação das transformações nos modos de organização dos moradores da Resex com a constituição de formas institucionais de *mediação social*. Neste processo, a institucionalização de associações comunitárias e seus representantes delegados tem um significado social que preconiza o protagonismo comunitário, necessário para o planejamento e execução das estratégias de conservação e desenvolvimento delineados pela gestão compartilhada da UC. Desta forma, desempenham papel fundamental na articulação entre as *comunidades* (unidade residencial, localidade e associação política) e instituições públicas e civis responsáveis por programas de intervenção. Os representantes delegados presidentes de associações constituem o principal elo de interligação desses dois universos distintos, o formal/legal do Estado, responsável pela elaboração dos programas sociais, e o *tradicional* dos moradores das *comunidades* (unidade residencial, localidade e associação política), os beneficiários.

Vimos na seção inicial deste capítulo que as *mediações sociais* as quais os moradores da Resex estiveram variadamente vinculados envolviam distintas redes institucionais, cada qual instituindo *agentes mediadores locais* e profissionais incumbidos da articulação com outros *agentes* e lideranças comunitárias. No plano político-administrativo e ideológico, a partir da década de 1990, houve uma complementaridade de papéis exercidos por *agentes mediadores locais* da Igreja Católica – através das ações do MEB –, do Ministério Público Federal e do GDA, exercendo papel fundamental na *mediação* de distintos interesses e projetos expressos na região. As atuações desses *agentes*, anteriormente à criação da Resex, na condução de discussões e orientações na integração de moradores e a população da região ao projeto de criação da Resex, constituiu *mediação* fundamental para o desfecho do projeto e para a compreensão da lógica de funcionamento da ação formal/legal dos órgãos governamentais aos quais se encontram submetidas UC de uso sustentável.

Com a criação da Resex, novas dinâmicas emergem, redefinindo e condicionando as *mediações sociais* dos moradores agora articulados a uma ampla rede institucional, demarcando uma nova institucionalidade. Considerada como expressão da constituição dos moradores como *agentes* políticos, o modelo de representação em forma de associações comunitárias e intercomunitárias representam um fator fundamental dessas mudanças, pela conformação de novos espaços de *poder*, busca por participação e, sobretudo, a ampliação da possibilidade de diálogo e formulação de demandas frente ao Estado e demais segmentos sociais. Neste sentido, pelas associações os moradores têm a expectativa de tomar para si a responsabilidade pela idealização e criação das condições institucionais para realização de projetos de seus interesses.

Em 2013, em diagnóstico conjunto realizado pela Tapajoara e ICMBio, havia na Resex 45 associações comunitárias ou intercomunitárias, abrangendo 53 *comunidades*, ou seja, aproximadamente 74% das *comunidades* da UC. O número de associações vem gradualmente aumentando, em 2004 havia 12 associações na área da Resex, no período entre 2005 e 2018 surgiram 39 associações, correspondendo a um incremento de 325% no período, somando 51 associações formais registradas em 2018. Especificar quantitativamente as dinâmicas associativas dos moradores não é tarefa fácil se considerarmos os diversos grupos de jovens, de mulheres e times de futebol existentes nas 74 *comunidades* da Resex. Essas formas de ação coletiva, embora informais, constituem importantes formas de organização social interna às *comunidades*, as quais, muitas vezes, são articuladas por núcleos familiares.

Os relatos dos entrevistados indicam que, anteriormente à criação da Resex, existiam associações nas *comunidades* da região, mas em conformidade a modelos de organização informal, sem registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, estatuto e prestação de contas. O processo de seleção dos membros gestores das associações ocorria a partir de acordos em assembleias, isto é, em conformidade à disposição dos membros do grupo a aceitar ou não. A organização política estava relativamente restrita aos moradores reconhecidos pelo pertencimento às *comunidades*.

Após a criação da Resex ou no período concomitante a esse processo, foram constituídas muitas outras associações no âmbito da vida social de cada *comunidade*. Consequentemente, no contexto do trabalho de campo, estavam vigentes os modelos de representação coletiva dos moradores instituídos por delegação formalizada por associações comunitárias e intercomunitárias.

Os modelos de associações formais, cujas ações estão referenciadas a regras em estatuto social, consagraram-se uma estrutura organizacional de gestão (Conselho de Administração,

Diretoria e Conselho Fiscal), com a escolha de gestores mediante eleições com mandatos de temporalidade pré instituída. Essa organização corresponde à exigência burocrática, segundo a qual a solicitação de reconhecimento estatal e público de Reserva Extrativista deve ser encaminhada por meio de associações representativas de moradores. Pelo atendimento da reivindicação, os grupos assim organizados demandam prestação de serviços públicos.

Segundo relato de entrevistados de Anã, a associação mais antiga data de 1988 (Tabela 8). Era chamada pelos moradores de Associação do Transporte, por reunir um grupo de moradores que, através de parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o grupo de catequese, construiu embarcação denominada ‘O Libertador’, responsável por fazer, duas vezes ao mês, o transporte dos moradores da *comunidade* até Santarém. Os moradores associados tinham direito a desconto na passagem e isenção de pagamento por bagagens ou mercadorias que estivessem transportando.

Tabela 8 – Associações criadas em Anã.

Associações	Data de fundação	Objetivos	Nº de associados	Status
Associação do Transporte	1988	Organizar a gestão do transporte comunitário (barco “O Libertador”)	--	Informal
Associação de Produtores Rurais da Comunidade de Anã – APRONÃ	1994	Organizar os moradores para acesso ao Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO	Todos os moradores	Formal/CNPJ
Associação de Piscicultores e Extrativistas da Comunidade Anã – APAA	2006	Amparar atividades de criação de peixe, a meliponicultura e o barco (Josué Yeshua)	19 famílias	Formal/CNPJ
Mulheres Sonhadoras em Ação – MUSA	2004	Organizar a criação de peixe e produção de ração orgânica para alimentação dos mesmos	13 famílias (?)	Formal/CNPJ
Cooperativa de Ecoturismo e Artesanato da Floresta – TURIARTE	2015	Planejar e controlar o turismo comunitário	70 famílias	Formal/CNPJ
Grupo Melipomel	2004	Buscar capacitação para interessados na produção de mel	10 famílias	Informal
Grupo de Jovens da Catequese (JUC)	--	--	--	Informal

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados de pesquisa de campo (2019).

No contexto atual, há diversas associações comunitárias em Anã, as quais desempenham importante papel no processo de organização social comunitária. A Associação de Produtores Rurais da Comunidade de Anã – APRONÃ integra todos os moradores. Ela foi criada em 1994, para atender requisito estatal para que os moradores tivessem acesso ao Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO. Na APRONÃ, mensalmente há reunião de seus membros, pré-fixadas para o último sábado de cada mês. Nas reuniões são discutidas questões gerais atribuídas à vida comunitária. Apresenta-se a prestação de contas do gerador de energia e do microssistema de água, ambos implementados por dirigentes da associação.

Em 2006 foi registrada a Associação de Piscicultores e Extrativistas da Comunidade Anã – APAA, composta por 19 famílias associadas, visando amparar as atividades de criação de peixe em tanques, a meliponicultura e o barco (batizado de Josué Yeshua). Nos dias correntes são realizadas duas viagens por semana a Santarém. O recurso financeiro obtido com o pagamento das passagens é utilizado na manutenção da embarcação, salário dos sócios que trabalham embarcados (piloto da embarcação, comandante e cozinheira) e pagamento de encargos da associação. Pela APAA também são realizadas reuniões mensais, as quais funcionam como meio de gestão de vários serviços prestados aos associados, tais como transporte gratuito para moradores que estejam prestando serviço comum, seja para conserto de algum equipamento do gerador de energia ou do microssistema de água, ou transporte de materiais de construção para escolas e prédios de uso coletivo.

Na *comunidade* Anã são reconhecidos mais quatro grupos de ação coletiva, Mulheres Sonhadoras em Ação – MUSA, a Cooperativa de Ecoturismo e Artesanato da Floresta – TURIARTE, o grupo MELIPOMEL e Grupo de Jovens da Catequese (JUC). O MUSA foi criado em 2004 por um grupo de mulheres que trabalham na produção de ração orgânica produzida a partir de produtos coletados na *comunidade*, como folhas de mandioca, sementes de seringa, arroz, milho e carcaças de peixes. A ração é destinada à alimentação de peixes criados em tanque rede no lago de Anã. A iniciativa do grupo surgiu a partir de projeto da prefeitura de Santarém voltado à geração de renda e alimentação no meio rural. Em junho de 2018, a construção de uma casa de alvenaria para irá abrigar todos os equipamentos necessários ao processo de produção de ração do MUSA estava em processo de finalização.

No atual contexto, a fabricação de ração, criação de peixe em tanques e produção de mel, se juntam à fabricação de farinha para compor o circuito de atrações oferecidos aos turistas que visitam Anã. Essas ações desenvolvidas na *comunidade* são utilizadas inclusive em eventos do Conselho Deliberativo e outras instituições sociais locais como modelo de experiências de

associativismo comunitário. As Figuras (31 e 32) a seguir ilustram pesquisadores do estado do Amazonas que participaram da I Oficina de uso público do turismo comunitário, realizada em abril de 2017 em Anã, observando e registrando como moradores realizam a manutenção da criação dos peixes em tanques.

Figura 31 – Pesquisadores em vista ao criatório de peixe do MUSA em Anã.



Figura 32 – Tanque rede para criação de peixe do MUSA em Anã.



Fonte: Arquivo de campo do pesquisador (2018).

Outra associação fundada em Anã visando apoiar moradores na geração de renda e produção de alimentos é nomeada MELIPOMEL. O grupo começou a se estruturar em 2004, a partir de capacitações técnicas oferecidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR e ONGs de Santarém, alcançando composição de 10 famílias. Em conversas informais com os membros de uma das famílias em cuja casa fiquei hospedado em Anã, o chefe de família, com 68 anos de idade, agricultor aposentado, relatou que a extração do mel de meliponeas³⁴ era uma atividade antiga, praticada por vários moradores da região. Porém, ele observa que, a mesma era praticada de uma forma que nos dias atuais seria considerada predatória. Quando se deparavam com colmeias com mel, na maioria das vezes o procedimento para retirada do produto comprometia a árvore e a colônia de abelhas, podendo até mesmo levar à destruição de ambas. Como frisou o agricultor, após a criação da Resex, os moradores tiveram a oportunidade de participar de diversos cursos de apicultura, oferecidos por diversas entidades de Santarém. Os moradores extraem mel de meliponeas em caixas de abelhas espalhadas pelos quintais e matas da *comunidade* (Figuras 33 e 34). Em minhas andanças pela *comunidade* deparei-me com

³⁴ As espécies de abelhas do gênero *Melipona*, conhecidas como abelhas sem ferrão, abelhas indígenas, abelhas nativas, ou ainda, simplesmente por “meliponíneos” ou “melíponas”, são muito populares em muitos países tropicais e subtropicais. Na região Amazônica existe cerca de 130 espécies diferentes de abelhas melípona (VENTURIERI, 2008).

diversas dessas caixas. O mel produzido é vendido para turistas que visitam a *comunidade*, para demais moradores e na cidade de Santarém.

Figura 33 – Caixas de abelha nos quintais de moradores em Anã.



Figura 34 – Detalhe de caixas de abelha em quintal de morador em Anã.



Fonte: Arquivo de campo do pesquisador (2018).

Considerando que as associações possibilitam o acesso a bens e serviços sociais, Anã é um caso emblemático em relação às oportunidades que essas organizações representativas oferecem. Em maio de 2015, cerca de 70 associados, sendo 54 mulheres de sete *comunidades*, dentre elas duas pertencentes à Resex, Anã e São Miguel, fundaram a Cooperativa de Ecoturismo e Artesanato da Floresta – a TURIARTE. É a primeira experiência de turismo comunitário na Resex. O projeto é desenvolvido por comunitários com o auxílio do PSA, tendo como foco a organização da produção e comercialização de artesanatos locais e a hospedagem de turistas na pousada de Anã. Vale enfatizar que a iniciativa da TURIARTE interfere diretamente na vida social de Anã, seja pela quantidade de moradores envolvidos nas atividades da pousada, ou através do incentivo à produção de alimentos destinados aos turistas que a pousada recebe, como ovos, galinhas, peixes, frutas e hortaliças, assim como produtos do extrativismo, como o açaí. A TURIARTE mantém ainda um fundo social que beneficia seus sócios e demais associações de Anã. As Figuras (35 e 36) a seguir ilustram algumas dependências da pousada.

Figura 35 – Redário do projeto TURIARTE em Anã.



Figura 36 – Detalhe das dependências da pousada em Anã.



Fonte: Arquivo de campo do pesquisador (2017).

As experiências coletivas em forma de associações são consideradas positivas pelos entrevistados. As ações por elas empreendidas se refletem em benefícios para a *comunidade*, inclusive por possibilitar a formação de lideranças, de suma importância para a reprodução da competência organizacional. Ao abordar a questão das associações com um entrevistado em Anã, o mesmo opina sobre a influência das associações na região: “Por que aqui em Anã as coisas dão certo e em outros lugares não? Graças a Deus a gente teve muita formação em questão de liderança, isso para nós ajudou muito” (Morador da *comunidade* Anã, 48 anos, agente de saúde, 2017).

A *comunidade* de Boim possui duas associações comunitárias e uma intercomunitária. A Tabela 9 a seguir apresenta dados da constituição das associações de Boim. De acordo com entrevistados, o primeiro grupo de ação coletiva foi a Associação dos Moradores e Produtores Rurais da Vila de Boim – AMPRUVIB, criada em 2001 para recebimento de um micro gerador de energia. A AMPRUVIB possui atualmente 80 sócios, 46 mulheres e 34 homens. As reuniões com os afiliados são trimestrais e se pautam em questões designadas como comunitárias. Conforme relatado pelos entrevistados, as reuniões focam principalmente questões de pagamento das mensalidades, inclusive por preocupação em atender às exigências da Receita Federal.

Tabela 9 – Sistematização das associações criadas em Boim.

Associações	Data de fundação	Objetivos	Nº de associados	Status
Associação dos Moradores e Produtores Rurais da Vila de Boim – AMPRUVIB	2001	Organizar as famílias para gestão do sistema de geração de energia e produção	80 famílias	Formal/CNPJ
Associação Comunitária da Vila de Boim – ASCOVIBOIM	2006	Planejada por um pastor evangélico para organizar moradores na aquisição de embarcação	74 famílias	Formal/CNPJ
Associação Intercomunitária da Região do Tapajós – MAIRA	1997	Organizar diversas comunidades na luta pela criação da Resex	57 famílias	Formal/CNPJ

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados de pesquisa de campo (2019).

Outra organização social constitutiva de representação delegada presente em Boim é a Associação Comunitária da Vila de Boim – ASCOVIBOIM. Essa associação é formada por 74 associados, sendo 40 mulheres e 34 homens. Em ambas associações, os entrevistados justificaram o maior número de mulheres associadas por serem elas que se integram a programas de transferência de renda, como o Bolsa Família e o Bolsa Verde. A ASCOVIBOIM, criada posteriormente à AMPRUVIB, foi idealizada por um pastor evangélico, eleito presidente da comunidade, posto que não concordava com a forma de organização da AMPRUVIB. A ASCOVIBOIM deveria então se ocupar da aquisição de um barco comunitário. Essa dupla institucionalização de interesses comuns não foi aceita por todos. Um entrevistado de 51 anos de idade assim explanou sua desaprovação:

Aí essa associação surgiu a partir daí, que eu acho que é uma afronta porque uma vila tão pequena, não tinha motivo ter duas e aí? Legalmente tem pessoas que estão ilegais porque são sócias de uma, nunca deram baixa, nunca pediram para sair da primeira, entraram para a segunda e já saíram da segunda e estão numa terceira, tem gente que tem nome nas três associações (Morador da *comunidade* Boim, 51 anos, professor, 2017).

Segundo relato de vários entrevistados, a relação entre representantes das duas associações é permeada por discórdias. Uma delas vem desde a época de criação das associações. Alguns moradores contatados relataram que, como na *comunidade* não há produção significativa, não cabe a denominação ‘Produtores Rurais de Boim’. Posteriormente,

os desentendimentos entre associados expressaram disputas quanto ao alcance de projetos para a *comunidade*, estratégia para atração de associados.

A terceira associação presente em Boim é a Associação Intercomunitária da Região do Tapajós – MAIRA que, em dialeto indígena, significa ‘Caminho do sol’. Ela foi criada em agosto de 1996 com intuito de ajudar na organização de oito *comunidades* na reivindicação pela criação da Resex.

Pelas narrativas dos informantes em Anã e Boim, mas ainda considerando observações em reuniões dos Conselhos Deliberativo e Comunitário das quais participei, é possível inferir que as associações conformam arenas de embates, correspondentes à construção de espaços de mediação de conflitos. A busca de consenso sobre questões sociais pressupõe negociação de interesses conflitantes explicitados em espaços de negociação e de deposição de poder. Como as relações de parentesco são estruturantes da vida comunitária, elas se refletem nos processos de escolha de membros de associações, conselhos e lideranças comunitárias, posições diferenciais que conferem ao ocupante certo *status* nesse campo de relações. O exercício de representatividade delegada de associação instaura relações de poder e diferenciação em ações coletivas.

Se por um lado as associações são difundidas por constituírem possibilidades de diálogos entre comunitários e agentes institucionais, por outro lado, podem ser desestruturantes de arranjos tradicionais. O padrão organizacional instituído pelas associações formais, que possibilita diálogos com representantes do Estado, impõe um reordenamento da forma de agir das lideranças locais. Afinal, é de sua função transitar em espaços referenciados ou integrantes de órgãos do Estado. Este fato denota que a *agência* deve ser constituída em rede, em contextos relacionais de *agentes* sociais. Paula Andrade (2009) em *‘Novos sujeitos de direitos e seus mediadores – uma reflexão sobre processos de mediação entre quilombolas e aparelhos de Estado’*, ao discutir a constituição de quilombolas no estado do Maranhão em sujeitos políticos, observa que no processo de interlocução privilegiada com o Estado, representantes delegados precisam movimentar-se por arenas em que se disputam interesses diversos, o que resulta em conflitos para o estabelecimento de alianças. A autora, recorrendo às contribuições de Bourdieu (1984), complementa que “[...] o caráter desinteressado da delegação nada mais é que uma das faces da usurpação, do “mistério do ministério”” (PAULA ANDRADE, 2009, p. 54).

É pertinente destacar ainda a observação de Comerford (1999) referindo-se a Comerford (1996), em contexto de pesquisa no qual analisa as ações associativas e de tomadas de decisão de trabalhadores rurais do estado do Rio de Janeiro. Tomando como objeto de análise reuniões

de organizações de distintos grupos de trabalhadores rurais, o autor constatou que aqueles espaços possuíam significados para além da dimensão instrumental de tomada de decisão ou discussão de assuntos de interesse coletivo. Mas se constituíam como importante mecanismo do universo social, uma vez que instituem espaços de sociabilidade que colaboram para a consolidação de redes de relações que extrapolam a estrutura formalizada das organizações, as quais concorrem para a constituição de princípios e dispositivos para as disputas pelo poder. Deste modo, as ações associativas, nas palavras do autor:

“[...] possuem uma dimensão de construção ritualizada de símbolos coletivos e colocam em ação múltiplas concepções ou representações relativas à natureza das organizações de trabalhadores e ao papel de seus dirigentes e membros, bem como sobre a natureza da própria categoria que essas organizações se propõem a representar” (COMERFORD, 1999, p. 46).

As associações se constituem como espaço de mediação de diversos interesses dos atores envolvidos, ações de conscientização e mobilização, convergindo demandas institucionais, comunitárias e até pessoais. O significativo número de associações nas *comunidades* da Resex Tapajós-Arapiuns pode ser um indicativo de desdobramento fragmentário de lideranças locais e das relações de vizinhança, readequação que interfere na união dos moradores e nos processos de organização política na *comunidade* (localidade e associação política). Para além do incremento na quantidade de associações nas *comunidades*, é interessante avaliar se a atuação das associações conferiu maior consistência e integração às demandas comunitárias. Há casos em que o enfraquecimento de elos comunitários pode ter efeitos negativos no estabelecimento de alianças para reivindicação de interesses comuns. De que forma as associações, enquanto instância privilegiada de interlocução entre demandas locais e diversos *agentes* externos, tem influenciado nas institucionalidades da Reserva?

São muitos os motivos que estão levando os moradores a organizar suas representações de interesses em forma de associações. Um fator determinante é a expressão formal da constituição de sujeitos políticos para o acesso a serviços de assistência social via programas públicos e garantia de direitos. Desde que a conservação ambiental se tornou uma questão mundial, o campo político-ideológico incidente sobre processos de decisões de Estados nacionais passaram a ter a influência e *mediação* de diversas instituições transnacionais voltadas a promoção de programas de conservação e de desenvolvimento de *populações tradicionais*.

Logo, se constituiu um ‘mercado de projetos’ para financiamento e disponibilização de recursos oriundos de fundos públicos (nacionais e internacionais) e privados, além das chamadas compensações ambientais que também concorrem na geração de divisas. Todas essas ações representam possibilidades de articulação de demandas locais a redes internacionais de conservação ambiental e de desenvolvimento social, as quais demandam a organização comunitária em forma de associação.

A inserção nesses universos de significações, cuja interação com organismos de financiamento, como bancos, órgãos do governo (federal, estadual e municipal), ONGs (nacionais e internacionais), impõe a necessidade de formalização enquanto organizações legalmente constituídas para assinatura de contratos para acesso a essas redes de cooperação técnica e financeira. Neste cenário, a emergência de formas associativas formais se impõe como condição. Como vimos em capítulos anteriores, a própria reivindicação de Resex ocorre via associação comunitária.

Pode-se citar como exemplo dessa situação a parceria institucional firmada em 2015 entre o ICMBio e o governo dos Estados Unidos da América, por intermédio da *US Forest Service* (Serviço Florestal Americano) e a *United States Agency for International Development - USAID* (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional), a qual destinou recursos financeiros para apoio a projetos de desenvolvimento em cinco (5) UC de uso sustentável na Amazônia brasileira. Foram destinados R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) para três *comunidades* da Resex Tapajós-Arapiuns. O principal critério para escolha das *comunidades* foi o fato de estarem organizadas em associações formais em condições de realizarem as ações nos prazos previstos: *comunidade* Cameté (Associação Intercomunitária de Moradores Extrativistas de Cameté e Andarú – AMECA); *comunidade* Pascoal (Associação Comunitária Rural e Extrativista de Pascoal – ACREP); *comunidade* Anã (APAA e TURIARTE). As associações comunitárias de Anã receberam cerca de R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais) para investirem na piscicultura e na hospedaria comunitária (BRASIL, 2016).

Essas articulações interinstitucionais impetram apreensão de outra lógica de ação, desafiadora aos moradores porque a estrutura administrativa (formal/legal) que a associação exige não faz parte de suas formas tradicionais de organização política. As associações também lançam outro desafio aos associados e gestores ao instituírem um ser coletivo para lidar com o Estado, se veem diante do desafio de apreender habilidades consideradas próprias de um *conhecimento perito*, orientadoras de padrões de organização, de competência gerencial, contábil e argumentativa. Os depoimentos de entrevistados reproduzidos a seguir demonstram

alguns desafios dessa forma de se relacionar, contrapondo um modo tradicional e um moderno, da burocracia envolvida e também da importância das associações no contexto atual:

Depois teve a criação das associações para conseguir os recursos que vinham do governo. Hoje, se não tiver o CNPJ de uma associação, não consegue (Moradora da *comunidade* Boim, 65 anos, agricultora aposentada, 2017).

Porque nosso medo é ficar inadimplente com a receita federal, porque a gente sabe se ficar a gente está todo zoadado depois, esse é o nosso medo. Porque ter uma associação não é problema, o problema é manter. Quando é o período de fazer a declaração [de imposto de renda] a gente está bem louco (Morador da *comunidade* Boim, 40 anos, funcionário público, 2017).

Eu contei uma vez em uma reunião, que a primeira vez que eu fui atender o telefone, em vez de colocar o que era da boca na boca, eu coloquei o que era do ouvido na boca e o da boca no ouvido. Para você ver como era antes e como é hoje (Morador da *comunidade* Boim, 69 anos, agricultor aposentado 2017).

Pelos trechos anteriormente reproduzidos, é possível observar que há o reconhecimento de que a visibilidade perante *agentes* externos nas esferas públicas é adquirida por meio da constituição de estruturas associativas. Contudo, os desafios enfrentados por ações associativas na região da atual área da Resex são diversos. Além dos reveses instituídos pelo sistema de aviamento que vigorou até a década de 1960, por meio de *agentes mediadores locais*, como seringalistas e patrões, os quais promoviam a desagregação de aviados – marcas do passado, mas que ainda encontram ecos no momento presente –, a fragilidade de ações associativas aumenta à medida que dificuldades inerentes às condições geográficas da região como o acesso às *comunidades* e a distância de centros urbanos, somam-se aos baixos níveis de desenvolvimento social da região e de escolaridade de lideranças comunitárias.

Cabe ressaltar a observação de Potiguar Júnior (2008, p. 54) ao discutir a construção de *capital social*³⁵ a partir de formas associativas envolvendo populações ribeirinhas no Nordeste Paraense. O estudo desse autor indica que associações, inclusive as de pescadores, “geram superposição de iniciativas, levando os indivíduos a múltiplas inserções em processos organizacionais distintos e, com isso, provocando conflitos negativos”. Potiguar Júnior (2008) complementa afirmando que essa tendência pode “colocar em xeque os objetivos para a viabilização de políticas públicas, considerando as múltiplas redes de relações oriundas de pressões e negociações com vistas ao associativismo e mecanismos de barganha dos atores externos e internos às organizações” (POTIGUAR JÚNIOR, 2008, p. 54). Há de se considerar

³⁵ De acordo com Putnam o “capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (PUTNAM, 2006, p. 177).

ainda que a institucionalização da Resex Tapajós-Arapiuns ocorreu em universo simbólico constituído em contexto de emergência de identidades indígenas, o que gera conflitos até o momento presente na consolidação de práticas associativas e tornam a *governança* da UC arena de manifestação de conflitos interétnicos.

Por outro lado, sobretudo para objetivação da *governança compartilhada*, as associações são imprescindíveis. O Conselho Deliberativo, enquanto principal ambiente institucional de tomada de decisão da UC, mantém instâncias de debates como medidas administrativas de apoio ao Conselho e como mecanismos de incentivo à participação dos comunitários na gestão da Resex. Essas instâncias, constituídas principalmente por Grupos de Trabalho – GT (caráter temporário) e Câmaras Técnicas (caráter permanente), contribui para o fortalecimento, reconhecimento e legitimidade das associações e seus representantes delegados. Deste modo, mesmo refletindo sobre outro contexto histórico, considero apropriado para esta situação a afirmação de Neves (1997, p. 281) sobre mediadores:

A legitimidade do produto social que desejam construir deve ser reconhecida em múltiplos espaços institucionais, onde eles procuram fazer crer a importância e a pertinência da posição e do ator político. Portanto, este reconhecimento pressupõe a circulação dos mediadores em vários espaços institucionais, num campo onde a instituição que representam disputa consagração. A conquista da legitimidade das ações dos mediadores em grande medida depende desta capacidade de construir e circular por redes associativas de intercomunicação e interconhecimento.

Em 2016 havia cinco (5) GTs em atividade no Conselho Deliberativo da Resex Tapajós-Arapiuns voltados ao debate de questões fundamentais à UC: i) Planejamento de Uso Público, casas abandonas; ii) Relação de Beneficiários (RB) da Resex; iii) Projeto Conselho nas Comunidades (Edital ARPA); iv) GT para discussão da questão do gado e; v) GT para discussão da pesca. Além desses GTs, também havia a Câmara Técnica Territorial, constituída para discutir e apresentar propostas de resolução de questões territoriais relacionadas às questões de identidades indígenas e não indígenas. Cerca de 41% das entidades componentes do Conselho Deliberativo estavam participando ao menos de uma dessas instâncias de debates, sendo que a grande maioria era de associações comunitárias e intercomunitárias.

De modo geral, mobilizações nos moldes de GTs e Câmaras Técnicas, são conduzidos por *agentes de mediação profissional*, do Estado ou de entidades civis. Essa forma de participação pode ser enquadrada na tipologia definida por Pimbert e Pretty (2000, p. 198), ao discutirem processos participativos em áreas protegidas, como ‘participação interativa’, a qual pressupõe que os *agentes* “[...] participam em análises conjuntas que conduzem a planos de

ação e à formação de novos grupos locais ou no fortalecimento dos já existentes”. Geralmente, tais *agentes de mediação* são detentores de diplomas universitários e vinculados a suas entidades por meio de sistema de carreira de cargos e funções verticalizadas, portanto, acostumados a transitar em ambientes institucionais ou são dotados de maiores habilidades de compreensão de espaços onde as ações são pautadas em lógicas formais/legais, como as assembleias dos conselhos gestores da Resex, GTs e Câmaras Técnicas. Neste sentido, esses espaços se constituem como ambientes especializados que acabam por se constituírem como fornecedores de *conhecimento perito* sobre a vida social.

Medidas administrativas como essas estabelecem uma *cultura organizacional*³⁶ que visa a efetivação da participação de *agentes mediadores locais* e sua crescente incorporação nos programas públicos. Neste sentido, enfatiza o alinhamento de suas ações em direção aos objetivos organizacionais projetados para a UC, mas também objetiva desenvolver as iniciativas individuais e o sentido de responsabilidade nos *agentes mediadores locais* sobre determinações de seus modos de vida. Essa concepção da *governança* da UC implica a construção de uma *cultura organizacional* própria e definida sob determinantes distantes das próprias experiências dos *agentes mediadores locais*, o que dificulta a sua participação. A exigência de uma pressuposta autodeterminação sobre ‘o que vai’ e ‘como vai’ ser mudado é parte da integração às questões selecionadas para objetivação dos princípios de conservação e de desenvolvimento, as quais passam pela apreensão de como se relacionar com a burocracia técnica/administrativa do Estado.

No campo de discussão acadêmica, alguns autores questionam a burocracia técnica/administrativa imposta pelo Estado através das formas de *governança* de UC. Paulino e Cunha (2014, p. 39) em texto no qual tomam estudos de caso relativos à criação de UC e as políticas de conservação instituídas pelo SNUC, discutem o sentido da implementação de *unidades de conservação* enquanto política de proteção, questionando a intenção dessas políticas para além da conservação ambiental. Argumentam os autores que as mobilizações sociais representadas por reuniões, assembleias, fóruns, cursos, inclusive as que tomam a forma de GTs voltados à ‘capacitação’ e ‘qualificação’, são dispositivos no esforço da política em “[...] racionalizar, modernizar, alterar o modo de pensar e agir, promover “novos hábitos”, para

³⁶ Para a Administração enquanto ciência social, *cultura organizacional* se relaciona aquilo que se manifesta nos hábitos, crenças, valores, tradições, percepções, atitudes, comportamentos, aprendizagens, preferências, tabus, exercícios de direitos, responsabilidades e deveres, normas éticas, morais e religiosas que compõem a estrutura da sociedade (GULLO, 2016; MINTZBERG; AHLSTRAND; LAMPEL, 2000).

que estes sejam compatíveis com a percepção do mundo da cultura englobante” (PAULINO; CUNHA, 2014, p. 39-40).

Para os referidos autores, essas instâncias de participação constituem-se do esforço deliberado do Estado e de algumas entidades civis de avançar pela via institucional o processo de modernização das formas de participação, tendo no ambientalismo um dispositivo legítimo deste empenho. Por este viés, a ação racional/legal do Estado constitui uma contradição de duas formas. Por um lado, ao estruturar a experiência de mobilização social em dois eixos: i) incentivo a adoção de novas formas de organização social e tomada de decisão, e; ii) alteração de práticas locais com a imposição de novos hábitos, fundamentados em uma “nova ética”, capaz de incutir novas visões de mundo ou sistemas simbólicos de classificação e julgamento (PAULINO; CUNHA, 2014). Por outro lado, o jogo de forças expresso de forma contundente no reconhecimento da diversidade cultural, ao mesmo tempo em que enfatiza a necessidade de busca de novos hábitos e habilidades, gera tensionamentos entre a valorização do tradicional e a necessidade de sua superação (PAULINO; CUNHA, 2014, p. 38).

Deste modo, para Paulino e Cunha (2014), se referindo às observações de Weber (1994), consideram a racionalização aplicada à *populações tradicionais*, historicamente marginalizadas, como a consumação da dominação burocrática moderna, “[...] representada pela noção de “controle social”, operada por meio das instituições sociais, em que as associações e os grupos sociais funcionam como a porta de entrada do elemento racionalizador da política no modo de vida das populações locais”, tendo como principais disseminadores das ações os *agentes de mediação profissional* (PAULINO; CUNHA, 2014, p. 40). Portanto, as associações enquanto *agentes* de interlocução entre o Estado, entidades civis e as *comunidades*, se constituem como elementos reguladores da política que serão disseminadas pelas *comunidades* (PAULINO; CUNHA, 2014).

Adotando semelhante postura crítica, Perry (2015) ao discutir as diferentes hierarquias valorativas acerca do desenvolvimento, da tradição e do meio ambiente, expressas por distintos atores sociais residentes nas adjacências da Reserva Extrativista Marinha de Corumbau, no estado da Bahia, ao enfatizar as dificuldades dos moradores em se relacionar com a burocracia do Estado, chama atenção para as distinções entre dois modos de tomadas de decisões coletivas. Um modelo tradicional, representado pelas ações dos extrativistas que utilizam a UC, em que há predominância de uma linguagem oral, na qual os acordos resultantes das interações sociais entre os pares são constituídos verbalmente.

O outro modelo é constituído por uma forma de ação a que a autora se refere como ‘moderna’, objetivada por representantes delegados do Estado ou de entidades civis, detentores de aprendizado formal que lhes permite transitar com desenvoltura entre o mundo da escrita e da oralidade. Ao questionar a igualdade nas condições de participação nos processos de decisão, a autora pondera que, após serem acordadas, as medidas a serem implementadas passam por um processo de formalização, muitas vezes elaboradas por meio de ofícios, comunicados, memorandos ou até mesmo portarias. Tais medidas demandam um longo tempo para a concretização das decisões institucionais, se contrapondo à lógica informal de acordos orais, os quais remetem às tradições da população local (PERRY, 2015). Em adição a isso, a autora questiona:

[...] até que ponto é possível uma real autonomia e uma participação efetiva nas esferas de deliberação possibilitadas pelos arranjos participativos se as formas nas quais esses ocorrem dependem do aprendizado de práticas oriundas desse processo Modernizador no qual a leitura, a escrita e normas de conduta apropriados fazem parte de aspectos da Modernidade que chegaram a eles já de forma precária (PERRY, 2015, p. 233).

A este respeito, é pertinente ressaltar que, anteriormente, Neves (1997, p. 284) havia observado que o reconhecimento da posição e do papel de *agentes mediadores* “[...] em novos campos de disputas por recursos materiais e simbólicos”, “[...] não pode deixar de contemplar a relação entre dois modos de pensamento e de saberes: um vinculado à escrita e outro à oralidade”. Para avançar na questão, a autora pondera que o acesso a essa posição é condicionado à aquisição de conhecimento relacionado à burocracia técnica administrativa e sua sujeição “à lógica da linguagem” (NEVES, 1997, p. 285).

Uma demonstração concreta desta situação social surgiu em uma reunião do Conselho Deliberativo da Resex Tapajós-Arapiuns, quando uma liderança local com a qual eu frequentemente mantinha conversas nas reuniões em que participávamos, presidente de associação comunitária e membro do conselho gestor, procurou-me solicitando apoio para escrita de um projeto para submissão ao Fundo DEMA³⁷. Na ocasião, o senhor de 58 anos explicou que, por não ter acesso a computador e nem mesmo saber operar um, não tinha condições de redigir o documento conforme a linguagem comumente utilizada. Por ser membro do conselho gestor, portava uma pasta distribuída pelo ICMBio como forma de promover o

³⁷ Criado em 2003, o Fundo DEMA é um fundo fiduciário constituído para apoio a projetos coletivos de *populações tradicionais* - povos indígenas, quilombolas, comunidades extrativistas, ribeirinhas e da agricultura familiar. Orientados à valorização socioambiental desses povos da floresta, bem como a preservação do Bioma Amazônico, prezando pelo respeito à sociobiodiversidade, garantia plena dos direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais, pela soberania e segurança alimentar e nutricional, pela equidade de gênero, pela valorização e respeito à auto identidade e a diversidade e pluralidade cultural e religiosa.

hábito dos conselheiros em utilizar blocos de anotações para registro e transmissão de decisões aos moradores de suas *comunidades* e trazer suas demandas³⁸, da qual retirou um documento impresso.

Relatou a liderança que aquele foi um projeto elaborado com o auxílio de um representante delegado do Estado, membro do Conselho Deliberativo, com a pretensão de aquisição de equipamentos de movelaria, encaminhado ao Fundo DEMA em nome da associação da qual era presidente, tendo sido aprovado. Afirmou que gostaria que eu o ajudasse a elaborar outro projeto nos mesmos moldes daquele para aquisição de outros equipamentos para ampliação da movelaria. Justificou ressaltando que os gestores do ICMBio não dispunham de tempo para o ajudar naquele momento na redação deste segundo projeto. Posteriormente, consultei gestores do ICMBio para saber se havia algum procedimento institucional a ser adotado para que eu pudesse atender à solicitação. Informaram-me que não havia problema algum, pois recebiam muitas demandas desta natureza e que não tinham condições de atender a todas. Pouco antes da liderança e eu iniciarmos a redação do documento, o senhor solicitou afastamento de suas funções como presidente da associação e como membro do conselho gestor por precisar resolver questões familiares em outro município.

Este *episódio* põe em relevo as dificuldades dos *agentes mediadores locais* em desenvolver formas próprias de lidar com as reconfigurações resultantes da nova ordem técnico-administrativa, pela necessidade de alargamento de suas especialidades, tanto em termos de perspectivas de alcance dos objetivos organizacionais (delineadas pelo Conselho Deliberativo ou Comunitário), quanto no atendimento das expectativas dos grupos ao conceder poder como representante delegado e porta-voz dos mesmos. Afinal, o capital simbólico constituído pelo reconhecimento do grupo da reputação do representante delegado, construída em sua trajetória de vida, o subordina a empenhar-se na luta pelas demandas do grupo. Mas por outro lado, o incita a lidar com outras atribuições, muitas delas citadas por moradores em momentos de entrevista: como a do exemplo já mencionado de ter que redigir um documento técnico que exige domínio de *conhecimento perito*; frequentemente transitar por órgãos institucionais, que leva ao afastamento de casa e de suas atribuições familiares; habilidade argumentativa para dialogar com diversos representantes delegados, *peritos* de órgãos públicos, privados e de ONGs, movimentos sociais, organismos e fóruns multilaterais, políticos, pesquisadores, etc.,

³⁸ Presidentes de associações com assento no Conselho Deliberativo são *agentes mediadores locais* cuja legitimidade é reconhecida pelos por *agentes de mediação profissional* por meio da participação no Conselho. Entretanto, não basta ter o assento, é preciso que a forma como participam atenda às expectativas desses *agentes*, ou seja: as regras que moldam o comportamento são impostas pelos *agentes mediadores profissionais*.

para firmar redes de cooperação no âmbito de criação de fontes de renda e medidas de conservação ambiental.

Portanto, assim como observado por Paula Andrade (2009), os moradores da Resex Tapajós-Arapiuns, encontram-se diante de processos sociais que transcorrem em distintos campos – acadêmico-científico, da burocracia estatal, da sociedade civil – envolvendo diferenciados *agentes mediadores*. No entanto, *agentes mediadores locais*, responsáveis pela interlocução política com instituições internas e externas à UC, passam a depender de toda uma rede de *agentes mediadores profissionais* especializados em distintas questões referenciais de seus universos simbólico e material.

Contudo, o capital simbólico conquistado por *agentes mediadores locais* não é desprovido de questionamentos. Em trabalho de campo, uma entrevistada de 65 anos, que afirma já ter participado de perto do processo de gestão compartilhada da UC, refletindo de forma genérica sobre o perfil de representantes delegados das *comunidades*, expressou ceticismo sobre a capacidade de assimilação e organização das propostas por representantes, tanto das proferidas por gestores quanto aquelas demandadas pelas *comunidades*. Na concepção da entrevistada, muitos representantes não possuem os atributos necessários para fazer a interlocução das necessidades das *comunidades* e a explanação dessas demandas nos espaços de tomadas de decisão.

Outro fator limitante o qual constatei durante participações em reuniões do Conselho Deliberativo é a dificuldade que *agentes mediadores profissionais* encontram para transmitir informações de forma compreensível ao universo de linguagem dos moradores da UC. Não foram poucas as situações em que lideranças com as quais eu havia estabelecido certa proximidade, me questionaram, durante assembleias, o que determinado gestor havia falado. Ou ainda, elaborou comentário desconexo ao tema que estava sendo tratado pelo gestor.

No âmbito da *governança* da UC, as associações se constituem como condição intrínseca para a regularidade que os arranjos burocráticos preconizam a diversas situações. Os Programas de Manejo da UC, item obrigatório em Planos de Manejo, são os principais instrumentos de organização e operacionalização para o alcance dos objetivos pretendidos para a UC. Constam no Plano de Manejo da Resex Tapajós-Arapiuns cinco (05) programas, os quais se desdobram em 25 subprogramas³⁹, conforme as temáticas. Do ponto de vista operacional, a

³⁹ Os programas e subprogramas definidos no Plano de Manejo da Resex Tapajós-Arapiuns são: 1 Programa de Qualidade de Vida (Subprogramas de Saúde, de Educação, de Saneamento, de Habitação, de Comunicação, Subprograma de Cultura, Lazer e Desporto, de Energia, de Transporte), 2 Programa de Manejo de Recursos Naturais e Cadeias Produtivas (Subprogramas de Produtos Não-Madeireiros (Extrativismo), de Animais

ação administrativa preconizada pela maioria desses programas e subprogramas, ao indicarem os rumos das relações sociais (políticas, econômicas e ambientais) convertem as associações em canais decisivos na interlocução entre os moradores e a *governança* da UC.

No campo das dinâmicas internas das *comunidades*, as associações se constituem como um vetor importante no processo de ordenamento que caracteriza uma nova forma de vida social. Elas atuam como canais de *mediação* entre as *comunidades* e entidades financiadoras de projetos de desenvolvimento, preservação e pesquisa, são responsáveis por procedimentos de encaminhamento de demandas comunitárias, inclusive para aposentadoria. No dia a dia, a operacionalização de infraestruturas básicas, como os microssistemas de água e energia das *comunidades*, assim como o acesso a programas públicos, como o crédito habitação, é mediado pela ação das associações. Assim como a gestão de embarcações comunitárias.

Embora a pesquisa desenvolvida não tenha tido pretensões de comparação entre as *comunidades* Anã e Boim, ressaltam-se algumas semelhanças e diferenças na constituição das associações em cada *comunidade*. Tanto em uma quanto em outra, a emergência de associações esteve circunscrita a contextos de gestão de interesses comunitários, recebimento de recursos financeiros ou materiais de instituições públicas e privadas. Em Boim, relatos de entrevistados e informantes indicam que há problemas internos de organização das associações locais, uma vez que para esses moradores a existência de três associações é sinal de desarticulação.

Em diversas situações de trabalho de campo deparei-me com discursos de gestores e moradores de distintas *comunidades* da Resex, enfatizando de forma positiva aspectos da organização social da *comunidade* Anã. Em especial o número elevado de mobilizações associativas, muitas vezes entendida como sinônimo de unidade política de seus moradores, expressas em sua capacidade de mobilização e organização coletivas. Cabe destacar que Anã tem sido local de desenvolvimento de diversos projetos que focam o delineamento organizativo das atividades econômicas e associativas. Seus moradores há anos estabeleceram parceria com agentes vinculados ao Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental – CEAPS, localmente conhecido como Projeto Saúde & Alegria, ou PSA. A ONG foi criada em 1985, no município de Santarém/PA. No atual contexto suas ações estão voltadas à melhoria da

Silvestres, de Recursos Pesqueiros, de Segurança Alimentar, de Madeira, de Turismo, de Pesquisa, Certificação Ambiental, Organização Social Produtiva, de Agricultura e Criação de Pequenos Animais), 3 Programa de Recuperação de Áreas Degradadas e Impactos Ambientais (Subprogramas de Recuperação de Áreas Degradadas e de Impactos Ambientais), 4 Programa de Monitoramento e Proteção Ambiental (Subprogramas de Monitoramento Ambiental e de Proteção Ambiental), 5 Programa de Gestão e Administração (Subprogramas de Gestão, de Administração e de Divulgação) (MMA, 2014).

qualidade de vida de populações *ribeirinhas*, auxiliando na organização social, saúde, saneamento básico, direitos humanos, meio ambiente, geração de renda, educação, cultura e inclusão digital. Atua principalmente como intermediária entre órgãos públicos e privados e os moradores de *comunidades*. Por usufruir de uma ampla rede institucional de parceiros financiadores de seus projetos, a ONG tem sido fundamental nos projetos desenvolvidos em Anã, em especial o Turismo de Base Comunitária, operacionalizado pela associação comunitária TURIARTE, mas idealizado, planejado e executado pelo PSA.

A atuação do Projeto Saúde e Alegria na prestação de serviços diversos em Anã, inclusive mantendo em seu quadro técnico moradores da *comunidade*, pelos quais mantêm articulação com grupos familiares, é marcante e influi na forma como as famílias se posicionam socialmente no âmbito da gestão da UC e de sua organização comunitária. Barreto e Tavares (2017) em estudo de caso em que analisam a relação do turismo de base comunitária e o uso do território na *comunidade* Anã, identificam o PSA como agente hegemônico na implementação de ações voltadas ao desenvolvimento territorial da *comunidade*, com ações mais efetivas do que o próprio Estado.

No processo de organização do turismo comunitário pela TURIARTE, o PSA opera na divisão de funções entre as 30 famílias que compõem o grupo de turismo, articula visitas de seus parceiros e demais turistas à *comunidade*, auxilia no planejamento logístico de turistas entre Santarém e Anã. De certa forma, as ações da TURIARTE refletem no conjunto da *comunidade*, uma vez que parte do recurso arrecadado é repassado à APRONÃ, associação que integra todos os moradores de Anã. Contudo, este processo não é desprovido de contradições, Barreto e Tavares (2017) ressaltam que fatores econômicos estão sobrepondo interesses comunitários, à medida em que há desconfiança em relação ao repasse de recurso do projeto de turismo de base comunitária à APRONÃ, moradores afirmam desconhecer essa prática e que não identificam o emprego de recurso em melhorias na *comunidade*. Também há impasses na forma de gestão da hospedaria comunitária (BARRETO; TAVARES, 2017).

Neste ponto julgo oportuno retomar a pergunta elaborada anteriormente: ‘de que forma as associações, enquanto instâncias privilegiadas de interlocução entre demandas locais e diversos *agentes* externos, têm influenciado nas institucionalidades da Reserva?’. Por meio da caracterização das formas de atuação das associações elaboradas nesta seção, seus representantes delegados que atuam como *agentes mediadores locais* e demonstração de relações que as associações mantem nas *comunidades* e na gestão da UC, constata-se que elas

são fundamentais tanto na organização política dos moradores, quanto na gestão da UC, conferindo maior expressão política nas relações externas e internas às *comunidades*.

No âmbito das relações internas às *comunidades*, é possível observar que, embora as associações proporcionem, em certa medida, melhor capacidade de organização nas esferas de decisão, também remodelam as escalas de *poder* para atuação na formulação de demandas e diálogo com o Estado e outras entidades civis. Em decorrência de tal visibilidade e *status*, podem causar disputas por posições privilegiadas. Além disso, impõem a necessidade de apreensão de novas habilidades de seus membros.

Por outro lado, as associações também representam importante papel na constituição da legitimidade da gestão compartilhada da Resex e da conformação de sujeitos políticos. Diversos atos administrativos da UC são operacionalizados por meio das associações, responsáveis pela mediação e articulação sociopolítica nas *comunidades*.

4 RECONSTITUIÇÃO DE MODOS DE ORGANIZAÇÃO: IINTERFACES DE PROCESSOS SOCIAIS TRADICIONAIS E PRECEITOS NORMATIVOS

Em conformidade à proposição de Lerner (1977, p. 207), quando afirma que no centro “[...] do processo social está a noção de movimento, mudança, fluxo”, portanto, admitindo que a noção de sociedade implica contínuo vir-a-ser, neste capítulo considero a reordenação dos processos produtivos, de socialização entre moradores das *comunidades* estudadas e os marcos de regularização fundiária. Integrando ainda as proposições de Giddens, pauto-me no pressuposto de que as condições de mudança social aqui discutidas tendem a revelar fatores em operação, reafirmando também a perspectiva dos entrevistados, operada quase sempre por contraste entre um antes e um após a criação da Resex.

Em entrevista ou conversas mais espontâneas com moradores da Resex, constatei que a criação da UC é um fato que baliza a construção de memória coletiva dos moradores. Dentre os entrevistados, tanto no caso dos considerados mais velhos (nascidos entre as décadas de 1940 e 1950), como no caso daqueles de uma geração intermediária (nascidos nas décadas de 1970 e 1980), os indivíduos desfrutaram de uma experiência de vida antecedente à criação da Resex (1998). Por vezes, nas reflexões quanto às experiências de vida, associam um viver hoje e um viver no período anterior à criação da Reserva. Em consequência, as análises apresentadas nas próximas seções estão demarcadas por essas perspectivas.

O capítulo demarca também o esforço na apreensão da constituição da vida social enquanto construção de *agentes* dinâmicos. Para Giddens (1996), grupos sociais devem ser estudados como sistemas em interação. Deste modo, referencio-me pelos pressupostos do autor, em especial a noção de *estruturação* para a *análise estrutural*. Conforme Giddens (1996, p. 139), estudar a “[...] estruturação é uma tentativa para determinar as condições que governam a continuidade e a dissolução das estruturas ou tipos de estrutura. Posto isto de outra forma: *inquirir sobre o processo de reprodução é especificar as conexões entre estruturação e estrutura*”.

Firth (1974, p. 137), em *Elementos de organização social*, ressalta que em condições de análise de transformações nos processos e na organização social, é preciso considerar “[...] os valores ou modelos sociais, a maneira pela qual os indivíduos que vivem tais processos podem alterar práticas cotidianas mediante o aparecimento de elementos diferenciados no meio social”. Nessa perspectiva, o processo de mudança, ainda segundo Firth, pode ser facilitado pelo contraste entre estruturas e processos, não secundarizando a produção simbólica que referencia

a construção de valores expressos, mas também modificados em acordo com as circunstâncias em mutação.

4.1 Modos de vida e socialização pelo trabalho

Ao concentrar a atenção na análise das mudanças sociais, desde que tomando como referência as lembranças dos entrevistados em relação ao período em que se diziam crianças, emergem aspectos centrais para a elaboração de interpretação sobre o universo social e, melhor especificando, a organização familiar e comunitária. Destacam-se no caso, demarcações do processo de socialização e da construção de hábitos alimentares, todos interconectados às reflexões sobre condições de subsistência dos entrevistados. Todavia, ressignificados ao longo dos processos intergeracionais. A ênfase nas lembranças sobre a sociabilidade vinculada aos processos de trabalho, aos hábitos alimentares ou à escola, corresponde a representações de situações sociais compartilhadas, indicativas, como arguiu Giddens (2001, p. 45) de que “[...] comumente, o “modo de estar com o outro” repete o que foi transmitido do contexto familiar da infância”. Essas referências são ressaltadas pelos entrevistados no momento atual ao indicarem o replanejamento de seus modos de organização social.

Ao relatarem como se iniciaram em práticas de trabalho responsáveis pela reprodução familiar, os entrevistados estão se referindo a uma contraposta época que, em geral, remete à década de 1950, no caso dos mais velhos. E no caso dos mais jovens, à década de 1980. Um ponto comum entre os entrevistados é que a inserção nas ocupações destinadas à reprodução familiar compreendia a um dever imputado a partir dos sete anos de idade.

A iniciação nas atividades laborais dos entrevistados atualmente com idade entre 48 e 70 anos, guarda relação com a extração da seringa. Portanto, atividade básica na transmissão de conhecimento intergeracional, quase sempre principal fonte de rendimento financeiro da família. Conforme relatos a seguir, era recorrente que crianças ajudassem aos pais nesses processos de trabalho.

Eu aprendi a cortar seringa aos 7 anos e até hoje, graças a Deus, me sinto inteiro e feliz da vida de ter este pacote de informações, de aprendizagem que herdei dos meus avós, dos meus bisavôs, dos meus pais, dos meus padrinhos. [...] que deixaram um conhecimento aqui entre nós (Morador da *comunidade* Boim, 69 anos, agricultor aposentado, 2017).

Aprendi com meu avô, ele sabia cortar seringa, o pai dele também. Ele contratava, nessa época tinha comprador em Santarém, ele pegava contrato lá e nós tirávamos o leite aqui. [...] E aí a gente trabalhou para ele. Daí eu me dediquei na seringa, que a gente tem seringa ainda no centro (Morador da *comunidade* Anã, 68 anos, agricultor aposentado, 2017).

Nos trechos de entrevistas reproduzidos há destaque para um conhecimento prático que, contudo, no atual contexto em que a demanda pelo látex da região é ínfima e a comercialização não compensa o esforço, este saber não tem utilidade imediata. Apesar disso, as falas reafirmam os princípios de enaltecimento do aprendizado adquirido por longa transmissão geracional.

No entanto, a este conhecimento correspondem ainda atribuições de multifuncionalidade dos trabalhadores, critério de reflexão e comparação em que as contrapõem às atuais condições laborativas. Analisando as falas hoje, dois anos após a realização das entrevistas, me dou conta que, infelizmente, naquele momento não consegui apreender o sentido da referência aos antepassados e à vida em comum de duas a três gerações, no caso em questão, às ocupações laborais cotidianas. Seria esta referência dos entrevistados a uma alegria e bem estar, comparativamente ao atual contexto de vida, por não serem experimentadas as referidas experiências, ressignificadas pelas contraposições de modos de viver as atuais práticas de trabalho? Seriam esses os sentimentos suscitados pelas contrapostas lembranças?

A aproximação de referências dos dois entrevistados sinaliza uma experiência produtiva comum entre moradores das áreas hoje administrativamente categorizada como Resex. A participação da criança nas atividades produtivas era comum e importante indicativo de que toda a unidade familiar assumia autonomamente as atividades reprodutivas. Na transposição dos relatos comentados, a transmissão de conhecimento e as dificuldades correspondentes ao trabalho pesado são contrapostos. A pesada carga de trabalho, apontada como ponto negativo por entrevistados de ambas gerações, as atividades aprendidas e desempenhadas na infância são reconhecidas como uma orientação de valor na formação ética do trabalhador, dotado de acúmulo de conhecimentos considerados úteis à reprodução e ao reconhecimento social, uma preparação para o futuro.

As rememoradas lembranças de infância despertam múltiplos sentimentos, alguns expressivos de nostalgia, emitidos em muitas das conversas com os moradores, entabuladas em barracos de palha anexos às casas de alvenaria. Embora no interior das casas haja cozinhas, esses espaços externos, contíguos à casa, são preferidos para reunir a família. Ali estão instalados fogão de barro, mesas nas quais as famílias realizam as refeições, bancos, utensílios de cozinha etc. Objetos e espaços a que também se atribui significado especial por estarem

relacionados às atividades de subsistência, reprodução social honrosa e demarcadora de construtivos atributos sociais de trajetórias de vida dos comunitários.

Tomo como exemplo dessas situações de celebrado convívio, as narrativas relatadas por uma moradora entrevistada em Boim. Ela ressalta os hábitos alimentares de sua infância, vivida em meados da década de 1980. Esses hábitos estão muito vinculados às possibilidades de subsistência oferecidas pelo extrativismo (caça, pesca e coleta), pela agricultura e criação de animais. A entrevistada vai construindo uma narrativa correspondente à memória social de sua infância, na medida em que descreve os hábitos como resultado do exercício de tais atividades. Um e outro também se constituíam diversão. Ao rememorar os hábitos alimentares e as práticas de subsistência de sua família, a moradora enfatiza a diversidade das atividades produtivas e dos alimentos consumidos, como se pode observar nos registros reproduzidos a seguir.

[...] e a gente pescava, como eu te falei. A gente caçava e era muito bacana. Criava muito porco, muito pato, muita galinha.

Tomar café era muito difícil, era mingau de tapioca com bacaba, era mingau de tapioca com uxi, mingau de farinha, dessa farinha que a gente come com comida. A gente faz e pode tomar comendo uxi. Ou então pega a castanha, tira tudinho aquela carne lá de dentro, pode colocar no mingau de tapioca, no mingau da farinha e pode tomar.

[...] pescava peixe do rio, peixe do lago. Peixe do lago é o peixe mais gostoso que tem.

[...] como nós trabalhava com mandioca, nós tirávamos muito tucupi, tapioca. Tudo isso a gente vendia, fazia farinha, carimã.

[...] eu digo para os meus filhos, eles gostam de perguntar, eu conto, quando eu ia com meu pai, ele ia caçar, eu ia com ele. Ele tinha um assobiado, quando ele enxergava uma caça ele assobiava para mim, para avisar. Ele fazia assim, aí eu já sabia que tinha caça e eu já parava de cortar seringa. Ele andava com a espingarda do lado, a patrona, que é aquela bolsa com os cartuchos. Ele só fazia jogar o chapéu e eu ficava quieta. Só escutava o pipoco.

Sabe o que eu gostava quando eu ia para o seringal? Eu gostava de olhar pelos tocos dos paus, de pegar jabuti, tinha muito nesses tempos. É igual tracajá, mas menino, eu gostava de trazer, eu tinha um canteiro, um 'curralzinho' que eu criava eles lá dentro, quando já estava grandote eu ia lá e batia na porta, 'dá um bom assado esse daqui'.

Nós fazíamos as malhadeiras, eu fazia tarrafa, fazia com meu pai. Meu pai tecia uma banda, eu tecia outra. Na hora que ele terminava lá, eu terminava aqui e a gente só fazia emendar, era rapidinho. Aí ele dizia assim: 'vai baixar o rio e pode começar a passar jaraqui grande, nós vamos fazer uma malhadeira grande para pegar jaraqui grande'. E já estava preparada com a malhadeira para aquele período (Moradora da comunidade Boim, 35 anos, Agricultora, 2017).

Através de inúmeros referenciais demarcadores da vida na infância, do trabalho, dos hábitos alimentares e do lazer que fizeram parte de um tempo passado, a moradora enfatiza, em sua narrativa, a importância do prazer da alimentação. As lembranças, enquanto demonstrações

constituintes de uma época que, em sua perspectiva, foi de fartura, de uma boa alimentação, denotativa da relação de dependência com a natureza. Assim, as experiências por ela vivenciadas possuem um significado sentido na relação entre as atividades de subsistência, articuladas a um aspecto lúdico e consagradora de hábitos alimentares.

Na narrativa da entrevistada, a relação entre trabalho e a alimentação expressa mudanças em relação ao tempo-espaço de sua infância e o tempo-espaço da infância de seus filhos. Os hábitos alimentares que fizeram parte de um tempo passado de fartura, de uma boa alimentação, estão diretamente relacionados a uma forma de apropriação do espaço e dos recursos em que o conhecimento dos processos ambientais relacionados ao funcionamento da floresta, dos rios, do solo, do clima, das plantas cultivadas, bem como a força de trabalho investida na transformação dos elementos naturais em recursos, eram estruturantes das condições de reprodução social das famílias. Assim, a constituição do território empreendia uma relação entre sistemas sociais e ecossistemas mediada pelo entendimento de que: “[...] a natureza tudo dá” (Morador da *comunidade* Anã, 58 anos, agricultor, 2018). Ao mesmo tempo, o trabalho familiar ordenador do cotidiano e da relação com a terra, com o rio e com a floresta era organizado com o fim de viabilizar a reprodução social do grupo doméstico. Naquela época, a vida cotidiana era estruturada afim de suprir principalmente a alimentação por meio da agricultura, da criação de pequenos animais, do extrativismo vegetal, da caça e da pesca.

Assim como constatado por outros autores (ASTIGARRAGA; PASSEGGI, 2013; KASSOUF; SANTOS, 2010; MARIN, 2008; NEVES, 2003), tomando as experiências vividas por esta e por outros informantes, pode-se observar, pelos relatos, uma menção à forma como as crianças se socializavam nas atividades; e ao papel que ela desempenhava em colaboração com os adultos. Embora não aparecesse como obrigação, a ajuda nas atividades diárias era recurso importante na integração da criança ao universo do trabalho e contribuía com a subsistência da família.

Ao reproduzir suas atribuições em atividades devotadas ao atendimento das necessidades da família, a entrevistada, sempre em perspectiva valorativa do divertimento e ludicidade, ressalta o resultado ou eficácia dessas atividades, de valorização positiva e saudosa. Apesar dessa constatação, nota-se que a moradora define sua infância pela relação com essas atividades de subsistência e hábitos alimentares, todavia comparando a alimentação daquela época com exemplos do momento atual. É o caso do café, produto atualmente muito consumido por moradores de Anã e Boim.

Chama atenção que, na construção de lembranças pela entrevistada, ela narra suas experiências remetendo-se ao papel por ela valorizado na transmissão de informações constitutivas de memória social. Esse entendimento do passado é reproduzido em vários momentos da conversa, ao usar expressões como: “Eu falo para os meus filhos”, “Eu falo para eles”, “Eu converso muito com eles”, “Eles perguntam...”, etc. Neste sentido, a entrevistada, com experiência de vida em contextos por ela diferenciados, ao final da década de 1980 e meados da década de 1990, percebendo-se, nessa contraposição, capaz de avaliar mudanças, de reafirmar para os filhos saberes e hábitos, acentua que sua vivência foi diferente da que se configura atualmente na Resex. Ela enfatiza isso dizendo que eles (seus filhos) não vão aprender o que ela aprendeu em nenhum lugar. Ela aproveita esses momentos para fazer com que eles aprendam sobre o conhecimento tradicional relacionado a atividades produtivas e sobre os ecossistemas por meio da transmissão oral de sua vivência, contraposta a um tempo passado em relação ao contexto atual, exemplificada por hábitos alimentares, práticas de trabalho, de lazer e saúde. Podem-se constatar essas referências nos trechos das falas da entrevistada, reproduzidos a seguir.

Eu falo para eles, hoje em dia, meu Pai do Céu, só eu sei o que eu passo com eles. Eu tenho uma filha asmática, ela é alérgica, passo uma vida com ela. [...] Eles conversam muito comigo, eu conto para eles como eu vivi. [...] A gente não comia pão, não comia bolacha, a gente não comia essas coisas industrializadas. Acho que por tudo isso a gente vivia tão bem, era tudo muito natural.

[...] então eu digo para eles: não existia doença, não existia essas coisas de gripe. A gente tomava banho no rio, tomava água do rio, não tinha água encanada, ali no Pau da Letra. Nem dor de barriga! Se desse uma dor de barriga, era só chegar lá no toco do cajueiro, raspava um bocadinho, aquela mais suja, e tirava a casca, metia na água, deixava um pouco para ficar ‘trava’ e acabou dor de barriga.

E era assim, eu digo para eles, aqui meu Deus, eu tenho Dipirona, é Paracetamol, é aquele Simeticona, é não sei mais o quê. Tem hora que eu digo ‘Ai Senhor Meu Deus, não é possível, eu vivi com meus irmãos tudinho ali sem nada disso!’ Eu nem sabia que esse tipo de remédio existia (Moradora da *comunidade* Boim, 35 anos, Agricultora, 2017).

Na transmissão oral e intergeracional, a entrevistada utiliza, como já destaquei, a alimentação habitual como caracterização do período de sua infância, para marcar a diferença dos hábitos em relação à alimentação de seus filhos. Estes adquiriram novos hábitos alimentares, hábitos que, no período de sua infância, eram derivados dos processos de apropriação dos recursos naturais. Então a alimentação era provida pelos bens localmente produzidos. Ela cita diversos alimentos que faziam parte de seus hábitos na infância e que agora seus filhos não consomem.

Cabe também ressaltar que estão presentes nas narrativas, determinadas orientações de valor internalizadas no decorrer da vivência prática no núcleo familiar. De acordo com Firth (1974), a vida social implica, por um lado, processos de aprendizado e processos de adaptação; por outro, processos de transmissão do conhecimento e de definição do desconhecido. “Os processos de aprendizado e de transmissão oferecem comportamentos a serem imitados e ideias a serem comunicadas, e geram valores, orientações para o comportamento, e atribuem qualidades às relações” (FIRTH, 1974, p. 241). Conforme explica Giddens (2003), as *estruturas* podem sofrer alterações. A reprodução social está sujeita às transformações nas práticas sociais, a partir de referenciais interações entre *agentes* sociais.

Essa assertiva pode ser observada na narrativa da entrevistada anteriormente mencionada. Contrastivamente, ela, vendo-se possuidora de enaltecidas experiências no mundo do trabalho, reafirma valores sociais construídos na prática do trabalho aprendido na infância. Porém, ressalta que gostaria que seus filhos tivessem outras experiências, sumariamente demonstradas pela expressão: “Mas assim, as vezes eu fico pensando e digo assim: eu não quero para eles o que eu passei, entendeu?” (Moradora da *comunidade* Boim, 35 anos, agricultora, 2017). Tanto é que ela transmite suas vivências e experiências, orientadoras de formas de reprodução social entre gerações, aprendidas na prática cotidiana com seus pais, mas, no contexto atual, tão somente transmitidas de forma oral a seus filhos.

No atual contexto, os moradores da Resex estão integrados à economia mercantil, caracterizada pela circulação comercial de produtos, muitos industrializados, mercadorias cuja oferta anteriormente era limitada. Não estavam ao alcance, entre eles, como medicamentos oriundos da indústria farmacêutica e outros produtos industrializados citados por ela, como o café, bolachas, pães, produtos enlatados, etc. Na infância da entrevistada, o contato com centros urbanos, no caso, Santarém, estabelecia-se por meio da comercialização de produtos extrativos e agrícolas, período em que os deslocamentos até à cidade duravam até cinco dias, partindo-se de Boim. Percebe-se que, em anos recentes, vem ocorrendo maior contato dos moradores da Reserva com recursos constituídos para o espaço urbano, propiciando assimilação de certos costumes e valores, tais como a aspiração de bens de consumo industrialmente produzidos, outrora inexistente ou pouco expressivos no contexto atual dos moradores da Reserva. No presente contexto, produtos alimentícios industrializados são encontrados em pequenos comércios nas *comunidades* ou chegam de barco, vindos, especialmente, de Santarém e de Belterra.

As narrativas dos entrevistados ilustram a estreita relação entre o trabalho familiar, os hábitos alimentares e o papel da criança no núcleo familiar, com menções aos próprios percursos de vida como preceito para aprendizagem intergeracional de práticas de reprodução social. Nas atuais circunstâncias, diversas transformações sociais dão indícios de mudanças neste sistema e nos modos de organização social das famílias e divisão do trabalho.

Segundo Lenoir (1998), ao analisar a construção da categoria ‘idade’ como um problema social, a criança enquanto categoria social é uma construção articulada ao contexto. A idade cronológica, embora seja um instrumento de avaliação da evolução biológica de indivíduos, não é um dado de consciência universal, mas uma determinação da prática social. Sua construção parte da necessidade de atendimento das práticas administrativas, surgidas na França do século XVI, como critério de classificação. Tais classificações funcionam como categorias nominais (velhos, jovens, adolescentes), sem configurar grupos sociais definidos. Isso ocorre porque essas categorias variam de importância conforme os costumes, as instituições e a composição da população de sua época. Neste sentido, ser considerado jovem demais para desempenhar certas funções vai depender de outras questões que vão além da idade cronológica (LENOIR, 1998).

No Brasil, desde a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, instituído pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, a criança e o adolescente são reafirmadas sujeitos de direitos. A referida lei demarca a constituição de mecanismos de proteção jurídica e organizações voltadas ao atendimento de crianças e adolescentes.

Presentemente, nas *comunidades* analisadas, a presença do Estado, através da prestação de serviços de assistência e educação à crianças e adolescentes, sugere alterações na forma de organização social dos moradores. A presença do Estado por intermédio de escolas, do Conselho Tutelar e da institucionalização de leis que geram obrigatoriedade de as crianças frequentarem a escola são fatores que exigem reorientação das atividades familiares, replanejamento da realização de tarefas, dentre elas, aquelas praticadas na roça, conforme pode-se constatar nos relatos reproduzidos a seguir.

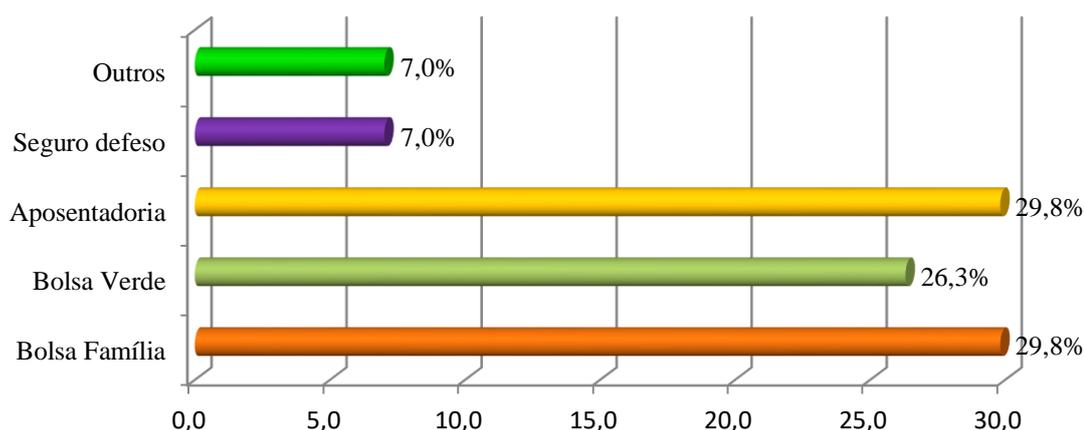
Nós não temos roça [...]. Porque eu estava com os meninos tudo pequeno e é ruim a gente tá saindo e deixando criança. Antes não tinha esse negócio de Conselho Tutelar. Lembro que nós íamos para a roça, nós ficávamos em casa, ou ia pescar e tudo, não tinha problema nenhum. Aqui tem um núcleo do Conselho Tutelar, lá no Tucumatuba e, quando essas coisas acontecem, eles já estão em cima, se deixa aqui as crianças, fica ruim. A gente não quer se complicar (Moradora da *comunidade* Boim, 35 anos, agricultora, 2017).

Com sete anos de idade eu cortava seringa ‘trepadinho’ nas árvores, era um pica-pauzinho. [...] Naquele tempo que não tinha lei que proibia, já aprendia a trabalhar desde criança (Morador da *comunidade* Boim, 69 anos, agricultor aposentado).

Convém ressaltar a observação realizada por entrevistada no primeiro trecho reproduzido. É possível perceber certa relativização do papel da escola, reafirmado pela possibilidade de fiscalização do Conselho Tutelar quanto a frequência das crianças na escola, mas também referendada implicitamente pela chance de crítica social, conforme pude constatar em conversas informais. Cabe lembrar que o acesso ao programa Bolsa Família também implica em fiscalização por parte do Estado em relação à frequência dos alunos nas aulas. No capítulo anterior discuti dados da SEMED que indicam que em 2018 o percentual de alunos matriculados nas escolas de Anã e Boim com acesso ao Bolsa Família é significativo.

Em referência ao levantamento realizado pelo IPAM em 2014 com 54 famílias de Boim, constatou-se que 65,5% (Gráfico 7) dos responsáveis familiares afirmam ter acesso a programas públicos de transferência de renda, sendo os mais representativos o Bolsa Família, a aposentadoria e o Seguro Defeso, com 29,8%, 29,8% e 26,3%, respectivamente. Programas como o bolsa família, exige assiduidade das crianças na escola para manutenção da condição de beneficiária. É oportuno observar no gráfico a seguir a dimensão da importância tanto da criança como de idosos no acesso à programas públicos.

Gráfico 7 – Índice de acesso à políticas públicas, programas de transferência de renda.



Fonte: Elaborado pelo autor (2016) a partir de dados de IPAM (2014).

Os relatos sobre as práticas de subsistência elaborados pelos entrevistados, permitem uma especial percepção sobre o papel da criança como componente constitutivo básico da organização do trabalho familiar em período anterior à criação da Reserva. E nos dias correntes,

critério fundamental de inserção familiar em programas de assistência social. Naquela época, as atividades de subsistência despontavam como ambiente social de inserção da criança no universo adulto. Nos dias correntes, a cooperação laboral da criança tem importância decrescente.

Em circunstâncias de trabalho de campo, nas duas *comunidades*, realizei diversas visitas aos ‘centros’ para conhecer roças em companhia de moradores. A categoria ‘centro’ é utilizada pelos moradores da Resex para determinar os locais de trabalho, geralmente lá estão instaladas as casas de farinha e as roças de mandioca. Em nenhuma delas avistamos crianças trabalhando ou em deslocamento para os centros com seus pais. Embora durante minhas andanças pelas *comunidades*, eventualmente tenha avistado jovens, aparentemente com idades superiores a 12 anos, pescando nas beiras de igarapés e lagos, chamou-me atenção o fato de que a grande maioria de pessoas que avistei trabalhando nas roças aparentavam idade superior a 50 anos. Desta maneira, essa constatação sugere que, nas atuais circunstâncias, o trabalho na agricultura não faz mais parte do universo da criança, denotando uma *descontinuidade* na transmissão de valores e saberes que encerram um modo de vida que esteve fundamentado, também, nas formas de socialização de novas gerações no mundo do trabalho. A ausência de jovens nas atividades de subsistência pode interferir na dinâmica interna da economia produtiva, acarretando intensificação da força de trabalho de homens e mulheres com idade mais avançada.

Cabe destacar que, em pesquisa com 56 famílias de Boim em 2014, constatou-se que as faixas de idade mais expressivas do contingente de pessoas na *comunidade* estavam entre as idades que vão de 5 a 19 anos, somando 36,1% da amostra. Isso ilustra que parcela significativa da amostra era formada por jovens com idade escolar, indicativa de considerável quantidade de jovens. Esse fato corrobora também com uma alta taxa de natalidade, padrão encontrado na região Norte do Brasil, o qual apresenta a maior taxa de natalidade do país (IBGE, 2010).

A análise da socialização da criança através de sua inserção no universo das atividades de subsistência, demonstra uma forma de *estruturação* de regras e recursos organizacionais e intrafamiliares do trabalho, relacionadas com processos de mudanças sociais de espectros mais amplos, validadas por contrastividade entre o período anterior e posterior à criação da Reserva. Esses processos indicam reconfigurações de relações familiares. As narrativas dos entrevistados retratam “práticas institucionalizadas através do tempo e do espaço” (GIDDENS, 2003, p. 224), responsáveis pela reprodução do *sistema social*. De acordo com Giddens (2003), “os sistemas sociais estão organizados como práticas sociais regularizadas, mantidas em encontros que se

dispersam no tempo-espaço. [...] Os sistemas sociais só existem na – e através da – continuidade de práticas sociais, esvaindo-se no tempo” (GIDDENS, 2003, p. 97).

Ainda pela perspectiva de Giddens (2003), a estrutura social é uma representação virtual. Por ser constituída por traços de memória ou provimentos de conhecimento compartilhados, as quais os *agentes* sociais recorrem na constituição da interação, acabam por reproduzir a estrutura (GIDDENS, 2003). Giddens (2003) utiliza a noção de *circuitos de reprodução*, entendidos como uma série institucionalizada de relações de reprodução, que podem ser regidos por laços causais homeostáticos, em caso de análise da manutenção de instituições ao longo do *espaço* e do *tempo*.

Neste sentido, no caso em relevo, à medida em que a população local depara-se com novas circunstâncias sociais, muitas interpostas pela atuação estatal, por intermédio da escola e do Conselho Tutelar, há *descontinuidades* em *circuitos de reprodução*. Escola e Conselho tutelar atuam como instrumentos de controle social, reguladores da vida cotidiana, influenciando na organização social intrafamiliar e no desempenho das atividades de subsistência. Giddens (2003, p. 337-338) afirma que o “Estado moderno abrange, em todo lugar, tentativas de monitorar a reprodução institucional por meio da influência sobre a natureza dos sistemas educacionais [...]”.

Finalizo essa seção ressaltando que as mudanças sociais em relação à socialização da criança por meio do exercício de algum afazer produtivo, estão relacionadas à intervenção estatal, mas não pela institucionalização da Resex. Mas sim por alterações nas formas socialmente construídas de conceber crianças e adolescentes, assim como a universalização da educação. Julgo pertinente a consideração dessas questões na tese pelo fato das mesmas serem representativas tanto do contexto de mudanças sociais em curso, quanto por sua importância na trajetória de vida dos moradores da Resex. Mas também pelo fato da questão ser elucidativa do processo de *estruturção* das instituições sociais.

4.2 Dinâmicas socioespaciais

Analisando o relato de moradores entrevistados, observei em suas narrativas que havia em comum percursos de vida marcados por movimentos de afastamento e retorno à região da Reserva. Essa questão chamou-me atenção quando alguns entrevistados relatavam suas origens sociais e como haviam chegado ao local de residência naquele momento. De doze moradores

entrevistados, dez relataram processos de mudança e retorno aos locais de origem. Oito afirmaram ter nascido em outra *comunidade*. Os relatos indicam uma mobilidade espacial interna à região, e deslocamentos para *comunidades* pertencentes ao atual território da Resex e uma mobilidade externa daqueles que saíram da Reserva e foram tentar a vida em centros urbanos como Santarém e Manaus, ou em municípios menores como Belterra.

Neste sentido, pude observar que há pequena diferenciação em termos geracionais na circularidade espacial dos entrevistados. Entre os mais velhos (nascidos nas décadas de 1940 e 1950), dotados de maior vivência no período anterior à criação da Resex, as mobilidades espaciais estiveram voltadas a uma circularidade interna direcionada a *comunidades* com melhor estrutura de serviços, principalmente com melhores escolas. Os entrevistados mudavam de *comunidade* com suas famílias, fundamentalmente em busca de melhores condições de estudo para seus filhos. Assim, referenciando-se ao passado, a uma época anterior à criação da Resex, os entrevistados acentuam as condições precárias das escolas como elemento norteador para deslocamento residencial de suas famílias, assim valorizando a criação da Resex.

Em conversa com um morador de 69 anos de idade, nascido em São Tomé, *comunidade* do rio Tapajós, que se mudou para a *comunidade* Pau da Letra (também no rio Tapajós) na adolescência e em 1991 migrou para Boim, ele relata o seguinte:

De lá eu vim para cá por necessidade de facilitar os estudos dos meus filhos, porque na comunidade lá, só tinha a 4ª série primário [...]. Achando que a educação é um dos complementos da vida do ser humano, então eu mudei para cá (Morador da *comunidade* Boim, 69 anos, agricultor aposentado, 2017).

Outra entrevistada de Boim, de 71 anos de idade, que migrou com os pais para Boim quando era criança, vindos de Maria José, *comunidade* do rio Tapajós, valendo-se de sua atuação como professora, transitou por diversas *comunidades*:

[...] chegando a idade de nós estudar, meu pai não aceitava que a gente estudasse lá, para ele só aprendia se fosse aqui em Boim. Lá veio eu e o meu irmão, nós viemos para estudar aqui [...] (Moradora da *comunidade* Boim, 71 anos, professora aposentada, 2017).

Outro morador da comunidade Anã, de 68 anos de idade, recorda da época em que estava em idade escolar e das dificuldades enfrentadas para estudar:

A escola que tinha aqui era bem pequena, era um barracão menor que esse aqui, coberto de palha. Tinha até a terceira aqui. Eu estudei até o segundo, meio do livro não tinha na escola, aí não estudei mais. Fechou a escola, passou muito tempo para

voltar a ter escola aqui. Não tinha professor disponível, saía uma e vinha outra, se uma ia embora demorava a ter outra. Aí atrasava todos nós (Morador da *comunidade* Anã, 68 anos, agricultor aposentado, 2017).

Durante a entrevista com este morador, estávamos na cozinha de sua casa, na presença de cinco netos dele, com idades entre seis e dez anos, situação que ele aproveitou para fazer um contraponto com a época em que frequentou a escola. Portanto, um período anterior à criação da Resex e o contexto atual, enfatizando as condições de acesso e importância dada à educação formal. Afirmou então:

Eu me lembro que meu caderno era de folha de papel de embrulho de mercadoria, não tinha esse papel branco. É papel almaço que chama né? [...] Não tinha. Era tudo de papel de embrulho para copiar do quadro. O caderno era costurado com linha de costura. A gente mesmo fazia. Depois que fazia um caderno daquele, ficava muito alegre. [...] Mas nessa época, olha, não tinha nada do Governo, de merenda, livro, essas coisas. Nada, nada era dado, tudo era comprado pelos pais. Por isso que eu digo: hoje não. Um menino desse tamanho só tem caderno chique. Agora não, um caderno desses na mão de um menino que não sabe nem cuidar de um caderno tão bonito. Não tem cuidado, estraga. Não era como agora que é direto a escola. Só se não quiser estudar. Mas tem muita facilidade hoje em dia (Morador da *comunidade* Anã, 68 anos, agricultor aposentado, 2017).

Esses relatos são compartilhados por moradores que se mudaram com as famílias para *comunidades* que, na perspectiva deles ou dos pais, ofereciam melhores condições de ensino. Essas famílias percorriam distâncias pequenas entre uma *comunidade* e outra, entre cinco e 15 km.

Outra observação que denota a mobilidade espacial destacada se refere aos entrevistados que empreenderam migrações temporárias para lugares mais distantes. Quatro entrevistados afirmaram ter vivido em grandes centros urbanos, como Santarém e Manaus. Todos os entrevistados migraram com objetivo de ir em busca de capacitação profissional através do estudo. Os moradores que nasceram na Reserva, mas que empreenderam essa mudança, possuem idade entre 35 e 69 anos.

Reportando-se às suas experiências do período em que buscaram em grandes centros ampliação das possibilidades de vida, os moradores entrevistados, ao mesmo tempo em que explanavam os motivos de sua partida, apresentavam os motivos de seu retorno. Conforme relatado por uma entrevistada da comunidade Boim, com 35 anos de idade e que se mudou para Santarém em 2001, o retorno para a Reserva ocorreu pelo fato de a cidade limitar o acesso aos bens de subsistência por impô-los como mercadoria, isto é, subordinados à lógica de economia de mercado, hegemônica nas atividades de troca na cidade.

Eu tinha 19 anos quando eu fui, mas eu nunca me acostumei, eu terminei meu estudo. E aí eu peguei, eu digo não, vou voltar para minha comunidade, vou voltar para o interior. Eu já tinha meu filho, meu primeiro filho que hoje vai fazer 15 anos. Eu via as coisas lá e eu pensava o que nós passamos, como nós fomos criados. Tenho vontade de ter isso e não posso plantar porque eu não estou no que é meu, eu tenho vontade de comer tal coisa, mas eu só vou comer se tiver dinheiro para comprar. Aí eu digo: Não, eu vou embora, vou voltar (Moradora da *comunidade* Boim, 35 anos, agricultora, 2017).

Reafirmando essa dificuldade de adaptação à vida na cidade, um entrevistado da *comunidade* Boim, de 40 anos de idade, ressalta que:

Do pré até o quarto ano do ensino médio eu estudei aqui neste prédio. Depois eu fui para Manaus tentar estudar e trabalhar. Só que eu não me adaptei. Ou trabalha ou estuda, os dois não dava. Ou trabalha ou passa fome, quem não trabalhava passava fome, entendeu? Mas a gente ficava nos parentes. Mas parente tu sabe como é né, um, dois ou três dias tudo bem, depois tem que se virar para também ajudar. Daí eu não me adaptei à rotina. Nesta época eu tinha uns 20 anos. Voltei para Boim no ano 2000 (Morador da *comunidade* Boim, 40 anos, funcionário público, 2017).

Outro entrevistado da *comunidade* Boim, mais envolvido com questões políticas por engajamento em movimentos sociais desde sua juventude, relata que seu retorno à *comunidade* decorreu da iminência de conflitos fundiários na região.

Estudei a quinta série aqui em Boim, tenho meu certificado. Fui estudar em Santarém, estudei no Domenico de Marcos. Depois estudei em Aparecida, na escola lá, daí eu fiz prova de admissão ao ginásio no Álvaro Adolfo, passei. Aí estudei a segunda série do ginásio, passei para a terceira série. Aí já teve aqui problemas na década de 1970 em diante. Aqui o negócio acirrou com a invasão de terra, querendo desapropriar. Daí o meu pai me chamou e outros demais companheiros, tios, avós. Pela visão que eu tinha, eu disse: Não, eu vou cancelar a matrícula e vestir essa outra camisa. E até hoje tenho minha matrícula cancelada lá no Álvaro Adolfo e estou aqui graças a Deus. (Morador da *comunidade* Boim, 69 anos, agricultor aposentado, 2017).

Ainda sobre a questão da mobilidade espacial, os relatos de dois entrevistados, com idades de 69 e 65 anos, residentes em Boim, remetem a um período em que os deslocamentos para Santarém eram ato que exigia muito planejamento e organização prévia dos moradores, caso precisassem ir à cidade para fazer compras, necessidades de consultas médicas, comercialização, ir ao banco, etc. Muitas *comunidades* dispunham de barcos comunitários, mas a principal força de tração dos barcos era o vento ou tração humana. Assim, uma viagem de Boim a Santarém chegava a durar até cinco dias. Isso exigia muita organização, especialmente dos moradores que se dirigiam à cidade para comercializar produtos perecíveis, como verduras e frutas, sempre correndo o risco de as mercadorias estragarem durante o deslocamento.

Essa época, período anterior à criação da Resex, em que os deslocamentos eram dispendiosos demais, contrasta com o que ocorre no contexto atual. A comunidade Anã possui um barco comunitário que faz o transporte dos moradores até Santarém duas vezes na semana. O barco é mantido pela APRONÃ, vínculo pelo qual os sócios possuem descontos nas passagens. Além desses barcos que fazem o transporte coletivo, a circulação mercantil possibilitou que parcela dos moradores tivesse acesso a barcos com motores, chamados localmente de ‘rabetas’, que auxiliam os moradores, que conseguiram os adquirir, no deslocamento e na pesca.

Ao analisar as narrativas dos entrevistados, percebe-se que a elaboração de certos projetos para a vida privada e familiar incide em mobilidade espacial, orientada pela colocação em prática de um ideário de educação para os filhos ou para si. Quando avaliam que outro lugar, seja em outra *comunidade* da Resex, ou mesmo em outro município, oferece melhores alternativas para realização deste projeto, deixam seus lugares de origem e partem em busca do que fora almejado. Entretanto, ora foram decisões no plano privado e individual da vida do grupo doméstico e ora demandados por projetos coletivos, conforme discutido na seção 3.1 em relação ao projeto de criação da Resex e na seção 3.3 com a gestão compartilhada da UC que exige organização e presença de gestores no perímetro urbano de Santarém.

Analisando essa questão de um ponto de vista geracional, percebe-se que os entrevistados mais velhos, que correspondem a uma geração nascida nas décadas de 1940/50, que migraram para oferecer melhor educação aos filhos, mesmo diante de todas as dificuldades, seus filhos, uma geração intermediária que foram por mim entrevistados, atenderam ao futuro idealizado pelos pais, nas condições que aquele contexto oferecia.

A partir do relato desses moradores, conclui-se que uma geração mais recente, nascida a partir da década de 1990, filhos dessa geração intermediária, criou percursos de vida constituídos em circunstâncias pós criação da Resex, devido à melhorias e facilidades, tanto de deslocamento quanto da ampliação do acesso à educação, usufruindo de relativo privilégio (oportunidades) em relação a seus pais. Processos de transformações mais amplas, por conjunturas políticas e institucionais nacionais, favoreceram a instalação de rede de ensino público, com aumento do número de escolas e professores. Transformações na economia regional incentivaram melhorias nas condições de deslocamento, ampliando as possibilidades de acesso ao ensino e deslocamento espacial dos moradores da Reserva. Nas *comunidades* Anã e Boim, consideradas polos de educação na área da Resex, a Secretaria Municipal de Educação de Santarém, através do programa do governo federal Caminhos da Escola, conforme já

apresentado no capítulo anterior, disponibiliza transporte hidroviário e rodoviário para crianças das *comunidades* onde não há escola ou que não disponibilizem as séries completas de ensino fundamental ou médio até Boim ou Anã (pré-escola, ensino fundamental e médio modular).

Essa geração de nascidos na Resex, posteriormente à década de 1990, está usufruindo também de melhores oportunidades de acesso ao ensino superior. Nas conversas com os entrevistados, vários fizeram referência aos filhos que cursaram ou estão cursando graduação e pós-graduação em Santarém ou outros municípios. Era visível o orgulho dos pais ao falarem sobre esses filhos, sinal de que a instrução deles é um projeto e um valor assegurado por relações intergeracionais e que o aumento das oportunidades também facilita a mobilidade dos moradores.

Não foi possível obter a quantidade de alunos oriundos da Resex que estudam na UFOPA ou em outras universidades do município porque, segundo técnicos responsáveis pelo cadastramento de alunos, a maioria, ao vir estudar na instituição, no ato de sua matrícula apresenta comprovante de residência de parentes, amigos, vizinhos, ou da própria família na cidade de Santarém. Desta forma, não há como detectar com exatidão o quantitativo de alunos oriundos das *comunidades* da Resex.

A saída das pessoas das *comunidades* e sua inserção num contexto urbano não significam a ruptura com determinadas práticas culturais e atividades produtivas fundamentais, como agricultura, extrativismo e pesca. A circulação de produtos oriundos da Resex também conecta *comunidades* e cidades (Santarém, Aveiro, Belterra), sendo importante elo entre núcleos familiares. Faz parte da economia mediada pela rede de parentesco dos membros que permaneceram na Resex enviarem remessas de produtos para os parentes que residem nas cidades. Contudo, conforme já apontado na metodologia da pesquisa, é bem comum encontrar na Resex moradores que fazem a interlocução entre o universo rural, o qual a Resex está inserida, e o universo urbano de Santarém.

4.3 Contextos de mudanças: práticas de uso da terra, da floresta e das águas

O desenvolvimento social da Amazônia é marcado por processos de mudanças relacionados a alterações de princípios de organização social tradicionais por outros, capazes de modificar características sociais preexistentes. Nas seções anteriores, expus vários desses processos, os quais foram responsáveis por moldar os modos de organização social da maioria

dos grupos sociais residentes no meio rural da região de Santarém, inclusive os residentes na Resex Tapajós-Arapiuns.

No que se refere ao padrão de ocupação e de uso da terra identificado em Anã e Boim, o mesmo assemelha-se aos padrões encontrados por Almeida (2008), ao estudar as formas de campesinato na Amazônia e ao encontrado no estudo de Ioris (2014), ao analisar populações tradicionais residentes na Flona Tapajós. Antes da criação da Resex Tapajós-Arapiuns, ou seja, em período anterior a 1998, o padrão de posse de terras estava fundado no trabalho desenvolvido por núcleos familiares, a partir de regras construídas de forma consensual.

Por seus desígnios peculiares, o acesso à terra para o exercício das atividades produtivas, se dá não apenas através das tradicionais estruturas intermediárias da família, dos grupos de parentes, do povoado ou da aldeia, mas também por um certo grau de coesão e solidariedade obtido face a antagonistas e em situações de extrema adversidade, que reforçam politicamente as redes de relações sociais. A não ser que existam relações de consanguinidade, estreitos laços de vizinhança e afinidade ou rituais de admissão, que assegurem a subordinação de novos membros às regras que disciplinam as formas de posse e uso da terra, tem-se interdito o acesso aos recursos básicos (ALMEIDA, 2008, 134).

O extrativismo e a agricultura são atividades expressivas do modo de vida dos moradores da Resex. Dentre as atividades extrativistas e agrícolas, duas por muito tempo formaram as bases da economia local: a extração de seringa e a roça. Se no período anterior à criação da Reserva essas atividades desempenharam papel preponderante na subsistência dos moradores, no contexto atual as mesmas parecem ocupar lugar de menor destaque. Essas atividades foram fundamentais nos arranjos reprodutivos das famílias que foram transmitidos das gerações mais velhas para as mais novas de forma tradicional, ou recorrendo aos conceitos de Giddens (2003), por meio da *consciência prática e discursiva*.

Embora a extração da seringa tenha perdido sua primazia há muitos anos na região, essa prática não foi integralmente abandonada. Assim como constatado por Neves (2014) em estudo realizado com *ribeirinhos* da região de Santarém, observei que a extração da seringa, de certa forma, ainda é valorizada por alguns moradores da Resex e tem se mantido por meio da atuação de atravessadores na comercialização. Isso pode ser constatado nos trechos de entrevistas reproduzidas a seguir.

Faz uns três anos que parou essa compra. Mas era um produto bom de trabalhar. Eu gostava e ainda gosto, eu corto ainda. Tenho cernambi aí, está lá no mato, uns oito sacos. [...] Mas é bom, eu gosto de cortar. Eu estou arriscando, eu não parei de cortar, meu sernambi está lá. Se tiver esperança que vão comprar, aí vou trabalhar mesmo na seringa (Morador da *comunidade* Anã, 68 anos, agricultor aposentado, 2017).

Mas era um produto que você tinha um dinheiro vivo também, se tivesse um mercado garantido. Se produzíssemos hoje, a produção seria muito mais. O valor da borracha hoje, dois reais o quilo, é muito baixo para o trabalho que tem. Porque tem todo o processo de riscar, coletar o mel, prensar, tirar aquela sujeira toda. Mas assim, para quem não tem nada, se tivesse mercado valeria à pena. Por exemplo: se risca três vezes na semana, quem apurasse 200 quilos, era 400 reais na semana. Em um mês iria ganhar mais de um salário, sem muito esforço, trabalhando na sombra, não era cobrado. [...] Ainda estão tentando fortalecer e recuperar a cooperativa, a Pirelli está querendo comprar, parece que tem uma empresa japonesa também. A gente torce muito para que possa acontecer essa compra em Santarém de novo. Eu tenho vontade de riscar, nunca perdi o ritmo na realidade. Mas aqui é difícil porque não posso sair, tenho que trabalhar diariamente neste trabalho, só tenho folga sábado e domingo. Mas, por exemplo, se eu riscasse sábado e conseguisse 10 quilos de borracha a cada sábado, eu teria 40 quilos, a três reais, daria para pagar as passagens para ir a Santarém, seria uma renda a mais. Estão falando em seis reais o quilo, é uma das propostas (Morador da *comunidade* Anã, 48 anos, funcionário público, 2017).

Pela reprodução dos depoimentos dos entrevistados, diversos aspectos merecem destaque. Os dois entrevistados reafirmam juízo de valor a favor do extrativismo da seringa. Compartilham uma espécie de crença na atividade. Tanto que, em outra passagem da entrevista, um dos entrevistados comenta: “Teve um tempo que eu nem fazia roça porque sabia que com o dinheiro da seringa podia me manter” (Morador da *comunidade* Anã, 68 anos, agricultor aposentado, 2017).

Tomando a criação da Resex como referência, em período antecedente à mesma, a garantia de comercialização da seringa constituía um ponto positivo desse trabalho extrativista. Mesmo não sendo expressivo o valor alcançado com a comercialização, constituía uma alternativa de geração de recurso monetário. Por outro lado, nas atuais condições de comercialização da seringa, a falta de mercado para o produto não é capaz de garantir um retorno financeiro atrativo. Apesar do menor trabalho empregado, não é vantajosa a extração.

Seria possível a obtenção de divisas com a comercialização da seringa. Porém, conforme reconhecido pelos próprios entrevistados, o recurso obtido não é suficiente a ponto de permitir um mínimo de acumulação de poupança para projeção de alternativas, como se pode observar nas expressões: “Dá dinheiro, mas acaba é rápido” (Morador da *comunidade* Anã, 68 anos, agricultor aposentado, 2017); “Mas o valor pago pela seringa na época era muito pouco, muito barato” (Morador da *comunidade* Anã, 48 anos, funcionário público, 2017).

Pondera um dos entrevistados que, ainda que no momento o retorno financeiro com a extração da seringa não seja favorável, caso se concretizem as especulações sobre uma eventual garantia de comercialização, a atividade voltará a ser uma boa alternativa de geração de rendimento para as famílias. O entrevistado, que é funcionário público, acentua o *status* de

autonomia que a extração da seringa, em associação com outras atividades laborais, poderia possibilitar. Comparado com suas atribuições como agente de saúde, das quais o mesmo tem a incumbência de estar subordinado à estrutura hierárquica, cumprir carga horária diária, condições em que a remuneração de sua força de trabalho é paga mensalmente.

Conforme expressam entrevistados, usufruir de certa autonomia para a realização dos trabalhos é um aspecto valorizado, especialmente ter flexibilidade nos dias e horários para desempenhar tarefas, seguindo rotinas e planejamentos por eles definidos. Enfim, não estar sujeito a ‘chefes’. Como observado pelos entrevistados:

Em um mês iria ganhar mais de um salário, sem muito esforço, trabalhando na sombra, não era cobrado. Têm essas vantagens que acredito que se hoje continuasse o mercado da borracha, teria chance da pessoa render mais (Morador da *comunidade* Anã, 48 anos, funcionário público, 2017).

Então a gente não se preocupava, era só cortando, escorrendo numa vasilha e no outro dia vai buscar (Moradora da *comunidade* Boim, 71 anos, professora aposentada, 2017).

Embora a referida autonomia destacada na entrevista esteja voltada aos processos de trabalho, há outras questões em jogo: o sistema de produção da seringa foi sustentado pelo aviamento, sistema que nos dias atuais é objeto de uma gama de críticas formulada por diversos autores (WITKOSKI, 2010). Este sistema informal de financiamento da exploração da seringa é criticado por diversos autores (TEIXEIRA, 2008; NETO, 1979; ZANONI, 1979; WAGLEY, 1988) por criar uma relação de poder que submete os extrativistas a uma condição de subordinação aos aviadores, levando os mesmos a imergir em ciclo vicioso de endividamento na reprodução da atividade, recorrentemente degradante social e economicamente para trabalhadores.

À medida que os entrevistados se mobilizavam em lembranças das atividades cotidianas, as falas eram visivelmente permeadas por sentimentos de nostalgia. A extração da borracha, em especial, é importante referencial da memória afetiva das gerações mais antigas. Saudosismos que, nos dias atuais, convertem-se na manutenção da prática de riscar seringa em *hobby*, para não perder a habilidade (Figura 37). Da época da exploração, além da esperança de uma eventual revalorização econômica da atividade, capaz de estimular projeções futuras de alternativa de renda por parte dos entrevistados, expõe a afeição por referências que fundamentam as percepções e os sentimentos diante da prática. Neste sentido, retratam, mesmo que por meio de elementos sutilmente articulados, relações entre seringueiros e a atividade que extrapolam a dimensão econômica.

Figura 37 – Morador da comunidade Anã mostrando como riscar seringa.



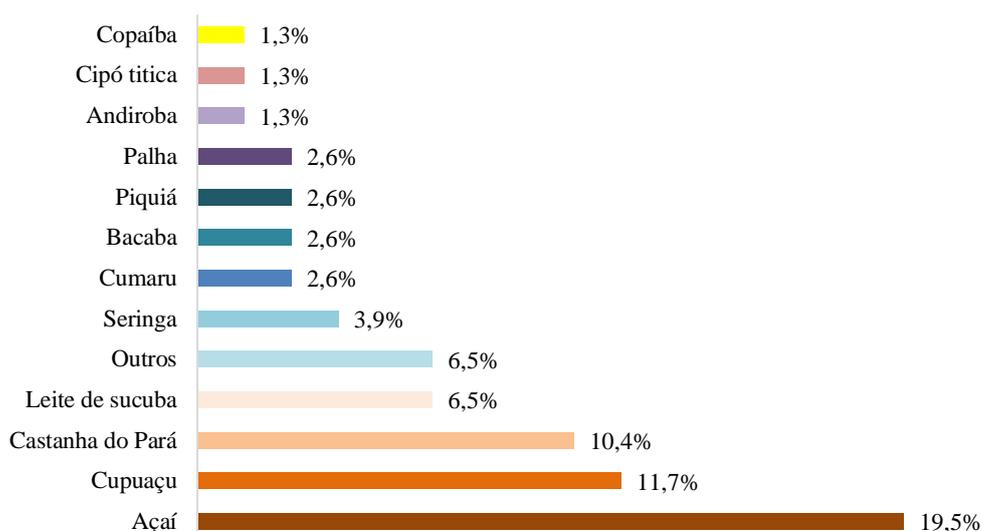
Fonte: Arquivos da pesquisa (2017).

Situação similar foi observada por Lelis (2016, p. 185) ao analisar os sistemas de governança de recursos comuns construídos por moradores da Resex Cazumbá-Iracema, no estado do Acre. A autora constatou que residentes naquela Resex alimentavam a “[...] esperança de um dia voltarem a sustentar suas famílias a partir do extrativismo da borracha”. Para os moradores por ela entrevistados, “[...] mais que um símbolo de luta por direitos, a seringueira, a mãe do extrativista, continua impregnada ao valor da terra, ao valor da vida daqueles que continuam à espera do eldorado” (LELIS, 2016, p. 185).

Além da seringa, os entrevistados se remetem ao passado ao citarem diversas práticas relacionadas ao extrativismo vegetal na região. Embora o extrativismo vegetal seja atividade presente na Resex, no atual contexto, a prática teve sua importância reduzida. De acordo com entrevistados, um dos motivos para o declínio da produção deve-se às limitações causadas pela idade avançada de alguns entrevistados, outros por terem seguido ocupações desvinculadas do extrativismo, ou ainda, alguns extrativistas viram a demanda pelos produtos findar.

Em diagnóstico realizado pelo ICMBio em 2014, referente ao inventário de famílias e moradores da Resex, constatou-se que, dentre moradores entrevistados em todas as *comunidades* da Reserva, 21,8% declararam ter realizado alguma atividade extrativista no ano de 2013. Os principais produtos oriundos do extrativismo estão ilustrados no Gráfico 8.

Gráfico 8 – Principais produtos agroextrativistas da Resex em 2013.



Fonte: Adaptado pelo autor a partir de dados do ICMBio (BRASIL, 2014).

Percebe-se que no âmbito do extrativismo vegetal, os produtos mais explorados são o açaí, o cupuaçu e a castanha. Em relação às atividades agrícolas, 36,6% das famílias da Reserva declararam ter realizado atividades agrícolas em 2013. O cultivo de mandioca e macaxeira são as atividades agrícolas mais praticadas pelos moradores da Resex (76,5% da amostra). Este dado realça a roça como fator importante à sobrevivência dos moradores.

Segundo Andrade e Silva (2017), com base em análise de dados obtidos em 2014 pelo IPAM referente a 56 famílias de Boim, a dinâmica produtiva das famílias engloba atividades extrativas e agropecuárias (Tabela 10), tanto para subsistência quanto para comercialização. A atividade extrativa é praticada por 37% das famílias. O produto com maior presença é o peixe, sendo a pesca praticada por 55% das famílias, seguido pela extração do piquiá (10%) e do uixi (10%). No total, o número de produtos oriundos da atividade extrativista é 14. A principal fonte de comercialização desses produtos é o mercado local, venda dos mesmos entre vizinhos e nas *comunidades* próximas (ANDRADE; SILVA, 2017).

As atividades agrícolas são realizadas por 57,4% dos comunitários, configurando um importante meio de subsistência para as famílias, distribuídas em 13 produtos cultivados. Os dados quantitativos mostram que a produção de farinha é a mais significativa, praticada por 80,6% dos entrevistados, seguida do milho (22,6%) e da mandioca (9,7%). O mercado local é o destino comercial mais comum para a produção agropecuária, mas em relação aos produtos oriundos do extrativismo, a comercialização com atravessadores é mais significativa, representando 25% das vendas. Já o mercado externo equivale a 8,3% da comercialização (ANDRADE; SILVA, 2017).

Tabela 10 – Resumo das atividades extrativas e agropecuárias dos comunitários.

	Atividade extrativa	Atividade agropecuária
Percentual de famílias	37%	57,4%
Principais produtos	Peixe (55%), piquiá (10%), uixi (10%), borracha, castanha do Pará, buriti, copaíba, açai, palha, cumaru, madeira, caldo da garapa, cupuaçu, breu branco	Farinha (80,6%), milho (22,6%), mandioca (9,7%), café, criação de galinhas, roça, hortaliça, jerimum, laranja, banana, feijão, abacaxi
Canais de comercialização	Mercado Local = 83,3% Mercado Externo = 16,7% Atravessador = 8,3%	Mercado Local = 66,7% Atravessador = 25% Mercado Externo = 8,3%

Fonte: Andrade e Silva (2017) a partir de dados do IPAM (2014).

Esses resultados coadunam com os de Ferreira (2000). Segundo a autora, na maioria dos municípios da região de Santarém, o tecido social do ambigualmente considerado rural é predominantemente formado por agricultores familiares, cujas atividades econômicas são pautadas no cultivo de lavoura branca (arroz, feijão, mandioca e milho) e no extrativismo de produtos florestais madeireiros e não-madeireiros (castanha-do-pará). Além da pecuária extensiva de baixa produtividade, a pesca se constitui como uma das principais atividades praticadas pelas populações ribeirinhas, sendo frequentemente desenvolvida em tempo parcial, uma vez que os pescadores artesanais são, ao mesmo tempo, agricultores e criadores de pequenos e grandes animais (FERREIRA, 2010).

O extrativismo animal (caça e pesca) são elementos constituintes da formação social da Amazônia (WITKOSKI, 2010). A caça e a pesca são práticas estratégicas às condições de existência das *comunidades* e dos moradores da Resex. Os entrevistados, ao falarem sobre as atividades de caça, referem-se a uma época anterior à criação da Reserva, em que a atividade desempenhava importante papel na subsistência da família e, comparativamente aos dias atuais, a caça era mais abundante. Em seus relatos, vão revelando a variedade de animais e técnicas empregadas na atividade.

A caça era atividade praticada eminentemente por homens, mas eventualmente mulheres e crianças também praticavam. Os relatos indicam que a prática entra em declínio à medida que os moradores vão se tornando mais velhos. Além de ser fonte de alimento às famílias, a caça estava associada ao fornecimento de alimento em momentos festivos, ou mutirões de trabalho e à obtenção de peles de animais para comercialização.

A caça foi muito afetada pelas atividades de exploração de madeira pelas empresas Amazonex e Santa Isabel, uma vez que a exploração madeireira reduziu a fauna. Moradores

que costumam andar pelas matas afirmam que recentemente têm observado maior presença de animais na floresta. Atribuem isso à institucionalização de legislação de proteção aos animais, especialmente após a criação da Reserva, acompanhada de regramento formal sobre a caça, da recomposição da floresta, da conscientização dos moradores sobre procedimentos sustentáveis, reduzindo o número de moradores adeptos à prática da caça e a proibição do uso de determinadas técnicas.

Desde 2013 é desenvolvido na Resex o *Programa de Monitoramento Participativo da Biodiversidade em Unidades de Conservação na Amazônia*, parceria entre o Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPÊ e o ICMBio. Boim e Anã estão entre as *comunidades* da Reserva que vem recebendo ações de monitoramento por meio deste programa. O programa consiste no monitoramento para avaliação e identificação de mudanças na biodiversidade que contribuam com o manejo dos recursos naturais, estratégias de conservação de espécies e gestão da área. É desenvolvido a partir da participação dos moradores por meio de coleta das imagens das câmeras fotográficas instaladas na floresta para monitoramento de mamíferos e também preenchimento de formulários trimestrais sobre questões relacionadas à biodiversidade. Entre 2013 e 2017 foram registrados diversos animais na Resex Tapajós-Arapiuns indicando bom estado de conservação da biodiversidade.

Se por um lado essas ações colaboram para a proteção da biodiversidade, por outro geram constrangimentos para moradores. De acordo com Tófoli et al. (2019) em estudo no qual apresentam alguns resultados desses estudos obtidos em várias UC, na Resex Tapajós-Arapiuns alguns comunitários descontentes com a presença das câmeras na floresta, consideraram este ato invasão de sua privacidade e hábitos tradicionais. Frente a essa situação, retiraram as câmeras e entregaram ao MPF (TÓFOLI et al., 2019). Para aqueles moradores, as câmeras representavam instrumentos de vigilância de suas práticas sociais e de reprodução.

Alguns entrevistados apontam que, após a criação da Resex, a caça passou a ser atividade controlada por uma série de restrições para sua prática. Enquanto alguns consideram essas restrições como benéficas, outros questionam essas medidas assinalando que as mesmas impactaram na cultura da região. Propõem revisão do Plano de Manejo institucionalizado em 2014. No Acordo de Gestão da Resex, das 51 normas definidas, 11 incidem sobre a fauna, dessas, quatro se referem à caça.

No contexto atual, a caça desempenha menor papel na subsistência das famílias. Pela avaliação de entrevistados, devido à dificuldade de encontrar animais próximos às *comunidades*, ter poucos caçadores e à necessidade de adentrarem as matas em busca de

animais. Também citam como ameaça os recorrentes incêndios que destroem a floresta, *habitats* e alimentos dos animais.

A pesca praticada na Resex tem como fim principal a subsistência das famílias. Os rios, igarapés e lagos são os principais ambientes de pesca. Dessa atividade, assim como as demais, também participam crianças e mulheres, embora esteja mais associada aos homens.

A pesca constitui importante fonte de alimentos para os moradores da Reserva. Nas conversas, ao se reportarem à pesca, os moradores valorizaram nas falas a importância da atividade pesqueira, suas inserções nesta prática, da sua relação com as festividades e sociabilidade, da fartura do pescado em tempos passados e algumas rápidas menções a conflitos de pesca.

No entanto, em conversas informais e a partir das participações em reuniões do Conselho Deliberativo da Reserva e visitas exploratórias a algumas *comunidades*, constatei que a pesca é uma das questões que mais geram conflitos na Resex. Um dos motivos dessas disputas pude presenciar no dia 29 de agosto de 2016, enquanto dirigia-me a bordo de uma lancha para Parauá, *comunidade* do rio Tapajós, situada a aproximadamente 40 km a jusante de Boim. Naquela ocasião nos deparamos com 42 *bajaras*⁴⁰ posicionadas próximas à margem esquerda do rio Tapajós e no meio do rio havia uma embarcação maior, chamada localmente de geleira, utilizada para armazenamento de peixes. De acordo com o mestre e com o contramestre da embarcação em que viajávamos, aquela formação indicava que estava em curso um arrastão de pesca.

Ao chegarmos à comunidade a qual nos dirigíamos, fomos recebidos por alguns comunitários que de imediato começaram a relatar suas indignações sobre as frequentes pescas predatórias realizadas nas áreas onde os comunitários pescam de forma artesanal. A pesca predatória praticada por pescadores profissionais tem causado muitos problemas na região. Segundo explicação dos comunitários, esses pescadores vêm de outros lugares atrás de determinados peixes, acabam utilizando redes de pesca com malhas muito finas, que são menos seletivas. Com isso, muitos peixes que não interessam aos pescadores acabam morrendo e sendo jogados de volta ao rio. Há uma preocupação generalizada porque, além da diminuição de peixe na região, comunitários começam a se organizar para medidas retaliativas mais drásticas contra esses pescadores, inclusive de forma violenta.

⁴⁰ Bajaras são embarcações pequenas, construídas com madeira. Muito comum entre populações *ribeirinhas* da Amazônia.

De acordo com o Plano de Manejo da Resex, todas as *comunidades* da Reserva possuem regras visando dirimir impactos no estoque pesqueiro e mitigar os conflitos relacionados à atividade. Com vistas a discutir essa questão, foi realizada, na segunda quinzena de outubro de 2016 uma audiência pública na cidade de Santarém para buscar alternativas de solução desse impasse. Uma das ideias que surgiu entre os comunitários e que vem ganhando forma a cada reunião, foi elaborada a partir do questionamento de uma liderança comunitária: ‘se nós brigamos para conseguir ficar com a terra, por que não brigamos para ficar com o rio?’. A proposta consiste em transformar o trecho do rio contíguo às áreas da Floresta Nacional do Tapajós e a Resex em UC.

Na data de 27 de março de 2017, foi realizada reunião com o Conselho Deliberativo da Resex juntamente com o conselho da Flona Tapajós para discussão e definição de ações conjuntas das duas UC sobre a questão da pesca predatória no rio Tapajós. O desafio de moradores e gestores da Reserva tem sido encontrar soluções viáveis e adaptadas à realidade local para controlar os conflitos em torno da pesca.

Em estudo realizado pelo ICMBio, mencionado anteriormente, em 2013 constatou-se que 35,1% da amostragem dos moradores da Resex realizaram atividades pesqueiras naquele ano. O peixe é um dos principais itens da alimentação regional, mas em anos recentes tem sido um item cada vez mais escasso no rio Arapiuns.

Outra forma de extrativismo, já comentada em capítulos anteriores por entrevistados da *comunidade* Anã refere-se à exploração do mel de abelha meliponas (abelhas sem ferrão). Em conversas informais com membros de uma das famílias que me ofereceu hospedagem em Anã, o chefe do grupo familiar, de 68 anos de idade, agricultor aposentado, relatou que a extração do mel de abelhas nativas sem ferrão constitui atividade antiga praticada por vários moradores da região. Porém, ele observa que, a mesma era praticada de uma forma que nos dias atuais seria considerada predatória. Quando se deparavam com colmeias com mel, na maioria das vezes, o procedimento para retirada do mel comprometia a árvore e a colônia de abelhas, podendo até mesmo levar à destruição de ambas. Como frisou o agricultor, após a criação da Resex, os moradores tiveram a oportunidade de participar de diversos cursos de apicultura oferecidos por entidades de Santarém.

Ao se lançar o olhar sobre as práticas agrícolas dos entrevistados, a roça desponta como referência de muitas lembranças. O roçado, como dizem os entrevistados, forma um subsistema onde o cultivo da mandioca e a macaxeira são imprescindíveis, podendo estar associado ao

cultivo de outras plantas, como o milho, o feijão, o arroz e jerimum. Ao referirem-se ao cultivo da mandioca, os entrevistados mencionam várias características dessa atividade.

Era assim que a gente trabalhava, além da seringa a gente trabalhava na roça, tinha muita roça, muita. Não era pouco não, era de 10 tarefas para frente, a nossa roça. [...] era eu, meu pai, meus irmãos que eram pequeninhos ainda, geralmente os ‘doisinho’ não iam, e meu pai, meu avô, ele era bom de trabalho, meu pai era novo ainda, minha avó, minha tia, essa que ainda agora estava aqui (Moradora da *comunidade* Boim, 35 anos, agricultora, 2017).

Conforme mencionado anteriormente, a produção na roça envolvia toda a família, com exceção das crianças que ainda não estavam em idade de trabalhar, geralmente as menores de sete (7) anos de idade. A produção visava garantir a subsistência da família, implicando trabalho de todos (Figura 38).

Figura 38 – Roça de macaxeira na *comunidade* Anã.



Fonte: Arquivos da pesquisa (2017).

Com efeito, enquanto alguns entrevistados ressaltam mais lembranças das roças de mandioca, de modo geral as falas revelam que havia diversificação produtiva. No trecho reproduzido a seguir, o entrevistado de 40 anos de idade associa a diversificação da produção de sua família à vitalidade de seus pais, que ainda eram jovens, nas décadas de 1980/90. Acentua, além da obrigatoriedade de ter que ajudar nas tarefas, a dimensão do trabalho, frisando que a casa de farinha estava alocada no quintal de sua casa.

Minha família plantava de tudo, roça de mandioca, jerimum, milho. Naquele tempo eles eram mais novos e plantavam de tudo. A agente tinha que ajudar. Tinha casa de farinha no nosso quintal (Morador da *comunidade* Boim, 40 anos, funcionário público, 2017).

Além da diversificação produtiva, os entrevistados enfatizam as condições e canais de comercialização da produção, as unidades de medidas utilizadas à época, as possibilidades de geração de recurso financeiro, o calendário agrícola. Como expressão de uma época passada, são citados termos e expressões que explicitam um vocabulário antigo, distante de nossos dias atuais. Assim como o cultivo do tabaco, que há muito tempo deixou de figurar com expressividade no estado do Pará.

Tudo nas feiras. Levava e vendia banana, laranja, limão, farinha de mandioca [...] ‘empaneirada’. Você já viu alguma vez? Vendia meio alquer, um alquer, breu, jutaíca, semente de cumarú, vendia o sernambi, látex, carimã, tapioca, polvilho, tudo. Sei que quando íamos conferir o dinheiro, era um pouquinho daqui e dali e fazia um monte. Naquele tempo tinha a liberdade de entrar embaixo de uma ‘toldinha’, põe a maleta de pau ainda para fora, destranca e vamos conferir o dinheiro [...] Comprava mercadoria tudo em saca, que não era como hoje tudo em quilo, um saco de açúcar (saca de 60 kg), escolhia se comprava açúcar branco ou açúcar moreno. Açúcar moreno era mais barato, açúcar branco era mais caro. Comprava todos os dois que aqui vendia. E o caixeiro, naquele tempo tinha aqueles cadernos de papel grosso de ‘quilar’. Vamos dizer, pegava meio quilo de... um quilo de açúcar e pesava na balança, botava primeiro o papel [...]. E ainda plantava tabaco, meu pai plantava tabaco, nessa idade papai tinha uma tarefa de tabaco, uma ou duas tarefas de tabaco e fazia o molho. E eu tinha um pedaço também meu, para aprender, assim como ele me dizia, “bora catar o tabacal?” Aí eu chegava e ia aprender com ele a catar, a tirar aquelas ‘ovinhas’ do gafanhoto, tirar tudinho, quando ele estava bom, apanhava, levava para casa e botava no sereno e aí vinha destalar tudinho e ele ia preparar o tabaco, o molho do tabaco deste tamanho (Morador da *comunidade* Boim, 69 anos, agricultor aposentado, 2017).

É, fizemos muito isso, fizemos muito carvão, criamos um bocado de galinha, era pato, era peru, era porco, até boi nós tivemos. [...] Ah, fizemos bem farinha. Plantava a maniva, plantava o feijão. Vamos dizer, esse tempo era o tempo de colher o arroz. E aí mês de abril também plantava o feijão, o milho a gente já plantava antes, janeiro, dependendo da chuva. Porque molhou o chão o milho nasce, aí ele cresce um pouquinho, mas se o verão bater ele morre todinho. E se plantar muito atrasado ele não vai encher também, mesma coisa do arroz (Moradora da *comunidade* Boim, 71 anos, professora aposentada, 2017).

A roça salienta importantes aspectos que ajudam na compreensão das formas de viver e trabalhar. A exteriorização das lembranças dos entrevistados contrapõe uma época anterior à criação da Resex, na qual a produção de mandioca e sua posterior transformação em produto, a farinha, era atividade partilhada por todas as famílias, dificultando a comercialização do produto. Ao passo que, no momento presente, deixando subentender que houve redução da

produção, há mais facilidade na comercialização do produto entre moradores da própria comunidade.

Mas já trabalhamos muito na mandioca, era nossa produção aqui. Todo mundo trabalhava nela, tudo tinha roça. Aí a gente queria vender um quilo de farinha e não podia, porque não tinha para quem vender. Agora não, se tu tem farinha vem um e pergunta: ‘fulano me vende um quilo?’ Se a gente tem, vai vendendo. Mas fazemos uma torração por semana, mais ou menos, às vezes faz uma a cada duas semanas. De primeiro não, a gente fazia montueiro de mandioca em casa, filho e até as filhas iam tudo descascar mandioca, tudo trabalhando, porque a gente tinha que vender para poder sobreviver daquilo. Mas trabalhava muito, trabalhava puxado mesmo. Aí trabalhava na farinha, trabalhava fazendo roça, capinando, era muito puxado, tudo um pouco, ‘sacrificoso’ (Morador da *comunidade* Anã, 68 anos, agricultor aposentado, 2017).

Se por um lado a roça e a produção de farinha constituíam-se como essenciais à subsistência da família, por outro, é associada a trabalho árduo, exigente em mão de obra de homens e mulheres, independente de idade. A penosidade do trabalho com a roça de mandioca é apontada como um dos motivos para a diminuição desta atividade nos dias correntes, somada a questões mais amplas.

Mas é muito difícil trabalhar na mandioca, Deus o livre. Porque a gente trabalha na colônia, quando a gente vai para lá e não quer voltar, trabalha pela noite mesmo. Porque se na casa tiver dez pessoas, tem trabalho para as dez, porque ocupa tudinho. Já outros trabalhos não, uma pessoa pode fazer, mas a mandioca não. Querer fazer porção, tem que ter porção de gente, é assim. Aí vai vender, não compensa o trabalho de todo mundo, de toda a gente para fazer um saco de farinha. O melhor mesmo é fazer e comer, daí sim, daí tem resultado. Por aqui parece que está, eu não sei bem, mas parece que é uns duzentos reais o saco. Porque aqui o quilo é cinco reais. Aqui essa comunidade já foi terra de exportar farinha para Santarém. [...] Hoje não, tem poucos que trabalham na farinha. [...] As pessoas já não tem mais tempo de cuidar de roça, aí ele prefere comprar do que fazer. Aí o pessoal que faz, vende tudo aqui. Olha, para Santarém é difícil ir um saco de farinha, só se for uma encomenda, aí vai. Mas dizer que tem gente fazendo farinha para exportar para Santarém, não tem, como a gente fazia antes, não. A gente fretava barco para levar a produção, que naquele tempo era no “paneiro” empalhado, não era no saco. Agora não, é no saco. Mas é coisa mais difícil uma pessoa fazer um saco de farinha, custa muito. É muito trabalhoso, tem que carregar muito peso, carregar ela da roça para casa, é trabalho pesado. Eu não me meto mais com esse trabalho de torrar farinha, aquela fumaça “esculhamba” a vista da gente, aquilo faz muito mal para a vista, aí eu não torro mais farinha. O dia que eu fui ajudar o menino aqui, fiquei com o olho tão ruim, quase três dias para clarear bem minha vista. Aquela fumaça dói muito e quem tem vista boa nem sente. Eu acho que é por causa da idade também, a gente vai se desgastando (Morador da *comunidade* Anã, 68 anos, agricultor aposentado, 2017).

Mesmo diante das dificuldades enfrentadas para a produção da mandioca e da farinha, o agricultor aposentado ressalta a valorização da produção para o autoconsumo. As limitações da idade o impedem de seguir com as atividades laborais com a mesma intensidade e ritmo de

quando era mais jovem, situação partilhada por outros entrevistados. Outro aspecto citado pelo agricultor como motivo para redução das atividades agrícolas é o surgimento de novas ocupações na *comunidade*. Por ela estar associada a fatores mais amplos, voltarei a refletir sobre esta questão mais à frente. Por ora, prolongo um pouco mais a análise no aspecto da carga de trabalho.

Notadamente as falas sugerem, das duas gerações de entrevistados, que a produção da qual falam já não faz mais parte de seus atuais contextos de vida. Mesmo a entrevistada mais jovem, de 35 anos de idade, que se identifica como agricultora, afirmou que naquele momento da entrevista não estava cultivando roça de mandioca porque tinha que cuidar dos filhos menores. Para outro interlocutor de 69 anos de idade, que se identifica como agricultor aposentado, morador de Boim, a percepção da maior presença de práticas agrícolas em tempos passados, identifica-se com vários aspectos, entre os quais, uma economia local assentada na dependência de geração de renda através da roça e da farinha.

Antigamente, a produção na Resex era muito maior do que é hoje, é verdade. Porque naquele tempo você fazia a sua renda através da produção, se eu produzir muita farinha, ‘paneiros’ de farinha (10, 20, 30, 50 paneiros de farinha) eu tenho uma renda boa. Para mim produzir 50 paneiros de farinha, eu tenho que ter uma roça grande (Morador da *comunidade* Boim, 69 anos, agricultor aposentado, 2017).

Ao contrapor experiências passadas na produção de farinha, com o contexto atual, entrevistados analisam de forma crítica a diminuição da produção. Citam como argumento transformações tecnológicas no processo de fabricação que, para eles, são comodidades que tornaram o trabalho menos penoso.

[...] hoje já não é tanto puxado. Naquela época a gente pegava umas latas que vinham com óleo de cozinha. A gente pegava um prego e fazia um ralo para ralar a mandioca. A mistura que a gente diz. Meu irmão, isso aqui [mostrando uma saliência em sua mão], agora já sumiu. Era só assim para ralar tudinho aquilo [mandioca]. Três, quatro paneiros, que vinha ‘tapado’ de mandioca para a gente. Hoje não. Hoje você já tem um motorzinho e vai só já sevando. Acabou aquele sacrifício medonho que a gente passava. Era muito mais braçal e a gente se cortava naquele ralo que tinha. Machucava. Por isso que eu digo: muitas coisas de hoje, se a gente for falar para esses que estão vindo, eles só podem acreditar se eles virem como era, porque já não tem mais. Hoje, aquela dificuldade que a gente passava, já tem uma facilidade para eles (Moradora da *comunidade* Boim, 65 anos, agricultora aposentada, 2017).

Contudo, nem todos os itens citados pela entrevistada estão disponíveis aos moradores. Há moradores que ainda não conseguiram capitalizar o bastante para adquirir e manter um motor para ralar mandioca. Os conjuntos de fotos a seguir ilustram distintas situações de

trabalho de campo em que pude acompanhar os moradores em suas atividades laborais na roça e registrar tanto a presença quanto a ausência desses equipamentos.

De fato, quando os entrevistados foram impelidos a falar sobre suas percepções em relação às mudanças nos modos de vida, as narrativas foram imbuídas de referências às mudanças nos processos de trabalho. O relato de um morador de Boim que trabalhou na exploração da seringa e na roça de mandioca por muito tempo, ressalta que a grande diferença é que, antigamente, o trabalho na roça era muito braçal, mas que nos dias correntes, é difícil encontrar alguma família ralando mandioca no ralo. Ele foi substituído pelo motor, o tipiti cedeu espaço à prensa. Inovações tecnológicas que alteraram o processo de fabricação da farinha e que conferiram certo conforto nos trabalhos (Figura 39 a 42).

Figura 39 – Vista de componente do motor para ralar mandioca (Anã).



Fonte: Arquivos da pesquisa (2018).

Figura 40 – Moradora de Anã com ralador artesanal de mandioca (Anã).



Fonte: Arquivos da pesquisa (2018).

Figura 41 – Detalhe do ralador manual de mandioca (Anã).



Fonte: Arquivos da pesquisa (2018).

Figura 42 – Chapa de ferro para torrar derivados da mandioca (Anã).



Fonte: Arquivos da pesquisa (2018).

Em relação à evolução tecnológica na fabricação da farinha, Witkoski (2010, p. 212) em estudo realizado com camponeses no Estado do Amazonas, ressalta que os métodos empregados no processo são os mesmos utilizados “pelos seus ancestrais diretos – os ameríndios”. O autor ressalta que as inovações na fabricação de farinha ficam por conta da chapa de ferro que substituiu a de barro e do emprego de motores a combustão.

Além dessas inovações tecnológicas em contraponto aos padrões tradicionais de trabalho, nos discursos também estão presentes mudanças na socialização dos moradores entre si e em sua relação com os mercados. Um informante de Anã afirma que, antes da criação da Resex, nas viagens de Anã para Santarém, as refeições eram feitas de forma improvisada com a colaboração do que cada um havia levado ou podia contribuir naquele momento. Atitude reconhecida e valorizada como importante expressão de coesão social, contrapondo o hábito vigente atualmente, onde cada um é responsável por sua alimentação.

Em relação aos relatos de diminuição de roçados, é interessante observar alguns dados sobre as solicitações de autorização para elaboração de roçado fornecidas pelo órgão gestor da Resex Tapajós-Arapiuns. Desde 2014 o ICMBio mantém registro com histórico das solicitações de autorização para realização de roçados. Embora nem todos os moradores que solicitam a autorização de fato realize o plantio, a partir do histórico dessas solicitações é possível delinear alguns indicativos. No Boletim Informativo Dois Rios, nº 07.2017 – Ano 02, é apresentado uma breve análise de três anos de registro de solicitações de roçados, o Quadro 5 a seguir resume alguns dados.

Quadro 5 – Histórico das solicitações de autorização para realização de roçados.

Ano	Comunidades que solicitaram autorização		Famílias que solicitaram autorização		Tarefas* solicitadas em área de capoeira		Tarefas solicitadas em área de floresta		Nº Total de tarefas solicitadas
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº
2014	65	86,5	2.015	58	6.473	77,5	1.882	22,5	8.355
2015	51	69	1.455	42	4.241	78	1.206	22	5.447
2016	42	57	1.215	35	3.851	83	776	17	4.627
Média	52	70	1.562	45	4.855	79	1.288	21	6.143

Fonte: Adaptado a partir de dados do ICMBio (BRASIL, 2017).

* Uma tarefa equivale a aproximadamente 0,3 hectares.

Os dados do Quadro 5 indicam que no período entre os anos de 2014 a 2016, de um total de 74 *comunidades* da Resex, 52 (70%) solicitaram autorização para realização de roçados. Redução de 29,5% no número de *comunidades* que solicitaram autorizações no período considerado. A tendência de redução também é verificada no número de famílias que

solicitaram autorização, no período considerado foi de 23%. De acordo com o referido Boletim, na Resex há cerca de 3.500 famílias, no decorrer dos três anos, aproximadamente 45% (ou 1.562) das famílias solicitaram autorização. Os dados indicam ainda que a maioria das solicitações são para área de capoeira (79%).

É pertinente refletir sobre uma questão levantada por vários entrevistados. Trata-se da ordem tradicional na geração de renda e produção de alimentos. Antes da criação da Resex, essa ordem estava assentada para uma e para outra finalidade, nas atividades agrícolas e extrativas. No período anterior à criação da Reserva, porém, acentuada a partir da criação da mesma, essa tradição passa a ser influenciada pela introdução de outras formas de atendimento dessas necessidades. A produção agrícola na roça era responsável pela subsistência, associada às práticas extrativistas, cujo principal objetivo era o autoconsumo, mas também a geração de divisas para obtenção de mercadorias que não eram produzidas localmente.

Sobre a influência do surgimento de novas ocupações, antes da criação da Resex, entrevistados de Boim falaram da interferência da madeireira Amazonex com a oferta de postos de trabalho a serem preenchidos com a mão de obra de moradores de *comunidades* próximas às áreas de exploração florestal da empresa. As ocupações impactaram as práticas agrícolas, já que os homens empregados pela empresa deixavam de trabalhar na roça para atuar na exploração de madeira. Perspectiva reforçada por entrevistados ao afirmarem que na época, a mesma empresa instalou em Tucumatuba, *comunidade* do rio Tapajós, um ponto de comercialização de produtos alimentícios.

Pelo que eu lembro, a agricultura começou a decair porque os homens, os filhos, jovens adultos, eles iam trabalhar para lá (na madeireira), aí não se preocupavam. Trabalhavam para Amazonex né. Mas assim, mesmo hoje ainda existe gente que diz que se a Amazonex tivesse aqui, a gente teria mudado muito bem de vida. Estaria bem, porque todo tempo estaria ganhando dinheiro. E veja só, os próprios funcionários de lá (da Amazonex), eles não eram assim muito, não tinham uma vida melhor porque eles não cuidavam de ter uma casa melhor, ter coisas melhores, aquilo ia acabando ali mesmo. Eles (Amazonex) montaram um supermercado, foi bom, porque a gente não ia na cidade, comprava aqui, só ia buscar o dinheiro e chegava aqui e ia comprar. Era deles mesmo, aí foi, foi e acabou também (Moradora da *comunidade* Boim, 71 anos, professora aposentada, 2017).

A vinda da Amazonex impactou a agricultura. Impacto teve sim, porque uma grande parte das pessoas eram servidores da empresa, isso fez com que diminuísse a produção. Quem ficava para cuidar? Só as mulheres e os filhos, então eles não conseguiam mais fazer roçados grandes. Então, dessa forma que eu vejo o impacto, foi reduzindo, porque não tinham tempo para cuidar (Morador da *comunidade* Boim, 51 anos, professor, 2017).

Olha, de lá para cá, mesmo depois que virou Resex, mudou muito isso aqui, foi calmando mais. Aí apareceram outros empregos, como tem o colégio, meus filhos são

funcionários no colégio. Então já não tem como ir trabalhar na lavoura, tem que atender ali, tem que ser tudo certinho. Meus filhos, um é servente na escola da vila, ele trabalhava muito em roça, agora ele nem tem mais roça porque não tem tempo de ir lá. Aí ele também trabalha no turismo da comunidade, aí ele não tem roça. Nós todo tempo trabalhamos todos juntos, graças a Deus (Morador da *comunidade* Anã, 68 anos, agricultor aposentado, 2017).

Em Boim, em levantamento realizado em maio de 2017, por lideranças comunitárias, para verificação de quantos funcionários públicos havia na *comunidade* naquele momento, constatou-se que, de uma população total de 368 pessoas, 20 ocupavam posição de funcionários públicos. Referindo-se à diminuição das práticas agrícolas, um entrevistado afirma que, o considerado elevado número de funcionários públicos, somados ao número de aposentados, que somavam 58 pessoas em 2017, além das pessoas contempladas com transferência de renda via programas governamentais, tornavam a *comunidade* rica.

Por isso que eu digo que nossa *comunidade* é considerada rica. A maioria da população ou é aposentada ou é funcionário. Bem poucos trabalham na agricultura. Os que não são aposentados e nem funcionário, ganham bolsa família, bolsa verde (Morador da *comunidade* Boim, 40 anos, funcionário público, 2017).

É importante realçar um ponto fundamental a partir das falas dos entrevistados, no que se refere às transformações no trabalho e nas relações de troca. Anteriormente à criação da Resex, dentre as várias relações sociais dos moradores, as relações de trocas não estavam assentadas apenas em regras impostas por um sistema mercantil. Era muito comum a troca de alimento por outro e inclusive a troca de dia de trabalho, organização cooperativa no preparo de roças. Organizações coletivas em forma de mutirões, sistemas que congregam moradores para troca de dia de trabalho, são conhecidos localmente como ‘puxirum’. Essa prática outrora constituiu importante forma de cooperação baseada na lógica da troca do dia de trabalho e ajuda mútua, mas, seus significados também estavam relacionados à sociabilidade das famílias envolvidas, dinâmicas sociais costumeiras pautadas na interdependência. O puxirum envolve homens, mulheres, jovens e até crianças, no auxílio de outra família no preparo de área para instalação de roça (derrubada de árvores, capinar, roçar, etc.), agregação que exige muita organização para alimentação dos trabalhadores e execução da tarefa prevista (ANDRADE; SILVA, 2019). Todo o fornecimento de alimentação e bebida é responsabilidade da família que está organizando o puxirum. Os convidados ou moradores que decidem voluntariamente participar, cabe fornecer sua força de trabalho e os instrumentos necessários para as atividades (machado, terçado, enxada, em alguns casos, motosserras).

Antes da Resex o povo trabalhava com a grande ferramenta que era o Puxirum. Puxirum para abrir palha, para cobrir casa, embarrear sua casa, para fazer limpeza de estradas de roças, as ruas. Puxirum para fazer suas roças, dava 60, 70 pessoas para fazer. [...] Naquele tempo era troca de trabalho, eu convidei 40 homens para fazer a minha roça, em um segundo aprontou a roça. Só que eu vou ter que ajudar 40 homens, 40 vezes. Era 40 chegar e acabou, é rápido. [...] Era a única ferramenta que eles tinham, meu pai e os antigos. Ainda cheguei a provar um pouco, ainda fui ‘aguadeiro’, molharam várias vezes a minha cabeça com ‘tarubá’ e certas vezes eu também bebia um golinho e ia passando. Eu estava novinho naquele tempo, 12 anos já era aguadeiro. Levava o ‘tarubá’ na roça e fazia mandado (Morador da *comunidade* Boim, 69 anos, agricultor aposentado, 2017).

Os moradores mais antigos com os quais conversei, que seguiam a tradição do puxirum, ao narrarem suas experiências com essa prática, deixam transparecer sentimentos de alegria e pesar. Para além da atividade laboral, descrevem o puxirum como momentos de confraternização, de importante significação social, de encontrar amigos, conversar, entoar cânticos, contar histórias, ficar ‘porre’ com o tarubá, de fartas refeições. O tarubá é uma bebida produzida a partir da mandioca, não contém álcool, mas quando consumida em excesso pode embriagar, ou como dizem na região, ‘ficar porre’. O puxirum expressa uma forma de organização em que as ações são distribuídas por tarefas: preparo da alimentação, derrubada de árvores grandes e capoeiras, aguadeiros (distribuem água e tarubá aos trabalhadores), capitão (coordena as ações de derrubada da mata). O número de pessoas participantes é um indicativo das relações que a família mantém na *comunidade*, quanto maior o número de participantes, mais bem relacionada é a família. Segundo entrevistados, o investimento na alimentação também é um atrativo aos participantes, a família anfitriã deve oferecer boas refeições, correndo o risco de ser mal falado por moradores descontentes com a recepção.

Matos e Ferreira (2007) em estudo em que analisam a prática do puxirum no plantio da roça em *comunidades* rurais no município de Boa Vista do Ramos, estado do Amazonas, consideram a prática uma conveniência, haja vista que o trabalho de até 30 dias de uma família é realizado em apenas algumas horas com a participação de 40/50 trabalhadores. Naquele contexto os autores identificaram mudanças nesta prática causadas pelo acesso dos moradores ao recurso de programas públicos de assistência social e de transferência de renda, tais como aposentadorias, bolsa escola, seguro desemprego, mas também pelo acesso dos moradores a recursos para financiamento de roças, aquisição de ferramentas e máquinas, investimento em infraestrutura como currais e pastagens (MATOS; FERREIRA, 2007). Enfim, a entrada de capital monetário na mediação das relações.

Característica marcante desta prática nas relações dos moradores da Resex Tapajós-Arapiuns, o puxirum foi por muito tempo a ordem tradicional na qual estava fundamentada a

socialização das famílias, prática carregada de significados que foi abalada também pelas transformações no mundo do trabalho e das trocas. Os trechos dos relatos reproduzidos a seguir ilustram alguns dilemas que no atual contexto permeiam essa questão.

Quando o puxirum começou a acabar? Acho que foi a partir do momento que começou a entrar o dinheiro, antes só era aquela troca de mercadoria, não tinha, não existia dinheiro. Não tinha como lhe pagar, então eu pagava com troca de trabalho. Depois que começou a chegar o dinheiro para a *comunidade*, aí começou a mudar. Aquelas pessoas que tinham mais posse ‘não vou fazer a roça, vou pagar alguém para fazer para mim’. E nisso já foi se perdendo aquela cultura que a gente tinha de cooperação. Porque o dinheiro influenciou muito nisso. Até hoje, só vou se me pagar diária, se não, não vou. É porque eu quero comprar um celular, 10 diárias praticamente tu compra um celular. A tecnologia também influenciou muito na mudança de cultura (Morador da *comunidade* Boim, 40 anos, funcionário público, 2017).

Hoje não, mudou tudo, hoje é diária. Quanto é minha diária? É tanto. Vou te ajudar na roça então, paga a minha diária. [...] Essa prática veio se perdendo depois que houve o avanço do sistema capitalista. Por exemplo, nós aqui na Resex usávamos essa prática do puxirum, ainda funciona, mas não é forte como era antes. [...] Então, o sistema capitalista envenenou nossa cabeça de tal forma que a gente vai perdendo nossa cultura sem saber (Morador da *comunidade* Boim, 69 anos, agricultor aposentado, 2017).

Aí já foi a época que pouco se trabalhava o puxirum, porque em épocas anteriores, dos meus irmãos mais velhos, isso era comum, muito comum mesmo. O puxirum era um grupo de pessoas que hoje trabalhava no trabalho de um, amanhã no de outro. Se desse 20 aqui hoje, amanhã era 20 ou mais até, tudo se ajudava. Já na época depois que eu voltei, na década de 1980, isso aqui já tinha reduzido grandemente. Já era mais assim, eu faço o meu, tu faz o teu. Ou tu faz lá, mas eu te pago. Já tinha essa troca do serviço pela moeda, nessa época de 1980. [...] A técnica do puxirum acabou, acredito que foi por conta da, não da comercialização, mas a questão do lucro, buscar o capital. Porque no puxirum ele tinha ajuda. Ajuda de trabalho, com o passar do tempo já foi sendo pago, ele gerava lucro. Ele podia até não fazer o roçado também, mas ele ia ganhar por ajudar a fazer o serviço do outro, é o que às vezes ainda acontece. Muita gente não tem roçado mais, mas vai participar porque vai ganhar, a questão da troca do serviço pela moeda. Gera lucro, então essa questão da moeda fez com que perdesse toda essa gama da ajuda mútua um do outro (Morador da *comunidade* Boim, 51 anos, professor, 2017).

Como assinalado pelos entrevistados, a mudança de uma prática tradicional, caracterizada por relações de interdependência através da ajuda mútua que gera uma dívida que deverá ser paga da mesma forma, com o trabalho, a secundarização do puxirum é atribuída à mercantilização da força de trabalho. A introdução de uma economia monetarizada a partir de 1980, pode-se dizer que proporcionada por certa ‘democratização’ do dinheiro, a qual foi promovida pela oferta de trabalho assalariado nas *comunidades*, surtiu efeitos substanciais nas relações de trabalho e produção.

Primeiro, atendendo a demanda das madeiras, os homens que se dedicavam eminentemente às práticas extrativas e agrícolas, com o acesso ao recurso financeiro fruto do

assalariamento na empresa madeireira, relegaram a segundo plano as práticas produtivas. Os que ainda continuaram passaram a pagar outros moradores para fazerem o serviço que antes era realizado através do puxirum. A entrada em cena do dinheiro demarcou modificações que estavam em curso e que iriam determinar outros rumos nas regulamentações sociais na *comunidade*.

Posteriormente, em processo de reafirmação dessa dinâmica, o surgimento de instituições do estado para prestação de serviço de educação e saúde, funções administrativas do governo municipal e a distribuição de renda via amparos sociais através de programas como o Bolsa Família, Bolsa Verde, Seguro Defeso, aposentadoria e seguro desemprego, aumentou a circulação de dinheiro entre os moradores das *comunidades*. Moradores com um pouco mais de instrução ingressaram no quadro do funcionalismo público, funções valorizadas nas *comunidades*. No Relatório de Gestão da Resex referente aos anos de 2010 e 2015, elaborado pelo ICMBio, constatou-se que entre 2011 e 2015, cerca de 1.834 famílias haviam sido contempladas com R\$ 300,00. De acordo com a projeção realizada pelos representantes delegados do órgão, especula-se que no período tenham sido injetados R\$ 2.200.000,00 por ano na Resex.

Referindo-se aos programas de assistência social de transferência de renda, entrevistados observam com crítica a ação do Estado ao implementar certos programas porque acabam sendo interpretados de forma inadequada pelos beneficiários. Desta forma, um auxílio que deveria ser uma assistência temporária, é tomado como um direito adquirido e os beneficiários passam a depender desse recurso para sua sobrevivência. Os trechos a seguir reproduzidos demonstram algumas opiniões de moradores entrevistados.

Antigamente as famílias praticavam a agricultura e o extrativismo, pesca, caça. Hoje em dia são poucas pessoas que praticam. São poucas pessoas e quando produz é muito pouco, no máximo duas tarefas que equivalem a 50 m². Aí é muito pouco. E por que será que as pessoas não estão mais plantando mandioca? Nós atribuímos isso, que é muito criticado, aos benefícios que o governo coloca, houve um mau entendimento. A gente comenta com os colegas que houve um mau entendimento, má interpretação. O governo disse:

- Eu vou te dar um valor para te ajudar.

E o povo entendeu que seria suficiente R\$ 120,00. E aí:

- Eu vou parar de produzir minha farinha, não vou mais viver no sol quente. Eu prefiro ficar recebendo esses R\$ 120,00.

Que não é real, né? É fictício, esse valor é um valor fictício. Então eu fico em casa me embalando, no final do mês eu vou, ou peço para alguém receber meu dinheiro, fico com um troco, compro um pouco de farinha aqui. Vou levando de pouquinho. E isso fez com que a maioria das pessoas deixassem, já não produz mais (Morador da *comunidade* Boim, 51 anos, professor, 2017).

Hoje, através de alguns programas do governo que prendeu um pouco demais, bolsa família, bolsa verde, aposentadoria, auxílio doença, salário maternidade. Porque antes os nossos pais, infelizmente, não tinham esse direito. Direito se tinha, mas não eram protegidos por essa lei que amparasse e tornasse pelo menos uma gratificação um salário, pelo menos alguma coisa pela sua aposentadoria. Eu conheço muitos senhores, coitados, velhinhos que para tirar o seu açúcar ou seu café, tremendo, estavam no pé de uma seringueira cortando seringa para fazer borracha para vender. Hoje me sinto feliz, não só eu, mas todos que conseguiram chegar com seus 60 anos aposentados. Quem dera se antes eles tivessem (Morador da *comunidade* Boim, 69 anos, agricultor aposentado, 2017).

Por esses relatos, pode-se constatar que as transformações no âmbito das conquistas de amparos sociais, intervíram nas relações sociais das comunidades em dois momentos distintos, antes e após a institucionalização da Resex. As mudanças ocorridas estabeleceram uma ordem que privilegia uma economia mercantil em detrimento de relações não capitalistas, acarretando numa outra forma de divisão social do trabalho. Antes da criação da Reserva, prevalecia o trabalho agrícola e extrativo, ou artesanal. Depois da criação da Resex, os trabalhos administrativos, ou de prestação de serviço como agente comunitário de saúde, professor, motorista, piloto de lancha escolar, merendeira, servente, agente distrital (no caso específico de Boim que é distrito de Santarém) são os principais responsáveis por essa divisão. Mas não apenas, a relativa facilidade de mobilidade até Santarém proporciona que chefes de família trabalhem no meio urbano da cidade e mantenham a família na Resex, enviando dinheiro para o sustento dos membros familiares que lá ficaram.

A fragilização das relações sociais, em especial pela secundarização do puxirum, também afetou o meio ambiente. Como frisado pelos entrevistados, o puxirum para fazer a roça compreendia a realização do aceiro, técnica que permite melhor controle do fogo na limpeza da área. Com o puxirum, eram 40, 50 e até 60 pessoas cuidando a queimada. Com o abandono do puxirum, muitos agricultores deixaram de fazer o aceiro, pois o mesmo exige muito trabalho. Muitas pessoas que trabalham na roça consideram a realização do aceiro dispendioso demais, alegam que não possuem tempo, que em muitos casos, para uma única família, a tarefa é pesada demais, levando a não utilização desta técnica de controle. Como consequência, em anos recentes registra-se maior incidência de queimadas na Reserva.

Dados obtidos junto ao ICMBio (Gráfico 9) mostram que no período entre os anos 2009 a 2015, os focos de calor na Reserva oscilaram. Em 2009 foram registrados 124 focos, nos três anos seguintes o quantitativo se manteve abaixo dos 70 focos. A partir do ano de 2013 os focos de calor vêm aumentando, sendo registrados 161 focos em 2015. A maioria dos incêndios são em decorrência das queimadas realizadas para limpeza de área de plantio.

Gráfico 9 – Histórico dos focos de calor na Resex – 2009/2015.



Fonte: Adaptado a partir de ICMBio (BRASIL, 2016).

Gestores da Resex, analistas e técnicos do ICMBio, oferecem cursos sobre a necessidade de realização do aceiro e ensinam como fazer. Vários entrevistados observaram que a realização do aceiro constituía uma prática tradicional, porém, no atual contexto, passou a ser uma prática mediada por agentes externos, incentivada através de cursos e palestras.

As experiências subjetivas dos entrevistados demonstram que as vivências nos processos de trabalho e atividades produtivas constituem-se como redes de relações sociais, que vez ou outra convergem em percursos de vida que permitem compartilhar lembranças de um modo de vida comum. As experiências relatadas denotam múltiplos sentidos, os quais vão assumindo novos significados com as mudanças do mundo do trabalho.

4.4 Disciplinando processos sociais: sistemas normativos e mediações nas relações dos moradores com o meio natural

Nos atos de entrevista, em conversas circunstanciais travadas nas cozinhas das casas em que fui hospedado, frequentemente envolvendo demais componentes da família ou vizinhos, durante os deslocamentos para os locais de trabalho ou ainda nos intervalos de alguma atividade laboral, reparei que o conjunto de noções que podem ser consideradas como particularmente emblemáticas de uma ‘condição de Resex’, raramente figurava de forma natural entre os moradores. Em relação aquilo que se pode considerar como ‘condição de Resex’, ou seja, noção

que se reporta ao conjunto de relações sociais instituídas com a criação da UC e que incidem sobre modos de organização social, interesses, valores e visões de mundo, que envolve a delegação de direitos e deveres, elementos constrangedores ou mecanismos preconizados como instrumentos de gestão – Acordo de Gestão, Plano de Manejo, ‘chefe’ da Resex, Conselho Deliberativo –, não configuram temas que os moradores costumam conversar cotidianamente.

Durante o processo de trabalho de campo, todas as conversas, seja na forma de entrevista ou as desprentensiosas, a questão da ‘condição de Resex’ partiram de perguntas por mim realizadas. Nessas ocasiões os informantes aproveitavam para adentrar em avaliações e comparações das condições de vida antes da Resex e aquelas deflagradas a partir da luta e constituição da Reserva em 1998. Embora tenha sido unânime entre os entrevistados a opinião de que a criação da Resex foi fundamental para a manutenção de seus modos de vida, muitos aspectos destacados retratavam um quadro de mudanças sociais contrastivamente expressas pela avaliação entre ‘antes’ e ‘após’ a criação da UC, que, inevitavelmente, incidiam em qualificativos de comparação positiva e/ou negativa.

As reflexões indicam uma diversidade de representações, opiniões e atitudes dos entrevistados em relação à adequação dos procedimentos organizativos locais aos sistemas normativos formais/legais que a ‘condição de Resex’ impôs. Um dos aspectos desse processo se refere às ‘regras’, comumente referidas pelos entrevistados como àquelas contidas na ‘lei da Resex’. Noção apreendida como responsável pela definição da conduta dos mesmos na Reserva, sendo instituídas por meio de intervenção estatal, são consideradas como ‘lei’ capaz de fazer cumprir o que fora estipulado. Embora reconheçam que anteriormente à criação da Resex houvesse regras construídas consensualmente, é a partir da criação da UC que as regras precedentes e outras inexistentes ganham legitimação, sendo o Estado o responsável por assegurar o cumprimento das mesmas, assim como de garantir seus direitos e deveres. Os trechos de entrevistas reproduzidos a seguir exemplificam essa constatação:

Elas [*as regras*] já existiam. A gente tentava impedir [*ações predatórias*], mas não tinha força porque não tinha uma lei que pudesse impedir (Morador da *comunidade Anã*, 48 anos, funcionário público, 2017).

Todas as associações tinham suas leis. [...] o Instituto Chico Mendes é federal, tem muita segurança, nós temos força com isso. Se eu assino algum documento que o ICMBio também vai assinar e o Conselho Deliberativo das comunidades também, então eu não posso me achar um grandão, que eu posso fazer o que eu quero, não (Moradora da *comunidade Anã*, 36 anos, 2018).

Destaca-se dos relatos acima o entendimento de que a intervenção estatal legitima a capacidade coercitiva de regras locais costumeiras. Por outro lado, considerando narrativas de informantes, as regras instituídas no Acordo de Gestão definem o caráter formal e propriamente constrangedor da ‘condição de Resex’, produzindo posicionamentos antagônicos, pois é tida como potencializadora e ao mesmo tempo limitante. Frequentemente o tema divide opiniões e gera debates exaltados nas reuniões do Conselho Deliberativo, tanto por aqueles que cobram o cumprimento das regras por todos os moradores quanto por aqueles que as consideram um fator constrangedor para manutenção de seus modos de vida.

A conformação de regras, mecanismos de controle e de sanções constituídos com intuito de modificar determinados comportamentos é condição obrigatória na categoria de UC de uso sustentável. Tucker e Ostron (2009, p. 111), em estudo em que as autoras abordam a análise institucional em pesquisas que enfocam processos de mudanças em florestas, afirmam que “[...] as regras que as pessoas seguem têm desdobramentos diretos e indiretos para as florestas (ou qualquer recurso natural) e delineiam as condições e os processos de mudança”. As autoras consideram as regras (formais e informais) como *instituições*, ‘o que pode e o que não pode’ em distintas situações sociais. Green, Schweik, e Randolph (2009), adotando a mesma perspectiva conceitual de Tucker e Ostron (2009) ao discutirem a necessidade de utilização de conceitos e abordagens interdisciplinares no estudo de mudanças em florestas, alertam que “[...] instituições, como as que governam as florestas, frequentemente incluem atributos espaciais e temporais, que mudam sua forma e composição com o passar do tempo”.

Considerarei as regras para interpretação da mudança social tomando as mesmas como *mediações sociais* que circunscrevem os moradores em outro universo de significados, de lógicas construídas em distintas temporalidades que implicam negociações em contexto direcionados ao controle de relações sociais por meio de sistemas normativos, diferenciados valores e visões de mundo.

No que se refere à eficiência do manejo de UC, estudos têm demonstrado que o mesmo é dependente do comprometimento e do entendimento dos moradores sobre os objetivos da UC, sendo um dos aspectos mais importantes deste processo a definição e o cumprimento de regras. Estudo realizado por Castro (2013), em que a autora analisa as consequências da criação da Resex Rio Xingu, no estado do Pará, sobre os modos de vida, as práticas sociais e de gestão de recursos naturais adotadas por famílias de *ribeirinhos*, demonstrou que quantidade significativa dos moradores da UC não assimilaram as normas estabelecidas no Acordo de Gestão, especialmente por desconhecerem os objetivos da UC. Presume a autora que isso se deve a

limitações metodológicas na elaboração do Plano de Manejo, sobretudo pelo caráter de urgência com que o mesmo foi elaborado.

Em estudo realizado por Luna (2003), cujo objetivo foi analisar os conflitos relacionados ao uso, propriedade e posse de recursos naturais, envolvendo seringueiros e agricultores que não possuem título individual sobre a terra, ambos os grupos residentes na Reserva Extrativista do Alto Juruá, estado do Acre, identificou-se que para resolução de conflitos, os moradores se orientavam a partir de dois sistemas de regras: as costumeiras, constituídas a partir da prática cotidiana e um conjunto de regras formais instituídas no Plano de Utilização da UC. Tais regras, articuladas situacionalmente, estavam sujeitas a influências de fatores como parentesco, relações de proximidade e compadrio entre os envolvidos.

Outra situação relacionada a esta questão se refere ao estudo de Silva e Müller (2017), no qual as autoras analisaram como distintos grupos de atores sociais (extrativistas, representantes de ONGs e de organizações públicas) interpretam a institucionalização de Reservas Extrativistas do ponto de vista da política pública de conservação da biodiversidade. No referido estudo, propôs-se aos atores sociais responder a três questões: qual o significado de extrativismo, de desenvolvimento e de sustentabilidade. As autoras constataram que entre os extrativistas, em uma perspectiva mais ampla, não havia compreensão do significado do termo ‘extrativismo’. Conforme as autoras: “[...] não sabem porque eles vivem nessas áreas, o que certamente está relacionado a um baixo grau de institucionalização do conceito central que criou as Reservas Extrativistas” (SILVA; MÜLLER, 2017, p. 204).

Guerrero (2012) considera que limitações neste sentido são decorrentes da insuficiência de informações sobre características socioculturais dos grupos sociais afetados para auxiliar na compreensão de suas peculiaridades de linguagem e expressão política. Decorre disso um vago chamado à ‘participação’ da população afetada nos processos de construção de Planos de Manejo. O autor ressalta ainda que esse “[...] quadro pode – e costumeiramente é – agravado durante a construção do documento, considerando como são sérias as dificuldades metodológicas e institucionais na elaboração dos Planos e, mais ainda, na gestão das reservas” (GUERRERO, 2012, p. 326).

Os trabalhos destacados contribuem para ressaltar a dimensão sócio jurídica e da representação, muitas vezes desconhecidas, transformadas, articuladas ou confirmadas por residentes em UC. Mas sobretudo para demonstrar que na noção de ‘regras’ estão presentes distintas formas de representação, individual e coletiva.

Contrariamente aos estudos destacados, em que os autores registraram que os moradores de UC focos de suas pesquisas desconheciam os objetivos das UC, na pesquisa em questão, pude constatar que os moradores por mim entrevistados, em diferentes níveis de compreensão, possuem entendimento sobre os objetivos da Reserva e das principais regras criadas. Em muitas de suas falas mencionaram que a criação da Reserva visava garantir a conservação da floresta e de seus modos de vida. Muitos entrevistados fizeram questão de mostrar que possuíam exemplares impressos do Plano de Utilização (elaborado em 1999) ou cópia impressa do Acordo de Gestão da UC (datado de 2014). Outras situações permitiram-me constatar que, além da possibilidade de leitura dos referidos documentos, o conhecimento adquirido sobre as regras de uso e proteção dos recursos naturais foram obtidas através da participação em cursos, reuniões, atividades promovidas pela Tapajóara, pelo ICMBio, órgãos públicos e privados, além de ONGs. A forma como a nova situação social da ‘condição de Resex’ repercutiu nos processos sociais e alteraram de forma perceptível tais processos é o que passo a discutir doravante.

Considerando o caso em apreço, anteriormente à criação da Resex inaugurada em 1998, os princípios organizativos dos modos de vida dos moradores obedeciam a limites mediados pela *tradição*, pela consensualidade, a partir de *sistemas sociais* locais fundamentados em relações pessoais. Essa relação sofre alteração ao ser introduzido um programa de mudanças que assume a forma de políticas de conservação, representada por sistemas amplos, complexos e impessoais, que visam significar uma nova orientação comum, objetivadas no Acordo de Gestão. Essa mudança institucional conforma um quadro normativo com 51 normas definidas para a Resex no referido Acordo, em que: 25 estão relacionadas ao uso da terra e da floresta para o extrativismo; 11 incidem sobre a fauna; 3 sobre as áreas de uso comum; 3 sobre fiscalização e; 9 destinam-se às disposições gerais.

Embora essas mudanças institucionais supostamente tendam a repercutir no conjunto da *comunidade* (unidade residencial, localidade e associação política), em sua realidade social como um todo, há diferenças substantivas por parte dos entrevistados na forma de apreensão dessas regras. Entre aqueles que consideram as regras de um ponto de vista favorável, as narrativas habitualmente enfocam principalmente aspectos vinculados ao paradigma conservacionista e social.

De modo geral, no cerne da institucionalização de Reservas Extrativistas estão presentes objetivos que visam dirimir conflitos que emergem de contraposições de interesses territoriais. Tendo em vista o processo de criação das 23 Reservas Extrativistas instituídas no contexto atual

no estado do Pará, quase todas possuem em comum um histórico relativo a processos de disputas por recursos naturais ou planejamentos para utilização de suas potencialidades econômicas. Tais interesses, concretizados ou em vias de concretização, foram/são tidos como possíveis fatores de desestruturação social e ambiental, ameaça a modos de vida de *populações tradicionais*. Na Resex Tapajós-Arapiuns muitos entrevistados além de mencionarem a criação da Resex como alternativa para garantia de sua permanência no território e seu potencial em compor uma base segura a sua sobrevivência, elaboram opiniões com paralelos associando a grande cobiça sobre os recursos naturais presentes na UC, a criação da UC, a institucionalização de regras e a pressuposta salvaguarda da tutela estatal, desde que as regras sejam obedecidas.

Antes da Resex tinham vários conflitos na região, com os grandes empresários, pessoas que tinham a visão de grandes investimentos, queriam investir. [...] As leis dentro da Resex vieram para dar certa tranquilidade (Morador da *comunidade* Anã, 48 anos, funcionário público 2017).

A gente vivia numa crise, numa perseguição por causa de terra. Estava arriscando a sair daqui por causa de pessoas que dizia que era dono dessa terra, aquela questão, aquela confusão. E a gente vivia assim, a gente não era seguro nessa terra. Depois que surgiu a Resex a gente aceitou. Aí que veio aquelas regras da Resex para a gente viver e obedecer (Morador da *comunidade* Anã, 68 anos, agricultor aposentado, 2017).

Então foi o que acalmou mais. Se não fosse entrar esse projeto da Resex para cá, eu acho que a gente estava no deserto já. Já tinha acabado todo o mato (Moradora da *comunidade* Boim, 71 anos, professora aposentada, 2017).

O reconhecimento da pressuposta tranquilidade e segurança condicionada a uma conduta fundamentada em um agir normativo, são discursos alinhados aos objetivos da UC e constituem fator fundamental para legitimar a tutela estatal e consolidar a gestão compartilhada. Essa compreensão da realidade social expressa uma perspectiva ausente de conflitualidades entre o agir fundamentado na *tradição* e as mudanças no agir instaurada com a ‘condição de Resex’.

Cabe sublinhar que, embora os entrevistados que adotam essa representação reconheçam os limites impostos pelas regras, mesmo que em um primeiro momento tenham recebido as mesmas com estranhamento, no atual contexto reconhecem sua capacidade ordenadora e são enfáticos ao afirmar que, em oposição aos moradores que creditam às regras a impossibilidade de trabalhar, que esta perspectiva é errônea e exemplar da falta de compreensão que muitos possuem da ‘condição de Resex’. Alguns exemplos dessa assertiva podem ser verificados nos trechos de entrevistas reproduzidos a seguir.

As leis que foram criadas na Resex, no Plano de Manejo, no Plano de Utilização, no Acordo de Gestão, para mim vieram nos assegurar o que pode fazer, impor um limite. Mas também tu não pode morrer de preguiça dizendo que a reserva está impedindo. Isso é mentira de quem fala e de quem não compreende o processo. Pode-se fazer tudo dentro da Unidade de Conservação, desde que seja com limites (Morador da *comunidade* Anã, 48 anos, funcionário público, 2017).

Eu digo para muita gente assim:

- Ah, porque não pode fazer depois que entrou a Resex, a gente não pode tirar um cipó para amarrar uma palha para fazer não sei o quê. A gente não pode fazer roça.

Não fazem roça de preguiça, porque a gente pode muito bem fazer.

- Ah, porque veio para gente e não pode criar isso.

Pode sim senhor! Pode criar, mas tem preguiça, quer deixar tudo largado (Moradora da *comunidade* Boim, 71 anos, professora aposentada, 2017).

Para os entrevistados que demonstram essa perspectiva condizente às regras, a ‘condição de Resex’ extrapola a pressuposta seguridade e a simples aceitação e obediência a princípios normativos. Muitos identificam potencialidades mais abrangentes, pelo reconhecimento do papel de *mediação* que a ‘condição de Resex’ implica na obtenção de conhecimento, tanto para preservação do meio natural quanto para diversificação das fontes de renda. Conforme destaquei em capítulos anteriores, o atual contexto sócio histórico dos moradores da Resex é marcado por uma complexa rede de relações que envolve distintos *agentes mediadores profissionais e locais*, interconectados a instituições sociais capazes de influenciar na leitura da realidade. As múltiplas subjetividades construídas por essas relações, a participação em projetos, programas, cursos de aperfeiçoamento ou formação, planos de ação, GTs, atuação em associações comunitárias ou conselhos da Resex, todos esses percursos podem contribuir para a construção de distintos significados institucionais quanto às regras impostas. Essa forma relacional de apreensão de processos sociais, inerente a relações dialógicas, sugere que a ‘condição de Resex’ pode encetar processos de ressignificação de valores e significados locais acerca das formas de apreensão e conservação do meio natural, incorporando limites atribuídos por regras.

Neste sentido, a tônica de muitos discursos perpassa demonstrações de situações exemplares de mudanças de atitudes costumeiras, por outras caracterizadas por princípios preservacionistas. Ressalta-se assim o empenho na adoção de práticas conservacionistas referenciadas ao campo da educação ambiental⁴¹. Algumas narrativas demonstram reconhecimento de que o marco institucional referenciador de regras, foi fundamental para a constituição de consciência social quanto à necessidade de repensar e até abandonar certas

⁴¹ A educação ambiental objetiva a formação de indivíduos capazes de compreender o mundo e agir nele de forma consciente, ou seja, uma sociedade socialmente responsável.

práticas, no atual contexto consideradas predatórias, como a caça com ‘bordogue’⁴² e a pesca com ‘timbó’⁴³ (*Derris elliptica*). Segundo relato de entrevistados, essas duas práticas, além de terem causado sérios danos ao meio ambiente, ocasionaram incidentes com seres humanos residentes nas *comunidades*. Ambas constam como práticas proibidas no Acordo de Gestão. Os relatos reproduzidos a seguir ressaltam o investimento na obtenção de conhecimento para exploração econômica em condições de conservação de recursos naturais.

Pela criação da reserva teve muitas mudanças, como na questão das leis que foram criadas. Ela facilitou o conhecimento do manejo da piscicultura, meliponicultura e vários outros projetos que são eficazes para a área da Resex e para nós aqui da região. Ajuda muito na conservação da floresta, o que para nós é fundamental. [...] No meu pensamento é que tudo depende mais da gente, é participar de muita coisa que ainda falta, ter vontade de ter conhecimento (Morador da *comunidade* Anã, 48 anos, funcionário público, 2017).

Ajudou porque assim não fica estragado também. A gente teve ajuda para ter esse conhecimento de como preservar a natureza e foi muito bom para a gente. [...] Achei que foi bom esse controle, porque tem esse controle da destruição que nós fazíamos. Não tem mais aquelas coisas que nós fazíamos tão errado. Hoje não, a pessoa não pode mais. Um exemplo, a caçada do mato tem um controle, a pescaria tem um controle também. Então tudo isso ajudou a gente. Olhe, deixa eu lhe contar uma coisa, quando a gente não tinha controle sobre a pescaria, o pessoal pescava muito com pesca predatória (Morador da *comunidade* Anã, 68 anos, agricultor aposentado, 2017).

Então, toda essa consciência no levantamento socioeconômico a gente tentava convencer as pessoas, vamos evitar de usar o ‘bordogue’ porque esse tipo de técnica aí vai prejudicar os nossos animais, a criação (Morador da *comunidade* Boim, 35 anos, agricultora, 2017).

Se nós vivemos disso hoje, de caçada de cachorro, caçar de ramal, está certo que tem um período para fazer isso, não é todo o tempo (Moradora da comunidade Anã, 36 anos, 2018).

Os trechos reproduzidos exemplificam de forma prática a importância da educação ambiental na promoção da mudança social. Cabe ressaltar que alguns entrevistados, em tom de reprovação, reconhecem que essa mudança de atitude em relação ao ambiente natural ainda não se encontra integralizada por todos os moradores da UC, mas, todavia, o fato de haver a discussão sobre as regras é importante para assentar a criticidade, considerada fundamental para busca de alternativas a práticas prejudiciais ao meio ambiente.

⁴² ‘Bordogue’ consiste em uma armadilha confeccionada com arma de fogo acionada pelo animal ao tocar em um fio que dispara o projétil sobre o animal.

⁴³ O termo ‘timbó’ designa um conjunto de plantas das famílias das leguminosas e sapindáceas. Sua seiva tóxica é tradicionalmente utilizada por populações locais em atividades de pesca. Suas cascas e raízes são esmagadas e posteriormente jogadas na água de rios, igarapés ou lagos. Após alguns instantes, os peixes intoxicados boiam na água, podendo facilmente serem capturados e consumidos sem prejuízos para a saúde humana. Porém, quando o produto ainda sob a água de alguma forma é ingerido por seres humanos, pode causar sérios problemas de intoxicação.

Brügger (1993), pelo texto intitulado *Educação ou adestramento ambiental?* define a constituição da educação ambiental como questão social. Destaca que esses dois conceitos são utilizados como instrumentos de adequação dos indivíduos a *sistemas sociais* vigentes. Segundo ela, o adestramento está relacionado ao processo que privilegia a reprodução de conceitos ou habilidades técnicas, ao passo que a educação privilegia aspectos de integração do conhecimento e a formação de visão crítica e criativa quanto a realidade.

Os benefícios sociais apontados por entrevistados a partir da institucionalização de regras, que não estão centrados apenas em aspectos da conservação ecológica ou nas mudanças de atitude frente a práticas predatórias, diz respeito ao acesso a programas sociais. Essa associação surgiu durante uma entrevista em que um morador apontava que, embora a necessidade de solicitação de autorização para implantação de roçado pudesse transparecer a ideia de que não eram donos do território, por outro lado essa mesma autorização pode ser utilizada como documento comprobatório de trabalho rural para fins de requerimento de aposentadoria. Na transcrição a seguir pode-se observar que ele aponta também a relevância da licença por seu caráter educativo ao orientar como conduzir os trabalhos na feitura da roçada.

A autorização vem para comprovar que você trabalha e usa da atividade rural fazendo sua roça. Está aqui, eu provo, eu trabalhei esse ano, fiz oito tarefas. Estou trabalhando seis tarefas. Está aqui, autorizado e carimbado pelo gestor da Resex e por quem fez a minha inscrição como presidente da *comunidade*. Esta é a vantagem da autorização. [...] Ela [*autorização*] tem a norma de como se manusear com o fogo, como fazer seu roçado, se é em beira de igarapé ou se é em beira de estrada. Então, eu acho uma forma educativa até então para que você trabalhe adequadamente dentro da lei ambiental, sem se deparar contra a lei. Uns pensam de um jeito e eu penso deste. E eu estou cumprindo. Ontem fui no ICMbio, uma pessoa me pediu o comprovante da autorização do roçado dela e eu fui lá no ICMbio e consegui. Já repassei para ela e ela vai levar para Santarém para chegar junto com o documento e então apresentar. Eu trabalho, moro na *comunidade* e uso da atividade rural:

- Sou farinheira, está aqui o documento, a autorização para fazer minha roça.

Essa é a questão do roçado (Morador da *comunidade* Boim, 69 anos, agricultor aposentado, 2017).

As dificuldades de meios de geração de renda para os moradores da Resex Tapajós-Arapiuns têm sido um desafio aos gestores da UC. Essa realidade é compartilhada por diversas UC espalhadas pelo país. Obstáculos à produção, ao beneficiamento, ao escoamento e à comercialização de produtos extrativos limitam a geração de renda. Assim, conforme discutido nas seções anteriores, a possibilidade de acesso a programas públicos de distribuição de renda, como o benefício da previdência social, se apresenta como alternativa aos moradores com idade para acesso ao benefício. Neste sentido, a obrigatoriedade de solicitação de licença ao ICMBio para implantação de roçado, é apontada pelo entrevistado como ponto positivo, uma vez que a

licença poderá ser utilizada como auxiliar no eventual enquadramento do morador na categoria de segurado especial da previdência social (agricultor familiar ou pescador artesanal).

Estudo realizado pelo ICMBio com moradores das *comunidades* da UC em 2014, demonstra que do ponto de vista econômico, na composição da renda das famílias, há uma grande dependência de programas de transferência de renda. Embora nos dias correntes haja assimetrias entre as composições das rendas das famílias causadas especialmente pelo assalariamento de funcionários públicos, conforme visto anteriormente, dentre os moradores que acessam benefícios e programas públicos, 24,18% correspondendo a aposentadoria. Esse dado permite avaliar a dimensão deste programa.

Até o momento vim destacando pontos de vistas de entrevistados que consideram as regras como benéficas, não apenas, mas principalmente se relacionadas aos aspectos sociais que resultam da imposição das mesmas. Contudo, em relação aos entrevistados que demonstraram em suas narrativas receptividades às regras, destacam-se evocações que, embora possam ser enquadradas em moldes conservacionistas, demonstram que as características por eles evocadas nem sempre se devem a uma preocupação puramente ecológica. Situação similar foi constatada por Lelis (2016), em análise sobre os sistemas de governança na Resex Cazumbá-Iracema, no estado do Acre, em que constatou que na relação que os moradores construíram com o extrativismo da castanha-do-Pará, se sobressaem questões econômicas e não princípios de conservação ambiental.

Anteriormente à criação da Resex Tapajós-Arapiuns, os meios disponíveis de atendimento das necessidades materiais de alimentação advinham fundamentalmente do resultado de atividades extrativas, agrícolas, caça e pesca, conforme destacado anteriormente. No entendimento de alguns entrevistados que tiveram suas condições de vida intimamente marcadas pela dependência dessas atividades, eventualmente o exercício de uma ou de outra daquelas atividades estava sujeita à sazonalidade ou ao fracasso. No atual contexto, pode-se dizer que houve uma ampliação das expectativas de suprimento das necessidades de alimentos, pela relativa possibilidade/facilidade de acesso a alimentos industrializados, adquiridos por compra na própria *comunidade*. Essa questão surgiu em vários momentos do trabalho de campo, algumas já relatadas no capítulo 3, porém, ainda destaco um momento de conversa que me reunia a mais três moradores, após o café da manhã. A conversa orbitava em torno de questões relacionadas às regras, relacionando o caçar e pescar, os animais preferidos, etc. Após uma informante relatar os motivos pelos quais as caçadas haviam diminuído entre os moradores, e que as regras tinham contribuído para isso, outro informante interveio e acrescentou que o

assentimento às regras havia sido favorecido pela disponibilidade de outras alternativas de atendimento de necessidades de alimentação. No trecho a seguir pode-se compreender o ponto de vista do informante.

Se for verificar, hoje em dia favoreceu [*o atendimento às regras*] muito pela possibilidade de você conseguir facilmente alimentação. Não é assim mais, você chegar e ter que ir no mato pegar um macaco. No Anã⁴⁴ [*comunidade*] tem outras opções, se você for ver, de terça a sexta-feira tem frango. Galinha caipira encontra para comprar diariamente, se procurar peixe, encontra para comprar. Nos comerciosinhos tem ovos. Então você escolhe uma coisa mais fácil do que ir procurar [*no mato*] (Morador da *comunidade* Anã, 45 anos, funcionário público, 2018).

Visando entender como ocorreu a adaptação dos moradores a essa nova situação socioeconômica, argumentei com o informante que neste caso seria necessário dinheiro para a aquisição desses produtos. Sua resposta foi de que, como há muitos moradores aposentados e ao final de cada mês obtém recurso monetário pelo recebimento do benefício. A mais intensa circulação de dinheiro, de modo geral, ocorre uma vez ao mês. Costumeiramente se valem eles da compra a crédito, o fiado. Ao final de cada mês, com o pagamento da dívida, o morador reproduz a alternativa de crédito. Essa situação pude observar em diversas oportunidades nos períodos de estadia nas *comunidades*. Em Boim estive hospedado por cinco dias na casa de uma família que mantinha um pequeno comércio e raras vezes vi moradores pagando de imediato pela compra de mercadoria. A mesma situação foi verificada em Anã, quando estive hospedado na casa de uma família que comercializava diversos produtos: galinha caipira, ovos, laranjas, carás, peixe.

Essa situação sintetiza diversas considerações de entrevistados que sinalizam indicações de que o atendimento às regras não pode ser creditado apenas a uma preocupação com a conservação. Apesar de haver uma efetiva responsabilidade com a *governança* de recursos naturais, muitas narrativas insinuam que prevalece o atendimento de necessidades materiais. A facilidade de acesso a alimentos por meio da compra reflete-se na diminuição dos níveis de pressão sobre os recursos florestais, faunísticos e aquáticos. Consequentemente, na atitude de aquiescência às regras, uma vez que, ao comprar alimentos, os moradores da Reserva não precisam despender energia na obtenção por meio da caça ou pesca.

⁴⁴ É bastante comum os moradores de Anã se referirem à *comunidade* no masculino, por exemplo: No Anã, o Anã, lá no Anã. A razão para essa referência pode estar associada à crença sobre o espírito que habita o lago da *comunidade*, o Muanã, do qual deriva o nome da *comunidade*.

Outra mudança observada como consequência do advento de um sistema normativo formal, decorreu da presença do Estado, através de ações de fiscalização empreendidas por técnicos do ICMBio, e a possibilidade de denúncia por outros moradores, instaurando preocupação entre os residentes, interferindo na atitude de condescendência às regras. Essas duas questões suscitam a necessidade de avaliação das consequências da recusa ao cumprimento de regras, frequentemente relacionadas a conjuntos de sanções, as quais preveem multas e apreensões de equipamentos. Os relatos reproduzidos a seguir demonstram que tais mecanismos estão presentes no horizonte de ação de alguns entrevistados.

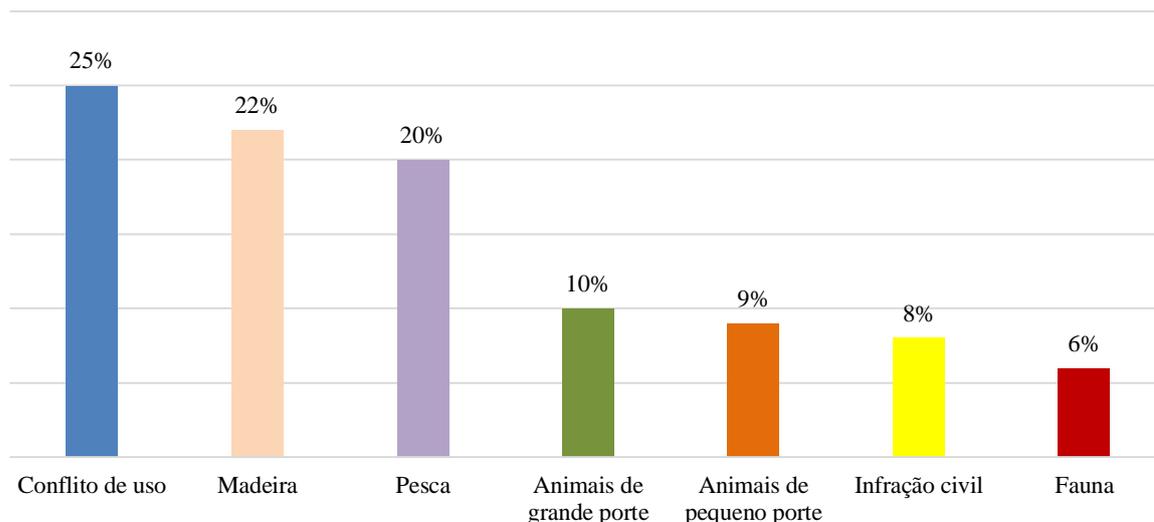
Às vezes, quando a pessoa não obedece, é denunciado. Então, se ele não quer ser denunciado, ele não faz (Morador da *comunidade* Anã, 68 anos, agricultor aposentado, 2017).

Hoje nós temos que tirar licença, porque aí de você se fizer um roçado sem tirar a licença e você for pego na fiscalização. Você vai pagar uma multa e vai responder a um processo (Moradora da *comunidade* Anã, 35 anos, 2018).

Hoje é obrigatório a gente fazer queimada controlada, fazer os aceiros, chamar os vizinhos para ajudar, não deixar que esse fogo passe para a mata. Se passar eu posso ser multada por isso. Porque é por irresponsabilidade minha, tenho conhecimento de que eu não posso fazer isso (Moradora da *comunidade* Boim, 35 anos, agricultora, de 2017).

Essas narrativas demonstram, corroborando com as observações realizadas por Sousa et al. (2017), a implicação que esta nova situação produziu nas práticas sociais e nas formas de organização na Resex. Dedicando-se à avaliação do número de denúncias efetuadas e a participação dos moradores na melhoria da gestão da Resex Tapajós-Arapuiuns, demonstraram que, no período entre os anos 2012 a 2016, houve um aumento de 20% no número de denúncias encaminhadas ao ICMBio. Dentre as tipologias de denúncias registradas em 2017, as mais frequentes referem-se a conflitos de uso (25%), ou seja, ações de descumprimento de regras definidas no Acordo de Gestão (Gráfico 10). Segundo as autoras, as principais reclamações por parte dos moradores decorrem de conflitos fundiários, basicamente invasões de lotes por parte de outros moradores e de pessoas externas à Resex, o que é proibido pelo Acordo de Gestão. Os demais tipos que mais geram denúncias, respectivamente, são: a exploração de madeira (22%), os conflitos de pesca (20%), as criações de animais de grande porte (10%) e animais de médio e pequeno porte (9%), infrações civis (8%) e fauna (6%).

Gráfico 10 – Tipologias de denúncias e conflitos na Resex – 2017.



Fonte: Adaptado a partir de Sousa et al. (2017).

A ideia da vigilância e da fiscalização, para além do potencial inibidor de ações contrárias às regras, tem influência no âmbito do discurso tanto de justificativa da necessidade dessas regras, quanto da depreciação dos modos pretéritos de realização de práticas costumeiras. É interessante observar que alguns relatos, mesmo o entrevistado sendo um *agente* dotado de *consciência prática e discursiva* dos processos, incorporam um discurso sustentado em *conhecimento perito*, típico do Estado e dos agentes estatais. Essa questão permite fazer alusão à noção de *sistemas peritos* de Giddens (1991). Para o autor, os *sistemas peritos* “[...] removem as relações sociais das imediações do contexto” (GIDDENS, 1991, p. 39). Neste caso, ainda em referência à Giddens (1991, p. 64) “a produção de conhecimento sistemático sobre a vida social torna-se integrante da reprodução do sistema, deslocando a vida social da fixidez da tradição”.

Sumariamente, as narrativas dos moradores favoráveis às regras indicam que alguns discursos demonstram o reconhecimento dos *sistemas peritos*, ou seja, a visão do Estado como agente detentor de competência do saber fazer necessário para atendimento dos objetivos da Reserva. Ao adotarem essa forma de pensar, o ambiente material e social dos moradores passa a ser encarado com grande ênfase na técnica, uma excelência profissional que ignora suas formas de organização anteriores à criação da Resex, construindo, assim, uma representação negativa das mesmas. Alguns relatos demonstram perspectiva simplificada de suas ações, atribuindo-lhes a condição de, anteriormente à criação da Resex, um ‘fazer errado’, em processo depreciativo de práticas costumeiras e tradicionais. Neste sentido, narrativas de moradores

entrevistados indicam adesão ao projeto conservacionista projetado pelo SNUC, preconizador de eficácia social e ambiental, resultado do trabalho de *agentes de mediação profissionais* do Estado na gestão da UC. Por outro lado, esta percepção nega o protagonismo dos próprios moradores da Resex na conservação ambiental, aliás, característica constante no cerne da própria constituição da categoria de Reserva Extrativista.

Contudo, os constrangimentos causados pela institucionalização de regras não tiveram o mesmo significado para todos os entrevistados. É sobretudo em termos de perda de autonomia e de controle territorial que estão fundamentadas as narrativas críticas às regras. As representações elaboradas por entrevistados com essa perspectiva explicitam desconformidades, ressaltam aspectos contrastivos entre uma ‘cultura organizacional’ pretérita e uma outra objetivada pela ‘condição de Resex’. Enfim, explicitam as tensões e os conflitos ao apontarem as limitações que as regras impõem às ações de reprodução social e econômica como constrangimentos. Ao refletirem sobre essa situação, veem no papel de *mediação* que as regras exercem uma intervenção estatal negativa à medida que diminui a autonomia dos mesmos sobre o território. A considerar o relato de uma entrevistada, agricultora aposentada de 65 anos, residente em Boim, sobre sua percepção das regras, a mesma revela seu descontentamento e o quão inquietante é a necessidade de suas ações serem mediadas por solicitação de autorização.

Olha, tem hora que eu até estranho eles dizerem que a Reserva é nossa, que a gente pode fazer o que quiser. Isso eles só falam da boca para fora. Porque você já pensou? Anteontem eu estava dizendo assim:

- Se um morrer aqui, será que ainda vai ser preciso ir tirar uma autorização lá no ICMBio para tirar a madeira para fazer o meu caixão?

Aonde está aquele parágrafo que eles colocaram que é nosso? Porque para você tirar uma madeira você tem que pedir permissão. Isso e muitas coisas eu não gostei! Não vou mentir para você não. A gente criou uma Reserva, mas ficou menos liberto entre nós aqui (Moradora da *comunidade* Boim, 65 anos, agricultora aposentada, 2017).

Na narrativa transcrita, a entrevistada dramatiza um descontentamento comum entre aqueles entrevistados com posicionamento arguidor das regras, as quais são entendidas como instrumentos de controle social, causando frustração quanto às expectativas de poder e autonomia sobre o território. O controle social pelo exercício da administração da Resex representa a diminuição de direitos sobre o território, por impor sistemas normativos restritivos ao uso de recursos naturais, causando estranhamento também pela burocratização das relações. A forma de operação das regras no sentido de restringir a realização de atividades tal qual como

era praticada em períodos anteriores à criação da Reserva, contrasta radicalmente com os significados sociais que os moradores atribuem a seu modo de vida.

Na fala da entrevistada é destacada a restrição ao uso da madeira que, juntamente com a criação de gado e as licenças de constituição de roçado, formam o conjunto de restrições que mais geram reclamações por parte de alguns entrevistados. A situação de vulnerabilidade social, representada pelas limitadas formas de acesso a trabalho e renda, corresponde a demandas sociais avaliadas como prioritárias. Elas estão presentes no horizonte de argumentação para criticar as restrições definidas como impostas, principalmente a exploração madeireira e criação de gado, consideradas atividades potencialmente geradoras de recurso financeiro e fonte de alimentação. No momento atual, é permitido o uso de madeira no interior da Reserva, limitado à circulação e destinação em benefício de famílias que lá residem, para construção de casas, embarcações, móveis, etc. Vale destacar que as regras estabelecidas incidentes diretamente sobre as atividades produtivas não geram constrangimentos apenas em relação ao uso dos recursos naturais ou à geração de renda, mas regulam o cotidiano, a própria constituição do modo de vida das populações que residem nesses territórios.

É oportuno novamente recorrer ao estudo de Guerrero (2012) sobre os processos de territorialização de camponeses na Resex Quilombo do Frechal, no município de Mirinzal (MA), ao refletir sobre o processo de inclusão de *populações tradicionais* em processos decisórios sobre o manejo da UC. A inclusão é realizada por meio da associação a princípios de conservação ambiental. Neste sentido, para os defensores mais tenazes desta perspectiva, a inserção das populações é vista, contraditoriamente, como fundamental e ameaçadora. Segundo Guerrero (2012, p. 322):

Fundamental por ser o meio pelo qual se entende como possível a obtenção da “prestação dos serviços ambientais” que delas se espera. E ameaçador por ser formado por incertezas oriundas da própria definição da noção de populações tradicionais, como vimos, e que trazem à baila o receio da mudança social e de abertura de um espaço para registrar, compreender e dialogar com os termos dessa mudança, um receio de que “perder o controle” da ocupação possa significar ameaças à biodiversidade da UC. Manter o controle passa, evidentemente, por limitar a autonomia da população frente às decisões do território (GUERRERO, 2012, p. 322).

Apesar dos tensos debates que esta questão suscita, para além de argumentos estritamente econômicos, em anos recentes, o fato de muitos moradores estarem adquirindo terreno e até residência em Santarém, criou uma necessidade que, na época em que a regra foi formulada não havia. Há famílias em que um dos cônjuges trabalha e reside na cidade, retornando à *comunidade* com frequências semanais, quinzenais ou mensais. O mesmo ocorre

com outros membros dos núcleos familiares que residem em Santarém, por motivo de estudo, tratamento médico, desempenham funções na direção da Tapajoara, dentre outros motivos. Em face dessa situação, muitos mantem casa na cidade para atendimento da família.

Esta situação tem gerado questionamentos por parte dos moradores que possuem casa em Santarém e que, em virtude das regras formais, não podem utilizar madeira de dentro da Resex para realizar manutenção, repor alguma porta ou janela, ou até mesmo construir suas casas na cidade. Um entrevistado de 51 anos, funcionário público residente em Boim, cujo relato reproduzo a seguir, demonstra esta situação e acentua os motivos da negação por parte do órgão gestor da Reserva ao se referirem a esta situação como sendo uma regra criada pelos próprios moradores.

Olha, hoje a gente tem um impacto, porque aqui sai muito mais fácil tirar tábua para fazer uma janela, uma porta e levar para Santarém. Muita gente já tem casa em Santarém, mas não pode levar, está barrado, o ICMBio libera o transporte, não tem, não libera autorização de transporte de madeira, nem feita a porta, nem a janela. Muitas pessoas já foram lá no ICMBio pedir permissão para levar:

- Eu tenho uma casa na cidade, preciso de uma janela.
 - Compra aqui. Não foram vocês que votaram? Vocês que aprovaram?
- (Morador da *comunidade* Boim, 51 anos, professor, 2017).

Para além do viés puramente mercantil, a exploração madeireira também é justificada pelo surgimento de novas necessidades que estão contrapondo regras estabelecidas anteriormente no Acordo de Gestão. Contudo, embora proibida a exploração madeireira para comercialização, diversos moradores relatam em reuniões do Conselho Deliberativo que essa prática continua acontecendo de maneira irregular. Nas palavras de uma liderança presente em reunião do Conselho Deliberativo realizada em 29 de agosto de 2016: “a criação da Resex é fruto da nossa luta contra empresas madeireiras, por isso ainda há pessoas traumatizadas quando se fala em manejo florestal nas áreas da Resex”.

Nesta reunião em que estive presente, as discussões sobre essa temática foram exaltadas, principalmente após comunitários de duas *comunidades* da região do rio Arapiuns confessarem a exploração de madeira de forma ilegal, mas também demonstrando arrependimento e intenção de retomar a exploração madeireira, doravante de forma adequada, seguindo as normas vigentes. Assim, solicitaram ao Conselho Deliberativo autorização para iniciar estudo para avaliação do potencial de exploração madeireira em área de uso comum pertencente a duas *comunidades* da Resex. O Conselho deliberou pela autorização da pesquisa e algumas lideranças aproveitaram a oportunidade para reforçar a necessidade do diálogo entre os comunitários. Contudo, muitos comunitários são contra a exploração madeireira na Resex e se

posicionaram totalmente contra essa atividade. Representantes de aproximadamente 15 *comunidades* rebateram, advertindo que, caso os projetos de exploração madeireira não fossem aprovados, iriam abrir processo nos órgãos competentes, solicitando o desmembramento de suas *comunidades* da Resex.

Contudo, recentemente, em julho de 2019, foi autorizado pelo ICMBio o plano de Manejo Florestal Comunitário Familiar – MFCF de Nova Canaã, *comunidade do rio Inambu*, distante cerca de 30 horas de barco de Santarém. A iniciativa desta demanda partiu daqueles moradores anteriormente referido. As atividades de exploração madeireira então tiveram início em setembro de 2019. A detentora da autorização é a Cooperativa Mista Agroextrativista do Rio Inambú – COOPRUNÃ, em área de 28.930,16 hectares, com aproveitamento previsto de mais de 20 espécies de árvores, cujo potencial é de 320 mil metros cúbicos em toras de madeira.

As argumentações em defesa da exploração comercial de madeira ou ao menos permissão para que os moradores possam utilizá-la, em benefício de suas casas fora da Resex, são reiteradas por entrevistados que consideram a total proibição uma medida muito radical e limitante para a inserção como vendedores em mercados. A confecção de móveis e de outros produtos madeireiros poderia ser uma fonte de renda. Este ponto de vista encontra adesão entre gestores de órgãos públicos e da sociedade civil, favoráveis à exploração, desde que em padrões sustentáveis e atendendo às normas ambientais.

No entanto, alguns estudos, como o realizado por Drigo (2010), chamam atenção para a falta de política florestal eficiente para implantação de planos de manejo florestal. No estudo desta autora, ela analisa as principais dificuldades de Brasil e Bolívia na implantação de concessões florestais. No Brasil, o estudo foi restrito à região amazônica, na região da rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163) que, segundo a autora, correspondia aos principais alvos para implantação de concessões florestais. No texto, a autora demonstra que, em meio a confusões fundiárias reinantes na região por disputas de porções de floresta, alianças políticas eram construídas para favorecer outros padrões de uso das terras em áreas de assentamentos. Em referência ao estudo realizado pela ONG Greenpeace em 2007, na região de Santarém, Drigo (2010) faz advertência sobre riscos de multiplicação de planos de manejo florestal na região.

No estudo realizado pelo Greenpeace, que envolvia a Superintendência do INCRA de Santarém, algumas madeireiras, diante de ações do INCRA e do IBAMA que dificultam a apropriação de terras públicas e de aprovação de planos de manejo florestal, visualizaram nos projetos de assentamento uma oportunidade de suprimento de suas demandas por madeira em terras regularizadas (DRIGO, 2010). De acordo com Greenpeace (2007, p. 3), “os próprios

madeireiros passam a decidir onde deve ser o assentamento, que em vários casos não tem assentado algum morando”. Ainda em referência ao estudo de Drigo (2010), a autora faz alusão ao estudo da ONG Amigos da Terra (2002), pelo qual analisam a legalidade e ilegalidade na cadeia produtiva da madeira na Amazônia. Ressalta ainda que a extração de madeira na Amazônia naquela época, legalizada por meio de autorização de desmatamento correspondia a 75%. Enquanto 5% eram obtidos por meio de planos de manejo regulares, os restantes 20% eram oriundos de fonte decididamente ilegal (extraídos de unidades de conservação ou por intermédio de planos de manejo irregulares).

Retomando a análise sobre as regras na Resex, no plano individual, há justificativas para a percepção desfavorável a elas, na medida em que alguns moradores correlacionam os recursos naturais à infinitude. Na concepção de alguns entrevistados, há moradores na Resex que ainda são relutantes em relação ao engajamento quanto aos objetivos da Reserva e ao atendimento às regras, por alimentarem a crença de que não precisam ser seguidas, porque os recursos naturais são criações divinas, portanto, infinitos.

Há que se registrar ainda, como fator importante da constituição das regras na Resex, a questão da criação de gado. O SNUC surge contendo uma incongruência em relação às Reservas Extrativistas. Ao definir os objetivos da Resex, prevê a valorização da cultura e dos modos de vida dos moradores, mas proíbe a criação de animais de grande porte, atividade que em locais como a Resex Tapajós-Arapiuns é prática histórica. À parte as contradições da Lei do SNUC, os entrevistados afirmam que, no Plano de Utilização (de 1999), a única restrição feita à criação de gado seria quanto ao limite de animais por criador, estipulado em 50 cabeças. No Plano de Manejo da Resex, documento que foi elaborado no transcurso dos anos 2008 a 2014, não havia limitação de quantidade máxima para criação de gado. Sobre esta questão é mencionada a necessidade de mediação de conflitos e a erradicação de rebanhos. Por conseguinte, ambos, Planos de Manejo e o Acordo de Gestão, estão em desacordo com o SNUC.

Entrevistados afirmam que há moradores em várias *comunidades* da Resex que mantem quantidade maior que 50 animais, contrariando acordos anteriores. Segundo os entrevistados, quando moradores com quantidade de gado acima do acordado são questionados, dizem que parte dos animais é de outro membro da família, ou que pertence a amigos. Os relatos dos entrevistados chamam atenção para duas questões que são motivos de conflito em relação à atividade, independentemente da condição de Resex. A primeira é a forma como é criado o gado, livremente pelos campos, pelas matas ou pelas *comunidades*. Neste caso, moradores sentem-se prejudicados devido aos animais serem criados soltos nas áreas da Resex. Os animais

invadem áreas de cultivo de outras famílias, transitam por vias de uso comum, atravancam vias. Também há relato de acidentes causados pelo gado. A segunda questão de conflito no descumprimento desta regra é a degradação ambiental, em decorrência da derrubada da floresta para implantação de pastagens.

Ao que pude perceber a partir das reuniões do Conselho Deliberativo que participei, além do descumprimento do estabelecido no SNUC, a problemática da criação de gado se refere ainda ao significativo aumento da quantidade de gado em algumas *comunidades*. Gestores da Resex explanam sua preocupação com o crescente aumento da quantidade de gado dentro da Resex e da necessidade de observação das normas que regem a Resex. Alguns criadores confirmam ter mais de 60 cabeças de gado. Conforme o Mapeamento Participativo do Uso dos Recursos Naturais, nos últimos anos o número de famílias envolvidas nesta atividade aumentou. Em 2014, quando foi realizado o referido mapeamento, havia cerca de 170 famílias praticando a pecuária na Resex.

De acordo com analistas do ICMBio, baseados em levantamento realizado no ano de 2016, os dados obtidos indicam que, naquele momento, havia aproximadamente 2.700 cabeças de gado na Resex. Em relação à destinação desses animais, 70% são utilizados como auxiliar nas atividades laborais dos comunitários e 30% para corte. Destes, a grande maioria é comercializada no interior da Resex. Em relação ao último levantamento quantitativo, nas *comunidades* do Rio Arapiuns, houve diminuição do número de cabeças, mas aumentou a quantidade de criadores.

Diante desses conflitos, foi criado um GT formado por representantes delegados do conselho gestor, para discutir alternativas de solução ao problema. Há uma divisão de opiniões em relação ao tema. De um lado estão os criadores que cobram do ICMBio uma solução, afirmando que esse foi um problema criado pelo Governo, cabendo a ele resolver. Criadores defendem que, caso sejam obrigados a abandonar a criação de gado, devem iniciar processo de separação de suas *comunidades* do restante da Resex. A alternativa é rechaçada pelo grupo que cobra soluções ao problema devido ao fato de esta alternativa abrir margem para outras *comunidades* se desligarem, ruptura que levaria a uma fragmentação do território, com consequências negativas incidentes sobre todos.

Este tema é de suma importância porque toca em princípios referenciados de modos de vida dos moradores. Na concepção dos moradores criadores de gado, a criação desses animais diminui a dependência da família de produtos da floresta, da caça e da pesca, o que contribui para redução da vulnerabilidade alimentar das famílias e para a conservação dos recursos

naturais. Porém, o argumento de *agentes* gestores que são contra a criação de gado é que está ocorrendo a terceirização de áreas da Resex a serem utilizadas como pastagem, atraindo criadores externos à região. A reprodução textual de trecho de relato de um entrevistado a seguir apresentado, demonstra um dos significados da criação de gado na Resex.

Eu acho que vai ter um pega muito grande. Eu defendi em um encontro lá em Santarém, eu disse que o que ia acontecer no momento que não tivesse o gado dentro da Resex. O gado é usado nas festas das *comunidades*, para alimentação, uma reserva econômica. Mas na hora que não tiver o gado, zera o gado, não tem nada, a fome continua. Nós vamos comer macaco, mambira, papagaio que está extinção, arara, anta, tudo isso vai rodar e até cobra. O povo vai morrer de fome? Não. Então vão ser as consequências do zero gado na Resex. [...] então nós vamos para o mato matar seja lá o que for. Aí roda passarinho no ‘balador’ e rola, é tudo. Eu já falei isso. Eu não sou Moisés ou profeta que anuncia o tempo, mas a minha visão mostra isso aí. Então, ficou ali uma observação. E agora? Tem a lei, mas não tem o direito, tem a fome, tem a consequência e tem a reação. Se você for amiudar vai ter muito levante contra isso (Morador da *comunidade* Boim, 69 anos, agricultor aposentado, 2017).

Em contexto de ausência de incentivos voltados ao desenvolvimento de atividades extrativas, a expansão da pecuária em UC tem sido motivo de preocupação. Estudos como os realizados por Pantoja, Costa e Postigo (2009) e Maranhão, Lopes e Scarcello (2015), ambos realizados na Reserva Extrativista do Alto Juruá (estado do Acre), demonstram que o interesse e o aumento da criação de gado entre os moradores se relacionam a um conjunto maior de transformações em curso na área em que há questão em torno do sistema de uso, posse e acesso à terra historicamente vigente nos seringais. O estudo realizado por Pereira (2013), na Resex Verde para Sempre (estado do Pará), indica que a significativa quantidade de búfalos na UC alterou drasticamente o modo de vida das famílias residentes, por terem substituído antigas práticas produtivas, oriundas do extrativismo, especialmente da pesca e caça, por outras que giram em torno da pecuária.

Estudo realizado por Spíndola (2018), cujo objetivo foi analisar aspectos socioeconômicos e ambientais da atividade de criação de gado na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, constatou que a área correspondente à pastagem representa 0,35% da área total da UC. Os demais dados quantitativos dessa pesquisa, cuja autora também é gestora do ICMBio e atua na Resex Tapajós-Arapiuns, indicaram que há 193 criadores na Resex, dos quais 1/3 possuem apenas um animal utilizado para o transporte. Entre os demais criadores, o tamanho do rebanho varia entre 2 até 150 cabeças, com média de 14 cabeças por criador. A autora constatou que a atividade não se apresenta como vetor de desmatamento. Dadas as características por ela encontradas, a atividade é relevante financeira, social e culturalmente,

tanto para criadores quanto para os demais moradores. Assim, ela conclui que a atividade pode ser enquadrada como de subsistência, devido ao porte e aos modos de produção identificados.

Essas reflexões referentes às representações que os moradores elaboram sobre as regras demonstram uma realidade social complexa, podendo mesclar percepções favoráveis e contrárias, em que nem sempre essas posições configuram uma realidade fragmentada. Se de um lado vemos discursos comedidos e imbricados por princípios conservacionistas, em adesão ao ideário projetado para a Resex que se quer hegemônico, de outro tem-se manifestações insubordinadas que evocam elementos do universo material de cunho prático, condizentes com um modo de ser *tradicional*. Neste sentido, corroborando com Silva e Müller (2017, p. 204), em trabalho em que os autores analisam como grupos de atores sociais distintos interpretam a institucionalização de Reservas Extrativistas, “de forma geral, os extrativistas vinculam a sua atividade à questão da sobrevivência, dando uma conotação na qual ser extrativista significa lutar para se manter vivo”.

No trecho de fala de entrevistado reproduzido anteriormente, sobressai claramente essa constatação. Neste ponto, vale lembrar a ressalva elaborada por Silva (2016, p. 69), quando afirma que as pessoas não são ‘patetas culturais’ que sujeitam facilmente suas ações a determinações normativas impostas pela sociedade. Considerando-se os períodos em que passei com as famílias, acompanhando suas atividades cotidianas, posso dizer que, independente da percepção em relação às regras, os moradores exercitam recorrentemente suas capacidades de *agência*.

Pensando no cunho prático das limitações empreendidas pela imposição de regras através da implementação da Resex, os novos mecanismos de controle social não foram suficientes para frear ações contrárias aos princípios de conservação. Algumas dessas ações constituem padrões de comportamento socialmente compartilhados e fundamentais à satisfação das necessidades dos moradores. Correspondem a regras formais que para serem efetivamente consideradas em uso, precisam ser amplamente conhecidas e seguidas por todos. Assim, podem delinear as condições e os processos de mudança (TUCKER; OSTRON, 2009).

No entanto, regras estabelecidas no Acordo de Gestão não são seguidas, ou são ressignificadas conforme as condições materiais e valores culturais das famílias. Pode-se apreender dos discursos de alguns entrevistados e com base nos períodos de vivência com os moradores da UC, que as motivações que levam ao não cumprimento de normas estabelecidas, não podem ser creditadas a atos de rebeldia, mas orientações fundadas na necessidade, na rotina, na *tradição*, na *consciência prática* dos moradores e na consequente formulação de alternativas,

também instigadas pela dinâmica inerente a constituição de Resex. Silva (1994, s/p) acentua que a rotina se fundamenta em lógica prática, “implícita sem deixar de ser conhecida, adquirida sem deixar de ser inventiva, informal sem deixar de ser sistemática, histórica sem deixar de ser dinâmica e alterável. É uma utilização estratégica, calculada, do tempo”.

No entanto, pelo processo relacional de ressignificação das regras e das atividades de subsistência, os moradores vão exercendo sua *agência*. No decorrer do trabalho de campo na *comunidade* Anã e Boim, em diversos momentos que remetem aos ambientes pelos quais circulei, observei que muitos moradores desenvolvem distintas formas de apreensão e aplicação das regras.

A partir desta descrição, pode-se dizer que os moradores não desconhecem as regras e nem as ignoram. Contudo, em muitas situações atuam no sentido de tentar gerir da melhor forma possível certos constrangimentos que elas implicam. Neste sentido, esboçam tentativas de criação de esquemas de coexistência entre os sistemas normativos e necessidades materiais, não perdendo de vista as consequências de suas ações.

Muitos entrevistados, demonstrando percepção das mudanças sociais a partir das regras formais instituídas e derivadas da condição de Resex, esclarecem o ritmo da mudança e também as formas de organização anteriores. Neste sentido, o marco institucional da implementação do Plano de Utilização em 1999, atualmente denominado Acordo de Gestão, demarca também o início de processos de reorganização de tradicionais práticas de subsistência. Anteriormente à constituição da Resex, era muito comum a criação de animais soltos, porcos, galinhas, gado, cachorros. A criação desses animais causava diversos conflitos entre os moradores das *comunidades*. Há relatos de discussões, brigas, desavenças e até agressões físicas entre moradores devido a prejuízos causados por essa forma de criação. Com a estipulação de regras para criação desses animais, muitos moradores deixaram de criar devido a uma série de motivos. Alguns alegam que a idade avançada não mais permitia, outros que não podiam arcar com os custos para construção de cercados, conforme previsto no Acordo de Gestão. Na prática, a criação desses animais em locais adequados aumenta o custo para mantê-los. Há ainda os que afirmam que a criação dos animais soltos no centro era mais eficiente, por considerarem que naquele ambiente os animais teriam maior facilidade de acesso a alimentos.

Hoje a legislação permite criar, mas que tenha uma área, não se cria mais solto na rua. Porque antigamente era assim, criado na rua. [...] e nós acrescentamos um item lá, quer criar, que seja fora da *comunidade*, tenha uma área própria para criação deles, não seja mais solto na rua (Morador da *comunidade* Boim, 51 anos, professor, 2017).

Há tempos atrás a pessoa tinha vontade de criar porco, mas ela colocava porco sem controle, não tinha cercado e dava muito prejuízo. Agora para criar ele tem que ter o cercado, para não prejudicar o vizinho. Essas regras têm que ter, não pode soltar um porco aí que ele dá muito prejuízo. Assim como a criação de galinha, a pessoa quer criar, mas se ele não tem um cercado, ele não está criando, ele está criando é confusão com o vizinho. Porco tinha demais nessas comunidades. Já teve muita polêmica aqui por causa desses bichos aí. Gado não tinha cercado, vinha aqui para vila. Era assim, mas foi melhorando. Porco é difícil o pessoal criar. Eu criei muito porco, morava na colônia e tinha muito porco lá. [...] Porque o porco criado preso é muito gasto, aí eu fui acabando. Mas lá na colônia era muito bom, eles tinham tudo, a gente comprava também ração, tinha chiqueiro grande, muito bom de engordar porco lá. Eu gostava de ter porco, mas depois, quando baixamos para cá que, eu vi que a coisa não era bem assim. Não dava de criar porco, fui me desgostando, porque a gente não podia mais dar conta. Aí acabei com tudo, parei mesmo (Morador da *comunidade* Anã, 68 anos, agricultor aposentado, 2017).

A gestão compartilhada pressupõe a participação e a criação de mecanismos para monitoramento de canais de participação, em processo de avaliação reflexiva das reais necessidades dos protagonistas, os moradores de UC. Tendo isso em vista, vale à pena estender o escopo de análise sobre a situação social inteiramente nova que a imposição de regras inaugurou, para além da questão do cumprimento ou não das mesmas. Considerar como ocorreu o processo de criação das regras formalizadas no Acordo de Gestão é explicitar situações singulares introduzidas na realidade da população local. Também auxilia a apreender historicamente as significações construídas pelos entrevistados sobre os processos de mudanças sociais, a partir de transformações nas *instituições* (regras formais e informais) locais. Mais do que analisar um instrumento de *governança* ou uma técnica administrativa, a apreciação do processo de elaboração das regras, a partir do ponto de vista dos moradores da UC, fornece indicativos da capacidade dos representantes delegados dos grupos sociais em levar adiante suas proposições quanto à *governança* da Resex.

Após a criação da Reserva, o primeiro exercício para objetivação da nova forma de *governança* do território, recentemente delegada aos moradores através da Tapajoara e com consequências diretas para a população residente, como já ressaltado, constituiu-se na elaboração do Plano de Utilização. Este sistema de *governança* começa a tomar forma com ações realizadas por moradores e organizações (GDA, CPT, PSA, STR, MPF, IBAMA) que participaram do processo de criação da Resex e uma empresa contratada para este fim, por meio da realização de reuniões no decorrer de 1999 nas *comunidades* da UC. As ações se constituíam em forma de mutirões com grupos que percorriam as *comunidades*, realizando reuniões para esclarecimento dos moradores sobre os objetivos da UC e da necessidade de elaboração do Plano de Utilização. Entrevistados que participaram deste processo ressaltaram as dificuldades encontradas em algumas *comunidades*, ainda insatisfeitas com a criação da Resex. Em alguns

casos foram até expulsos das *comunidades*, ao tentarem esclarecer sobre as regras que deveriam ser votadas. Após esta rodada pelas *comunidades*, quando foram realizadas conversas com famílias de casa em casa ou em forma de reuniões com grupos maiores de moradores, foi marcada uma reunião em Vila Franca, primeira *comunidade* da Resex subindo o rio Tapajós, para votação da aprovação ou não das regras.

Por ter sido a primeira Reserva Extrativista criada no Brasil em janeiro 1990, a experiência da Resex do Alto Juruá no estado do Acre, serviu de modelo para muitas outras criadas posteriormente, inclusive com a reprodução de metodologias adotadas. O Plano de Utilização elaborado para Alto Juruá serviu de inspiração para outras Resex, entre elas a Resex Tapajós-Arapiuns. Um olhar sobre as narrativas de diversos entrevistados e informantes com quem travei diálogo ao longo da pesquisa, transparecem limitações engendradas pela apresentação das propostas para serem ou não aprovadas como regras, em detrimento de uma construção coletiva dos itens a serem regulados. Até 1998, ano de criação da Resex Tapajós-Arapiuns, a primeira criada no estado do Pará, havia apenas seis Reservas Extrativistas em toda a Amazônia brasileira. Tendo em vista outros processos de institucionalização de UC que se prolongam por anos, o processo de criação da Resex Tapajós-Arapiuns foi relativamente rápido. Levou menos de dois anos. Neste sentido, questões de cunho prático que exigem reflexão, ponderações, discussões coletivas e consulta aos envolvidos, como é o caso do processo instituinte de regras, podem não ter tido o tempo necessário para sua plena apreensão pelos moradores da UC. A falta de compreensão ampliada sobre questões relacionadas às regras sobressai em várias observações de entrevistados e informantes.

O discurso de um entrevistado de 69 anos, agricultor aposentado, residente em Boim, engajado em movimentos sociais, ex-presidente da Tapajoara, é emblemático pelo fato de se referir à criação de regras como resultante de um processo de erros e acertos. Sua narrativa reconhece o caráter participativo do estabelecimento das regras e enfatiza o inerente processo de aprendizagem. Por um lado, sua narrativa de teor conciliador, mesmo reconhecendo que as regras foram criadas por processos coletivos de decisão, deixa transparecer que, naquela época, não havia suficiente clareza sobre as questões que lhes foram apresentadas.

Então, nós mesmos fomos criando certos regulamentos de que a gente hoje acertou e outras que nós meio que cambaleamos. [...] Aquilo que eu falei um dia na assembleia sobre a questão do crédito de carbono, se eu não tenho domínio do problema eu peço um tempo, não sou obrigado a assinar e ir aceitando. Eu peço um tempo até me inteirar, esse é o meu direito, nosso direito. Então, foram artigos que a gente não estava preparado na verdade. Se houve algumas falhas, perdão, porque nós não estávamos preparados. [...] Até porque a gente não tinha um certo bem conhecimento e a regra

quem fez foi nós (Morador da *comunidade* Boim, 69 anos, agricultor aposentado, 2017).

Claramente o trecho reproduzido demonstra que determinados processos sociais exigem investimento em tempo para análise reflexiva até da condição do *agente* no processo, em face das distintas e contraditórias significações que a recém-criada Resex instituiu. As observações neste sentido focam no argumento de que as propostas para a definição das regras deveriam ter sido melhor debatidas, com maior profundidade e tempo para que os moradores pudessem avaliar as causas e os efeitos das mesmas de forma mais abrangente.

Tem gente, vou dizer uma coisa, se vocês quiserem que isso aqui, esse copo seja proibido, vocês pensem primeiro se não vai fazer falta para vocês. Se vocês vão se utilizar uma hora dele. Colocar as pessoas assim, para ele poder entender o que é. Mas não adiantava eu entender, você e você e os outros não estão nem aí. [...] Esse plano de utilização, amadurecer as ideias, aí a pessoa ia entender que ele chegava com um pouco mais de informação. Perguntar se era bom, se isso aqui vale a pena nós proibir de usar esse copo descartável. Aí outro diz:

- Rapaz, eu acho que não, porque isso daqui terminou, tu não tem o trabalho de lavar, ele vai para o lixo.

Mas não. Digamos assim, foi bom em algumas partes (Moradora da *comunidade* Boim, 65 anos, agricultora aposentada, 2017).

Por mais que alguns entrevistados e informantes reconheçam que a construção de regras ocorreu de forma participativa, essa participação é relativizada à medida que os mesmos entrevistados, além da falta de informações para decidir sobre determinadas regras, apontam exemplos das dificuldades de interpretações e implicações da aprovação das mesmas, o que prejudicou o próprio processo de legitimação das regras. Neste sentido, foram aprovadas regras consideradas incompatíveis com o contexto da realidade vivida, a exemplo da proibição da utilização da ‘palha branca’. A palha branca é retirada da palmeira curauá (*Ananas erectifolius*) e é historicamente empregada na construção das casas dos moradores. A decisão pela proibição foi uma regra considerada ineficiente e amplamente ignorada pelos moradores, sendo, posteriormente, suprimida do Acordo de Gestão. O trecho de entrevista a seguir reproduzido de um morador de Boim, de 51 anos de idade, explicita um reflexo negativo da falta de ampla concorrência de deliberações a respeito da construção das regras.

Aí que nós fomos começar a sentir, inclusive a primeira [*regra*] quando veio que não poderia mais tirar palha, porque a palha branca para nós era a forma de cobrir nossas casas, ainda não tinha chegado para nós essa tecnologia da telha, para nós ainda não tinha chegado. Ainda era coberto de palha, não tinha tijolo, era só na madeira ou no barro. O que aconteceu? Foi proibido. Como nós vamos cobrir nossas casas? Não está errado? (Morador da *comunidade* Boim, 51 anos, professor, 2017).

Exemplos como o do trecho reproduzido se repetem em outras narrativas de entrevistados, demonstrando a dificuldade de moradores em identificar os interesses e impactos da imposição de limites legais a suas ações em processos de auto-organização. Muitos deles, refletindo no atual contexto sobre aquela época, consideram que a insuficiência de envolvimento consciente de moradores no processo de aprovação das regras se reflete no descomprometimento com as mesmas até o presente momento. As mudanças nos processos de tomada de decisão, mesmo tendo se passado mais de 20 anos da criação da Resex, que, no atual contexto, possui um Plano de Manejo consolidado, não foi suficiente para asseverar sua aceitação. Ostron (1990), ao analisar como a gestão de recursos comuns é organizada de forma a evitar sua exaustão, ressalta a necessidade de ponderação na mudança de regras, pois, para que seus efeitos sejam positivos, precisam estar em acordo com as necessidades dos grupos envolvidos.

Dada sua importância para o contexto analisado, não posso deixar de assinalar comportamentos e características que alguns entrevistados criticaram em relação a representantes delegados que eles julgavam terem influenciado na aprovação de regras ineficientes. Em concordância ao frisado por Silva (2014), para moradores de Reservas Extrativistas, a agregação de atributos necessários para apreensão da racionalidade formal do Estado, o domínio de habilidades argumentativas na participação comunitária, até mesmo como se portar em atividades sociais que envolvem grupos maiores de *agentes*, como assembleias e reuniões, é processo ainda em construção entre moradores de Reservas Extrativistas. Essa questão foi explicitada por entrevistados que questionam a atuação e o preparo de lideranças para essa nova realidade. O reconhecimento da relevância da escolha de representantes delegados com habilidades sociais para as tomadas de decisões, para alguns entrevistados, é uma característica que no atual contexto ainda não foi superada. O trecho reproduzido a seguir, de um entrevistado em Boim, é representativa de algumas opiniões: “Nas assembleias, algumas pessoas, talvez por ignorância, ou por desatenção mesmo, começava a conversar. Era lançada uma proposta e ela não estava prestando atenção. Perguntavam: aprova? Era aprovado” (Morador da *comunidade* Boim, 51 anos, professor, 2017).

Pontos de vista como os deste entrevistado focam na postura dos representantes delegados, suspeitando da assimilação das questões por parte dos mesmos. Inclusive questionando a forma de contagem de votos nas assembleias para discussão de acordos: “[...] as assembleias são sempre à base da contagem de voto na mão. Tá que não dá tempo para fazer

voto secreto? É muito rápido. Então era a maioria” (Morador da *comunidade* Boim, 51 anos, professor, 2017). Segundo o entrevistado, geralmente a contagem dos votos era feita de forma visual, os membros do conselho se manifestavam contra ou a favor com a mão estendida ao alto, em alguns momentos eram contados os números de braços levantados. Mas na maioria das vezes era feita uma avaliação visual pelo *mediador*. Com base no trecho do relato anterior, essa metodologia levanta dúvida em algumas pessoas.

Para completar as considerações sobre o processo social de emergência de novos *princípios estruturais*, resta ainda uma ponderação sobre o perfil técnico de *agentes* estatais mais diretamente envolvidos na condução das reuniões e assembleias da Resex. Observei nas reuniões do Conselho Deliberativo das quais participei que os gestores da Reserva, *agentes de mediação profissional*, direta ou indiretamente, influenciam as decisões tomadas nessas arenas de debates, pois, em se tratando de *peritos*, *experts* em suas áreas de formação, muitas questões são apresentadas já imbuídas de cunho político ideológico por esses *agentes*. Em várias situações os técnicos declaram suas opiniões pessoais sobre questões que estariam em votação. Algumas vezes presenciei disputas ideológicas em torno de opiniões divergentes entre técnicos do ICMBio sobre a permanência ou não da criação do gado na Resex, assim como a legitimidade da exploração madeireira.

Para Giddens, processos de mudanças, relações de *poder* e dominação são inerentes à vida social, a qual é marcada por movimentos de construção e reconstrução de práticas sociais que incluem a *ação* de distintos *agentes*. Portanto, as práticas sociais dos *agentes* se dão no contexto de *estruturas sociais* preexistentes. Giddens (2003) refuta a ideia de *sistemas sociais* como algo inerte. Considera a vida cotidiana constituída a partir de fluxo de *ação* intencional dos *agentes*, os quais reproduzem e transformam cotidianamente o *sistema* por meio de suas próprias *ações* que, por sua vez, são orientadas por *regras* e *recursos*, limites e possibilidades, estabelecidos pelos *sistemas sociais* aos quais estão inseridos. No âmbito dessa dinâmica, dão-se a reprodução e a transformação das *estruturas sociais*. A essa dinâmica, Giddens (2003; 1996) se referiu como *dualidade da estrutura*, processo pelo qual as relações sociais concebidas no *tempo* e no *espaço* representam *estruturas* que são resultados de *ações* anteriores e condições para *ações* posteriores.

4.5 Contexto social de legitimação do usufruto da terra por meio do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso – CCDRU

Conforme destacado no capítulo 1, Giddens concebe a teoria da estruturação a partir de críticas às teorias sociais que implicam em explicações universalizantes dos processos de mudanças sociais, notadamente relativas ao *evolucionismo*, ao *funcionalismo*, ao *estruturalismo* e ao *materialismo histórico*. Para Giddens (1996, p. 119-120) a sociedade se constitui pela idealização de seus *agentes* constituintes. O fundamento para compreensão da ordem social, em sentido geral, “[...] não é a interiorização de valores, mas as relações de mudança entre a produção e a reprodução da vida social”. Neste sentido, “*toda a reprodução é necessariamente produção*: a semente de mudança está em todo o ato que contribui para a reprodução de qualquer forma ordenada de vida social” (GIDDENS, 1996, p. 120). Destarte, Giddens (2003, p. 281) propõe analisar os processos de mudanças sociais a partir das discontinuidades e continuidades produzidas pelo mundo moderno:

Em vez de ver o mundo moderno como uma acentuação ulterior das condições existentes em sociedades divididas em classes, é muito mais esclarecedor vê-lo como tendo realizado uma cesura no mundo tradicional, que ele parece corroer e destruir de forma irremediável. O mundo moderno nasceu antes da discontinuidade do que da continuidade com o que aconteceu antes (GIDDENS, 2003, p. 281).

Para avançar na questão, Giddens (2003) considera que é atribuição da sociologia compreender e interpretar, da melhor forma possível, os processos de *descontinuidades* do mundo contemporâneo. Para o autor, mudanças nas formas de organização social só são possíveis à medida em que são criados dispositivos capazes de suscitar *descontinuidades* com conjunturas precedentes (GIDDENS, 2003).

Diante do contexto analítico descrito ao longo deste texto de tese, o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso – CCDRU é dispositivo significativo para análise da vida social porque, enquanto componente relacionado à gestão da UC, constitui-se como um fator que produz mudanças institucionais que perpassam por significativas esferas organizativas da vida cotidiana dos moradores da Reserva. No caso em relevo, o CCDRU é paradigmático por sua importância social e política. Para além de sua relevância enquanto providência de regularização fundiária, do ponto de vista dos moradores por mim entrevistados na Resex, se constitui como marco jurídico/institucional da tutela estatal, aglutinador de diversos significados relacionados a questões de autonomia, continuidades, *descontinuidades*, *poder*,

segurança e insegurança. Demarca uma reorganização da *ação* em relação ao presente, mas com projeção na organização para o futuro. Deste modo, nesta seção final do texto da tese, dedico-me a analisar como o CCDRU intervém nos modos de organização social dos moradores da Resex.

Conforme discutido no capítulo 2, com a institucionalização do SNUC no ano 2000, o governo federal introduziu mudança significativa na administração de Reservas Extrativistas, ao adotar o modelo de gestão compartilhada para essa e outras categorias de UC de uso sustentável. A gestão compartilhada, ou cogestão, substituiu a disposição instituída pelo Decreto nº 98.897/1990, que outorgava a administração das Reservas Extrativistas às associações signatárias do CCDRU, cabendo ao Estado (o *agente* concedente) atuar unicamente na supervisão, fiscalização e controle da área (GOMES; CAMARGO GOMES, 2018).

O CCDRU é o instrumento jurídico introduzido pelo Incra através da Portaria nº 627/1987, que institucionaliza o Projeto de Assentamento Extrativista, por meio do qual são transferidos às populações locais residentes em UC, direitos específicos e previamente determinados. Na prática, por meio do CCDRU, o Estado regula a posse e o uso da área, conferindo às populações locais o direito de usufruto da terra, porém, o direito de propriedade permanece restrito à União. A assinatura do CCDRU é condicionada à existência de instrumentos de gestão (Plano de Manejo, Acordo de Gestão), portanto, assegura direitos e responsabilidades, à medida que os usufrutuários da área, em caso de transgressão a normas estabelecidas nos instrumentos de gestão, correm o risco de ter o contrato rescindido.

Na prática, esse remanejamento na administração territorial implicou em alargamento da ação tutelar do Estado (GOMES; CAMARGO GOMES, 2018) sobre processos sociais, já que a administração da UC passou a ser efetivada por *agentes* gestores, representantes delegados do Estado, de organizações da sociedade civil e de grupos sociais residentes na UC. Esses *agentes* configuram-se, congregados no Conselho Deliberativo, instância de negociação e discussão que, para além de instrumento determinante de *governança*, como ambiente institucional presidido por representante de órgão público.

No debate acadêmico, há divergências quanto ao entendimento da substituição da proposta de auto-gestão pela gestão compartilhada. Enquanto alguns autores consideram o Conselho Deliberativo como uma forma de diluição do poder decisório dos comunitários (GOMES; CAMARGO GOMES, 2018; PROST; SANTOS, 2016; SILVA, 2014; LOBÃO, 2006), outros consideram esse espaço como uma possibilidade de unir esforços e ampliação do

diálogo com outras esferas do Estado (NOBRE; SCHIAVETTI, 2014; CUNHA; LOUREIRO, 2009).

Com efeito, a gestão compartilhada pressupõe reconfiguração de interesses e das *mediações sociais*, visto que impõe aos moradores de Resex a inserção em outros universos sociais (locais, regionais, nacionais e/ou globais). No contexto pesquisado, as formas institucionais de *mediação social* foram construídas a partir da interação de diversos *agentes* sociais. Com a institucionalização da Resex, muitas dessas conformações sofreram reorientações, dada a temporalidade dos processos sociais e seus respectivos contextos, redes institucionais foram extintas e outras criadas.

Com essa alteração, os moradores da Resex Tapajós-Arapiuns viram-se diante de dois universos de significação e de organização da vida social que se contrapõem. De um lado, um universo de significações constituído tradicionalmente, baseado em princípios comunitários informais, configurados e reproduzidos por meio da *tradição*. De outro, os princípios definidos no SNUC, que consideram a categoria de UC Resex como instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente. Nesta perspectiva, o Conselho Deliberativo é um espaço que se constitui como ambiente institucional conformado por ideários de conservação ambiental e de desenvolvimento social específicos, portanto, concebido por quadros institucionais formais.

Os desdobramentos desta forma de intervenção ainda são pouco estudados em UC. Gomes e Camargo Gomes (2018, p. 105), ao discutirem as finalidades da criação de Reserva Extrativista, previstas no Decreto nº 98.897/1990, ponderam que a utilização do CCDRU pelo Estado na regularização fundiária de UC apresenta vantagem em relação a outros instrumentos jurídicos, como, por exemplo, a autorização, a alienação, a permissão, a doação e o aforamento ou enfiteuse. No caso de populações residentes em UC, é outorgado exclusivamente o direito de uso do bem público, garantindo-se “[...] sua oponibilidade *erga omnes*, vale dizer, a quem quer que seja, obrigando todos à sujeição ao direito de seu titular” (GOMES; CAMARGO GOMES, 2018, p. 108). Ressaltam os autores que o dever tutelar do Estado, explícito na “*finalidade* no ato instituidor” de Reservas Extrativistas consideradas de “interesse ecológico e social”, não deve ser tomado como um ato afortunado de *populações tradicionais*:

[...] pela concessão da área, a referida população não é destinatária de um especial benefício, mas de um múnus público: uma obrigação imposta por lei em prol do interesse público na proteção do meio ambiente. Essa obrigação decorre do *background* e do *modus vivendi* da população extrativista tradicional que a capacita para cumprir a finalidade indicada na lei: explorar a área de maneira autossustentável, sem prejuízo da conservação ambiental (GOMES; CAMARGO GOMES, 2018, p. 105).

Neste sentido, em que claramente há o entrecruzamento de questões fundiárias e ambientais, a tutela pelo Estado é mantida desde que se atenda aos delineamentos dos interesses ecológicos e sociais. A perspectiva dos autores é que populações residentes em Resex, considerando o aparato jurídico que sustenta a referida categoria de UC, se constitui não por seu valor intrínseco, mas como um componente do processo de *governança*, relegando a segundo plano a cultura e os modos de vida tradicionais dessa população.

Guerrero (2012), em pesquisa na Resex Quilombo do Frechal, expressa postura crítica em relação à regularização fundiária por meio do CCDRU e considera a cláusula de rescisão constituinte do contrato como uma afronta aos direitos e demandas de populações locais, prestação de serviços ambientais, como a proteção dos recursos naturais, é uma característica socialmente desejável dos modos de vida dessas populações. Deste modo, segundo a autora, essa perspectiva torna-se:

[...] um tipo de chantagem social, pela qual permanecem invisíveis e, portanto, fora do campo de direitos legítimos, como o fundiário, diversos grupos que não correspondem ao que os agentes do Estado consideram “tradicionais”, ou protagonistas de atividades “sustentáveis” etc. – todos estes termos cujo sentido não é unívoco. Em um discurso que realça algumas características do grupo que originou a proposta em detrimento de outras, forja-se uma vez mais o “mito do bom selvagem ecológico” e que condiciona a garantia de direitos à prestação dos serviços ambientais (GUERRERO, 2012, p. 75).

Do ponto de vista de moradores entrevistados na Resex Tapajós-Arapiuns, o CCDRU, por um lado, representa uma salvaguarda, ao garantir sua permanência na área; e, por outro lado, uma preocupação e uma ameaça. O contrato foi celebrado com a Tapajoara, associação concessionária da área da Reserva, em outubro de 2011, por tempo determinado (de 50 anos), podendo ser renovado ou não, o que tem causado preocupação entre moradores.

Em abril de 2017 ocorreu o II Seminário sobre questões territoriais, indígenas e não indígenas, promovido pela Tapajoara e pelo ICMBio, como atividade resultante da Câmara Técnica Territorial e Indígena. Na abertura do evento, uma liderança comunitária, representante delegada do Conselho Indígena Tapajós Arapiuns - CITA, uma das entidades coordenadoras da Câmara Técnica, ao rememorar sobre o início do movimento indígena na região e sobre o processo de criação da Resex, ressaltou que o CCDRU incide sobre a população indígena e não indígena. Avançando na reflexão, a liderança explanou sua preocupação em referência à temporalidade do CCDRU, resumindo-a ao final de sua fala com a seguinte pergunta: ‘Será que o Desenvolvimento vai acabar com a Resex?’

Analisando os discursos de lideranças comunitárias em ambientes institucionais, mas também as falas de entrevistados e informantes com que travei conversas formais ou circunstanciais sobre o CCDRU, observei que recorrentemente os mesmos situam essa questão em contexto de discussão sobre modelos de desenvolvimento. Gerando dúvida em relação à permanência na área da Resex, decorrente da falta de autonomia sobre o território. As respostas de entrevistados à pergunta *‘tem alguma preocupação em relação à Resex?’*, ao contrário do que eu supunha, tendo em vista as precárias condições de infraestrutura das *comunidades* e escassez de trabalho assalariado, reiteradamente incidiram sobre o CCDRU.

Nos trechos transcritos a seguir, entrevistados expressam sensação de vulnerabilidade representada pela possibilidade de quebra do contrato. Utilizam inclusive exemplos de modelos preponderantes de empreendimentos projetados para a Amazônia, como a construção de terminais graneleiro e a construção de hidrelétricas. Um entrevistado ilustra a possibilidade de desenvolvimento a partir de um viés economicista, vista por ele como fator de pressão sobre o Estado, ou até mesmo do próprio Estado. As referências utilizadas pelo referido entrevistado, considerando experiências recentes, como a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, o projeto da Empresa Brasileira de Portos de Santarém – Embraps⁴⁵ de construir um terminal graneleiro às margens do Lago Maicá em Santarém, assim como a construção do porto graneleiro da Cargill⁴⁶, implantado em uma das últimas praias remanescentes no perímetro urbano de Santarém, são empreendimentos de caráter predatório (ambiental e socialmente) que geraram e estão gerando muitos conflitos no que se refere à expropriação de moradores historicamente assentados e seu direito à permanência e uso do território. Representam exemplos paradigmáticos em que interesses desenvolvimentistas foram e estão sendo sobrepostos aos interesses de populações locais por determinações econômicas de *agentes* com expressivo poder político e econômico.

⁴⁵ A Empresa Brasileira de Portos de Santarém (EMBRAPS), protocolou na Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará (SEMAS-PA) solicitação de construção de seu Terminal Portuário em 2013. Com localização prevista na margem direita do Rio Amazonas, no bairro Área Verde, do Município de Santarém, região conhecida como “grande área do Maicá”, caracterizada por estar na transição entre a área urbana, rural e de várzea (SILVA et al., 2019). O local previsto para implantação do porto é um território ocupado por populações quilombolas, as quais dependem das atividades de pesca realizadas às margens do lago para seu sustento. O local será fortemente impactado com a construção do porto, comprometendo o ecossistema local e as atividades laborais de famílias residentes.

⁴⁶ A multinacional Cargill, empresa que atua na distribuição e processamento de alimentos, com sede nos Estados Unidos da América, foi pioneira na região de Santarém na construção de portos. A construção de seu terminal em Santarém teve início em 1999 e entrou em operação em 2003. A empresa contou com incentivos do governo através de incentivos fiscais e estruturais na região (TEIXEIRA; CUNHA, TERRA, 2012). O porto é motivo de conflito porque além de ter sido construído sem a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e de Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), tomou o espaço da praia Vera Paz e impactou o ecossistema lá existente.

A gente fica em cima do muro na questão da Resex porque ela é uma área do Governo Federal. Nós não estamos aqui como donos, mas como posseiros, usufrutuários da terra. Mas na hora que o dono, o Governo, quiser investir, mesmo sendo Resex, ninguém vai ter muito o que fazer, nem demanda para impedir. Como a gente vê no caso da Cargil aí em Santarém, as hidrelétricas que estão sendo construídas [*e projetadas para o estado*]. Mesmo que a população não queira, na hora que o governo quiser investir, a população não consegue impedir. Nós temos que usufruir do que estão trazendo. A minha preocupação é, se nós não trabalharmos para produzir, para mostrar interesse pela terra, o Governo vai ver e dizer:

- Olha, tem muita terra devoluta, os caras não trabalham, bora implantar um grande projeto lá.

Agora, o que me alegra, porque, por exemplo, eu falo aqui de Anã, eu queria que todas as comunidades da Resex tivessem essa visão. Tem projetos para reverter o quadro. Um exemplo é o projeto de meliponicultura, a piscicultura, a criação de galinha, criação de porcos. Essas coisas que garantissem a grande produção da região, da própria Resex. Por exemplo, se 50% das famílias criassem abelha, elas saberiam que a gente precisa da floresta, precisamos das árvores frutíferas para a piscicultura, para a ração orgânica. Isso seria uma resposta para o governo, para o mundo, que nós que estamos aqui, nós não devastamos a floresta e ela é para nós um tipo de sustentabilidade de nossos projetos. A minha preocupação é, se as pessoas daqui, as novas gerações, não se apoderarem de investimentos a curto prazo, pode acontecer que daqui alguns anos, num estalo de dedos, o Governo decida dizer:

- Oh, agora não dá mais, vamos investir, meter grandes projetos.

Essa é uma preocupação, assim como as grandes madeiras que passam aí no rio (Morador da *comunidade* Anã, 48 anos, funcionário público, 2017).

O receio que a gente tem aqui é que a gente está com um prazo, é tipo um contrato de trinta anos, depois que estourar a gente não sabe o que vai acontecer. Se vai renovar e ter outro contrato, a gente não sabe. Então, com esses prazos aí, a gente olha e vê que está longe, mas na verdade não está. Porque passa rápido os anos (Morador da *comunidade* Anã, 68 anos, agricultor aposentado, 2017).

No primeiro trecho reproduzido, o entrevistado elabora uma visão determinista do processo de desenvolvimento, pelo qual enuncia que a superação da dúvida quanto à permanência na área da Resex recai sobre o comprometimento com o trabalho. Para o morador de Anã, recorrendo à noção de sustentabilidade em virtude da ameaça representada pelo ‘determinismo desenvolvimentista’, a estratégia para atingir tal objetivo é demonstrar que os projetos em andamento na *comunidade* podem ser vislumbrados como referências de sustentabilidade. Enfim, capaz de demonstrar que se inserem no processo de ‘desenvolvimento’, a ponto de se apresentar como exemplo a ser seguido pelas demais *comunidades* da Resex, mesmo que isso implique em reorganização de seus modos de vida.

Embora não seja minha pretensão aprofundar a discussão sobre as abordagens quanto às distintas noções de ‘desenvolvimento’, conforme analisado no capítulo 2, devo salientar que a institucionalização de UC constitui uma estratégia política relacionada a concepções de ‘desenvolvimento’, quer seja no sentido de impor limites aos espaços para crescimento econômico, ou no sentido de outorgar possibilidades de aplicação de modelos ambientalmente

‘razoáveis’ (SALES, 2010). Cabe então observar que as atribuições de significados ao CCDRU, enquanto instrumento jurídico que pressupõe segurança institucional para a permanência dos moradores na área, também corresponde à insegurança, à medida que gera dúvidas, posto que o CCDRU adota temporalidade limitada. É condicionado ao atendimento de uma série de princípios previstos no Plano de Manejo.

Deste modo, a legitimação do usufruto, segundo normas reafirmadas no CCDRU toma a forma de uma hipótese, a qual logrará êxito à medida que a gestão das alternativas de inserção produtiva dos moradores obtenha sucesso, sem transgressões aos princípios de conservação, mas alinhada à lógica de inclusão à sociedade capitalista. Nessa forma do entrevistado visualizar a situação, o reconhecimento de direitos está atrelado a questões econômicas. Porém, é possível constatar no trecho reproduzido a seguir que há moradores mais pessimistas e que não vislumbram alternativa frente aos interesses do Estado: “[...] porque hoje a gente sabe que estamos numa área Federal. Tudo é Federal, nós só estamos tomando conta disso aqui. Na hora que disser assim: ‘Cai fora!’ Já era” (Moradora da *comunidade* Boim, 65 anos, agricultora aposentada, 2017).

Brito (2018), ao analisar os variados modelos de regularização fundiária no Brasil, quando direcionadas ao acesso a terra por povos e *comunidades tradicionais*, pondera que há vários inconvenientes operacionais relacionados ao enquadramento desses povos em modelos de regularização preexistentes. A proposição não costuma atender demandas específicas desses povos. Segundo o autor, pela existência dessa defasagem, a garantia do território, tal qual compreendido e utilizado pela população, nem sempre é assegurada pela regularização fundiária, principalmente quando envolve grupos distintos, com territorialidades específicas. Esse é o caso da Resex Tapajós-Arapiuns, onde há grupos sociais indígenas e não indígenas.

Em *Cosmologias Políticas do Neocolonialismo: como uma política pública pode se transformar em uma Política do Ressentimento*, Lobão (2006) frisou que a sociedade ocidental, a partir da globalização, que alterou as conformações de *espaço* e de *tempo*, recriou os mecanismos de controle que superassem a dicotomia entre natureza *versus* cultura. Neste processo, a autonomia de grupos sociais, no que se refere à sua capacidade de *agência*, se tornou uma ameaça antes nunca vista. O reconhecimento de direitos desses grupos em relação à autonomia sobre o território é procedente de “anterioridades históricas”, referenciada à reprodução social e cultural (LOBÃO, 2006, p. 21). Entretanto, conforme destaca o autor, as pretensões de grupos sociais designados como *populações tradicionais* sobre seus espaços sociais são transformadas em políticas de preservação, de tutela ou salvação. “Tal passagem,

de direitos à tutela, é feita mediante a manipulação externa dos sentidos atribuídos por esses grupos, às categorias tempo e espaço”. Deste modo, constata o autor, “seu passado é descolado do seu futuro, com o predomínio da ideia do Desenvolvimento Sustentável” (LOBÃO, 2006, p. 21).

Cabe destacar outro aspecto contraditório da forma como *populações tradicionais* foram incorporadas pelo direito ambiental às políticas ambientais. Shiraishi Neto (2014), ao discutir sobre a noção de lugar como categoria jurídica no desenvolvimento, em sua relação com distintas práticas sociais vivenciadas por *comunidades tradicionais*, postula que dispositivos ambientais orientadores da relação sociedade/natureza produziram conflitos que, recorrentemente, foram resolvidos em favorecimento à natureza, fazendo ressurgir a idealização dominante do século XX do ‘mito da natureza intocada’. Para efeitos analíticos, embora tais grupos sociais tenham sido “descobertos pelo direito ambiental, eles o foram de maneira subordinada à natureza. No caso, houve uma subversão da dogmática jurídica, que tem os sujeitos em detrimento dos objetos” (SHIRAISHI NETO, 2014, p. 304).

No período anterior à criação da Resex Tapajós-Arapiuns, as bases para a organização da vida cotidiana estavam fundamentadas em valores e significados associados à terra, localmente definidos e constituídos. Com a criação da Resex, as condições sociais de vida dos moradores são reorientadas por determinações amplas, baseadas em princípios de preservação ambiental e desenvolvimento socioeconômico, podendo o CCDRU, nesse caso, ser compreendido como fator de constrangimento, intimidação, coação e dominação.

Giddens (2003) distinguiu três dimensões estruturais dos *sistemas sociais*, as quais dão forma às instituições: significação, dominação e legitimação. Reconhecendo o valor desta proposição, associo com a interpretação de Pereira (2012, p. 53-54), em texto no qual discute a centralidade da *práxis na teoria da estruturação* de Anthony Giddens, por isso valorando a fundamentação dessa concepção em princípios ontológicos flexíveis (capacidade transformadora humana e a reflexividade) e as seguintes considerações da autora:

[...] significação refere-se a ordens simbólicas ou modos de discurso, nos quais os símbolos existem a partir do processo de interação entre agência/estrutura e agência/agência. Os símbolos só podem existir se tiverem uma recepção pelo agente e se forem compartilhados com os demais agentes, que os internalizam e podem ressignificá-los a partir de sua interpretação e da sua prática cotidiana. A dominação é a propriedade estrutural responsável por organizar e controlar os recursos, de tal sorte que, a partir dela, surgem as instituições políticas e econômicas. Quanto à legitimação, é responsável pela regulação das normas e regras, dando origem às instituições legais; trata-se, portanto, do aspecto coercitivo das regras, enquanto a estrutura de simbolização trata do aspecto significativo e facilitador dessas mesmas regras (PEREIRA, 2012, p. 53-54).

Deste modo, a partir da interpretação que elaboro quanto às proposições de Giddens (2003), considero o CCDRU como o dispositivo congregador de significação, dominação e legitimação. À medida que o CCDRU assegura o direito à permanência e uso da terra, também determina as condições para a continuidade dos moradores no território: sob dadas condições de uso da terra, o usufruto é mantido, em conformidade às formas de uso previamente definidas e constantemente monitoradas. Constitui um dispositivo institucional fundamental no que se refere ao controle, à dominação e ao poder sobre o território. Em síntese, corresponde a uma intimidação implícita ao condicionamento da assinatura e continuidade do CCDRU (dominação) às condições deliberadas no Acordo de Gestão (legitimação). A significação ou ressignificação se manifestam no cotidiano dos moradores e em seus discursos, ao reconhecerem a necessidade de orientar suas *ações* por princípios de sustentabilidade (ambiental) condizentes com a preconizada noção de ‘desenvolvimento’.

Giddens (2003) considera a dominação como fator fundamental na constituição de códigos de significação, pois ela é constituinte das *propriedades estruturais* e de *instituições*. Por efeito, compreendo os constrangimentos do CCDRU como forma de operação de poder exercido pelo Estado e seus *agentes* sobre o território. As práticas sociais relacionadas aos aspectos organizativos da vida cotidiana (familiar e individual), comunitária e associativa constituem um *sistema social* configurado por códigos e costumes de convívio coletivamente elaborados segundo fatores intrínsecos ao universo local de significação dos moradores, assim conformando consuetudinariamente um sistema político. Contudo, considerando os aspectos normativos de amplos *sistemas sociais* representativos da ‘condição de Resex’, o CCDRU é o princípio particularmente expressivo do campo sociopolítico, que ideologicamente institui e demarca o esforço do Estado em manter a posição e o projeto de poder na interseção desses dois *sistemas sociais*, o local e o racional/legal do Estado.

O CCDRU, enquanto instrumento de *governança*, materializa as três dimensões estruturais dos *sistemas sociais* (significação, dominação e legitimação). Circunscreve então interseção de *sistemas sociais* em campo de disputa de forças, caracterizado por assimetria de capacidade transformadora, expressiva de relações de poder entre os *agentes* componentes dos *sistemas*. Neste sentido, a capacidade de transformação, segundo o poder dos agentes locais, é relativizado, porque limitado em conformidade ao que está em disputa, interdependente da conjuntura política. Exemplo dessa situação pode ser aprendida pela própria constituição das Reservas Extrativistas (discutidas na seção 2.3) e pela ambiguidade de concepções que tem caracterizado a visão de populações residentes em UC: por um lado, a continuidade dessas

populações em UC é tida como agressiva ao meio ambiente; por outro lado, incide a concepção de que seus modos de vida auxiliam na conservação do meio natural.

Deste modo, no caso em destaque, o CCDRU não se configura apenas como instrumento especialmente circunscrito à regularização fundiária, mas a uma demonstração de quem detêm maior capacidade de estimular e circunscrever transformações. No caso em relevo, o Estado é o *agente* concedente do território e indutor da capacidade de transformação. Por outro lado, conseqüentemente, neste ato, redutor da capacidade de transformação, do *poder* do *agente* concessionário do território, a Tapajoara, os moradores da Resex. O *poder*, segundo Giddens (2003, p. 204), não deve ser pensado como mera *coerção*, pois “está na própria origem das capacidades dos agentes de realizar as ações pretendidas”.

Entretanto, a dominação exercida pelos agentes estatais por meio de dispositivos reguladores demonstram o poder do Estado diante de situações de conflitos de distintas ordens. Conflitos fundiários estão na raiz do processo histórico de constituição da Resex Tapajós-Arapiuns, assim como conflitos internos às comunidades geram reorganização de relações sociais e com o território. A conquista do território, relatada por entrevistados como *episódios* de luta contra ações de *agentes* externos, cujas atividades econômicas ou intenções sobre o uso do território ameaçavam os modos de vida da população local e até mesmo expropriação do território, encontra salvaguarda na intervenção tutelar do Estado em forma de concessão. Os desdobramentos da regularização fundiária por meio do CCDRU, avaliam os moradores, representam tanto aspectos de garantia de direitos quanto de *coerção*.

Para Giddens (2003), as *propriedades estruturais* dos *sistemas sociais* são, concomitantemente, facilitadoras e coercitivas. Ou seja, a *estrutura* institui os limites para a *ação* dos *agentes*, ao mesmo tempo que consente a *ação*. Giddens (2003, p. 204), tomando as contribuições dos estudos de Durkheim, considera que este apenas delineou três categorias de *coerção estrutural*, mas não se dedicou à elaboração de tipologia da *coerção*. Giddens (2003) elabora outra tipologia de *coerção*: *coerção material*, *coerção* proveniente de relações de *poder* (sanções negativas) e *coerção estrutural*.

A *coerção material* diz respeito aos limites das capacidades físicas do corpo humano e às características relevantes do ambiente físico, operantes sobre as opções dos *agentes*. Já a *coerção* oriunda das relações de *poder* ou *sanções negativas*, constitui-se por respostas punitivas de *agentes* em posição de *poder* e aplicadas sobre outro *agente* em posição de subordinação, que, em sendo restritivas, referenciam opções de *ação*. Por fim, Giddens (2003,

p. 208) define a *coerção estrutural* como “[...] a fixação de limites à gama de opções a que um ator, ou pluralidade de atores, tem acesso a uma dada circunstância ou tipo de circunstância”.

Na interpretação que construo sobre a noção de *coerção* de Giddens, qualifico o CCDRU como uma *coerção estrutural*, tanto quanto uma sanção negativa. O contrato tanto possibilita quanto limita as opções de *ação* dos moradores. Vimos no capítulo 3 como um *agente de mediação local*, representante delegado da Tapajoara, signatária do CCDRU da área da Resex Tapajós-Arapiuns, conseguiu, por meio de argumentação com *agente de mediação profissional*, representante delegado do Estado vinculado ao MDA, convencer o mesmo de que moradores de Reserva Extrativista também deveriam ter acesso a programa público destinado a moradores de assentamento, uma vez que, tanto eles quanto aqueles, são considerados beneficiários da reforma agrária.

Para finalizar, não posso deixar de mencionar algumas questões institucionais referentes ao contexto político nacional e que incidem diretamente sobre aspectos relacionados às UC, bem como corroboram com a importância da perspectiva dinâmica dos processos sociais e, assim como a constituição de problemas sociais e sociológicos de pesquisa.

No capítulo 2 apresentei uma síntese dos principais eventos sobre meio ambiente e os respectivos desdobramentos institucionais que foram elaborados a partir das discussões estabelecidas. Situei a posição do Brasil no contexto internacional dessas discussões e seu papel de destaque no combate às mudanças climáticas, a qual auxiliou na construção de sua boa imagem perante diversos países e instituições internacionais. Inclusive sediando eventos⁴⁷ importantes, como a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (em 1992), conhecida como ECO-92, e a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (em 2012), também denominada Rio+20. Essas ações somadas a discursos e implementação de políticas de compromisso ambiental (como as medidas políticas de preservação da biodiversidade, de recursos hídricos, de resíduos sólidos, de

⁴⁷ A Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas (ONU), a COP 25, ocorrida entre os dias 2 e 13 de dezembro de 2019, em Madri, na Espanha, estava programada para ocorrer no Brasil. Contudo, o então presidente Michel Temer cancelou o evento em novembro de 2018, atendendo a pedido do recém-eleito Jair Bolsonaro. Muitos participantes e observadores consideraram o evento frustrante por não estarem de acordo com a transferência das decisões sobre as ações contra o aquecimento global para o ano de 2020. Os participantes queriam urgência e ambiciosos compromissos dos países signatários. A posição do Brasil na conferência, contrariando participações anteriores, atuando na cobrança pelo estabelecimento de metas ambiciosas por parte de países ricos e também arbitrariamente se apresentando a cortar emissões, acabou juntando-se a EUA, Austrália, Índia e China – países que historicamente resistem a assumir grandes compromissos com a diminuição de emissores de carbono – em ações no sentido de dificultar as negociações.

mudanças climáticas, etc...) ajudaram a consolidar a imagem proativa e influência do Brasil em decisões internacionais, validando negociações com países europeus e os EUA.

Contudo, acontecimentos recentes no que se referem às políticas ambientais do governo federal estão contribuindo para a deterioração⁴⁸ da imagem do país perante o restante do mundo, explicitando assim indicativos nada conservacionistas dos rumos projetados para as UC. Além da tentativa de redução da área de UC, notadamente em 2012 no governo de Dilma Rousseff e em 2016, durante o governo do presidente Michel Temer, é possível observar diversas medidas que demonstram retrocessos nas políticas ambientais. Dentre elas a assinatura da Medida Provisória nº 759/2016, posteriormente convertida na lei nº 13.465/2017, de regularização fundiária, mas que na prática anistia grileiros de terras públicas. Podem-se citar ainda como exemplo de medidas negativas à imagem do Brasil e aos interesses dos povos que habitam em áreas de ação constricta visando a preservação ambiental, a concessão de perdão e reconversão de multas ambientais.

Conforme já registrado por mim e minha colega em outro texto (ANDRADE; SILVA, 2018), no governo do presidente Michel Temer (2016/2018) é instaurada uma nova fase nas políticas ambientais, como o Decreto nº 9.147, de 22 de agosto de 2017, pelo qual extinguiu a Reserva Nacional do Cobre e Associados. A área conhecida como Renca, corresponde a um mosaico constituído por nove UC de distintas naturezas jurídicas (Estação Ecológica do Jari, Parque Nacional Montanhas do Tucumaque, Reserva Biológica de Maicuru, Reserva Extrativista Rio Cajiri, Floresta Estadual do Paru, Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru, Floresta Estadual do Amapá, Terra indígena Rio Paru D'este e a Terra indígena Waiãpi).

⁴⁸ Não só medidas governamentais, mas atitudes pessoais do presidente eleito Jair Bolsonaro e do Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, corroboram com o deterioramento da imagem do país. Em 2012, enquanto era deputado federal, Jair Bolsonaro foi flagrado em um barco com equipamentos de pesca na Estação Ecológica de Tamoios – UC de proteção integral, sendo a época atividade proibida –, pela qual foi multado em R\$ 10.000,00 por crime ambiental. No início de 2019, após a eleição de Bolsonaro, o fiscal responsável pela aplicação da multa foi afastado de seu cargo e em dezembro de 2018 a Superintendência do Ibama no Rio de Janeiro anulou a multa aplicada a Bolsonaro com base em um parecer da Advocacia-Geral da União que alegava que Bolsonaro supostamente não teria tido direito à "ampla defesa". Durante sua campanha para presidente, Bolsonaro havia prometido autorizar a pesca esportiva em UC, a qual foi regulamentada pelo ICMBio via portaria nº 91, de 4 de fevereiro de 2020. Já o Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, duas semanas antes de sua nomeação, foi condenado por improbidade administrativa, respondendo por acusação, enquanto era Secretário Estadual do Meio Ambiente no Estado de São Paulo, de alterar o plano de manejo da Área de Proteção Ambiental – APA do Rio Tietê. A alteração de mapas de zoneamento do plano de manejo, por parte de Salles, levou ao favorecimento de empresas de mineração filiadas à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP. Embora o ministro tenha recorrido da condenação, ele também é investigado por enriquecimento ilícito.

Com perímetro de 46.818,59 km², distribuídos entre os estados do Pará e do Amapá, a Renca foi criada em 1984, durante o regime militar, pelo presidente João Figueiredo (por meio do Decreto nº 89.404/1984). Com sua criação, os militares objetivavam controlar a exploração minerária na região. Contudo, desde sua criação, poucas pesquisas minerais foram autorizadas na área, corroborando com a preservação da região. Após grande repercussão negativa do Decreto nº 9.147, especialmente por parte de ambientalistas, artistas e movimentos sociais, a União volta atrás e em 28 de agosto de 2017 publica o Decreto nº 9.159, revogando o Decreto nº 9.147 que extinguiu a Renca.

Tais ações com a finalidade de alterar normas constitucionais e flexibilizar a exploração de áreas protegidas com viés de privilegiamento de suas potencialidades comerciais, em detrimento dos princípios de preservação, ganharam significativo incremento após a eleição de Jair Bolsonaro eleito presidente em 2018. É possível observar que a partir de sua posse, em janeiro de 2019, discursos do presidente, ministros e outros membros do governo, assim como a implementação de políticas públicas voltadas à flexibilização dos processos de licenciamento ambiental; autorização para uso de agrotóxicos proibidos em diversos países – em 2019 foram 290 tipos de agrotóxicos que tiveram o uso autorizado –; desautorização de ações contra a exploração ilegal de madeira; tentativa de desvio de recursos do Fundo Amazônia para pagamento de proprietários de terras residentes em UC, o qual levou à suspensão do repasse de recursos pelos países financiadores, a Alemanha e a Noruega; proposta de revisão do código florestal e extinção das Reservas Legais; encolhimento da participação da sociedade civil na política ambiental; destituição da Funai da responsabilidade pela demarcação de terras indígenas; dentre outras, são medidas alinhadas às ações em prol da implantação de grandes projetos de infraestrutura, exploração mineral e madeireira, favorecimento do cultivo de soja e criação de gado. Pensando este cenário a partir da Amazônia, essas medidas e discursos remetem ao período de colonização da região, processo largamente discutido por vários autores (CASTRO; CAMPOS, 2015; HÉBETTE, 2004; BRONDIZIO; SIQUEIRA, 1992; DEAN, 1989; AZEDO, 1982; TOCANTINS, 1982; IANNI, 1978; FURTADO, 1977; HÉBETTE; MARIN, 1979).

Essa reviravolta das políticas ambientais em relação às medidas implementadas por governos anteriores após a redemocratização da república em 1989, corroborando com Mello-Théry (2019), mesmo que fosse possível identificar alguns retrocessos em governos passados, a atual política ambiental demarca um afastamento significativo das ações e medidas que levaram o Brasil a figurar em destacada posição perante países estrangeiros no que se refere às

políticas ambientais. Para a referida autora, a estrutura governamental publicada no Diário Oficial da União, em 02 de janeiro de 2019, altera substancialmente diversos setores correlatos e desmonta a estrutura de governança do meio ambiente (MELLO-THÉRY, 2019, p. 105):

- i) O Serviço Florestal Brasileiro passa a ser vinculado ao Ministério da Agricultura, assim como a demarcação de terras indígenas;
- ii) Houve a suspensão do reconhecimento de novas terras indígenas, a regularização de terras quilombolas e a criação de novas UC;
- iii) O zoneamento ecológico-econômico, instrumento de gestão ambiental e territorial, que era atribuição do MMA, desapareceu do art 49 da lei nº 13.502/2017 (de reestruturação do governo Michel Temer), revogado pela MP.

Diversos autores (FEARNSIDE, 2019; POCHMANN; AZEVEDO, 2019; CARDOSO; REIS, 2019; CARDOSO JR., 2019; MELLO-THÉRY, 2019) tem chamado atenção para as injustiças, incertezas e perigos incidentes sobre direitos humanos das políticas do atual governo. Inúmeras ações e medidas, de modo algum comprometidas com a agenda ambiental construída nos últimos 30 anos, são reforçadas com ações governamentais supostamente e, muitas vezes, empenhadamente fundamentadas em princípios que ignoram conclusões constituídas e consagradas por pressupostos científicos. Vê-se ainda discursos políticos ancorados em princípios religiosos que desautorizam perspectivas de ação e profissionais outrora reconhecidos por sua competência e autenticidade correlatos a *conhecimento perito* (GIDDENS, 1991). Conforme destacado em diversas passagens do texto de tese, para Giddens (1991), as instituições da sociedade moderna em que vivemos estão fundamentadas em *sistemas peritos*, os quais dependem de confiança. Contudo, conforme pode-se observar não apenas no Brasil, mas em vários países estrangeiros, governantes estão desacreditando e induzindo milhões de pessoas à desconfiança em relação às instituições basilares da sociedade moderna. Por essas ações colocam em xeque processos de compreensão cognitiva da realidade social, preconizados por preceitos científicos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto de tese apresentei resultados referentes à pesquisa pela qual me propus o desafio de analisar processos de mudanças nas formas de organização social de *agentes* de há muito residentes em território que no momento corrente apresenta-se categorizado como Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns. Desafio porque, além da complexidade e indecisões que envolveram a definição do objeto de análise considerado na pesquisa, pesaram na elaboração deste texto, assim como na pesquisa de campo, dificuldades relacionadas a aspectos pessoais, a exemplo de minha adaptação ao hermético e rico contexto amazônico.

Além de tudo, levei um tempo precioso tentando delimitar o objeto empírico definido segundo modelos teóricos com os quais me afiliei no decorrer de minha formação acadêmica, relacionada à administração (na graduação) e economia (no mestrado). Não creio que, neste texto de tese, tenha ascendido ruptura com o conhecimento obtido com essas áreas do conhecimento, afinal, em muitas seções, as análises assumem tonalidades resultantes do intercruzamento de meu interesse e formação em diferentes campos disciplinares. Mas demarca certo distanciamento quanto às perspectivas de disciplinas inicialmente acionadas e diálogos com perspectivas teóricas elaboradas em campos disciplinares das ciências sociais, como a sociologia. Esse incitamento me proporcionou enredar em outros campos disciplinares, mas exigiu muito empenho para apreender distintas formas de *olhar, ouvir e escrever* (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006) para definir o objeto de pesquisa.

Contudo, conforme pude apreender, à medida que a pesquisa foi avançando e a proposição reafirmada no momento da qualificação do projeto de tese no mês de julho de 2017, ampliei as abordagens dialogando com autores e técnicas, redefinindo conceitos usualmente construídos por aquelas disciplinas (administração e economia), que não se adequavam à proposta por mim elaborada para a tese. Afinal, as perspectivas teóricas voltadas a questões econômicas não abrangiam a complexidade do caso empírico. A partir de então, debruçando-me sobre a análise das informações obtidas até aquele momento, relativamente a reuniões do Conselho Deliberativo e dados adquiridos por trabalho de campo exploratório de seis dias em cada uma das *comunidades* escolhidas para análise, empreendi esforço no sentido de reajustar o conhecimento teórico e metodológico para compreender a dinâmica do universo social dos moradores da Resex de forma mais abrangente, interdependente, e redefinir a questão social e sociológica que me permitisse dar conta dos contextos macro e micro da vida social.

Ao término do trabalho de campo, quando iniciei as transcrições das entrevistas realizadas com moradores da Resex em meados de 2018 e, posteriormente, pela tematização das mesmas, momento em que as sugestões de minha orientadora foram fundamentais, pude investir na sistematização das informações registradas em diários de campo, tanto das reuniões que participei quanto dos dias de permanência nas casas dos moradores. Diante dessas reflexões, fui percebendo que havia uma combinação de fatores, e não fatores unívocos, relacionados aos processos de mudanças sociais previamente identificados. Neste sentido, investi no conhecimento e aproximação de perspectiva teórica coadunada ao universo social e modos de vida dos moradores da Resex. Especificamente, proposições do campo da *teoria da estruturação*, tais como formuladas pelas relevantes contribuições do sociólogo Anthony Giddens.

O arcabouço analítico da *teoria da estruturação* permitiu-me compreender o campo de construção de proposições visando à reorientação de modos de vida dos moradores da Resex Tapajós-Arapiuns. Portanto, institucionalidade redefinida no contexto de mudanças sociais decorrentes da intervenção do Estado, apreendida a partir do privilegiamento compreensivo da *estrutura* e a *ação*, o sujeito e o objeto, termos fundamentais à análise das interações humanas. Por esse campo de interação estão envolvidas relações de *poder* referenciais à definição e redefinição de sanções, *regras* e *recursos* que se sobrepõem a instituições informais que organizam a vida cotidiana dos *agentes* locais. A institucionalidade projetada pela criação de um conjunto de normas e organizações, se privilegiado procedimento da intervenção estatal, promove um ambiente social pelo qual as famílias residentes na área passaram a se submeter à constituição e afirmação de novas perspectivas organizacionais, à reestruturação organizativa que marca então o reconhecimento social e político de recentes formas organizativas locais.

Partindo-se do pressuposto de que os modos de organização social de *populações tradicionais* estão, em grande medida, assentados em acordos informais consuetudinários, fundamentados em valores institucionalizados, elaborados e reproduzidos no decorrer do tempo, a situação por mim estudada me revelava com certa clareza o estranhamento de moradores frente à institucionalização de Reserva Extrativista, pela qual se cria um novo sistema de organização, baseado em preceitos formais/legais. Interpõe-se assim a criação de um novo campo de *mediação* envolvendo distintos *agentes* sociais, inclusive moradores da Resex, construído interdependentemente para a *governança* do território.

Tendo em vista que a institucionalização de Unidades de Conservação são construções sociais fundamentadas em universos simbólicos especializados, referenciados por *sistemas*

sociais qualificados como *conhecimento perito*, operados por meio de princípios de *governança* territorial voltados à conservação do meio natural, constituídos no âmbito do conservacionismo, impactos nas esferas de organização social de *populações tradicionais* são esperados ao se criarem regras que restringem o acesso e uso de recursos naturais. Contudo, as práticas sociais tradicionais dos moradores, constituídas consuetudinariamente, passam a ser fundamentadas não mais apenas a partir de valores e significados locais, mas alicerçadas também em referenciais deste novo *sistema social*.

Por outro lado, a partir daquilo que observei na Resex, há mudanças sociais que se dão por outros fatores que não estão relacionados somente àqueles impostos pelas regras oriundas da implementação da Unidade de Conservação. Pela pesquisa constatei que há processos de mudanças sociais que ocorrem de forma independente daquilo que chamei de ‘condição de Resex’, ou seja, um conjunto de processos sociais capazes de produzir outro *sistema social*, representados especialmente pela institucionalização de Plano de Manejo, Acordo de Gestão, Conselho Deliberativo e Comunitário, emergência de associações comunitárias e intercomunitárias, Contrato de Concessão de Direito Real de Uso.

Diante disso, as premissas contidas nos conceitos de Giddens (2003; 2002; 1996; 1991), autor que considera que não há uma causa única que determine a mudança social, auxiliaram em meu entendimento do caso empírico a partir da perspectiva das *estruturas (regras e recursos)*. Giddens elabora proposta de apreensão da constituição da sociedade com base em pressupostos genéricos, sendo por isso criticado por outros autores (PEREIRA, 2012; SILVA, 2010; BAUMAN, 1989; THOMPSON, 1989), ao considerarem seus conceitos demasiadamente gerais e imprecisos. Contudo, no caso em relevo, as interpretações que elaborei com base nos conceitos deste autor foram fundamentais para visualizar o objeto de estudo de forma sincrônica. Nessa perspectiva, expressam-se interseções de *sistemas sociais* com distintos universos simbólicos: um macroambiente, constituído para a *governança* da Resex, caracterizado pela intervenção tutelar formal/legal do Estado, e um microambiente, associado a uma determinada estrutura social preexistente, instituído segundo valores locais. Ambos foram constituídos por processos sociais em distintas condições espaço-temporais.

Seguindo o fluxo dos processos sociais que fui observando e de outros que me foram sendo revelados pelos entrevistados e informantes na Resex, os arcabouços teóricos de Giddens foram fundamentais na compreensão das articulações institucionais dos *sistemas sociais* dos ambientes micro e macro incidentes sobre as práticas sociais dos moradores. As análises que empreendi enfocaram aspectos relacionais de suposições elaboradas por informantes e

moradores entrevistados, os quais tomaram como marco temporal a institucionalização da Resex. Desta maneira, primeiramente, no capítulo 2, orientado por conceitos propostos por Giddens, como *caracterização episódica*, *tempo mundial*, *conjunturas* e *cognoscitividade humana*, abordei aspectos históricos relacionados ao campo das políticas ambientais.

Ainda no capítulo 2, enfatizei o caráter processual da construção da agenda ambiental em âmbito mundial. Destaquei macroambientes institucionais ratificados por *conjunturas* que, consagrados em forma de aparatos institucionais (acordos internacionais, fóruns globais de discussão, convenções etc.), instituíram princípios normativos que influenciaram e influenciam a objetivação de *estruturas* formais e *sistemas sociais* locais. Apontei o quão *intensiva* e *extensiva* foi a construção do conceito de *meio ambiente*, o qual balizou distintas formas de intervenção nas esferas da organização social relacionadas ao meio natural, incluindo aí o SNUC. Preceitos político-ideológicos que demarcaram a institucionalização da política ambiental brasileira, especificamente no que tange ao sistema de gestão de UC. Inclusive aqueles destinados às Resex. Deste modo, demonstrei como atos administrativos de *governança territorial*, fundamentados em *conhecimento perito*, produzem outros significados sobre a vida comunitária de populações residentes em UC. Por meio de um balanço dos principais instrumentos jurídicos relacionados à UC, particularizei a construção da categoria de UC de Reservas Extrativistas no universo das políticas públicas, ressaltando as origens dos conflitos fundiários que colocaram os dramas dos seringueiros do Acre no rol dos problemas sociais da Amazônia.

Adentro no universo empírico, a partir do terceiro capítulo, dedicando-me à compreensão das múltiplas facetas da vida familiar, individual, comunitária e associativa dos moradores entrevistados na Resex. Analiso a complexidade dos processos imbricados nas dimensões socioculturais da vida comunitária, expressados através da organização política, das *mediações*, de representações delegadas, de *agentes de mediação profissional e local*.

No capítulo 4, tendo como fio condutor a ideia de fluxo, movimento e mudança, trago a cena questões importantes à análise, tais como a reordenação dos processos produtivos, de socialização, de uso da terra e readequação dos procedimentos organizativos locais aos sistemas normativos formais/legais que a ‘condição de Resex’ impôs. O capítulo oferece análises detalhadas sobre variações nas formas de organização social e da incorporação de premissas normativas dos aparatos institucionais de *governança territorial*, bem como outras relacionadas a políticas sociais do governo federal.

As questões analisadas nos capítulos 3 e 4 refletem as inquietações expressas na questão de pesquisa. Ao analisar aspectos históricos das práticas sociais dos moradores da Resex, busquei evidenciar que essas práticas compartilhadas foram produzidas e reproduzidas a partir das interações mantidas com o meio natural e de arranjos socioculturais. Alterações em alguma dessas dimensões, seja de ordem econômica, como o enfraquecimento da economia da exploração da borracha, a falta de mercado para produtos do extrativismo e da agricultura local, aumento da exploração madeireira, incentivo à expansão de monocultivos, ou da esfera social como a atuação do MEB, o surgimento e atuação de ONGs, presença do Estado mediante implementação de programas sociais de transferência de renda, promoção de educação e saúde, configuram processos fundamentalmente associados aos modos de organização e capazes de alterar práticas anteriormente vigentes entre os moradores da Resex. No decorrer de ambos capítulos mencionados, tecei observações e análises que demonstraram os reflexos de muitas dessas intervenções sobre as formas de uso da terra pelos moradores da Resex.

Um conceito balizador na elaboração desses capítulos (3 e 4) foi o de *propriedades estruturais*. Segundo Giddens (2003) as *propriedades estruturais* dos *sistemas sociais* são constituídas por práticas sociais institucionalizadas, as quais orientam a vida social. Neste sentido, constituem os meios e os fins da vida social.

Deste modo, apresentei aspectos institucionais da vida comunitária relativas às atividades laborais e associativas, historicamente expressivas de formas institucionalizadas de organização social que apresentam *propriedades estruturais* representadas por aspectos simbólicos, dimensões econômicas e políticas que, anteriormente à criação da Resex, eram baseadas na *tradição*. Contudo, nem todas as mudanças nessas *propriedades estruturais*, tiveram como fator importante as institucionalidades projetadas pela ‘condição de Resex’.

Considerando o objetivo proposto para esta tese, destaco cinco aspectos que, em meu entendimento, constituem ou constituíram *propriedades estruturais* fundamentais dos modos de organização social dos moradores da Resex Tapajós-Arapiuns; e que demarcam continuidades e *descontinuidades*: a produção para autoconsumo, o trabalho em mutirão (puxirum), as relações de parentesco, os padrões de uso da terra e as formas associativas de representação.

Considero a produção para autoconsumo uma *propriedade estrutural* das práticas sociais dos moradores, por se remeter a um escopo mais amplo de organização social tanto do núcleo familiar e comunitário, quanto importante mecanismo constitutivo do processo de socialização da criança por meio do trabalho. Todos os moradores, sem exceção, relataram em

entrevista que a reprodução familiar, no período de sua infância e adolescência, estava assentada nos resultados de práticas extrativas e agrícolas que envolviam todos os membros familiares com idade superior a sete anos. Neste sentido, a produção para autoconsumo configurava uma prática que atendia às necessidades materiais de alimentação, assim como garantia a inserção da criança no universo do trabalho, base da continuidade das práticas agroextrativistas, por meio desta transmissão de conhecimentos que proporcionava sentido à reprodução da prática. A essas condições observadas em temporalidade que antecede a criação da Resex, associo ao que Giddens (2003) denominou de *circuitos de reprodução*, as condições responsáveis pela reprodução do sistema, implícitos na continuidade de instituições ao longo do espaço e do tempo.

No período posterior à criação da Resex, ocorrem diversas mudanças que afetam os *circuitos de reprodução*, embora algumas não estejam necessariamente ligadas à ‘condição de Resex’, incidem sobre as condições de reprodução do sistema. Se anteriormente à criação da Resex, a criança era componente efetivo da organização do trabalho familiar, no atual contexto ela passou a ser critério fundamental da inserção familiar em programas de assistência social. A expansão da rede pública de ensino, bem como a criação de programas como o Bolsa Família, aparatos jurídicos de garantias de direitos à criança e ao adolescente, por meio do ECA e do Conselho Tutelar, constituem instrumentos de controle social que intervêm na socialização da criança pelo trabalho. Os desdobramentos dessas situações indicam diminuição da força de trabalho familiar.

No atual contexto, as formas de integração dos moradores da Resex à economia mercantil também sofreram alterações. O acesso a recursos financeiros por meio de aposentadorias, Bolsa Família e, para alguns moradores assalariados, por meio de prestação de serviços em escolas e postos de saúde presentes nas *comunidades*, e até mesmo em atividades laborais fora da Resex, proporciona a possibilidade de compra de alimentos industrializados, comercializados nas *comunidades* ou oriundos de Santarém.

Mudanças como essas, resultantes de processos históricos de ampla abrangência de mudança no âmbito de políticas públicas nacionais, abrangendo programas sociais implantados em decorrência de lutas de grupos organizados da sociedade por melhorias nas condições de vida, melhores escolas, acesso à saúde, ampliação do sistema de aposentadoria, constituíram as condições para influenciar na restrição do âmbito de ações de crianças e adolescentes envolvidas nas práticas produtivas das famílias. Tudo isso somado ao acesso a recurso monetário e ampla circulação de mercadorias, o que possibilitam a compra de alimentos

industrializados. A associação desses fatores afetou os *circuitos de reprodução* da produção para autoconsumo, levando a *descontinuidade* dessa prática como constitutiva das *propriedades estruturais* dos modos de organização social dos moradores da Resex.

Outra *descontinuidade de propriedades estruturais* que perpassa as reflexões dos capítulos 3 e 4 refere-se ao trabalho coletivo em forma de mutirão, sistema constituído pela lógica da troca de dia de trabalho, o chamado puxirum. Com relação a essa prática, destaquei dos relatos dos entrevistados que o enfraquecimento e o quase desaparecimento do puxirum, outrora estruturante das relações sociais, atualmente está relacionado à expansão de relações mercantis reguladoras de relações de trabalho, indicando que anteriormente à consagrada interdependência e dispositivo de sociabilidade representada por aquela prática, em especial ao que se refere à constituição das roças, hoje padeceu diante da monetarização das relações de troca entre moradores da Reserva.

Assim, se por um lado a maior circulação de recurso monetário oriundo de atividades não agrícolas ampliou o acesso a bens de consumo, por outro desestabilizou a divisão social do trabalho familiar e coletivo. Moradores com recursos financeiros, obtidos seja através de assalariamento, aposentadorias ou outros programas de distribuição de renda, contratam outros moradores para realização de atividades laborais que antes eram realizadas pelos membros familiares ou em forma de puxirum. A fragilização desta prática também impactou negativamente o meio natural, já que mudanças na realização de ações coletivas estão incidindo na gestão e realização das atividades produtivas. Quando as queimadas para implantação de roças de mandioca eram realizadas em forma de puxirum, havia mais pessoas para controlar o fogo. No atual contexto, com apenas uma ou duas pessoas para cuidar as queimadas, tem havido aumento nos focos de incêndio na Resex.

Cabe, contudo, registrar que esta prática ainda constitui estratégia de reprodução de *sistemas sociais*, mesmo que sua utilização esteja circunscrita a ações pontuais e sob a influência de critérios que denotam certa seletividade de participação. Por exemplo, quando há necessidade de abertura de estradas ou construção/manutenção de escolas, há mobilização maior de moradores, representativos do conjunto total de residentes das *comunidades* que irão usufruir daquela benfeitoria, legitimando o puxirum como trabalho coletivo comunitário. Observei essa situação em Boim, quando os moradores se organizavam para abertura de um grande pico na floresta, destinado à implantação, futura, de rede de distribuição de energia. Em Anã, relatos de entrevistados sobre trabalhos realizados na escola permitem essa constatação. Porém, conforme pude constatar presencialmente em Anã e Boim, atividades que exigem

trabalho em forma de puxirum, relacionadas aos times de futebol e às igrejas, envolvem pessoas ligadas às mesmas. É possível perceber que, embora ressignificado, o puxirum ainda representa um valor fundamentado no senso de ‘*comunidade*’, entendido como incentivo à participação e desenvolvimento da organização e ação comunitária, de ajuda mútua.

As formas associativas configuram outra importante *propriedade estrutural* dos modos de organização social na Resex, que passaram por mudanças, essas sim, diretamente relacionadas à institucionalização da Reserva. Com relação a esse aspecto das formas organizativas dos moradores, destaquei as fundamentais atribuições que as associações assumem no contexto atual na *mediação* entre as *comunidades* e *agentes* externos, entidades civis e estatais, no encaminhamento de demandas comunitárias e na gestão da UC. A maneira como as associações têm atuado na ressignificação de relações sociopolíticas remete ao conceito de *agência* de Giddens (2003), por dotar os moradores de capacidade de influenciar nas decisões de seus modos de vida.

As formas de representação coletiva dos moradores instituídas por delegação formalizada, por meio de associações comunitárias e intercomunitárias, definem novas experiências políticas que demarcam a *descontinuidade* de relações anteriormente vigentes. Mais do que dar voz aos moradores da Resex em campos políticos, as formas associativas atualmente prevalentes, com sua conformação formal/legal, inserem os moradores em complexas redes de campos de *poder* (Conselho Deliberativo e Comunitário, Grupos de Trabalho, Câmaras Técnicas, movimentos sociais, relações com ONGs, coexistência com diversas associações nas próprias *comunidades*) marcadas por contrariedades, negociações e disputas internas e externas, legitimação de *agentes mediadores locais* emergentes, construção de novos vínculos. São situações de transformações nas relações sociais reestruturantes dos modos de organização social.

Uma quarta dimensão constitutiva das *propriedades estruturais* que referenciam modos de organização dos moradores da Resex, até o momento pouco discutida, diz respeito às relações de parentesco. Essa questão surgiu pontualmente ao longo da seção 3.3 quando analisei a constituição das associações presentes em Anã e Boim. E na penúltima seção do capítulo 4, ao discutir o processo de institucionalização das regras. Embora não constitua uma questão aprofundada na análise, por trás de rivalidades internas e discórdias domésticas observadas, tais processos escamoteiam disputas internas que envolvem relações de parentesco. No que se refere à constituição das associações, as relações são pautadas por graus de parentesco e compadrio.

Neste sentido, representam uma continuidade desta *propriedade estrutural* de organização comunitária.

A quinta e última dimensão constituinte de *propriedades estruturais*, marcada por processos de continuidades e *descontinuidades* que destaco, se refere aos padrões de uso da terra. Considerei as transformações nos padrões de uso da terra a partir de temporalidade alcançada pela memória de moradores entrevistados, que se remetem à década de 1960. Até o final daquela década, as formas de uso e ocupação da terra ainda mantinham influências da economia da exploração da borracha, que prevaleceu na região até o final da década. Tal padrão se constituía em aposamentos com áreas destinadas ao uso individual por núcleos familiares e áreas de uso comum, com regras estabelecidas de forma consensual. A década de 1960 também demarca o início das ações da Igreja Católica, por meio da atuação do MEB, cujas ações influenciaram as configurações sociopolíticas. Por meio da noção de *comunidade* (unidade residencial, localidade e associação política), o MEB institucionaliza formas de autonomia de grupos sociais associados a determinados espaços, denotando direitos de uso e ocupação comum a esses territórios.

A partir da década de 1970, contando com incentivos do governo federal, é estimulada a exploração madeireira na região. É quando se instalam no território da atual Resex, as empresas de exploração madeireira Santa Isabel e Amazonex, as quais passam a impactar as formas de posse e apropriação do espaço, delimitando áreas destinadas à exploração dos moradores previamente estabelecidas e as áreas que seriam destinadas à extração florestal. Posteriormente, na década de 1990, diante dos impactos negativos da exploração madeireira sobre a flora e a fauna, ameaçados de expropriação do território, os moradores empreendem projeto de garantia de permanência no território e a saída encontrada foi através da intervenção estatal via constituição de Reserva Extrativista. Com a institucionalização da Resex em 1998, a partir dos anos 2000 entra em vigor um conjunto de normatizações de uso e ocupação da terra impostos pela ‘condição de Resex’, com regras constituídas a partir de princípios de conservação, muitos contrapostos às regras costumeiras historicamente reproduzidas. Além disso, a ação administrativa da Resex prevê formas de incentivo ao uso de técnicas ‘sustentáveis’ dos recursos do meio natural, operacionalizadas por meio de programas e subprogramas. Portanto, a partir da década de 1970 os moradores locais passam a gozar de autonomia relativa sobre a organização do território e recursos do meio natural, anteriormente apreendidos como sendo de seu controle.

Na última seção do capítulo 4, recorrendo aos conceitos de Giddens, constato que o CCDRU tem desdobramentos contraditórios do ponto de vista da representação dos moradores. O contrato, responsável pela regularização fundiária da Resex, representa uma *coerção estrutural* e uma sanção negativa, por ser um fator que possibilita e ao mesmo tempo limita as opções de *ação* dos moradores. Por meio deste aparato jurídico, a permanência dos moradores no território é condicionada ao Plano de Manejo e as formas de uso e ocupação da terra devem ser conformadas às normas estabelecidas no Acordo de Gestão. Deste modo, considero que a ação tutelar do Estado, com sua racionalidade formal/legal, suprime a autonomia e interfere nos *sistemas sociais* desses grupos historicamente constituídos, justamente sobre a questão fundiária, questão muito cara aos moradores.

Em síntese, por este texto demonstro que as mudanças nos modos de organização social dos moradores da Resex apresentam *descontinuidades* e continuidades de *propriedades estruturais* mediadas por dispositivos de *coerção estrutural*. A institucionalização da Reserva por meio de aparatos institucionais, assim como a maior presença do Estado institucionalizando programas de assistência social, promoção da educação e saúde, os quais geram postos de trabalho assalariado nas *comunidades*, alteração nas dinâmicas econômicas de produtos extrativos e agrícolas, maior circulação de recurso monetário, são fatores que influem nos *circuitos de reprodução* dos moradores, conseqüentemente no processo de *estruturação* de práticas sociais. Deste modo, a criação da Resex demarca um referencial temporal a partir do qual moradores avaliam mudanças em suas *estruturas*, utilizando fatores recursivos e fundamentais de organização da vida comunitária: transmissão intergeracional de práticas e valores sociais; padrões de socialização; hábitos alimentares; formas de trabalho; regras de acesso e uso da terra; formas associativas de representação. Aspectos determinantes da organização social que historicamente veem sofrendo mudanças, seja por meio de emergência de amplos processos históricos envolvendo *agentes* externos, ou por mudanças internas às *comunidades*.

Considero que o esforço analítico empreendido por este texto de tese contribui para compreensão das dinâmicas das mudanças sociais que caracterizam os *sistemas sociais* dos moradores da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns. Embora as estratégias interpretativas que elaborei sejam suscetíveis de questionamentos, creio que tenha atingido o objetivo proposto, demonstrando que as mudanças nas práticas sociais dos moradores, discutidas de forma processual, aludem à abordagem conceitual proposta por Anthony Giddens, por acarretarem

conjunto de normas, relações de poder e significados implicados na reprodução dessas mesmas práticas.

Essas ponderações finais suscitam muitas questões. Tais quais as propostas apresentadas pela professora Noemi Porro, em sua explanação durante a defesa da tese: as atuais ações governamentais, alegadamente baseadas em religião ou em descarte da ciência, seriam sinais de outra faceta da modernidade ou uma etapa subsequente à modernidade? Ou teríamos que revisar o significado de *sistemas peritos*?

Essas questões são pertinentes do ponto de vista analítico para o debate no qual o tema da tese se insere. Aqui não poderei responder a essas questões. Contudo, considerando o objeto de análise em causa, é necessário refletir sobre quais as consequências e como essas questões afetam os sistemas socioecológicos de populações residentes em UC. Como grupos sociais reconhecidos como *populações tradicionais* estão reagindo a esses distúrbios? Deixo essas questões como provocação e incentivo, caso algum pesquisador se interesse e queira aprofundar os aspectos por mim levantados e tente compreendê-los a partir da situação social em que grupos sociais residentes em UC se definem e se redefinem, processos que implicam intercâmbios, negociações sociais e aberturas de projeção do mundo por reflexão relativista da vida social a partir da qual se engajaram em processos de redefinição de si e da ordem institucional que os atinge, nem sempre oferecendo condições de reprodução almejada.

REFERÊNCIAS

- ABIRACHED, C. F. A. **Ordenamento territorial e áreas protegidas: conflitos entre instrumentos e direitos de populações tradicionais de Ubatuba-Paraty**. 2011. 178 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável), Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília - UnB, Brasília/DF, 2011. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/9568?mode=ful>. Acesso em: 29 mai. 2017
- AFONSO, S. M. **Políticas Ambientais nas Unidades de Conservação do Litoral Baiano: a Reserva Extrativista Marinha de Corumbau**. 2013. 135 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador/BA, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/20638/1/Soraia_Monteiro.pdf. Acesso em: 1 abr. 2017.
- AGUIAR, C. D. **Sobreposições entre Políticas Públicas: obras do PAC e unidades de conservação no corredor de biodiversidade da Serra do Mar**. 2011. 110 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável), Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília - UnB, Brasília/DF, 2011. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/8644>. Acesso em: 29 mai. 2017.
- ALLEGRETTI, M. H. **Áreas Protegidas na Amazônia Brasileira**. In: Fundo Vale. (Org.). **Áreas Protegidas**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Fundo Vale para o Desenvolvimento Sustentável, 2012, v. 2, p. 34-39. Disponível em: https://amazon.org.br/PDFamazon/Portugues/calha_norte/capitulos_de_livros/AreasProtegidasLivro.pdf. Acesso em: 26 nov. 2018.
- ALLEGRETTI, M. H. A construção social de políticas públicas: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 18, p. 39-59, jul./dez. 2008. Editora UFPR. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/13423>. Acesso em: 9 jul. 2018.
- ALLEGRETTI, M. H. **Ambientalismo Político y Reforma Agrária. De Chico Mendes ao Movimiento de los Sin Terra**. **Nueva Sociedad**, v. 50, p. 57-68, 1997. Disponível em: https://nuso.org/media/articles/downloads/2609_1.pdf. Acesso em: 15 dez. 2018.
- ALLEGRETTI, M. H. Política de uso dos recursos naturais renováveis: a Amazônia e o extrativismo. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, 26 (1): 145-62, jan./mar. 1992. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/8821>. Acesso em: 29 mar. 2018.
- ALMEIDA, A. W. B. **Terras tradicionalmente ocupadas: terras de quilombo, terras indígenas, babaçuais livres, castanhais do povo, faxinais e fundos de pasto**. 2. ed. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2008. 192 p.
- ALMEIDA, A. W. B. **Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito**. **Cadernos do NAEA**, Belém/PA, nº 10, p. 163-196, 1988.

ALMEIDA, M. W. B.; ALLEGRETTI, M.; POSTIGO, A. O legado de Chico Mendes: êxitos e entraves das reservas extrativistas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente** (UFPR), v. 48, p. 25-56, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/60499>. Acesso em: 21 out. 2019.

ALMEIDA, J. **Desafios para a construção da sustentabilidade**. Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito (UFRGS), Porto Alegre; v. VI, p. 131-138, 2006.

ANDRADE, A. P. **Entre as curvas do rio: a luta para o acesso à terra e a criação da Reserva Extrativista Médio Purus no estado do Amazonas**. 2016. 233 f. Tese (Doutorado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/19508>. Acesso em: 13 ago. 2018.

ANDRADE, M. M.; SILVA, D. W. Social organization forms and institutional dynamics in the Tapajós-Arapiuns Reserve, state of Pará, Brasil. **Sustentabilidade em Debate**, v. v.10, p. 142-153, 2019. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/sust/issue/view/1831>. Acesso em: 3 out. 2019.

ANDRADE, M. M. Mudanças institucionais e economia camponesa em áreas protegidas na Amazônia. **In: X Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología Rural - ALASRU**, 2018, Montevideo. Trabajos Completos Presentados, 2018. p. 1-15. Disponível em: http://alasru2018.easyplanners.info/opc/tl/1936_marcelo_moraes_de_andrade.pdf. Acesso em: 05 abr. 2020.

ANDRADE, M. M. Caracterização socioproductiva da comunidade Boim, Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Pará. **In: III Seminário de Pesquisa da Floresta Nacional do Tapajós e I Seminário de Pesquisa da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns**, 2017, Santarém. **ANAIS....**, 2017. p. 267-271. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/flonatapajos/images/stories/Anais_III_Semin%C3%A1rio_FLONA_do_Tapaj%C3%B3s_I_RESEX_Tapaj%C3%B3s_Arapiuns.pdf. Acesso em: 17 nov. 2018.

ANTONIO FILHO, F. D. Riqueza e Miséria do Ciclo da Borracha na Amazônia Brasileira: Um Olhar Geográfico Através de Euclides da Cunha. **Revista Outros Sertões**, v. 03, p. 61-73, 2009. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/p5mw5/pdf/godoy-9788579831270-10.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2019.

ARANTES, A. C. V. **A dinâmica atual do conflito entre uso e conservação de recursos pesqueiros na Estação Ecológica de Guaraqueçaba, Paraná**. 2016. 190 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba/PR, 2016. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/45010>. Acesso em: 19 ago. 2017.

ARRUDA, R. S. V. Populações Tradicionais e a proteção de recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente e Sociedade**, São Paulo, v. ano II, nº. 5, p. 79-93, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/n5/n5a07.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2018.

ARAÚJO, H. F. A. **Estado e movimentos sociais no campo: a trama da construção conjunta de uma política pública no Maranhão**. 2010. 173 f. Tese (Doutorado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Departamento de Ciências Sociais,

Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza/CE, 2010. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/1294>. Acesso em: 26 nov. 2018.

ASTIGARRAGA, A. A.; PASSEGGI, M. C. A infância no contexto da família rural: do trabalho infantil à universidade. **Cadernos de Educação** (UFPel), v. 44, p. 217-239, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/2746>. Acesso em: 09 abr. 2020.

ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Santarém**. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/santarem_pa. Acesso em: 13 mar. 2019.

ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Aveiro, PA**. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/aveiro_pa. Acesso em: 30 de jun. de 2019.

BANKS, M. **Dados visuais para pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: ArtMed, 2009. 176 p.

BARRETO, E. O.; TAVARES, M. G. C. O Turismo de Base Comunitária em uma comunidade ribeirinha da Amazônia: o caso de Anã na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Santarém (PA). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.10, n.3, ago/out 2017, pp.579-611. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/index>. Acesso em: 27 ago. 2019.

BARRETO FILHO, H. T. Populações Tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: Cristina Adams; Rui Murrieta; Walter Neves. (Org.). **Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2006, v. , p. 109-143.

BARRETO FILHO, H. T. Utopias Tecnológicas, Distopias Ecológicas e Contrapontos Românticos: "populações tradicionais" e áreas protegidas nos trópicos. **Sexta-Feira**, São Paulo, v. 6, p. 139-152, 2001. Disponível em: http://www.usp.br/revistasexta/files/n6-web_1.pdf. Acesso em: 24 jul. 2018.

BARTH, F. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. (Trad.) John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000. 243 p.

BARTH, F. **Models of social organization**. Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland, 1969.

BAUMAN, Z. Hermeneutics and modern social theory. In: HELD, David. THOMPSON, John B. (orgs.). **Social theory of modern societies: Anthony Giddens and his critics**. New York: Cambridge University Press, p. 34-55, 1989.

BECKER, H. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

BENATTI, J. H. Presença humana em unidade de conservação: um impasse científico, jurídico ou político?. In: Orgs. João Paulo Ribeiro Capobianco... [et.al.].. (Org.). **Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios**. São Paulo: Estação Liberdade : Instituto Socioambiental, 2001, v. , p. 299-305. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/331208189_PRESENCA_HUMANA_EM_UNIDADE_DE_CONSERVACAO_um_impasse_cientifico_juridico_ou_politico. Acesso em: 9 set. 2018.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Trad. Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985. 248 p.

BITENCOURT, N. R. L. **Uma proposta de cidadania para a preservação ambiental**: estudo de caso: comunidade de Vargem do Braço no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. 2000. 165 f. Dissertação (Mestrado em Gestão da Qualidade Ambiental), Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis/SC, 2000. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/78468>. Acesso em: 23 jul. 2017.

BONASSA, T. L. **Estrada do colono**: ações e práticas discursivas na relação do homem com a Natureza no Parque Nacional do Iguazu. 2004. 129 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba/PR, 2004. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/2279/T%C3%A2nia%20Bonassa.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 5 mai. 2017.

BORRINI-FEYERABEND, G.; DUDLEY, N.; JAEGER, T.; LASSEN, B.; BROOME, N. P.; PHILLIPS, A.; SANDWITH, T. **Governança de Áreas Protegidas** – da compreensão à ação. Série Diretrizes para melhores Práticas para Áreas Protegidas, Nº 20, Gland, Suíça: UICN. xvi, 124 p. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/326904898_Governanca_de_Areas_Protegidas_Da_compreensao_a_acao. Acesso em: 24 ago. 2018.

BOURDIEU, P. La délégation et le fetiche politique. *Actes de la Recherche en Sciences sociales*, Paris, n. 52-53, 1984.

BRASIL. **Plano de manejo reserva extrativista Tapajós-Arapiuns - Volume 1** – Diagnóstico. 2014. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros/amazonia/unidades-de-conservacao-amazonia/2045>. Acesso em: 29 dez. 2014.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm. Acesso em: 6 jun. 2015.

BRASIL. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC**. 2017. Consultas por UC's. Disponível em: http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80112/CNUC_Agosto%20-%20Categorias_copy.pdf. Acesso em: 23 nov. 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007**. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11516.htm. Acesso em: 24 nov. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990.** Dispõe sobre as Reservas Extrativistas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D98897.htm. Acesso em: 30 set. 2018.

BRASIL. **Instrução Normativa nº 02, de 18 de setembro de 2007.** Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para formação e funcionamento do Conselho Deliberativo de Reserva Extrativista e de Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-somos/in022007.pdf>. Acesso em: 29 set. 2018.

BRASIL. **Instrução Normativa nº 01, de 18 de setembro de 2007.** Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a elaboração de Plano de Manejo Participativo de Unidade de Conservação Federal das categorias Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-somos/in012007.pdf>. Acesso em: 29 set. 2018.

BRASIL. **Instrução Normativa nº 29, de 5 de setembro de 2012.** Disciplina as diretrizes, requisitos e procedimentos administrativos para a elaboração e aprovação de Acordo de Gestão em Unidade de Conservação de Uso Sustentável federal com populações tradicionais. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/IN_29_de_05092012.pdf. Acesso em: 8 dez. 2018.

BRASIL. **Portaria nº 627, de 30 de julho de 1987.** Dispõe sobre PORTARIA INCRA/P/Nº 627 a modalidade de Projeto de Assentamento Extrativista – PAE. Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/institucional/legislacao--/portarias/portarias-de-1987/portaria_incra_p627_300787.pdf. Acesso em: 17 dez. 2018.

BRASIL. **Lei nº 7.804, de 18 de julho de 1989.** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7804.htm. Acesso em: 11 dez. 2018.

BRASIL. **Portaria nº 10-N, de 22 de janeiro de 1992.** Dispõe sobre a criação do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais – CNPT. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/legislacao/IBAMA/PT0022-100292.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2018.

BRASIL. **Portaria Conjunta nº 96, de 5 de abril de 2018.** Institui a Comissão das Reservas Extrativistas Federais - CONAREX no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes/ICMBio. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/9379542/do1-2018-04-06-portaria-conjunta-no-96-de-5-de-abril-de-2018-9379538. Acesso em: 09 set. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 9.334, de 5 de abril de 2018.** Institui o Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas – Planafe. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9334.htm. Acesso em: 9 set. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm. Acesso em: 11 set. 2019.

BRASIL. **Relatório de Atividades – Período de Gestão 2016**. Santarém, 2016, 20 p. Documento elaborado para informar gestores e sociedade civil sobre as atividades de gestão realizadas no período.

BRITO, C. A luta continua: direito à terra e desafios a regularização fundiária de territórios de povos e comunidades tradicionais no Brasil. **Campo Jurídico**, v. 6, p. 1-27, 2018. Disponível em: <http://www.fasb.edu.br/revista/index.php/campojuridico/article/view/227>. Acesso em: 3 set. 2019.

BROERING, A. **Reserva Particular de Patrimônio Natural (Rppn), paisagem e integração social**: um estudo de caso da comunidade do entorno da RPPN Passarim. 2011. 143 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental), Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo/SP, 2011. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/90/90131/tde-17012012-003716/pt-br.php>. Acesso em: 4 abr. 2017.

BRONDIZIO, E. S.; SIQUEIRA, A. D. O habitante esquecido: o Caboclo no contexto Amazônico. **São Paulo em Perspectiva**, v. 6, p. 187, 1992.

BRUNDTLAND, G. H. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1987.

BUZZATO, A. C. **As comunidades locais e os conflitos de uso dos recursos naturais no litoral sul do Estado do Paraná**. 2009. 61 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba/PR, 2009. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/20939>. Acesso em: 8 abr. 2017.

CALDENHOF, S. B. L. **Mudanças sociais, conflitos e instituições na Amazônia**: os casos do Parque Nacional do Jaú e da Reserva Extrativista do Rio Unini. 2013. 361 f. Tese (Doutorado em Ambiente e Sociedade), Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais e ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, 2013. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280531>. Acesso em: 28 fev. 2019.

CAÑETE, T. M. R.; CAÑETE, V. R. Por uma sociologia do campo jurídico na/da Amazônia: as populações tradicionais amazônicas em foco. **Revista Sociologia Jurídica**, v. 13, p. 26-54, 2011. Disponível em: <https://sociologiajuridica.net/por-uma-sociologia-do-campo-juridico-nada-amazonia-as-populacoes-tradicionais-amazonicas-em-foco/>. Acesso em: 21 jul. 2019.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Avaliação da CAPES aponta crescimento da pós-graduação brasileira**. 2017. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/8558-avaliacao-da-capes-aponta-crescimento-da-pos-graduacao-brasileira>. Acesso em: 6 set. 2019.

CARDOSO, F. G.; REIS, C. F. B. Velhos dilemas, antiquadas soluções: o Brasil na contramão do desenvolvimento. **In:** Jose Sergio Gabrielli de Azevedo; Marcio Pochmann. (Org.). Brasil: Incertezas e Submissão?. 1ed.São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019, v. , p. 1-440.

CARDOSO JR., J. C. Desmonte do Estado no governo Bolsonaro: menos república, menos democracia e menos desenvolvimento. **In:** Pochmann, M.; Azevedo, José Sergio G. de. (Org.). Brasil: incertezas e submissão. 1ed.São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019, v. 1, p. 151-170.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **In:** _____. **O trabalho do antropólogo**. 2. ed. São Paulo: UNESP, pp. 17-35, 2006.

CARNEIRO, C. M. Q. Estrutura e ação: aproximações entre Giddens e Bourdieu. **Tempo da Ciência** (UNIOESTE), v. 13, p. 39-48, 2006. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/1544>. Acesso em: 13 nov. 2018.

CARVALHEIRO, K. O.; TRECCANI, G. D.; ERINGHAUS, C.; VIEIRA, P. A.; OLIVEIRA, T. I.; GARANTIZADO, S. M. **Trilhas da Regularização Fundiária para Comunidades nas Florestas Amazônicas**. Belém - Pará: IMAZON - CIFOR - FASE, 2013 (CARTILHA). Disponível em: https://fase.org.br/wp-content/uploads/2017/08/trilhas_regularizacao_FASE-Gurup%C3%A1.pdf. Acesso em: 25 fev. 2019.

CASTELO, E. C. F. **Experiências de seringueiros de Xapuri no estado do Acre e outras histórias**. 2014. 395 f. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo/SP, 2014. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-17102014-190007/pt-br.php>. Acesso em: 4 mar. 2017.

CASTRO, E. M. R.; CAMPOS, I. (Org.). **Formação socioeconômica da Amazônia**. 1. ed. Belém: Editora NAEA/UFPA, 2016. v. 1. 640 p.

CASTRO, R. R. A. OLIVEIRA, M. C. C. Os termos “populações” e “comunidades tradicionais” e a apropriação dos conceitos no contexto amazônico. **Mundo Amazônico**, v. 7, p. 47-70, 2016. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/imanimundo/article/view/55919>. Acesso em: 4 ago. 2017.

CASTRO, R. R. A. **Comunidades Tradicionais e Unidades de Conservação no Pará: A influência da criação da Reserva Extrativista Rio Xingu - Terra do Meio, nos modos de vida das famílias locais**. 2013. 165 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável), Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará, Belém/PA, 2013. Disponível em: <http://ppgaa.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/2013/roberta-rowsy.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2017.

CASTRO JÚNIOR, E.; COUTINHO, B. H.; FREITAS, L. E. Gestão da Biodiversidade e Áreas Protegidas. **In:** Antonio José Guerra; Maria Célia Nunes Coelho. (Org.). **Unidades de**

Conservação: abordagens e características geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, v. 01, p. 25-65.

CAVALCANTI, F. C. S. **A política ambiental na Amazônia: um estudo sobre as Reservas Extrativistas.** 2002. 223 f. Tese (Doutor em Ciências Econômicas), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 2002. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/286314/1/Cavalcanti_FranciscoCarlosdaSilveira_D.pdf. Acesso em: 19 jun. 2018.

CAVALCANTE, N. S. P. **Educação ambiental na Amazônia e Neoliberalismo: uma análise das experiências desenvolvidas no Município de Santarém-PA (dos anos 1990 a 2010).** 2016. 220 f. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, 2016. Disponível em: http://taurus.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/319215/1/Cavalcante_NelcilenedaSilvaPalhano_D.pdf. Acesso em: 17 jun. 2019.

CEAPS - CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS DE PROMOÇÃO SOCIAL E AMBIENTAL - Projeto Saúde e Alegria. **Almanaque da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns: prazer em conhecer.** Fábio Pena (organização); Giuliana Henriques. -Santarém, 2015. Disponível em: http://www.saudeealegria.org.br/wp-content/uploads/2016/06/Almanaque-Resex-pag-dupla_bx2.pdf. Acesso em: 22 out. 2018.

CEAPS - CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS DE PROMOÇÃO SOCIAL E AMBIENTAL - Projeto Saúde e Alegria. **Prazer em conhecer – Anã – Rio Arapiuns.** 2012. Disponível em: www.saudeealegria.org.br. Acesso em: 27 jan. 2016.

CHAVES, M. P. S. R. **Uma experiência de pesquisa-ação para gestão comunitária de tecnologias apropriadas na Amazônia:** o estudo de caso do assentamento de reforma agrária Ipora. 2001. 207 f. Tese (Doutorado Política Científica e Tecnológica), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP - 2001. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/287073>. Acesso em: 27 jul. 2018.

COELHO, M. C. N.; MONTEIRO, M. A.; CUNHA, L. H. Unidades de Conservação: Populações, Recursos e Territórios. Abordagens Geográficas. In: Antonio José Guerra; Maria Célia Nunes Coelho. (Org.). **Unidades de Conservação:** abordagens e características geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, v. 1, p. 67-111.

COHEN, E. E. **Momentos históricos da Vila de Boim e seu distrito/1690-2011.** Prefeitura Municipal de Santarém. Santarém/Pará. 2012. 192 p.

COMERFORD, J. C. **Fazendo a luta:** sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas. 1. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999. v. 1. 154 p.

COMERFORD, J. C. **Reunir e unir:** as reuniões de trabalhadores rurais como forma de sociabilidade. 1996. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ/Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1996.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT. **Atlas de Conflitos na Amazônia**. Goiânia: CPT; São Paulo: Entremares, 1ª Ed., 2017. 104 p. Disponível em: https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/25-cartilhas/14066-atlas-de-conflitos-na-amazonia?option=com_jdownloads. Acesso em: 25 jul. 2019.

COSTA, F. A. Desenvolvimento agrário sustentável na Amazônia: trajetórias tecnológicas, estrutura fundiária e institucionalidade. In: Bertha Koiffmann Becker; Francisco de Assis Costa; Wanderley Messias da Costa. (Org.). **Um projeto para a Amazônia no Século 21: desafios e contribuições**. 1 ed. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2009, v. 1, p. 215-300. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182012000200002. Acesso em: 19 dez. 2014.

COZZOLINO, L. F. F.; IRVING, M. A.; GONÇALVES, D. Gestão de áreas protegidas: análise dos marcos legais à luz dos princípios de governança democrática. In: **Sociedade e Território**, v. 27, p. 138-156, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/4950>. Acesso em: 7 mar. 2019.

CUNHA, C. C.; LOUREIRO, C. F. Reservas Extrativistas: limites e contradições de uma territorialidade seringueira. **XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária**. 2009. (Encontro). p. 1-25. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/49598386_Reservas_extrativistas_limites_e_contradicoes_de_uma_territorialidade_seringueira. Acesso em: 21 mar. 2018.

CUNHA, M. C.; ALMEIDA, M. W. B. Populações indígenas, povos tradicionais e preservação na Amazônia. In: **Biodiversidade na Amazônia brasileira. Avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios**. (Orgs.) João P., R. Capobianco et al, São Paulo, Instituto Socioambiental e Estação Liberdade, 2001, p. 184-193. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:XSRBtnoT57wJ:https://mwba.files.wordpress.com/2010/06/2001-cunha-e-almeida-pop-indigenas-p-t-e-conservacao-na-a-portugues-capobianco-ed.doc+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 12 mar. 2018.

DAS, V.; POOLE, D. *El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas. Cuadernos de Antropología Social*, Buenos Aires, n. 27, 2008, p. 19-52. Disponível em: http://www.veratelles.net/wp-content/uploads/2014/03/DasPoole_AntropologiaMargensEstado_Introd_espanhol.pdf. Acesso em: 30 out. 2019.

DEAN, W. **A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica**. Rio de Janeiro: Editora Nobel, 1989. 286 p.

DIEGUES, A. C. S.; ARRUDA, R. S. V. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. 4. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001. v. 4. 176 p.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 6. ed. São Paulo: Hucitec e NUPAUB/USP, 2008. v. 1. 198 p.

DIEGUES, A. C. S. **Etnoconservação - Novos Rumos para a Conservação da Natureza**. 1. ed. São Paulo: Nupaub e HUCITEC, 2000. v. 1. 290 p.

DIEGUES, A. C. S. Áreas naturais protegidas: o mito do paraíso desabitado. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 24, p. 141-151, 1996. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=reviphan&pagfis=8768>. Acesso em: 29 nov. 2018.

DIEGUES, A. C. S. Populações Tradicionais em Unidades de Conservação. In: VIEIRA, Paulo Freire; MAIMON, Dália (Org.). **As Ciências Sociais e a Questão Ambiental: Rumo à Interdisciplinaridade**. Belém: NAEA/UFPA, 1993.

DRUMMOND, J. A. L. Recursos naturais, meio ambiente e desenvolvimento na Amazônia brasileira: um debate multi-dimensional (ensaio bibliográfico). **História, Ciências, Saúde-Manguinhos** (Impresso), Rio de Janeiro, v. VI, n.09, p. 1135-1177, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v6s0/v6s0a16.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2018.

DRUMMOND, J. A. L.; FRANCO, J. L. A.; OLIVEIRA, D. Uma análise sobre a história e a situação das unidades de conservação no Brasil. In: Roseli Senna Ganem. (Org.). **Conservação da biodiversidade - legislação e políticas públicas**. 1ed. Brasília: Câmara dos Deputados - Edições Câmara, 2010, v. 1, p. 341-386. Disponível em: https://aprender.ead.unb.br/pluginfile.php/28053/mod_resource/content/1/Drummond_etal_2010_UC_legislacao_historico.pdf. Acesso em: 2 abr. 2018.

DUDLEY, N. **Directrices para la aplicación de las categorías de gestión de áreas protegidas**. Gland, Suiza: 2008; UICN. x. 96 p. Disponível em: <https://portals.iucn.org/library/efiles/documents/PAPS-016-Es.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2018.

EL SAIFI, S. **Atores e conflitos de interesses na Região da Terra do Meio, Estado do Pará**. 2015. 237 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas - UEC, Campinas/SP, 2015. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281188>. Acesso em: 29 ago. 2017.

FABIANO, C. C. L. **O turismo e a sua contribuição na manutenção e na preservação da pesca artesanal e da cultura tradicional na reserva extrativista marinha de Arraial do Cabo - RJ**. 2011. 152 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo), Universidade de Brasília – UnB, Brasília/DF, 2011. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/11066>. Acesso em: 5 abr. 2017.

FEARNSIDE, P. M. Retrocessos sob o Presidente Bolsonaro: um desafio à sustentabilidade na Amazônia / Setbacks under President Bolsonaro: A Challenge to Sustainability in the Amazon / Retrocesos bajo el Presidente Bolsonaro: Un Desafío a la Sostenibilidad en la Amazonía. **Sustentabilidade International Science Journal**, v. 1, p. 38-52, 2019. Disponível em: http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/2019/Fearnside-Retrocessos_sob_o_Presidente_Bolsonaro-Revista_Sustentabilidade.pdf. Acesso em: 7 abr. 2020.

FELDMANN, F. **Entendendo o meio ambiente**. Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SMA – Coordenação geral [do] Secretário de Estado do Meio Ambiente de São Paulo Fabio Feldmann. - São Paulo: SMA, 1997. 35 p.

FERREIRA, F. S. S. **Políticas públicas de ordenamento territorial no Baixo Amazonas (PA):** uma análise a partir das políticas e programas dos governos federal e estadual na área de influência da rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém). 2010. 283 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, Seropédica/RJ. Disponível em: http://campohoje.net.br/sites/default/files/acervo/dissertacao_fernanda_ferreira.PDF. Acesso em: 17 dez. 2014.

FERREIRA, L. C. **A Questão Ambiental: Sustentabilidade e Políticas Públicas no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 1998. 154 p.

FIGUEIREDO, E. M. **Uma estrada na reserva:** impactos socioambientais da PA-136 em Mãe Grande, Curuçá, (PA). 2007. 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais), Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Universidade Federal do Pará-UFPA/Museu Paraense Emilio Goeldi, Belém/PA, 2007. Disponível em: http://www.repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/2915/1/Dissertacao_EstradaReservaImpactos.pdf. Acesso em: 17 abr. 2017.

FIRTH, R. Organização social e estrutura social. In: CARDOSO, F. H.; IANNI, O. (Orgs.). **Homem e sociedade: leituras básicas de sociologia geral.** 8 ed. São Paulo: Editora nacional. p. 35-46, 1977.

FIRTH, R. **Elementos de organização social.** (Trad.) Dora Flaksman e Sérgio Flaksman. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974. 274 p.

FLICK, U. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes.** Trad. Magda Lopes. Porto Alegre: Penso, 2013. 256 p.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa.** Trad. Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 405 p.

FONSECA, W. D. **Santarém:** momentos históricos. 3.ed. Artesanato gráfico Tiagão. 1996. 234 p.

FRANCO, M. H. M. **Conflito social e a criação de Reservas Extrativistas no município de Lábrea – AM.** 2007. 134 f. Dissertação (*Magister Scientiae*), Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa – UFV, Viçosa/MG, 2007. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/13398/texto%20completo.pdf?sequencia=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 mai. 2017.

FRAXE, T. J. P.; WITKOSKI, A. C.; MIGUEZ, S. F. O ser da Amazônia: identidade e invisibilidade. **Ciência e Cultura**, v. 61, p. 30-32, 2009. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252009000300012. Acesso em: 4 jul. 2018.

FREITAS, I. F. **Unidades de Conservação no Brasil:** O Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas e a viabilização da zona de amortecimento. 2009. 106 f. Dissertação (Mestrado em

Engenharia Civil), Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas/SP, 2009. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/258146>. Acesso em: 22 abr. 2017.

FREITAS, M. C. S. Globalização e Amazônia. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n.2, 1997. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v11n02/v11n02_15.pdf. Acesso em: 02 set. 2019.

FREITAS, P. B. **Serra do Tabuleiro, histórias de um “não-parque”**: análise dos conflitos na trajetória de uma Unidade de Conservação de Santa Catarina. 2016. 292 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política), Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis/SC, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/172355>. Acesso em: 5 jan. 2017.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA. **Anuário estatístico do Pará 2016**. Disponível em: <http://www.fapespa.pa.gov.br/menu/151>. Acesso em: 7 set. 2017.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. Ed. Fundo da Cultura, Rio de Janeiro, 1977. 248 p.

GAMA, A. S. P. **Estudo comparativo das formas de apossamento na várzea e suas implicações para a política fundiária**. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido), Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2004. Disponível em: <http://www.ppgdstu.propesp.ufpa.br/index.php/br/teses-e-dissertacoes/dissertacoes?limit=10&start=10>. Acesso em: 17 ago. 2019.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. Trad.: Álvaro Cabral. – 2ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2003. 458 p.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. (Trad.) Plínio Dentzien. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002. 233 p.

GIDDENS, A. **Dualidade da estrutura. Agência e estrutura**. (Trad.) Octavio Gameiro. Celta Editora Ltda./Oeiras. 2000. 105 p.

GIDDENS, A. **Novas regras do método sociológico**: uma crítica positiva às sociologias interpretativas. 2.ed. Lisboa: Gradiva, 1996. 193 p.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. Trad.: Raul Fiker. São Paulo: Editora Unesp, 1991. 193 p.

GOMES, M. E. A. C. E.; CAMARGO GOMES, A. Marco normativo das Reservas Extrativistas brasileiras: a construção social de uma tutela jurídica ambiental. **Revista de Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 48, p. 99-117, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/59086>. Acesso em: 3 jul. 2019.

GOMES, M. E. A. C. E.; FELIPPE, L. D. Tutela jurídica sobre as reservas extrativistas. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 118, p. 175-190, 1993. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/176131>. Acesso em: 2 jul. 2019.

GOMES, M. C. **Populações tradicionais em florestas nacionais**: um estudo de caso na Floresta Nacional de Humaitá, Amazonas. 2016. 102 f. Dissertação (*Magister Scientiae*), Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa – UFV, Viçosa/MG, 2016. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/9190>. Acesso em: 3 fev. 2017.

GOMES, T. V.; CARDOSO, A. C. D.; COELHO, H. S.; OLIVEIRA, K. D. **Santarém (PA)**: um caso de espaço metropolitano sob múltiplas determinações. *Cadernos Metrópole (PUCSP)*, v. 19, p. 891-918, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2236-99962017000300891&lng=es&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 30 jun. 2019.

GOVINDIM, J. L. S. **Agroindústria canavieira e Unidade de Conservação**: impactos sociais na comunidade de pescadores de Baía Formosa (RN). 2014. 80 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente), Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Natal/RN, 2014. Disponível em: <http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/handle/123456789/18259>. Acesso em: 18 mar. 2017.

GREEN, G. M.; SCHWEIK, C. M.; RANDOLPH, J. C. Integrando disciplinas no espaço e no tempo: conceitos e abordagens úteis para estudos de mudanças de cobertura da terra. In: MORAN, Emilio Frederico; OSTROM, Elinor (Orgs). **Ecossistemas florestais: interação homem-ambiente**. (Trad.) Diógenes S. Alves e Mateus Batistella. São Paulo: Editora Senac São Paulo – Edusp, 2009. p. 87-108.

GUERRERO, N. R. **Em terra vestida**: contradições de um processo de territorialização camponesa na Resex Quilombo do Frechal (MA). 2012. 359 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo/SP, 2012. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-12062013-111221/pt-br.php>. Acesso em: 26 mar. 2019.

HAOXOVELL-LIRA, S.; FRAXE, T. J. P. A inserção da Amazônia Brasileira na economia mundial e as implicações sobre a sustentabilidade regional. **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, v. 2014, p. 1-18, 2014. Disponível em: <http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/14/economia-borracha.html>. Acesso em: 5 jul. 2018.

HÉBETTE, J. **Cruzando a fronteira, 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. 1. ed. Belém-PA: EDUFPA, 2004. v. 4. 1400 p.

HÉBETTE, J. **A colonização na Amazônia brasileira**: um modelo para uso interno. *Reforma Agrária*, Campinas, v. 17, n.3, p. 21-27, 1988.

HÉBETTE, J.; MARIN, R. A. **Colonização para quem?**. Belém: ADUFPA, 1979. 173 p.

KASSOUF, A. L.; SANTOS, M. J. Trabalho infantil no meio rural brasileiro: evidências sobre o "paradoxo da riqueza". **Economia Aplicada** (Impresso), v. 14, p. 363-376, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ecoa/v14n3/04.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2020.

KOHLHEPP, G. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. **Estudos Avançados** 16 (45), 2002 – pp. 37-61. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v16n45/v16n45a04.pdf>. Acesso em: 23 set. 2018.

LEFF, E. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. In: Enrique Leff. Trad. Luís Carlos Cabral. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 555 p.

LELIS, M. G. **A Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema e a governança dos recursos comuns: sobrevivência de todos e patrimônio de uns?** 2016. 220 f. Tese (Doutorado em Ciências), Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa – UFV, Viçosa/MG, 2016. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/8654>. Acesso em: 29 abr. 2019.

LENOIR, R. **Iniciação à prática sociológica**. Cap. II: Objeto sociológico e problema social. Petrópolis: Vozes, 1998. 243 p.

LERNER, M. Processo social. In: CARDOSO, F. H.; IANNI, O. (Orgs.). **Homem e sociedade: leituras básicas de sociologia geral**. 8 ed. São Paulo: Editora nacional. p. 205-211, 1977.

LEROY, J. **Uma chama na Amazônia**. Rio de Janeiro: Vozes, FASE Editora, 1991.

LIRA, S. A. **Reserva de desenvolvimento sustentável do Tupé: avaliação de condições socioambientais da comunidade Nossa Senhora do Livramento, Manaus - AM**. 2014. 127 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/4306>. Acesso em: 5 mar. 2017.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, v. 2003, p. 251-290, 2005. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6871>. Acesso em: 21 out. 2018.

LOBÃO, R. J. S. **Cosmologias Políticas do Neocolonialismo: como uma política pública pode se transformar em uma Política do Ressentimento**. 2006. 313 f. Tese (Doutorado em Antropologia), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília – UnB, 2006, Brasília/DF. Disponível em: http://www.dan.unb.br/images/doc/Tese_065.pdf. Acesso em: 22 set. 2018.

LÚCIO, S. L. B. **Gestão participativa e conflitos socioambientais em áreas protegidas no Cerrado mineiro: a pecuária de solta na RDS Veredas do Acari/MG**. 2013. 123 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável), Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília - UnB, Brasília/DF, 2013. Disponível em:

http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_2ed9b742da0c890a30b7aa8f3934f080. Acesso em: 23 mai. 2017.

LUNA, M. B. A. **Questões do uso comum:** transformações das lógicas de apropriação de territórios e recursos naturais. 2012. 212 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas/SP, 2012. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280310>. Acesso em: 21 ago. 2017.

LUNA, M. B. A. **Afinal, quem tem mais direito?:** conflitos e noções de justiça na reserva extrativista do Alto Jurua. 2003. 149 f. Dissertação (Mestrado Antropologia Social) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281731>. Acesso em: 3 ago. 2017.

MACÊDO, J. A. C. **Avaliação da gestão participativa dos parques estaduais da Bahia.** 2008. 188 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável), Universidade de Brasília - UnB, Brasília/DF, 2008. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/4743>. Acesso em: 30 mai. 2017.

MARIN, J. O. B. Infância camponesa: processos de socialização. In: Delma Pessanha Neves e Maria Aparecida de Moraes Silva. (Org.). **Processos de Constituição e reprodução do campesinato no Brasil:** Formas tuteladas de condição camponesa. 1ed.S"ao Paulo: UNESP, 2008, v. 1, p. 113-134.

MARTINS, A. **Entre terra e mar:** interfaces no processo de transformação territorial na Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca. 2012. 269 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis/SC, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/100501>. Acesso em: 3 abr. 2017.

MATIAS, F. O. **Ocupação, políticas públicas e gestão ambiental de unidade de conservação do Estado de Rondônia:** o estudo de caso do Parque Estadual de Guajará Mirim. 2001. 212 f. Dissertação (Mestrado em Geociências), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Rio Claro/SP, 2001. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/92823>. Acesso em: 24 abr. 2017.

MATOS, G. C. G.; FERREIRA, M. B. R. A prática do puxirum no plantio da roça. X Simpósio Internacional Processo Civilizador. **Anais.** De 1 a 4 de abril de 2007, Campinas, São Paulo. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais10/Artigos_PDF/Glaucio_de_Matos.pdf. Acesso em: 29 mar. 2018.

MEDEIROS, R. J. Evolução das Tipologias e Categorias de Áreas Protegidas no Brasil. **Ambiente e Sociedade** (Campinas), Campinas, v. IX, n.1, p. 41-64, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v9n1/a03v9n1.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2018.

MEDEIROS, T. H; AVISHAR, L. A. A. C. A prática do pagar visita em localidades da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Santarém, Pará. **Perspectiva Amazônica**, v. 6, p. 10-22, 2014a. Disponível em:

http://www3.espm.br/download/Anais_Comunicon_2014/gts/gt_seis/GT06_THAIS_MEDEIROS.pdf. Acesso em: 23 set. 2018.

MEDEIROS, T. H; AVISHAR, L. A. A. C. Pagando visitas: trocas materiais e simbólicas em localidades nos Rios Tapajós e Arapiuns, Santarém/PA. 2014b. **In:** VII Encontro Nacional de Estudos do Consumo; III Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Consumo; I Encontro Latino-Americano de Estudos do Consumo. De 24, 25 e 26 de setembro de 2014

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Puc-Rio). Disponível em:

[http://estudosdoconsumo.com/wp-content/uploads/2018/05/ENEC2014-GT04-Medeiros_Avishar-](http://estudosdoconsumo.com/wp-content/uploads/2018/05/ENEC2014-GT04-Medeiros_Avishar-Pagando_visitas_trocas_materiais_e_simbolicas_em_localidades_nos_rios_tapajos_e_arapiuns_santarem_pa.pdf)

[Pagando_visitas_trocas_materiais_e_simbolicas_em_localidades_nos_rios_tapajos_e_arapiuns_santarem_pa.pdf](http://estudosdoconsumo.com/wp-content/uploads/2018/05/ENEC2014-GT04-Medeiros_Avishar-Pagando_visitas_trocas_materiais_e_simbolicas_em_localidades_nos_rios_tapajos_e_arapiuns_santarem_pa.pdf). Acesso em: 23 set. 2018.

[Pagando_visitas_trocas_materiais_e_simbolicas_em_localidades_nos_rios_tapajos_e_arapiuns_santarem_pa.pdf](http://estudosdoconsumo.com/wp-content/uploads/2018/05/ENEC2014-GT04-Medeiros_Avishar-Pagando_visitas_trocas_materiais_e_simbolicas_em_localidades_nos_rios_tapajos_e_arapiuns_santarem_pa.pdf). Acesso em: 23 set. 2018.

MELLO-THÉRY, N. A. Perspectivas ambientais 2019: retrocessos na política governamental. **CONFINS (PARIS)**, v. 501, p. 101-131, 2019. Disponível em:

<https://journals.openedition.org/confins/21182>. Acesso em: 13 abr. 2020.

MENDONÇA, M. S. et al. Etnobotânica e o saber tradicional. **IN:** FRAXE, T. J. P.; PEREIRA, H. S.; WITKOSKI, A. C. (Orgs.). **Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais**. Manaus: EDUA. p. 91-105, 2007. Disponível em:

http://educampo.miriti.com.br/arquivos/File/comunidades_ribeirinhas_modos_de_vida.pdf.

Acesso em: 3 fev. 2019.

MILANO, M. S. Conceitos, histórico, políticas e formas de gestão. **In:** **Áreas protegidas / Fundo Vale – 1. ed. – Rio de Janeiro: Fundo Vale, 2012. 168 p.** Disponível em:

https://amazon.org.br/PDFamazon/Portugues/calha_norte/capitulos_de_livros/AreasProtegidasLivro.pdf. Acesso em: 24 set. 2018.

MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. **Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico**. Porto Alegre: Bookman, 2000. 299 p.

MORALEZ, S. P. D. **Conflitos ambientais em unidades de conservação: uma abordagem sobre as relações de poder na institucionalização do Parque Nacional Serra de Itabaiana/SE-Brasil**. 2011. 166 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente),

Universidade Federal de Sergipe - UFS, São Cristóvão/SE, 2011. Disponível em:

http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFS-2_b133859b78488326af8c5d3711f55719. Acesso em: 30 mai. 2017.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Trad. Eliane Lisboa. 4.ed. – Porto Alegre: Sulina, 2011. 120 p.

NASCIMENTO, E. L. **Uso doméstico de lenha na Floresta Nacional do Araripe: como as restrições legais de acesso ao recurso influenciam os padrões de coleta e as preferências locais da população?** 2013. 67 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia) Programa de Pós-Graduação em Ecologia, Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRP, Recife/PE, 2013.

Disponível em:

http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/URPE_be4dd5ca81faa7856271dc9f1284eaeef. Acesso em: 19 abr. 2017.

NASCIMENTO, E. P. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**. vol.26 nº 74, São Paulo, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142012000100005&lang=pt. Acesso em: 19 set. 2018.

NASCIMENTO, L. M. B. **Da invisibilização à evidenciação dos saberes ambientais da comunidade do povoado Ribeira no entorno do Parque Nacional Serra de Itabaiana**. 2014. 141 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Sergipe - UFS, São Cristóvão/SE, 2014. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/4330>. Acesso em: 21 mar. 2017.

NETO, M. **O dilema da Amazônia**. Apresentação: Arthur Cezar Ferreira Reis. – Petrópolis: Vozes, 1979. 232 p.

NEVES, D. P. **Mulheres e mercado de trabalho: aflições e conquistas**. Niterói: Alternativa, 2014. – (Coleção Mulheres em Santarém: alternativas de vida, v. 1). 352 p.

NEVES, D. P.; GARCIA, A. M. Santa Luzia do Bóia (AM): vida comunitária em consagração. In: WIGGERS, Raquel; RATIER, Hugo E.; RODRIGUES, Cintya M. Costa. (Org.). **Comunidades rurais: organização, associações e lideranças**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2012, v., p. 294-386.

NEVES, D. P. Agricultores de várzea do médio Solimões: limites e alternativas de reprodução. *Amazônia (Banco da Amazônia)*. 2005), v. 09, p. 07-38, 2009.

NEVES, D. P. Organização comunitária e ação política: os ribeirinhos e o Movimento de Educação de Base. In: NEVES, D. P. (Org.). **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre/Brasília: Editora da UFRGS/PGDR/NEAD, 2008a, v. 1, p. 61-98.

NEVES, D. P. Mediação social e mediadores políticos. In: NEVES, D.P.. (Org.). **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre/Brasília: Editora da UFRGS/PGDR/NEAD, 2008b, v. 1, p. 21-44.

NEVES, D. P. Os agricultores de várzea no médio Rio Solimões: condições socioambientais de vida. In: Deborah Magalhães. (Org.). **Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade**. Manaus: IBAMA/Provárzea, 2005, v. 1, p. 101-156.

NEVES, D. P. A pobreza como legado. O trabalho infantil no meio rural da sociedade brasileira. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 6, n.2, p. 149-173, 2003. Disponível em: https://www.faecpr.edu.br/site/documentos/revista_historia_regional43.pdf. Acesso em: 10 abr. 2020.

NEVES, D. P. **Assentamento rural**: reforma agrária em migalhas. Estudo do processo de mudança de posição social de assalariados rurais para produtores agrícolas mercantis. Niterói: EDUFF, 1997. 436 p.

NEVES, L. A. C.; DALAQUA, R. H. De Estocolmo72 à Rio+20: uma análise sobre a atuação brasileira nas principais conferências internacionais sobre meio ambiente e desenvolvimento. **Cadernos ADENAUER** (São Paulo), v. 1, p. 13, 2012. Disponível em: https://www.academia.edu/13395479/De_Estocolmo72_%C3%A0_Rio_20_uma_an%C3%A1lise_sobre_a_atua%C3%A7%C3%A3o_brasileira_nas_principais_confer%C3%Aancias_internacionais_sobre_meio_ambiente_e_desenvolvimento. Acesso em: 08 mar. 2019.

NOBRE, D. M.; SCHIAVETTI, A. Acordos de pesca, governança e conselho deliberativo de reserva extrativista: caso da Resex de Cassurubá, Caravelas, Bahia, Brasil. **Boletim do Instituto de Pesca** (Online), v. 39, p. 445-455, 2014. Disponível em: https://www.pesca.sp.gov.br/39_4_445-455.pdf. Acesso em: 25 mai. 2018.

NUGENT, S. Utopias e distopias na paisagem social amazônica. In: Cristina Adams; Rui Murrieta; Walter Neves. (Org.). **Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2006, v., p. 32-44.

OLIVEIRA, A. **Conhecer a vida é viver a vida**. Prefeitura Municipal de Santarém. Santarém/Pará. 2012. 124 p.

OLIVEIRA, J. A. Amazônias: sociedades diversas espacialidades múltiplas. Hiléia - **Revista de Direito Ambiental da Amazônia**, Manaus, ano. 2, n. 2, p. 109-114, 2004. Disponível em: <http://www.pos.uea.edu.br/data/direitoambiental/hileia/2004/2.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2014.

OLIVEIRA FILHO, J. P. **O nascimento do Brasil e outros ensaios**: pacificação, regime tutelar e formação de alteridades. 1. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016. v. 1. 384 p.

OLIVEIRA FILHO, J. P. O caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força de trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX. **Encontros Com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 101-140, 1979.

OSTROM, E. **Governing the commons**: the evolution of institutions for collective action. Cambridge, Cambridge University Press, 1990. 280 p.

PALERMO, L. C. Notas sobre o poder de agência dos atores sociais em *Anthropology in the margins of the state*. **Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, v. 4, p. 57-86, 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/CESP/article/view/19054>. Acesso em: 30 out. 2019.

PAULA ANDRADE, M. Novos sujeitos de direitos e estruturas de mediação: uma reflexão sobre processos de mediação entre quilombolas e instâncias de poder no Brasil. **Antropolítica** Niterói, n. 27, p. 43-61, 2. sem. 2009. Disponível em: <http://www.revistas.uff.br/index.php/antropolitica/article/view/4>. Acesso em: 09 abr. 2020.

PAULINO, J. S.; CUNHA, L. H. Unidades de Conservação: políticas ambientais e modernização institucional. **Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE**, v. 2, p. 28-50, 2014.

Disponível em:

<http://www.journals.ufrpe.br/index.php/cadernosdecienciassociais/article/view/412>. Acesso em: 25 jan. 2019.

PEIXOTO, K. P. F. **“EU EXISTO”**: afirmação indígena e nomeação do racismo. Os Borari e os Arapium da Terra Maró, Amazônia. 2017. 268 f. Tese (Doutorado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém/PA, 2017. Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/0ByfO86yPbuz3Y1V2TVQ0UmpnQ1hsbURQYTVZzNVak4wMGgw/view>. Acesso em: 14 nov. 2018.

PEREIRA, A. G. B. Notas sobre ontologia e práxis social no pensamento de Anthony Giddens. **Idéias**, Campinas (SP). N. 4, nova série, 1º semestre (2012). Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8649369>. Acesso em: 17 fev. 2019.

PEREIRA, E. A. D. **As encruzilhadas das territorialidades ribeirinhas**: transformações no exercício espacial do poder em comunidades ribeirinhas da Amazônia Tocantina Paraense. 2014. 434 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Universidade Federal Fluminense (UFF), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Geografia. 2014.

Disponível em:

<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/pct/mencoeshonrosas/227947.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2019.

PEREZ, C. S. B. **Entre a serra e o mar**: memória, cultura, tradição e ancestralidade no ensinar-aprender entre as gerações do Quilombo da Fazenda - Ubatuba/SP. 2014. 400 f. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo/SP, 2014. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-13032017-141010/pt-br.php>. Acesso em: 21 mar. 2017.

PERRY, L. S. P. **Desenvolvimento, tradição e reconhecimento na Reserva Extrativista Marinha de Corumbau, BA**. 2015. 340 f. Tese (*Doctor Scientiae*), Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa – UFV, Viçosa/MG, 2015. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/6772>. Acesso em: 29 mai. 2019.

PICANÇO, J. R. A. **Desenvolvimento, sustentabilidade e conservação da biodiversidade na Amazônia**: a produção familiar agroextrativista em áreas protegidas no sul do Amapá. 2010. 383 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, Natal/RN, 2010. Disponível em:

<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/13731>. Acesso em: 7 abr. 2017.

PIMBERT, P.; PRETTY, J. N. Parques, comunidades e profissionais: incluindo “Participação” no Manejo de Áreas protegidas. In: A. C. Diegues (Org).

Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.

NUPAUB/USP. Hucitec, 2000. p. 183-223. Disponível em:

<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/Etnoconservacao%20livro%20completo.pdf>. Acesso em: 19 out. 2018.

PIMBERT, P. **Reserva extrativista do Rio Cajari: verso e reverso da territorialização no sul do Amapá**. 2005. 161 f. Dissertação (Mestrado em Dinâmica e Reestruturação do Território), Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, Natal/RN, 2005. Disponível em:

<http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/handle/123456789/18959>. Acesso em: 9 abr. 2017.

PINHO, M. S. S. **Sistemas de gestão em unidades de conservação: o caso dos manguezais da APA de Guaraqueçaba/PR**. 2006. 144 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política), Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis/SC, 2006. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/88848?locale-attribute=en>. Acesso em: 16 abr. 2017.

PINTO, L. F. AMAZÔNIA - Defesa faz de conta. **Jornal Pessoal**, Belém/PA, Ano II, nº 35, 1ª quinzena de fevereiro de 1989, p. 3.

PIRATOBÁ, D. N. M. **Dinâmica temporal da paisagem: mudanças, percepções e dificuldades de recuperação na RDS Alcobaça, área de influência da UHE Tucuruí/PA**.

2014. 150 f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém/PA, 2014. Disponível em:

<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/7825>. Acesso em: 22 mar. 2017.

POCHMANN, M.; AZEVEDO, J. S. G. (Org.). **Brasil: incertezas e submissão?**. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019. v. 1. 442p.

PONTE, K. F. A produção do espaço regional amazônico no contexto da internacionalização do capital: das *commodities* ao desenvolvimento sustentável. **Revista Pegada Eletrônica** (Online), v. 18, p. 92-111, 2017. Disponível em:

<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/5137>. Acesso em: 03 jan. 2019.

POTIGUAR JÚNIOR, P. L. T. **Caminhos e (des) caminhos do associativismo entre os**

“povos das águas”: A Associação Beneficente dos Pescadores de Marudá, Pará. 2008. 168 f. Dissertação (Mestrado em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável), Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém/PA, 2008. Disponível em:

http://ppgaa.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/2008/PETRONIO_LAURO_TEIXEIRA_POTIGUAR_JUNIOR.pdf. Acesso em: 23 nov. 2018.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Geografando nos varadouros do mundo: da territorialidade (o seringal) à territorialidade seringueira (a Reserva Extrativista)**. Brasília: Ibama, 2003. 590 p.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Conteto, 2001. 178 p.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A Territorialidade seringueira: geografia e movimento social. **Geographia** (UFF), v. 2, p. 67-88, 1999. Disponível em:

<http://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13352>. Acesso em: 29 ago. 2018.

PROST, C.; SANTOS, M. A. Gestão territorial em Unidades de Conservação de Uso Sustentável e incoerências no SNUC. **Novos Cadernos Naea**, v. 19, p. 143-158, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/2224>. Acesso em: 29 set. 2019.

PUREZA, F.; PELLIN, A.; PADUA, C. **Unidades de Conservação**. 1.ed. – São Paulo: Matrix, 2015. 240 p.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Trad.: Luiz Alberto Monjardim. - 5 ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 260 p.

RIBEIRO, A. P. **A caligrafia da sociedade na paisagem**: transformações no entorno de unidades de conservação da Serra do Espinhaço - MG. 2013. 92 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável), Universidade de Brasília - UnB, Brasília/DF, 2013. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_7e9d1742cddcfb08940434ddc0e15eb1. Acesso em: 29 mar. 2017

RIBEIRO, J. A. **Área de proteção ambiental da Ilha do Combu, Belém/PA**: desafios de implantação e de gestão de uma unidade de conservação. 2010. 155 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia), Núcleo de Meio Ambiente, Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém/PA, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/3203>. Acesso em: 7 abr. 2017.

ROCHA, M. R. T. **A rede sociotécnica do babaçu no Bico do Papagaio (TO)**: dinâmicas da relação sociedade-natureza e estratégias de reprodução social agroextrativista. 2011. 252 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre/RS, 2011. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/79117>. Acesso em: 7 abr. 2017.

RODRIGUES, C. L. **Limites do consenso**: territórios polissêmicos na mata atlântica e a gestão ambiental participativa. 2001. 278 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo/SP, 2001. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-12092003-092231/publico/TESE_CARMEM_LUCIA_RODRIGUES.pdf. Acesso em: 19 mar. 2019.

RODRIGUES, D. D. **A construção da sustentabilidade e os desafios à conservação da biodiversidade**: Unidades de Conservação e gestão dos recursos naturais em Londrina/PR. 2011. 163 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Londrina – UEL, Londrina/PR, 2011. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UEL_4f5242fdc1fc74d3876581e697249f29. Acesso em: 22 mar. 2017.

RODRIGUES, F. M. G. **Unidades de conservação, pesca e modo de vida**: contradições. 2014. 123 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Amazonas – UFAM,

Manaus/AM, 2014. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/3963>. Acesso em: 22 mar. 2017.

RUEDA, R. P. Evolução histórica do extrativismo. In: **Reservas Extrativistas**. Org. Julio Ruiz Murrieta e Rafael Pinzón Rueda, União Mundial para a Conservação – UICN, 1995. Gland, Suíça e Cambridge, Reino Unido. Disponível em: <https://portals.iucn.org/library/efiles/documents/FR-012-Pt.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2019.

SÁ, W. R. **Educação e organização política dos moradores da ilha de São Miguel - Santarém – Pará**. 2017. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, Santarém/PA. Disponível em: http://www.ufopa.edu.br/ppge/images/dissertacoes/turma_2015/wendell_rocha_sa.pdf. Acesso em: 03 mar. 2019.

SALES, G. **Gestão de unidades de conservação federais no Brasil: burocracia e poder simbólico**. 2010. 240 f. Dissertação (Mestrado em Administração), Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis/SC, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/94158>. Acesso em: 31 ago. 2019.

SANTILLI, J. F. R. Povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais: a construção de novas categorias jurídicas. In: RICARDO, Fany. (Org.). **Terras indígenas e unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições territoriais**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2005a, v. , p. 42-49. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/publicacoes-isa/terras-indigenas-unidades-de-conservacao-da-natureza-o-desafio-das>. Acesso em: 13 abr. 2019.

SANTILLI, J. F. R. **Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. São Paulo: Editora Peirópolis, 2005b. 389 p.

SANTOS, B. S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989. 176 p.

SANTOS, J. C. **Gestão de unidades de conservação em contexto Metropolitano Representações e conflitos na região metropolitana de salvador**. 2018. 363 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador/BA, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/27634>. Acesso em: 15 set. 2019.

SANTOS, J. C. **As multiterritorialidades no processo de criação da Floresta Nacional do Ibura**. 2013. 178 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe – UFS, São Cristóvão/SE, 2013. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/5560/1/JORGENALDO_CALAZANS_SANTOS.pdf. Acesso em: 30 mar. 2017.

SANTOS, J. D. **Desenvolvimento rural, biodiversidade e políticas públicas**. Desafios e antagonismos, no Pontal do Paranapanema-SP. 2012. 295 f. Tese (Doutorado em Ciências), Programa de Pós-Graduação em Recursos Florestais, escola Superior de Agricultura Luiz de

Queiroz, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo/SP, 2012. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11150/tde-14022012-104542/en.php>. Acesso em: 28 mai. 2017.

SANTOS, J. M. R. **Unidades de Conservação: um estudo jurídico sobre os limites da regulação da Zona de Amortecimento**. 2014. 43 f. Monografia (Bacharelado em Direito), Faculdade de Direito, Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, Juiz de Fora/MG, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/5012>. Acesso em: 15 mai. 2017.

SANTOS, M. T. L. F. Direito Ambiental Internacional e a postura brasileira: da resistência ao engajamento. **Revista de Direito e Liberdade**, v. 19, p. 185-211, 2017. Disponível em: http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/direito_ambiental_internacional_e_a_postura_brasileira.pdf. Acesso em: 7 mar. 2019.

SANTOS JÚNIOR, R. A. O.; ALVES, D. Mudanças Ambientais na Amazônia e as particularidades da Construção Institucional. In: BATISTELLA, M.; MORAN, E. F.; ALVES, D. (orgs.). (Org.). **Amazônia: natureza e sociedade em transformação**. 1ed. São Paulo: Edusp, 2008, v. 1, p. 221-240.

SATHLER, E. B.; CONCEICAO, M. C. F. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação ? SNUC: uma análise inspirada na Teoria Geral dos Sistemas. In: Universo. (Org.). **Estudos Jurídicos**, 2004, v. , p. -. Disponível em: <http://www.ambiental.adv.br/bertalanffy.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2018.

SCHACHT, G. L. **Reservas Particulares do Patrimônio Natural no estado do Paraná (Brasil) e as Áreas Protegidas Privadas na Catalunha (Espanha): situação atual, políticas públicas e gestão ambiental**. 2017. 241 f. Tese (Doutorado em Ciências), Programa de Pós-Graduação em Geografia Física, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo/SP, 2017. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-26062017-090213/pt-br.php>. Acesso em: 22 mai. 2017

SCHETTINO, G. C. **Processos identitários e a recriação de desigualdades sociais no entorno de uma Unidade de Conservação: um estudo sobre os oleiros do povoado Rio das Pedras**. 2014. 105 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe – UFS, São Cristóvão/SE. Disponível em: https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/public/programa/defesas.jsf?lc=pt_BR&id=139. Acesso em: 24 mar. 2017.

SENA, E. F. M. **Uma revolução que ainda não aconteceu – movimentos sociais no Baixo Amazonas – exuberância e fragilidade, de 1978 a 2014**. Santarém: Edição do Autor, 2014. 250 p.

SHIRAIISHI NETO, J. Direito ao Desenvolvimento: o lugar como categoria jurídica necessária a uma sociedade plural. **Revista Jurídica da Presidência**, v. 16, p. 297-318, 2014. Disponível em: <https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/article/view/13>. Acesso em: 12 jun. 2019.

SILVA, A. G. *Natural protected areas as biodiversity protection policies: perceptive characterization of sociocultural groups from the surrounding of the EPA of Catolé and Fernão Velho, State of Alagoas, Brazil*. 2006. 162 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento sustentável Regional), Universidade Federal de Alagoas – UFA, Maceió/AL, 2006. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/1131>. Acesso em: 29 abr. 2017.

SILVA, A. S. Alguns temas para pensar a mudança social. **Revista ESC - Educação, Sociedade & Culturas** - Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIIE) da Universidade do Porto/Portugal. 1994, n.1. Disponível em: <https://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC1/silva.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2019.

SILVA, F. R. R. **Realismo e redes: dilemas metodológicos na obra de Anthony Giddens**. 2010. 455 f. Tese (Doutorado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo/SP, 2010. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-16022011-121240/publico/2010_FabioRodriguesRibeirodasilva.pdf. Acesso em: 3 fev. 2019.

SILVA, F. R. R. **O Caminho da Constituição da Sociedade** - A Teoria da Estruturação de Anthony Giddens. 1. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. v. 1. 252 p.

SILVA, J. B. População tradicional residente em Reservas Extrativistas na Amazônia Brasileira. **In: XIV Simpósio de Geografia da UDESC, 2014, Florianópolis. XIV Simpósio de Geografia da UDESC**. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública - PPGPGP, 2014. v. 2. p. 1-15. Disponível em: <http://www.eventos.ct.utfpr.edu.br/anais/snpd/pdf/snpd2014/810.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2017.

SILVA, L. K. T. **Pesca artesanal entre mudanças socioambientais: estudo de caso na APA Bonfim-Guaráira/RN-Brasil**. 2015. 111 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente), Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Natal/RN, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/19857>. Acesso em: 17 mar. 2017.

SILVA, N. Q. A. **Análise institucional do conceito de Reservas Extrativistas: perspectiva dos atores sociais em Rondônia**. 2012. 103 f. Dissertação (Mestrado em Administração), Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Porto Velho/RO, 2012. Disponível em: <http://www.ri.unir.br/jspui/bitstream/123456789/145/1/Silva,%20Neima%20Quele%20Almeida%20da.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2018.

SILVA, N. Q. A; MÜLLER, C. A. S. Reservas Extrativistas na Amazônia: uma visão dos atores por meio do discurso do sujeito coletivo. Rama: **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, v. 10, p. 191-212, 2017. Disponível em: <http://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/rama/article/viewFile/4126/2940>. Acesso em: 26 set. 2019.

SILVA, K. K. **Análise socioambiental da RPPN Cisalpina e entorno a partir da teoria sistêmica**. 2012. 91 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal da Grande

Dourados - UFGD, Dourados/MS, 2012. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFGD-2_1932f0a07496a7e34962ea065d010293. Acesso em: 1 abr. 2017.

SILVA, T. H. C.; SOUSA, R. P. B.; NOVAES, F. F.; NETO, J. C. G. Entre o desenvolvimento e a decolonialidade: Santarém, os portos e os conflitos. **Interações**, v. 20, p. 125-140, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/inter/v20n1/1518-7012-inter-20-01-0125.pdf>. Acesso em: 9 set. 2019.

SIMMEL, G. **Sociologia: estudios sobre las formas de socialización**. 2 ed. Madrid : Revista de Occidente, 1977. 426 p.

SIMÕES, A. V.; RITTER, L. H. Os desencontros dos diversos agentes sociais na gestão dos recursos naturais: um campo de mediação a ser construído. In: Marion Glaser; Neila Cabral; Adagenor Lobato Ribeiro. (Org.). **Gente, ambiente e pesquisa: manejo transdisciplinar no manguezal**. 1ed. Belém: NUMA/UFGPA, 2005, v., p. 167-187.

SIQUEIRA, G. R. **Avaliação da implementação do Parque Nacional do Catimbau PE: uma análise do Desenvolvimento sustentável na perspectiva do Ecoturismo e da comunidade local**. 2006. 180 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco – UFP, Recife/PE, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/6901>. Acesso em: 18 abr. 2017.

SIQUEIRA, J. **Tambor dos pretos: processos sociais e diferenciação étnica no rio Jaú, Amazonas**. 1ª. ed. Niterói - RJ: Eduff, 2017. v. 500. 411 p.

SOUSA, D. R. N. **Transformações na vida das populações tradicionais a partir da criação da Resex do Extremo Norte do estado do Tocantins**. 2015. 111 f. Dissertação (*Magister Scientiae*), Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa – UFV, Viçosa/MG, 2015. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/6535>. Acesso em: 3 fev. 2017.

SOUSA, W. P. **A dinâmica dos sistemas de produção praticados em uma unidade de conservação de uso direto na Amazônia - a Reserva Extrativista do Rio Cajari no estado do Amapá**. 2006. 166 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável), Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém/PA, 2006. Disponível em: http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/1669/1/Dissertacao_DinamicaSistemasProducao.pdf. Acesso em: 21 abr. 2017.

STEINER, A. Q.; MEDEIROS, M. A. Como saber se as convenções internacionais de Meio Ambiente realmente funcionam? abordagens teórico-metodológicas sobre a eficácia dos regimes ambientais. **Contexto Internacional** (PUCRJ. Impresso), v. 32, p. 695-727, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-85292010000200012&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 5 mar. 2019.

TEIXEIRA, B. E. S.; CUNHA, I. M. M.; TERRA, A. A expansão da fronteira agrícola da soja no município de Santarém (PA) e suas transformações socioespaciais. In: ENGA, 2012, Uberlândia. Expansão do agronegócio e disputas territoriais. Uberlândia, 2012. v. XXI.

Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1lenga/anais_enga_2012/eixos/1282_1.pdf. Acesso em: 09 set. 2019.

TEIXEIRA, C. C. **Servidão humana na selva: o aviamento e o barracão nos seringais da Amazônia**. 01. ed. Manaus-AM: Editora Valer/ EDUA, 2008. v. 1000. 198 p.

THOMPSON, J. B. *The theory of structuration*. In: HELD, David. THOMPSON, John B. (orgs.). **Social theory of modern societies: Anthony Giddens and his critics**. New York: Cambridge University Press, p. 56-76, 1989.

TOCANTINS, L. **Amazônia: natureza, homem e tempo**. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército: Ed. Civilização Brasileira, 1982. 177 p.

TÓFOLI, C. F.; LEMOS, P. F.; SOUZA, T.C.; RIBEIRO, K. T.; CHIARAVALLOTI, RAFAEL MORAIS. Monitoramento da biodiversidade para as estratégias de conservação: a experiência do Programa Monitora. In: Cristina F. Tófoli; Pollyana Figueira de Lemos; Rafael Morais Chiaravalloti. (Org.). **Monitoramento participativo da biodiversidade: aprendizados em evolução**. 2aed.São Paulo: MEMNON, 2019, v. 1, p. 1-162. Disponível em: https://issuu.com/institutoipe/docs/livro_mpb_21x24cm_miolo_ajustes_web. Acesso em: 18 jul. 2019.

TRINDADE, H. G. **Populações tradicionais e conflitos socioambientais no cerrado: o caso do complexo de unidades de conservação de Terra Ronca-GO**. 2016. 138 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural), Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, Universidade de Brasília - UnB, Brasília/DF, 2016. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/23171>. Acesso em: 23 mai. 2017.

TUCKER, C. M. OSTRON, E. Pesquisa multidisciplinar relacionando instituições e transformações florestais. In: MORAN, Emilio Frederico; OSTROM, Elinor (Orgs). **Ecosistemas florestais: interação homem-ambiente**. (Trad.) Diógenes S. Alves e Mateus Batistella. São Paulo: Editora Senac São Paulo – Edusp, 2009. p. 109-138.

VAL, A. L.; GUIMARÃES, J. A. Novo momento para a pesquisa e a pós-graduação na Amazônia. **Jornal da Ciência**, Rio de Janeiro-RJ, v. 561, 30 set. 2005. Disponível em: https://www.capes.gov.br/images/stories/download/artigos/Artigo_dezembro_05.pdf. Acesso em: 2 dez. 2016.

VALIANTE, J. O. **A Sustentabilidade da Produção Extrativa da RESEX Rio Ouro Preto (RO)**. 2008. 88 f. Dissertação (Mestrado em Administração), Programa de Pós-Graduação Mestrado em Administração – PPGMAD, Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Porto Velho/RO, 2008. Disponível em: <http://www.ri.unir.br/jspui/handle/123456789/121>. Acesso em: 26 dez. 2018.

VAZ FILHO, F. A. Os conflitos ligados à sobreposição entre terras indígenas e a Resex Tapajós-Arapiuns no Pará. **Ruris** (Campinas), v. 7, p. 143-183, 2015. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/1886>. Acesso: 21 jun. 2018.

VAZ FILHO, F. **A Emergência Étnica de Povos Indígenas no Baixo Rio Tapajós, Amazônia**. 2010. 478 f. Tese (Doutor em Ciências Sociais), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (PPGCS/FFCH/UFBA), Salvador, 2010. Disponível em:

https://ppgcs.ufba.br/sites/ppgcs.ufba.br/files/a_emergencia_etnica_de_povos_indigenas_no_baixo_rio_tapajos_amazonia.pdf. Acesso em: 19 ago. 2017.

VENTURIERI, G. C. **Criação de abelhas indígenas sem ferrão**. 2. ed. rev. atual. - Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2008. 60 p. Disponível em:

https://www.embrapa.br/documents/1355163/39571283/Giorgio+Venturini_2014_Cria%C3%A7%C3%A3o+de+abelhas+ind%C3%ADgenas+sem+ferr%C3%A3o.pdf. Acesso em: 15 set. 2019.

VERÍSSIMO, A., ROLLA, A., VEDOVETO, M., FUTADA, S. M. (Org.). **Áreas Protegidas na Amazônia Brasileira: avanços e desafios**. Belém/São Paulo: Imazon/ISA. Disponível em: https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/publicacoes/10372_0.pdf. Acesso em: 29 jul. 2017.

VIANNA, L. P. **De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2008. 340 p.

WAGLEY, C. **Uma comunidade Amazônica**. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Itatiaia, 1988. 402 p.

WEBER, M. Os tipos de dominação. In: **Economia e Sociedade**, v. 1. Brasília: Editora UnB, p. 139-198, 1994.

WITKOSKI, A. C. **Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais**. 2ª. Ed. São Paulo: Annablume, 2010. 486 p.

WWF. **Unidades de Conservação: conservando a vida, os bens e os serviços ambientais**. São Paulo – 2008. Disponível em:

http://www.mma.gov.br/estruturas/pda/_arquivos/prj_mc_061_pub_car_001_uc.pdf. Acesso em: 26 jun. 2018.

ZANONI, M. H. A. **Os seringueiros: estudo de caso de um seringal nativo do Acre**. 1979. 188 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília – UNB, Brasília/DF.